

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARCIA CRISTINA CONSOLIM

**Crítica da razão acadêmica:
campo das ciências sociais “livres” e psicologia social francesa
no fim do século XIX**

SÃO PAULO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARCIA CRISTINA CONSOLIM

**CRÍTICA DA RAZÃO ACADÊMICA:
CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS “LIVRES” E PSICOLOGIA SOCIAL FRANCESA
NO FIM DO SÉCULO XIX**

**Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Sociologia.**

**Área de Concentração: Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Miceli**

SÃO PAULO

2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcia Cristina Consolim

Crítica da razão acadêmica: campo das ciências sociais “livres” e psicologia social francesa no fim do século XIX

**Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Sociologia.**

Área de Concentração: Sociologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ – **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ – **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ – **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ – **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ – **Assinatura:** _____

Aos meus pais.

A G R A D E C I M E N T O S

Há inúmeras pessoas a quem devo muito do que consegui realizar neste trabalho e outras tantas a quem devo muito mais do que poderia realizar num único trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço aos profissionais que me auxiliaram nas buscas de fontes documentais, arquivos, obras e artigos e que são portadores de um saber sem o qual os pesquisadores não poderiam trabalhar. Especialmente, agradeço a Mme. Dominique Parcollet, dos Archives d'Histoire Contemporaine/Centre d'Histoire des Sciences Politiques, pela gentileza com que me recebeu e me orientou nos arquivos de Gabriel Tarde. Através dela agradeço aos inúmeros bibliotecários que me ajudaram a lidar com arquivos e documentos em diversas bibliotecas francesas. No Brasil, agradeço aos bibliotecários da FFLCH-USP, principalmente ao Anderson e à Martha, que se desdobraram para encontrar obras e artigos em várias bibliotecas do mundo. À Isabel e à Sônia meu agradecimento por me ajudarem a encontrar vários livros e artigos. Ao pessoal da secretaria de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia — Ângela, Irani e Juliana — agradeço pela atenção com que sempre me atenderam e me socorreram em situações diversas.

Agradeço aos professores que me receberam na França e que me deram orientações sobre a condução da pesquisa: Christophe Charle, Jean-Yves Mollier, Antoine Savoye, Massimo Borlandi, Johan Heilbron, Robert Paris, Robert Castel, Carole Reinaud-Paligot, Dominique Merllié, Dominique Reynié, Louis Pinto, Jean-Louis Fabiani, Olivier Bosc, Christophe Prochasson, Jordi Canal e Gaston Paris. Agradeço particularmente a Robert Nye pela atenção e orientação, a Benoît Marpeau e a Thomas Loué por terem me enviado suas teses e ao professor Willy Gianinazzi por ter disponibilizado a tese de Olivier Bosc. Agradeço especialmente ao professor Marc Renévillle pela indicação dos arquivos de Gabriel Tarde no Centre d'Histoire des Sciences Politiques, uma informação valiosíssima e que mudou a direção da pesquisa.

Ao professor Afrânio Garcia, que me recebeu como co-orientador em Paris e me orientou com indicação bibliográfica, metodológica e a quem devo a boa acolhida na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS.

Ao professor Sérgio Miceli, pela insistência com que me convidou a ler e a entender a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, sem a qual seria ainda por muito tempo uma diletante.

Às professoras Maria Stella Bresciani e Maria Helena Capelato pela leitura e pelos comentários em meu exame de qualificação.

Dois amigos merecem um agradecimento especial pela importância que têm na história deste trabalho. Agradeço ao Eduardo Baioni, filósofo e bibliófilo irremediável, por ter me ajudado a montar uma pequena biblioteca sobre o século XIX e me acompanhado na difícil tarefa da compreensão de termos antigos. À Carolina Pulici, socióloga fina, que me ajudou muitíssimo com a teoria sociológica, com leituras e comentários de meus textos e com suas palavras de encorajamento. Sem essas duas pessoas este trabalho não seria possível.

Agradeço a gentileza de Louise Salmon e de Yoshifusa Ykeda por me indicarem e enviarem seus trabalhos.

Agradeço especialmente a Elaine Carraro, com quem dividi as dificuldades de estudar uma realidade estrangeira e que me ajudou com documentos, fotos, fotocópias e palavras.

À Ana Paula, pelas informações e ajuda na preparação da viagem para Paris. À Maria, que me recebeu em Paris e me ajudou a dar os primeiros e os últimos passos na cidade.

Aos amigos e colegas que me ajudaram a encontrar artigos e obras nos lugares os mais diversos e distantes: Floriano, Karen Lisboa, Marcelo, Ângela, Karen Fernandez, Clara e Angélica.

Aos amigos. Principalmente à Adriana Justi Monti, irmã. Ao casal Marcos e Mariana, grandes amigos que permaneceram ao meu lado. À Diane e à Paulinha, agradeço pelo convívio na Maison du Brésil e pela sua continuidade após o retorno. Aos amigos de diversas horas e de muitas alegrias, Andréa, Karine, Aninha e Rosy.

Aos meus pais, por tudo; ao meu irmão, que me ajudou quando precisei.

Ao Omar e ao Martin, dois novos horizontes e culturas dessa jornada.

Ao Big, pelas fotos. À Mariana, pelas tabelas.

Ao Lounes Bouhadoun, pelas excelentes aulas de francês.

Ao financiamento recebido do CNPq e da CAPES, as agências que tornaram possível a realização deste trabalho.

RESUMO

CONSOLIM, M. C. **Crítica da razão acadêmica: o campo das ciências sociais livres e a psicologia social francesa no fim do século XIX**. 2007, 258 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Este trabalho analisa o surgimento da “psicologia social” francesa na última década do século XIX, através de seus representantes mais conhecidos, Gabriel Tarde (1843-1904) e Gustave Le Bon (1841-1931), mas também de autores que, pertencentes ao mesmo meio, mantiveram com eles afinidades intelectuais, sociais e teóricas. Parto do princípio de que o estudo de um determinado tema, mesmo que não institucionalizado, como é o caso da “psicologia social”, deve ser compreendido a partir da estrutura do campo intelectual no período, no caso, em processo de autonomização e profissionalização a partir dos anos 80. Isso significa que, no campo disciplinar, a grande referência é o corte entre o pólo universitário e o pólo “livre”, o que predispôs a disputas diversas por cadeiras e cursos por parte dos representantes das várias matérias ainda não institucionalizadas. A “psicologia social” é uma dessas matérias que têm vigência e legitimidade restritas a um determinado grupo e período da história do campo, ou seja, é uma matéria típica de posições intelectualmente dominadas, não universitárias, e cujo fim era o combate pela ascensão à universidade contra o seu principal concorrente, a sociologia durkheimiana. Dado o caráter fluido das definições disciplinares, defino o campo das “ciências sociais” pelo combate entre as disciplinas novas — a economia, a psicologia e a sociologia — e delas com as antigas disciplinas — a história e a filosofia — e identifico duas grandes correntes e práticas nas ciências sociais “livres”: a que pertence ao poder social e a que pertence ao poder intelectual. Em segundo lugar, mostro como essas posições extra-universitárias correspondem a estratégias no campo editorial, tendo em vista que as editoras, revistas e coleções congregaram os grupos interessados nesse combate. Concluo que a “psicologia social”, por não ter conseguido se instituir como disciplina universitária nesse período, teve sua sobrevivência condicionada à constituição de um público não universitário, através de coleções, de revistas ou de instituições “livres” de ensino. Dada a falta de credenciais acadêmicas, a sobrevivência desses grupos no campo intelectual exigiu um investimento brutal em relações sociais. Como corolário desse processo, as representações tenderam a valorizar seja a função técnica seja a missão cultural das ciências sociais em detrimento de sua autonomização no campo científico. É por essa razão que a “psicologia social” hipostasiou o papel das elites e da liberdade individual contra as multidões e as determinações coletivas, elaborando uma representação invertida da posição que esses autores ocuparam no campo intelectual.

Palavras-chave: campo intelectual francês, ciências sociais, psicologia social, século XIX, Gabriel Tarde, Gustave Le Bon.

ABSTRACT

CONSOLIM, M. C. **Critic of the academical reason: the field of free social sciences and the french social psychology at the end of the nineteenth century.** 2007, 258 f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

This thesis analyses the emergency of the French “social psychology” in the last decade of the XIXth century, particularly through the work of its most renewed authors, Gabriel Tarde (1843-1904) and Gustave Le Bon (1841-1931), but also through the work of authors who, belonging to the same network, had with them intellectual, social and theoretical identities. I suppose that the study of a theme, even if it is not institucionalized, as it is the case in “social psychology”, has to be based on the structure of the French intellectual field, which means, from the process of autonomization and professionalization starting in the 80ies. This implies that, in the disciplinary field, there is a main polarization between the university positions and the “free” positions, the last ones fighting for chairs and careers at the university. The “social psychology” is one of those subjects that had legitimacy limited to a determined group and period of the history of the field, that means, is a typical subject of intellectual dominated positions, non universitarian, and whose purpose was to win positions against durkheimian sociology. Considering the undefined character of these disciplines, I call “social sciences” the battles between the new disciplines – economy, psychology and sociology – and between them and the old and institucionalized ones – history and philosophy – and I identify two main groups and practices in the “free” social sciences: the one who belongs to the social power and the one who belongs to the intellectual one. Besides, I show that these extra-universitarian positions correspond to strategies in the editorial field, because the editeurs, reviews and collections have aggregated the same two groups and fights. I concluded that “social psychology”, for the reason it could not be institucionalized, had to survive in the intellectual field by constructing a public non universitarian through collections, reviews and “free” schools. Considering the lack of academic credentials, the surviving of these groups in the intellectual field demanded a brutal investment in social relationships. As a consequence, their representations tended to emphasize the technical function or the cultural mission in social sciences against their autonomization in the scientific field. The result is that “social psychology” gave too much value to the role of the elites and of the individual freedom against the crowds and the collective determinations, producing a reversed representation of the position these authors occupied in the intellectual field.

Key-words: French intellectual field, social sciences, social psychology, 19th Century, Gabriel Tarde, Gustave Le Bon.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
A Barreira e o Nível: Campo das Ciências Sociais “Livres” e Universitárias (1880-1900)	16
– Campo social e campo intelectual, 21; – Campo político e Faculdade de Letras, 24; – Filosofia <i>versus</i> sociologia: antigas e novas disciplinas, 31; – O campo das ciências sociais “livres”, 33; – Ciências políticas, Le Play e o Instituto: o poder social, 39; – Colégio Livre e Escola de Altos Estudos: o pólo pedagógico, 42; – O Caso Dreyfus e a politização das ciências sociais, 55.	
CAPÍTULO 2	
Difusão e Distinção: Coleções e Revistas de Ciências Sociais	59
– Campo editorial e campo intelectual, 62; – Guillaumin e a economia política: a edição militante, 66; – Alcan e a psicologia: a edição universitária, 68; – A Revue Philosophique: entre o espírito e a matéria, 74; – Giard & Brière, René Worms e as ciências sociais profissionais, 81; – Alcan, Dick May e as ciências sociais militantes, 95; – Flammarion, Le Bon e a edição comercial, 98; – Reflexão sobre as estratégias editoriais, 106.	
CAPÍTULO 3	
Psicologia social: um gênero militante — contexto, trajetórias e debates	108
– Da psicologia experimental à psicologia social: entre a medicina e a filosofia, 112; – Elitismo psicológico e subordinação intelectual, 122; – Trajetórias dos psicólogos sociais: carências sociais e intelectuais, 125; – Anglofilia e francofilia: psicologia do “caráter nacional” e debate público, 128; – Gustave Le Bon e a multidão intelectual, 134; – Gabriel Tarde em defesa da tradição intelectual, 153; – Psicologia social <i>versus</i> sociologia: revisitando o debate entre Tarde e Durkheim, 167.	
CONCLUSÃO	174

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
ANEXOS	210
Anexo 1 – Lei de 12/07/1875, relativa à liberdade do ensino superior (extrato); – Lei de 18/03/1880, <i>Journal Officiel de la République Française</i> , sobre o mesmo assunto; – Lei de 27/02/1880, <i>Journal Officiel de la République Française</i> , relativa ao Conselho Superior de Instrução Pública e aos Conselhos Acadêmicos.	211
Anexo 2 – Extrato do currículo de Raoul de la Grasserie (18/01/1901).	219
Anexo 3 – Grade curricular do <i>Collège Libre des Sciences Sociales</i> (1895).	222
Anexo 4 – Grade curricular do <i>Collège Libre des Sciences Sociales</i> (1905).	224
Anexo 5 – Grade curricular da <i>École des Hautes Études Sociales</i> (1905).	226
Anexo 6 – Capas das coleções.	228
Anexo 7 – Catálogos das coleções.	235
Anexo 8 – Tabelas de ocupação e profissão dos autores, por coleção.	240
Anexo 9 – Tabelas de editoras, por autor.	244
Anexo 10 – Origem Social e Formação Escolar – Pólos do Poder Social e Intelectual.	253
Anexo 11 – G. Le Bon – Publicações em revistas.	255
Anexo 12 – G. Tarde – Publicações em revistas.	258

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende investigar o nascimento da Psicologia Social na França em fins do século XIX e cabe, em primeiro lugar, esclarecer os termos que compõem a expressão e os seus usos no campo intelectual. A psicologia social foi basicamente uma temática que se difundiu entre o fim dos anos 80 e os primeiros anos do século XX, numa conjuntura intelectual de definição e de institucionalização de novas disciplinas de “ciências sociais”. Por essa expressão se entendia, à época, um conjunto de temas ligados à “questão social” (higienismo, questões trabalhistas, seguridade); contudo, para efeito deste trabalho, ela representa um campo intelectual composto por novas disciplinas, tais como a economia, a geografia, a psicologia, a sociologia e a etnologia. Ao contrário dessas disciplinas, a psicologia social não conseguiu se institucionalizar na universidade, não formou uma escola de pensamento e nem se perpetuou por intermédio de uma sociedade científica ou de uma revista especializada¹. Não obstante a derrota institucional no campo universitário, não se pode dizer que as trajetórias dos autores que sustentaram essa expressão foram fracassadas, pois eles ocuparam posições de poder no campo intelectual. Alguns desses autores, tais como Gabriel Tarde, Alfred Fouillée e Émile Boutmy foram membros das instituições as mais prestigiadas do campo intelectual — Académie des Sciences Morales et Politiques e Collège de France — e outros, tal como Gustave Le Bon, se não conquistaram tanto prestígio no campo intelectual, em compensação fizeram sucesso no mundo da edição científica de vulgarização e se tornaram mentores intelectuais de políticos e do público culto não especializado.

O problema que norteia o argumento da tese é exatamente o descompasso entre a pequena força de institucionalização da psicologia social tendo em vista o grande poder institucional dos que a sustentaram. Meu argumento principal é que, com a crescente autonomização do campo universitário e a correspondente profissionalização das ciências sociais, o pólo científico e os novos *intelectuais*² se tornaram dominantes em relação às

¹ Em 1907 surgiu uma revista generalista, fundada pelo filho de Gabriel Tarde, chamada *Psychologie Sociale*. A revista durou apenas um ano e meio, o que é significativo do caráter efêmero das configurações sociais que sustentaram essa expressão.

² O termo “intelectual” surgiu, como mostrou Christophe Charle, por ocasião do caso Dreyfus. Representou, através do Manifesto dos Intelectuais, de 1898, o grupo dos que defendiam Dreyfus (*dreyfusards*) e questionavam o julgamento do exército francês. Esses “intelectuais” inauguraram uma nova forma de intervenção no espaço público, pois coletiva e baseada numa posição profissional, rompendo com as práticas e a

tradicionais posições de poder em ciências sociais — o pólo pedagógico das humanidades (história e filosofia) e o pólo técnico-profissional (direito e medicina). No caso específico do campo das ciências sociais, essa transferência relativa de poder e de prestígio gerou combates importantes pela ordenação das hierarquias disciplinares e, principalmente, pela definição da disciplina hegemônica. Na primeira fase dessas disputas, ao longo dos anos 70 e 80, as seguintes oposições disciplinares se estabeleceram: economia *versus* direito e psicologia *versus* filosofia, as novas disciplinas (economia e psicologia) buscando legitimidade em bases “científicas” (positivas) por oposição à ordem “moral”, base do prestígio da filosofia e do direito. Nesse período, os “economistas” e os “psicólogos”³ procuravam incorporar as teorias de Herbert Spencer e de Hippolyte Taine e fundar as ciências sociais em bases naturalistas e individualistas. Contudo, nos anos 90, uma segunda fase de disputas é inaugurada em razão da abertura da universidade à “questão social” através da criação de cursos e cadeiras, o que gerou novas oportunidades de inserção institucional e de inovação disciplinar. É nesse contexto que o “naturalismo” e o “individualismo” passam a ser questionados e se deslocam para uma posição conservadora em relação à sociologia durkheimiana, que defendia a autonomia da sociologia em relação às ciências biológicas e psicológicas. Ora, a temática da “psicologia social” ganha sentido exatamente nesse contexto de disputas, dado que sob essa rubrica estavam agrupados autores que gravitavam em torno da economia e da psicologia e que, nos anos 90, passaram a representar o conservadorismo científico por oposição ao modernismo sociológico. A psicologia social torna-se, portanto, uma temática típica do pólo heterônimo das ciências sociais e se caracteriza por entremear o espaço científico, moral e literário em razão de sua inserção institucional e da formação intelectual dos seus representantes — o que se reflete sobre o gênero “ecletico”⁴ que eles praticam.

Uma das conseqüências desse processo foi a diversificação do campo educacional e do campo editorial, que passaram a se caracterizar tanto por iniciativas diletantes quanto por empreendimentos ultra especializados. Num primeiro momento, as ciências sociais, comprometidas desde a origem com a resolução de problemas sociais contemporâneos, foram apropriadas pelas instâncias tradicionais de discussão e difusão, tais como a escola secundária e as sociedades científicas mundanas. Denomino “pólo pedagógico” as posições de grupos e

figura do homem de letras ou do cientista solitário. Neste trabalho usarei o termo em seu sentido genérico. Cf. CHARLE, Christophe, *Naissance des “intellectuels”: 1800-1900*, Paris, Minuit, 1990.

³ Até o fim do século a formação dos “economistas” era freqüentemente em direito e a dos “psicólogos” em filosofia ou medicina.

⁴ O “ecletismo” é usado no período em dois sentidos distintos: como sinônimo da psicologia idealista da escola de Victor Cousin e para caracterizar doutrinas que combinam explicações de natureza distinta. É nesse segundo sentido que o termo é usado neste trabalho.

de instituições freqüentemente ligadas ao ensino secundário e vocacionadas à concepção da ciência social em bases morais e “pólo técnico-profissional” as posições vinculadas à filantropia burguesa e à “engenharia social” — tipicamente representadas pelos herdeiros de Frédéric Le Play. No campo educacional, foram fundadas escolas, cursos e disciplinas, na área pública e privada, para tratar da “questão social” para um público mais amplo. O propósito dessas iniciativas era eminentemente político, ou seja, de combate ao socialismo, já que nos anos 90 intelectuais socialistas se dispunham a difundir sua versão da história e a ocupar posições institucionais importantes. Por outro lado, as pesquisas sobre a “questão social” eram dominadas pelas instituições leplaysianas cuja finalidade, mais ou menos explícita, era o controle da luta de classes através da filantropia e da responsabilidade patronal. Ora, foram esses dois pólos os mais sensíveis aos temas da “psicologia social” e foi através de suas instituições que alguns psicólogos sociais ascenderam a posições de prestígio no campo intelectual.

Além de escolas e de sociedades científicas, outras práticas ligadas a esses grupos permitiram a ascensão da psicologia social, tais como a fundação de coleções editoriais e de revistas científicas. Nos anos 90, os temas “sociais” invadiram as editoras, principalmente através de assuntos de grande sensibilidade por parte do público mais amplo, tais como a criminologia e a questão trabalhista, que discutiam problemas de ordem biológica, psicológica e social com propósitos políticos. Uma vez que as coleções e as revistas eram orientadas a um público mais amplo, seu recrutamento, como seria de se esperar, estava baseado majoritariamente em autores sem credenciais acadêmicas, geralmente juristas, médicos e pedagogos. Essas iniciativas pretendiam ocupar espaço no novo campo das ciências sociais com a finalidade de conquistar prestígio intelectual ou de credenciamento para posições de poder intelectual. A psicologia social foi um tema importante em várias dessas revistas e coleções, pois ela desempenhou o papel de uma “nova ciência” sem perder as maneiras mundanas do diálogo com o público mais amplo. Não é por acaso que a “psicologia das multidões”, um de seus tópicos mais populares, tinha parentesco com a criminologia e com a questão trabalhista ou que a “psicologia dos povos” fosse tributária das famosas “histórias da civilização”: matérias enciclopédicas ou jornalísticas se misturavam na gestação de um gênero para o qual já havia um público estabelecido.

A temática da psicologia social sofreu, como se observa, os impactos não apenas das disputas internas ao campo intelectual, mas também as interferências provenientes dos campos político e econômico, mais prementes conforme se caminha na direção do pólo heterônomo das ciências sociais. Por intermédio da administração escolar, as preocupações

práticas dos homens políticos se impunham através de uma agenda temática que, por sua vez, os psicólogos estavam disponíveis para divulgar. Ao mesmo tempo, por intermédio das associações científicas os temas da agenda patronal também eram incorporados. As relações entre os campos não eram, nesse caso, indiretas, mas se constituíam através de uma rede de sociabilidades fundamental para a circulação das idéias. A psicologia social esteve aberta a todas essas influências e, mais do que isso, os psicólogos sociais eram particularmente dependentes do capital de relações sociais nesses meios para sua sobrevivência no campo intelectual. Sem as credenciais acadêmicas dos universitários e com receio de cair na vala comum do jornalismo, era necessário manter o próprio nome em circulação nas altas rodas do poder político e econômico.

A grande vantagem da psicologia social foi ter sido, de certo modo, eleita pelas “ciências mentais”⁵ como aliada, ciências essas formadas por uma série de disciplinas — psicologia experimental, neurologia, psicologia hipnótica, medicina legal — que tinham prestígio científico e inserção universitária. Essa união aparentemente exótica entre universitários e diletantes é uma das respostas para o enigma da psicologia social. Uma vez que se compreenda que esses meios não eram modernistas como são retratados na maior parte dos estudos, mas sim moderados e, mesmo, tradicionalistas, entende-se sua abertura para intelectuais com o perfil de Gabriel Tarde e de Gustave Le Bon. Ambos os autores ascenderam institucionalmente com o apoio incondicional de Théodule Ribot, o fundador da psicologia experimental francesa.

Os principais autores de que trato nesse trabalho são Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, fundadores do que ficou conhecido como “psicologia das multidões”, um tema absolutamente popular na imprensa e na literatura da época, mas que eles pretendiam tratar de maneira científica através de conceitos elaborados pela psicologia individual. Alfred Fouillée e Émile Boutmy também fazem parte dessa nebulosa em razão de seus trabalhos sobre “psicologias dos povos”, obras que pretendiam identificar o “caráter nacional” de certos países com base em teorias antropológicas e psicológicas. Fouillée e Boutmy interessam, além disso, porque ocuparam posições de grande poder, respectivamente, no pólo pedagógico e no pólo profissional. Outros autores também escreveram psicologias sociais, tais como Augustin Hamon e Henri Fournial, mas não estão presentes neste trabalho, pois a dispersão levaria a um alargamento ainda maior da base empírica. Em todo caso, eles permanecem como possível horizonte para estudos futuros.

⁵ A expressão é ampla e, como se verá, abrange disciplinas não necessariamente “mentais”, mas também “cerebrais”.

A “psicologia social” foi objeto de pouquíssimos estudos e os que existem estão preocupados em recuperar teorias e conceitos para a constituição de uma história disciplinar ou em formular uma psicologia social moderna⁶. O problema desses estudos é que, no ímpeto de elaborar uma nova síntese psicológica, eles freqüentemente descuidam do contexto e do significado das obras em seu próprio tempo. A “psicologia dos povos” de Alfred Fouillée e de Émile Boutmy foi objeto de poucos trabalhos⁷. O estudo sobre Fouillée é extremamente genérico e trata apenas de idéias; as teses sobre Boutmy, mais completas, estão preocupadas com um único autor, no caso de H. Guettard, ou com uma única disciplina, a ciência política, no caso de P. Favre. O trabalho de Favre interessa porque ele foi o primeiro a considerar a obra de Émile Boutmy e a de Gabriel Tarde de um ponto de vista institucional e com base em análise de trajetórias. Ao equacionar as causas para o fracasso da “ciência política” no período, conclui que o estilo “amador” teria impregnado esse meio, por oposição ao trabalho profissional e especializado do grupo durkheimiano. O caráter “amador” que Favre observou para o caso da ciência política é também um traço da psicologia social e, dado que as disciplinas ainda eram relativamente indiferenciadas, há muitos pontos confluentes. O problema é que o critério que Favre usa para identificar um “amador” é, em grande parte, internalista, ao passo que, para fins deste trabalho, interessa vincular esses conteúdos às práticas intelectuais que os geraram.

Poucos foram os estudos sobre Gabriel Tarde e Gustave Le Bon ao longo do século XX, o que é tanto mais significativo quando se observa a imensa difusão de suas obras desde a última década do século XIX até os dois primeiros decênios do século XX. Os primeiros estudos sobre esses autores datam de apenas algumas décadas. No caso de Le Bon eles permaneceram raros, mas Gabriel Tarde foi, há alguns anos, objeto de um interesse renovado, fenômeno denominado “tardomania” por L. Mucchielli⁸. Em compensação, há trabalhos sólidos sobre Le Bon, como os de Robert Nye e Benoît Marpeau, enquanto Tarde ainda espera por uma pesquisa mais aprofundada⁹. Os estudos sobre Le Bon e Tarde são de dois tipos principais: os que têm interesse teórico e conceitual e os que objetivam reconstituições

⁶ Cf., por exemplo, os trabalhos de I. Lubek, E. Apfelbaum e S. Moscovici (todas as obras mencionadas nas referências bibliográficas).

⁷ Sobre Fouillée, cf. LOGUE, William, *From Philosophy to Sociology: the Evolution of French Liberalism, 1870-1914*, DeKalb, Northern Illinois University Press, 1983. Sobre Boutmy, cf. FAVRE, Pierre, *La naissance de la science politique en France*, Paris, Fayard, 1989, e GUETTARD, Hervé, *Émile Boutmy: un réformiste libéral*, Tese de História, Paris, Institut de Sciences Politiques, 1990.

⁸ MUCCHIELLI, L., “Tardomanie? Réflexions sur les usages contemporains de Tarde”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, nº 3, 2000, pp. 161-84. Cf. aqui o Capítulo 3.

⁹ No que diz respeito à carência de estudos especializados sobre Tarde, Louise Salmon e Yoshia Fukuda preparam atualmente dois trabalhos sobre Tarde que prometem mudar esse cenário.

históricas e contextuais. Gabriel Tarde é objeto principalmente do primeiro tipo de abordagem e Gustave Le Bon, do segundo. A abordagem “internalista” toma por objeto as idéias e procura compreender sua lógica interna dentro de uma ordem mais ou menos sistemática, bem como, quando se trata de vários autores, segundo algum critério “interno” de aproximação (“escolas de pensamento”, “ideologias” etc.)¹⁰. No caso dos estudos contextualistas, a maior parte dos trabalhos utiliza o elemento histórico, principalmente social e político, como referência ou enquadramento dos textos, mas permanece a dificuldade de interpretação do seu significado pela ausência de uma dimensão mediadora¹¹. A maior parte dos estudos sobre a “psicologia da multidão” tende a tratar o tema como um conjunto coeso, mas algumas obras se debruçam exclusivamente sobre um dos dois autores. Os trabalhos de Catherine Rouvier, Claire Vlach, Robert Nye e Benoît Marpeau¹² são dedicados exclusivamente a Le Bon, o de Serge Moscovici e o de Jaap van Ginneken¹³, a Le Bon e a Tarde, e o de Dominique Reynié e de Maurizio Lazzarato apenas a Tarde. A reedição de várias obras de Tarde pela editora Synthélabo, desde 1999, sob a direção de Éric Alliez, tem sido acompanhada por textos introdutórios ao seu pensamento com o intuito de dar conta de aspectos teóricos de sua obra¹⁴.

Se os estudos de especialistas são raros, abundam trabalhos em que Tarde e Le Bon recebem algumas páginas de atenção e têm suas idéias rapidamente sintetizadas. Zeev Sternhell, Theodor Adorno, Wright Mills, Georges Lefebvre e Georges Rudé, por exemplo, estão preocupados com questões mais amplas do que propriamente compreender seu pensamento; já os trabalhos de Cochart, Reynié, Gallini, Barrows, Moscovici, Ginneken e Rouvier têm por objetivo principal compreender suas idéias.

Entre os autores preocupados com o alcance teórico das teses dos psicólogos, destacamos Georges Lefebvre¹⁵ e Georges Rudé¹⁶ que, no campo da história, procuraram observar a pertinência do conceito de “multidão” aplicando-o aos grupos e movimentos

¹⁰ Dentro dessa tradição, também há estudos que propõem uma tarefa mais ambiciosa: percorrer a obra dos principais “pensadores” da tradição da cultura ocidental e comparar suas respectivas visões no que diz respeito a um determinado tema. No caso dos estudos sobre as massas, cf. GINER, Salvador, *Sociedad masa: crítica del pensamiento conservador*, Barcelona, Península, 1979. O autor se aventura na tarefa de compreender a noção de “massa”, de Hesíodo a Daniel Bell.

¹¹ Nos últimos anos, esse gênero tem sido renovado por trabalhos que visam preencher as lacunas históricas deixadas pela abordagem anterior com análises próprias à vida intelectual. Na área de criminologia, conferir os trabalhos de Marc Rennéville.

¹² Cf. os trabalhos de R. Nye, B. Marpeau, C. Vlach e C. Rouvier, referidos ao final do trabalho.

¹³ Cf. os trabalhos de J. van Ginneken, S. Moscovici, C. Reynié e M. Lazzarato.

¹⁴ Os prefácios das reedições da obra de Tarde pela Editora Synthélabo foram escritos por Éric Alliez, Thierry Martin, François Zourabichivili, Anne Devarieux, René Schérer e Maurizio Lazzarato. No Brasil, cf. os trabalhos de Eduardo Vargas nessa linha de pesquisa.

¹⁵ LEFEBVRE, Georges, “Revolutionary crowds”, in KAPLOW, Jeffrey (ed.), *New Perspectives on the French Revolution: Readings in Historical Sociology*, New York, John Wiley & Sons, 1965.

¹⁶ RUDÉ, Georges, *The Crowd in History 1730-1848*, London, Lawrence & Wishart, 1985.

populares do século XVIII e XIX. Uma vez que Rudé e Lefebvre estão preocupados com a emergência da “consciência coletiva” entre grupos populares ou, mais especificamente, com o problema da consciência de classe, aceitam com muitas restrições a caracterização do conceito de multidão de Le Bon ou recusam totalmente suas concepções. Lefebvre aceita parcialmente a idéia do “contágio”, ou seja, a idéia de que, em multidão, as pessoas perdem até certo ponto a capacidade crítica e tendem a “imitar” os demais — o que, segundo ele, aproxima o comportamento humano do animal e representa uma crítica perspicaz de Le Bon à pretensão individualista e racionalista dos liberais. De outro lado, recusa a caracterização que faz Le Bon da imitação como algo “puramente mecânico”, ou seja, sem a intervenção da consciência individual na formação do que denomina “mentalidade coletiva”. Lefebvre crê adotar uma posição de equilíbrio entre esses dois extremos. Rudé adota o conceito de “padrão de comportamento” das multidões — diferenciadas segundo vários critérios, tais como intencionalidade, tradição, origem social, situação de vida, contexto político, grau de organização etc. —, e procura traçar o “rostro” da multidão. A partir de ampla pesquisa empírica, mostra que a multidão não é necessariamente violenta como pensava Le Bon, cujas idéias considera uma “teoria conspirativa da Revolução”. Há, segundo ele, padrões mais ou menos violentos (e espontâneos) de comportamento coletivo segundo o tipo de multidão, seu grau de organização etc.. No caso dos grupos politicamente organizados, afirma que as crenças fundamentais, junto com slogans diversos, são responsáveis por sua unidade ou coesão e, portanto, o “líder” em Le Bon não teria o poder que lhe teria sido atribuído pelo autor, qual seja, o de dar “unidade mental às multidões”. O interessante, para efeito deste trabalho, é o fato de que ambos os historiadores desqualificam a pretensão científica da obra de Le Bon, ao menos no que diz respeito às sociedades do século XVIII e XIX. Isso não impediu, no entanto, que sociólogos, psicólogos e cientistas políticos continuassem tentando encontrar, através da reconstrução da obra dos “psicólogos” e da aplicação de seus conceitos à sociedade do século XX, teorias sobre a “psicologia das multidões” e a “sociedade de massa”. Tais tentativas serão tratadas neste trabalho de um ponto de vista crítico, pois considero equivocado modernizar as obras de Le Bon e de Tarde sem o devido cuidado em relação ao significado que elas tiveram em seu próprio tempo.

Para Dominique Cochart¹⁷, os psicólogos pertencem à tradição do pensamento conservador que construiu estereótipos dos movimentos populares e das “populações

¹⁷ COCHART, Dominique, “As multidões e a comuna: análise dos primeiros escritos sobre psicologia das multidões”, *Revista Brasileira de História*, vol. 10, nº 10, mar., 1990. Dentro dessa mesma linha, Maria Stella Bresciani procura complementar as sugestões de Cochart, mostrando que as imagens da “multidão” irracional e

trabalhadoras” como se essas populações fizessem parte de uma “parcela ainda animal da humanidade” e estivessem, por isso, mais predispostas à violência. O contexto histórico tem duas funções principais no seu trabalho: é uma espécie de fonte de referência, mas também representa um contexto significativo que impõe, nos momentos de grandes mudanças, novos discursos. No fim do século XIX, com as profundas transformações sociais e políticas na Europa, teria ocorrido um “vazio teórico” que o discurso dos “psicólogos das multidões” procurou ocupar, contexto no qual também estariam sendo gestadas a “sociologia” e a “psicologia social”. Apesar dessas sugestões iniciais, o artigo de Dominique Cochart enfatiza o primeiro uso da história descrito acima, ou seja, a importância de certos acontecimentos históricos no “imaginário” sobre as multidões. A autora mostra que certos fatos políticos da segunda metade do século XIX, em particular a Comuna de Paris, teriam marcado profundamente o imaginário dos psicólogos, principalmente pelo viés da “corrente ideológica que estabeleceu a correspondência entre “classes trabalhadoras” e “classes perigosas”, entre os quais alguns romancistas da época¹⁸. Considerando os escritos dos “psicólogos” e dos romancistas como dois conjuntos de textos ou *corpus* — e, portanto, abstraindo suas especificidades —, a autora buscou analogias e classificou o discurso sobre a multidão em quatro temas: “as multidões como categorias”, “o perigo das multidões”, “as multidões como monstros cegos” e as “multidões como grupo sociológico”. A Comuna teria operado como um “processo de reativação ou de aceleração para a reflexão política, intelectual, organizacional, tanto da classe operária quanto sobre a classe operária”, reflexão realizada principalmente pelos romancistas *anti-communards* e pelos psicólogos das multidões. A autora deixa um desafio: estudar os efeitos dessas teorias sobre as ciências sociais nascentes¹⁹ e sobre os

violenta datam do período da Revolução Francesa e do horror que causou aos seus observadores. Cf. BRESCIANI, M. S., “Da perplexidade política à certeza científica: uma história em quatro atos”, *Revista Brasileira de História*, vol. 12, nº 23/24, set., 1991 / ago., 1992.

¹⁸ COCHART, D., art. cit., p. 113. A autora analisa a obra de três romancistas: Alexandre Dumas Filho (*Lettres sur les choses du jour*, de 1871), Paul de Saint-Victor (*Barbares et Bandits*, de 1872) e Maxime du Camp (*Convulsions de Paris*, de 1878-80).

¹⁹ A tentativa de aproximação entre os “psicólogos das multidões” e a sociologia clássica é feita por vários estudiosos, entre eles Barrows, Moscovici e Rouvier. Entretanto, todo cuidado deve ser tomado nesse campo: se há semelhança entre as preocupações de fundo, isso se deve menos à suposta influência dos psicólogos sobre a sociologia clássica do que à agenda social e política do período, permeada pelas mesmas preocupações. Max Weber, em *Economia e sociedade*, delimita a sociologia da ação social em relação à psicologia coletiva, afirmando que fenômenos como os descritos por Le Bon não são objeto de estudo porque seriam mecânicos e não envolveriam, como ocorre numa relação social, ações dotadas de significado. Cf. WEBER, Max, *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 19. Nesse sentido, é um equívoco tentar, como fazem aqueles estudiosos, aproximar a figura do “líder das multidões” de Le Bon à do “líder carismático” weberiano, já que o primeiro possui qualidades intrínsecas (uma personalidade especial), enquanto o segundo é muito mais o resultado de uma espécie de “projeção” da própria sociedade ou de suas representações. É. Durkheim, por sua vez, trava uma polêmica com Gabriel Tarde em torno da origem da “opinião pública”, criticando sua tese da “imitação”. Não obstante, a relação entre Durkheim e os “psicólogos” é mais complexa, o que se observa pelo caráter ambíguo do papel das “multidões” em sua teoria. Cf. DURKHEIM, É., *Divisão do trabalho social*, São

teóricos do movimento operário que colaboraram na revista *Le Devenir Social*²⁰. Seu estudo, no entanto, apresenta uma ambigüidade: ora considera os psicólogos como “teóricos inovadores”, ora como “ideólogos de uma tradição”, tensão que também está presente no importante trabalho de Susanna Barrows.

Segundo Barrows²¹, não se deve superestimar a importância teórica dos “psicólogos das multidões”, pois seu “espelho deformante” resulta antes do “espírito ansioso” da Belle-Époque e não pode ser considerado, ao contrário do que pretendiam seus representantes, um discurso neutro e científico sobre a multidão. Para demonstrar sua tese, Barrows coteja as análises desses autores aos movimentos sociais da época e recusa validade sociológica ou historiográfica aos relatos. Ela mostra que a associação do comportamento da multidão às imagens do “pobre”, do “trabalhador”, do “socialista/anarquista”, do “alcoólatra”, do “selvagem” e da “mulher” na tentativa de mostrar sua irracionalidade e seu perigo potencial à “civilização” é empobrecedora da pluralidade dos movimentos sociais da época²². Conclui que o “medo da massa” foi maior que a capacidade analítica desses observadores. A concepção dos “psicólogos” como ideólogos identificados a uma visão pessimista e conservadora das “multidões” — o “perigo da ditadura da plebe” — é um pressuposto de seu trabalho. Não obstante, no final de seu livro afirma que tal tradição teria sido superada, em certa medida, por Le Bon, autor que soube compreender o papel do “líder” (*meneur*), ou seja, sua capacidade de manipulação das massas. Le Bon, ao contrário dos outros autores, teria tido a capacidade de entender que as multidões poderiam ser mobilizadas não apenas pela esquerda, mas também pela direita, e daí sua habilidade em antever que o estudo da psicologia das massas “poderia servir para fundar os regimes modernos de extrema-direita”²³. Uma afirmação polêmica e pela qual foi criticada²⁴, mas que também esteve presente nas

Paulo, Martins Fontes, 2000, e *O suicídio*, São Paulo, Martins Fontes, 2000, obras em que há associações claras entre a multidão, as paixões e a violência. Já em DURKHEIM, É., *Leçons de sociologie: physique des moeurs et du droit*, Paris, P.U.F., 1950, as multidões urbanas não obnubilam a individualidade mas, ao contrário, são um estímulo ao seu desenvolvimento.

²⁰ No caso do movimento operário brasileiro, há um sugestivo trabalho de PEREIRA, Andréa R. S. *A influência da psicologia das massas sobre o Movimento Operário Brasileiro (1917-1922)*. Dissertação de mestrado em sociologia, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1997, no qual a autora conclui que, entre os anos 10 e 20, houve forte impacto das teses dos psicólogos sobre os anarquistas — mais do que sobre os socialistas —, expressa pela contraposição “vanguarda versus massa”.

²¹ BARROWS, Susanna, *Les miroirs déformants. Réflexions sur la foule en France à la fin du XIX^e Siècle*, trad. par Suzanne Le Foll, Paris, Aubier, 1990.

²² François Chazel, ao traçar uma história dos movimentos sociais, desde as abordagens “clássicas” até os dias atuais, mostra os problemas conceituais de cada uma delas. No caso de Le Bon, denomina uma “ilusão reacionária” sua caracterização da multidão. Cf. BOUDON, R., *Tratado de sociologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

²³ BARROWS, S., op. cit., p. 176.

²⁴ Chazel critica a conclusão da autora no sentido de encontrar em Le Bon uma espécie de “(...) conselheiro do Príncipe moderno (...) e atribuir-lhe uma espécie de presciência quanto aos mecanismos do irracionalismo de

preocupações de vários autores que estudaram os psicólogos das multidões em busca de uma explicação para os regimes políticos autoritários do século XX. Efetivamente, essa interpretação parece incorrer no mesmo equívoco apontado acima, isto é, o de atribuir a Le Bon uma teoria que ele não tinha condições intelectuais nem interesse político em formular. Talvez Barrows não tivesse se aventurado nessa hipótese se houvesse desenvolvido mais extensamente as valiosas sugestões contidas em sua introdução sobre o vínculo entre a psicologia das multidões e o contexto político e intelectual da época. A autora afirma que é essencial ler os textos dos psicólogos à luz dos acontecimentos políticos e sociais do último decênio do século XIX, propondo, nesse sentido, uma análise contextualizada de suas idéias. Entre 1889 e 1898, ocorreram as “primeiras manifestações do 1º. de maio, o terrorismo anarquista, o aumento de greves e de manifestações violentas, o escândalo do Panamá, o assassinato do presidente Carnot e o início do caso Dreyfus. A partir de 1895, a Terceira República perdeu muitos de seus aliados e, por trás da retórica antiparlamentar e antidemocrática, estavam monarquistas, boulangistas, sindicalistas, republicanos descontentes e elitistas”²⁵. Mas esse contexto se mantém como pano de fundo em relação à reconstrução interna das idéias e às influências recíprocas entre os vários autores dessa tradição. Seu estudo se baseia principalmente na idéia de “influência” e tenta traçar a história da “psicologia da multidão” desde Taine e Zola até Henry Fournial, Scipio Sighele, Gabriel Tarde e, finalmente, Gustave Le Bon, o último denominado concomitantemente “vulgarizador” e “inovador”. O problema maior desse tipo de abordagem é que nela se desconsidera as mediações do campo intelectual, o que leva a identificar autores que ocupam posições distintas e cujo significado deve ser diferenciado.

Dominique Reynié²⁶, por sua vez, considera Gabriel Tarde um inovador nas ciências sociais. Nos dois últimos decênios do século XIX, segundo ele, o medo das multidões estava disseminado e era compartilhado por conservadores, liberais e republicanos; a única diferença entre os primeiros — entre os quais os psicólogos — e os últimos seria a postura antidemocrática, expressa pela ênfase no caráter violento e irracional da democracia²⁷. No entanto, no fim da década de 90, segundo o autor, essas idéias teriam se tornado estranhas ao

massa que teria debilitado o nosso século”, afirmando que Le Bon não teria os “instrumentos conceituais adequados” para abordar os movimentos de massa, além de confundir “massa” e “multidão”. Cf. BOUDON, R., op. cit., p. 297.

²⁵ BARROWS, S., op. cit., p. 8.

²⁶ REYNIÉ, Dominique, “Théories du nombre”, in REYNIÉ, D. (coord.), *Masses et Politique*, in *Hermès*, nº 2, 1988.

²⁷ “Ao considerar que a democracia é a idade das multidões ele mostra que a democracia será também a idade da violência e da irracionalidade política: a democracia anuncia o fim da civilização”. REYNIÉ, D., art. cit., p. 101.

novo ambiente político, caracterizado pela integração das massas num “sistema político estabilizado” durante o caso Dreyfus, momento de formação do “público”, correspondente ao declínio das greves violentas e à moderação dos comportamentos eleitorais. É nesse contexto que o autor cita a obra de Gabriel Tarde como de ruptura em relação à dos outros psicólogos, pois ele teria sido o único a ultrapassar o horizonte teórico e ideológico das teorias da multidão com a criação de uma categoria chave de interpretação da sociedade moderna: a de “público”. Esta categoria descreveria, ao contrário do fenômeno da “massa”, um grupo ou agregado de indivíduos que se relaciona sem ocupar a rua e sem gerar violência, ou seja, participa do espaço público sem deixar a “esfera privada”, a formação racional de sua opinião ocorrendo pela imprensa ou por conversas privadas. Tarde estaria transpondo o conceito de “público” do sistema político representativo para a sociologia, inaugurando a “ciência da opinião pública”²⁸. Essa “virada” do pensamento de Tarde indica, segundo o autor, três conseqüências: a substituição do pessimismo pelo otimismo em relação à era moderna e em relação à consciência coletiva; a inspiração para a moderna teoria da opinião pública baseada nas sondagens de opinião e, finalmente, a base para a inversão lógica das novas teorias pessimistas sobre a sociedade de massas a partir do pós-guerra, agora tratando o público como dominado pelos meios de comunicação de massa, receptores “impotentes, porque solitários, da propaganda, da ideologia dominante e da cultura totalitária”²⁹. Dois problemas devem ser destacados na interpretação de Reynié: ele não explica a origem da descoberta do conceito de “público” senão supondo uma espécie de percepção aguçada de Tarde; em segundo lugar, sua opção por inserir *Le Bon* na tradição da “crítica aristocrática do número” (seguida por O. Spengler e J. Ortega y Gasset) deixa sem explicação o significado social de suas idéias no campo intelectual francês do fim do século.

As abordagens de C. Rouvier³⁰ e de S. Moscovici³¹ têm esse mesmo sentido, ou seja, a psicologia das multidões é considerada um modelo teórico aplicável à compreensão da

²⁸ REYNIÉ, D., “Introdução”, in TARDE, Gabriel, *A opinião e as massas*, São Paulo, Martins Fontes, 1997, p. 2. Referindo-se ao valor “histórico” da descrição feita por J. Habermas (in *L’espace public*) da degradação da opinião pública no século XX, o autor afirma que Tarde seria “o primeiro a teorizar a nova forma da relação social de massa, à qual ele dá o nome de público”, REYNIÉ, D., op. cit., p. 22. Cf. também REYNIÉ, D., art. cit., p. 101. Não obstante, cita Tocqueville como o primeiro a descrever a massa como “homem médio” e não como grupo de revoltados.

²⁹ REYNIÉ, D., art. cit., p. 102. Em sociologia da comunicação, por exemplo, Gabriel Cohn analisa e discute parte dessa literatura — de Mannheim a Adorno, passando por Wright Mills, David Riesman, William Kornhauser, Hannah Arendt entre outros — fazendo uma crítica ao caráter “ideológico” da noção de massas, devido à sua natureza pouco explicativa, sua generalidade e ambigüidade. Cohn mostra que tanto os defensores quanto os críticos da “sociedade de massas” incorrem numa visão apriorística e pouco esclarecedora do seu objeto. Cf. COHN, G., *Sociologia da comunicação*, São Paulo, Pioneira, 1973.

³⁰ ROUVIER, Catherine, *Les idées politiques de Gustave Le Bon*, Paris, P.U.F., 1986.

³¹ MOSCOVICI, Serge, *L’Âge des foules: un traité historique de psychologie des masses*, Paris, Fayard, 1981.

“sociedade de massas” e da “liderança política” no século XX. Esses estudiosos caracterizam Le Bon e Tarde como defensores da democracia-liberal. Do ponto de vista teórico, a descoberta das “técnicas” de manipulação de massa teria antecipado o equacionamento do que ficou conhecido posteriormente como autoritarismo ou totalitarismo, o que não significa que ele teria apoiado esses regimes³². Na verdade, ao conferir *status* científico às teorias dos “psicólogos” e ao salvaguardar sua imagem de democratas, Moscovici e Rouvier se opuseram frontalmente à interpretação de Sternhell.

Zeev Sternhell³³, historiador preocupado com os precursores da direita radical na França do final do século XIX, considera Le Bon um “protofascista” em razão de noções tais como “alma da raça” e “caráter hereditário da cultura”³⁴. Sternhell segue uma tradição de estudos de Le Bon, bastante comum ao longo do século XX, que seleciona as passagens nos textos que corroboram sua hipótese. A qualificação política de Le Bon resulta do combate do autor às instituições liberais da Terceira República e principalmente por causa da adoção do conceito de “raça” (ancestral e hereditária) e da desigualdade absoluta entre as raças (em “inferiores” e “superiores”)³⁵. Z. Sternhell, ao estudar o nascimento da “direita radical” na França, entre os anos 1880 e 1890, se refere a alguns aspectos da obra de Le Bon como exemplos de uma ideologia e que futuramente seria reproduzida no período entre guerras pela direita européia. Os pontos que ele destaca, além das teses raciais, são: 1) a teoria do progresso baseada na “luta pela vida” e na “sobrevivência dos mais capazes”; 2) a concepção da política como arte de manipulação de massas; 3) a valorização do “instintivo”, do “sentimento”, do “emocional” e do “inconsciente” como motor da ação das massas; 4) o determinismo cientificista na origem da formulação do novo nacionalismo³⁶. Ora, Sternhell acaba por criar estereótipos a partir da identificação de termos sem que eles correspondam a um sentido específico no seu contexto de origem.

³² MOSCOVICI, S., op. cit., p. 498; e ROUVIER, C., op. cit., pp. 252-3.

³³ STERNHELL, Zeev, *La droite révolutionnaire, 1885-1914. Les origines françaises du fascisme*, Paris, Seuil, 1978.

³⁴ STERNHELL, Z., op. cit., pp. 149-52.

³⁵ Adorno, nos anos 50, já havia caracterizado o pensamento de Le Bon como “partidário da manipulação autoritária” (cf. nota 37 abaixo). Nos anos 70, Roger Geiger se referiu a Le Bon como um autor protofascista (cf. GEIGER, R., “Democracy and the crowd: the social history of an idea in France and Italy, 1890-1914”, *Societas* 7, nº 1, 1977) e Robert Nye considerou possível aproximar o pensamento de Le Bon ao do fascismo e compreendê-lo como antecipador da “teoria totalitária” (cf. NYE, R., *The Origins of Crowd Psychology: Gustave Le Bon and The Crisis of Mass Democracy in the Third Republic*, London, Sage, 1975). Nos anos 90, o *Dictionnaire des Intellectuels* (Paris, Seuil, 1996), dirigido por Jacques JULLIARD e Michel WINOCK, reproduziu essa mesma visão.

³⁶ STERNHELL, Z., op. cit., pp. 17, 147-52, 175 e 410.

O próprio Th.-W. Adorno³⁷, nos anos 50, já havia cometido o mesmo equívoco. Antes dele, G. Lukács³⁸ afirmara, mais cautelosamente, que a discussão sobre as “massas” representava o medo mais ou menos difuso da luta de classes e tinha um caráter marcadamente ideológico de luta contra a democracia e o socialismo, mencionando Le Bon, Pareto e Michels. Adorno aprofundou essas críticas, pois caracterizou o discurso de Le Bon como “partidário da manipulação autoritária”, na medida em que a individualidade não seria categoria de resistência, facilitando sua apropriação pela propaganda hitlerista³⁹. Não obstante, Adorno⁴⁰ curiosamente aceitou parte das teses de Le Bon, ao menos no que se refere à “irracionalidade das massas” e ao papel manipulador do “líder de massas”.⁴¹ Em suma, a ciência de Le Bon convive, na caracterização de Adorno, com sua dimensão ideológica. A visão de Adorno também está presente, contemporaneamente, no estudo de Clara Gallini⁴².

Sintetizo as interpretações e as oposições que resultam desse balanço da tradição crítica e que considero insuficientes para a compreensão das idéias desses autores. Em primeiro lugar, os estudos são ambíguos em relação ao valor ideológico e/ou científico da psicologia das multidões. Em segundo lugar, a caracterização política do pensamento desses autores apresenta um largo espectro de possibilidades: “conservador”, “elitista”, “liberal-democrata” ou “autoritário”/“protofascista”. Finalmente, muitos estudos sucumbem à tentação modernizadora e apontam “intuições” ou mesmo teorias em relação a sociedades e problemas que eles sequer conheceram. Os demais autores citados, mas não contemplados nesse balanço, serão retomados ao longo do trabalho de maneira mais aprofundada.

* * *

³⁷ ADORNO, Theodor-W. – HORKHEIMER, Max, *Temas básicos da sociologia*, São Paulo, Cultrix/Edit. da USP, 1973.

³⁸ LUKÁCS, Georg, *El asalto a la razón*, Barcelona, Grijalbo, 1972, p. 25.

³⁹ Adorno também cita McDougall (“massa organizada e massa desarticulada”), Geiger (“grupo e massa”), Allport e Lippman (“massa e público”). Adorno, contudo, defende a superioridade de Freud na análise da relação entre as “massas” e o “inconsciente”. Cf. ADORNO, Th. – HORKHEIMER, M., op. cit., p. 83, e FREUD, Sigmund, *La psicología de las masas*, Madrid, Alianza, 1989.

⁴⁰ No mesmo ano (1956) da publicação do trabalho de Adorno, Wright Mills publica *A elite do poder*, em que Le Bon é citado não por causa das teses sobre o papel do “líder de massa” e sim por suas opiniões sobre o comportamento da massa. É significativo o fato de Mills diferenciar as “massas” de Le Bon das “massas” do século XX, cuja soberania é, segundo ele, apenas aparente, dominadas que são pelas elites. Segundo o autor, não houve, como anunciara Le Bon, uma “era das massas” e as multidões que ele havia caracterizado eram na verdade “públicos”. A citação de Wright Mills é importante para demarcar as “multidões” que figuram nos textos dos psicólogos em relação às “massas” no sentido que os teóricos da “sociedade de massa” deram a essa noção no século XX. Cf. MILLS, C. Wright, *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 362.

⁴¹ ADORNO – HORKHEIMER, op. cit., pp. 79-82.

⁴² GALLINI, Clara, “Scipio Sighele et la foule délinquante”, in REYNIÉ, D., (org.), *Masse et Politique*, in *Hermès*, nº 2, 1988.

O trabalho está organizado em três capítulos principais. O primeiro deles pretende mostrar a estrutura do campo intelectual e, em especial, do campo das ciências sociais “livres” ou privadas em comparação às públicas ou universitárias. Com o surgimento de cadeiras e cursos universitários na área “social” um novo conjunto de ações e motivações se estabelece no campo. Trata-se de qualificar as posições no campo e mostrar a importância das escolas privadas no credenciamento do “intelectual livre”, bem como a concorrência que se estabelece entre os atores no que diz respeito à legitimidade do ensino público e privado. Essa questão é fundamental porque diz respeito aos interesses imediatos dos quais dependem o seu credenciamento intelectual e a sua sobrevivência no campo. Concluo que a falta de credenciamento acadêmico dos intelectuais ligados à psicologia social impôs alianças com o pólo pedagógico e o pólo profissional, o que se reflete em concepções mais pragmáticas e tradicionalistas das ciências sociais.

No segundo capítulo mostro a homologia entre o campo educacional e o campo editorial no que diz respeito às ciências sociais. Trata-se de observar que há uma relação direta entre o mundo editorial e as cadeiras e cursos de ciências sociais instituídas na universidade ou nas escolas privadas. Mostro que, na área de ciências sociais, a fundação de uma revista ou coleção editorial era uma estratégia fundamental de credenciamento e que se constituía com base em instituições diversas de recrutamento. Conforme se caminha para posições mais autônomas, as bases de recrutamento são mais universitárias e homogêneas e, por sua vez, conforme se aproxima do pólo comercial o recrutamento é mais heterogêneo e amador. As redes da psicologia social estão posicionadas principalmente entre o pólo estritamente comercial e o especializado, motivo pelo qual a base de recrutamento de seus representantes é o ensino secundário, as associações científicas privadas e os salões. O caráter eclético das obras também se impõe, além de sua formação, pelo público não especialista à qual elas se dirigem.

Finalmente, no terceiro capítulo, identifico um núcleo de poder universitário e editorial que tem grande prestígio no campo intelectual: as “ciências mentais”. Mostro que seu apoio à psicologia social foi fundamental para a legitimação desta última como uma matéria científica e para a ascensão desses autores no campo. Por outro lado, caracterizo esses casos como exceções em relação ao movimento geral de profissionalização das ciências sociais, o que foi possível porque as instituições tradicionais eram ocupadas por “intelectuais livres” que, de certa forma, cooptaram os representantes da psicologia científica francesa. Gustave Le Bon se construiu a partir, principalmente, das redes privadas que freqüentavam seus banquetes e, do ponto de vista editorial, ascendeu através das revistas ligadas às ciências

mentais. A recepção de suas idéias mostra que as críticas se intensificam conforme se caminha para o pólo universitário e, por outro lado, diminuem entre os “intelectuais livres”. Ele não ascendeu em razão da falta de habilidade para preservar o capital de relações sociais conquistado. Gabriel Tarde, por sua vez, seguiu carreira paralela ao mundo intelectual, mas articulou cuidadosamente suas redes e seu capital de relações sociais, de modo que ascendeu aos postos os mais prestigiados para quem não tinha credenciais acadêmicas, um caso visto com maus olhos pelos ocupantes das posições universitárias.

CAPÍTULO 1

A BARREIRA E O NÍVEL¹: CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS “LIVRES” E UNIVERSITÁRIAS (1880-1900)

Este capítulo pretende, a partir da estrutura do campo intelectual e das reformas educacionais que têm início nas duas últimas décadas do século, qualificar as posições emergentes no campo das ciências sociais universitárias e “livres”, ou seja, privadas. O objetivo é mostrar, em primeiro lugar, que com as reformas do ensino após os anos 80 houve uma mudança estrutural no campo intelectual representada pela autonomização do campo universitário e o conseqüente recuo de seu poder político e social. Por oposição, no pólo “livre”, ou seja, não universitário, as antigas posições tentavam se reproduzir nos espaços vazios deixados pela universidade através da aproximação com o poder social ou político. Contudo, nas posições mais dominadas nesse pólo, principalmente entre os intelectuais publicistas, as chances de sobrevivência dependiam da oferta de postos num mercado da cultura instável, em constante expansão e contração no período, gerando todo tipo de ressentimento relativo à perda de prestígio e de condições materiais de sobrevivência. Esse processo deve ser compreendido a partir da tensão no campo intelectual entre, de um lado, as nascentes ciências “positivistas” na universidade, principalmente a sociologia, e, de outro lado, a tradicional formação “profissional” ou “cultural” da burguesia estabelecida. Os cursos de Direito e Medicina, representantes do poder social no ensino superior, e os cursos de Letras e Filosofia, representantes do poder cultural, tornaram-se posições de resistência contra os avanços do pólo científico, em particular o das ciências sociais. Homologamente, no campo das ciências sociais “livres” houve também uma distribuição das posições entre o pólo profissional e o pólo pedagógico, representados de maneira típica respectivamente pela École Libre des Sciences Politiques e pela École des Hautes Études Sociales, instituições que reproduziram o comportamento universitário ao atender as demandas do campo social e político.

¹ GOBLOT, Edmond, *La barrière et le niveau: étude sociologique sur la bourgeoisie française moderne*, Paris, Félix Alcan, 1925.

Em relação especificamente às ciências sociais, a inovação disciplinar no campo universitário teve apoio político, recursos institucionais e intelectuais para combater a tradição e fincar uma nova cultura científica na área. Em contraposição, as ciências sociais originadas no pólo privado eram parte de um processo contraditório: vinculadas pela origem à tradição intelectual e social, pretendiam se modernizar sem abdicar da sua vocação pragmática ou cultural, tentando combinar a elas procedimentos e termos do léxico científico e teórico. Suas referências teóricas eram Frédéric Le Play e Hippolyte Taine, cuja prática e discurso sobre o “social” estavam marcadas, no caso de Le Play, pela forte tradição empírica, pela utilidade social das idéias e pela aproximação com o poder e, no caso de Taine, pela vocação literária, pela psicologia evolucionista e, após a publicação de *Les origines de la France contemporaine*², pelo conservadorismo político. A admiração pela Inglaterra havia marcado a obra de ambos e, em conseqüência, de grande parte das ciências sociais não universitárias. Nos anos 90, a posição das ciências sociais “livres” era difícil de sustentar, pois pretendia reunir práticas e saberes em franco processo de diferenciação. Contudo, era uma posição imperativa para quem, na ausência de credenciais acadêmicas ou de pesquisa científica especializada, dependia fortemente de apoio social, político, patronal e publicitário. Além disso, num processo de atração recíproca, sua formação generalista e fragmentária ia ao encontro dos interesses políticos e sociais, preocupados com o conflito social imediato e com a difusão de uma moral cívica. A função pedagógica e pragmática caracteriza, portanto, a produção no pólo privado das ciências sociais, uma posição dominada intelectualmente nas ciências sociais do período, e que se desenvolveu por intermédio do mercado da cultura e de sociedades científicas, corporativas e filantrópicas. Ao realizar uma espécie de divisão do trabalho entre a pesquisa e a assistência social, cada uma dessas práticas pretendia atingir um determinado extrato da estrutura social francesa, desde as classes populares até as superiores. A realização dessa necessária vocação pedagógica e pragmática só foi possível graças à mudança nas bases materiais da vida intelectual, o que produziu uma relativa democratização do ensino e a complexificação do campo intelectual, dando origem a novos cargos e carreiras para além dos oferecidos pela universidade.

As ciências sociais privadas são, portanto, duplamente dominadas: em primeiro lugar, porque são disciplinas emergentes em comparação às disciplinas tradicionais (letras, filosofia e história) e, em segundo lugar, porque enquanto privadas elas não têm o prestígio conquistado pelas ciências sociais universitárias, principalmente após a virada do século. A

² TAINÉ, Hippolyte, *Les origines de la France contemporaine*, Paris, Hachette, 1875-93, 5 vols.

força do campo as empurra para um espaço que se coaduna com as disposições dos intelectuais que vão ocupá-lo e que se referem à “questão social”, ou seja, a problemas da ordem do dia. Finalmente, é um campo que precisa de profissionais sem grandes expectativas de recompensas materiais ou simbólicas no campo, o que acaba por aglutinar uma grande diversidade de perfis, tais como diletantes, políticos, industriais, profissionais liberais, jornalistas, mecenas etc.

Esse é um momento de autonomização do campo intelectual universitário e, portanto, em que a estratificação em classes sociais deixa de coincidir *stricto sensu* com a estratificação escolar. Mais especificamente, o recrutamento no pólo universitário passa a se concentrar na classe média intelectualizada, aumento que corresponde à queda da representação da grande burguesia e das classes populares. Isso significa que há maior competição entre as elites, o domínio social não coincidindo completamente com o domínio intelectual, o que gera lutas por legitimidade social e intelectual através do controle sobre faculdades, escolas e disciplinas. Duas palavras podem representar a percepção que as antigas classes dirigentes, em particular a tradição social e intelectual, têm desse processo no fim do século: o termo “político” passa a ser usado pela burguesia estabelecida numa tentativa de desqualificar os novos grupos do poder, em razão da perda do elo familiar e de propriedade típico das antigas classes dirigentes; do mesmo modo, o termo “intelectual” representa a perda da antiga identidade do “homem de letras” e do “expert”, capacidades (*capacités*) que outrora se definiam pela origem social e estavam vinculadas a uma função social. Essa questão foi transcrita, no campo literário, pelo tema do desenraizamento nos romances psicológicos, não por acaso escrito por homens de letras pertencentes aos círculos dos salões burgueses, para quem o “intelectual” é um “metafísico”, cujas idéias podem desvirtuar a cabeça dos jovens com utopias sem conexão com as tradições sociais e transformá-los em loucos ou em revolucionários³. Vistos como produto exclusivo das instituições republicanas, os novos “intelectuais” ou “professores universitários” representavam na imaginação literária um perigo social de fato à medida que produziam maior concorrência no campo. É no bojo dessa discussão sobre o “intelectual proletário”⁴ que o tema da influência do “líder” sobre as

³ CHARLE, Christophe, “Situation spatiale et position sociale: essai de géographie sociale du champ littéraire à la fin du 19^e siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o 2, mars-avril, 1977, e PONTON, Remy, “Naissance du roman psychologique: capital culturel, capital social et stratégie littéraire à la fin du 19^e siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o 4, 1975.

⁴ No campo dos literatos burgueses, cf. a obra de BOURGET, Paul, *Le disciple*, Paris, A. Lemerre, 1889 e a obra de um publicista que representa a síntese dessas visões, BÉRENGER, Henri, *Les prolétaires intellectuels en France*, Paris, Édit. de la Revue, 1898.

“massas” (de alunos, de mulheres ou de trabalhadores) surgiu na última década do século, causando impacto imediato nos salões da Rive Droite e nos cafés do Quartier Latin.

É sabido que a percepção de setores da tradição social e intelectual de que haveria um processo de democratização profundo e veloz nas primeiras décadas da Terceira República é excessiva⁵. Muitos trabalhos mostraram que a base social do recrutamento escolar e a modernização do ensino foram relativas. Ainda que a escola primária fosse gratuita (desde a lei Ferry, de 1881), laica e obrigatória (lei Ferry, de 1882), o secundário permaneceu uma barreira para as classes populares, barreira tornada um pouco mais democrática em 1902, com o fim do curso “especial” e a criação de uma seção moderna chamada “clássico sem latim”. Essa opção, como diz o próprio nome, dispensava o conhecimento do latim e, portanto, eliminava um sinal importante de distinção da classe burguesa, conforme indicou um observador contemporâneo, Edmond Goblot. Após o ensino básico, que recrutava alunos entre 6 e 13 anos, os filhos das classes populares iam para os cursos profissionalizantes e os das elites tomavam assento nos cursos clássicos dos liceus ou colégios. O ingresso num grande liceu de Paris⁶ garantia ao pretendente uma chance de sucesso profissional bastante superior ao de um aluno de curso profissionalizante ou da província. Por outro lado, desde a lei Faloux, de 1850, que quebrava o monopólio público do ensino primário e secundário, houve migração de setores conservadores para escolas confessionais que viam com receio a sociabilidade “extra-classe”. Após a aprovação das duas leis Ferry, de 1881 e 1882, é possível que o medo da democracia escolar tornasse ainda mais forte a motivação de migrar para escolas livres ou privadas, principalmente no âmbito do ensino primário, que passava a partir dessa década a nivelar a “psicologia do povo francês” através da padronização de cursos e programas.

No que diz respeito ao ensino superior, a lei que permitia o ensino superior privado foi proposta pela primeira vez em 1871, pelo conde Jaubert, e aprovada em 12 de julho de 1875, mas foi reformulada pela lei de 18 de março de 1880 em razão do poder excessivo dado às escolas privadas⁷. Enquanto a lei de 1875, pelos artigos 13 e 14, permitia uma segunda via para o candidato, que poderia, para a colação de grau, se apresentar a um júri formado por

⁵ CHARLE, Christophe, *La République des universitaires*, Paris, Seuil, 1994, e DELOYE, Yves, *École et citoyenneté: l'individualisme républicain de Ferry à Vichy, controverses*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Politiques, 1994.

⁶ Os grandes liceus da época eram Louis le Grand, Henri IV, Charlemagne e Condorcet, onde estudaram ou lecionaram várias personalidades do mundo intelectual. Interessante observar que cada um deles era reconhecido por um determinado tipo de recrutamento. Segundo Henri Joly, o Henri IV era um bastião das humanidades, enquanto no Condorcet estudavam os filhos da aristocracia industrial, financeira, administrativa e política. Cf. JOLY, Henri, *Souvenirs universitaires précédés des souvenirs bourguignons*, Paris, Bloud et Gay, 1922

⁷ Conferir no Anexo 1 – a Lei de 12/07/1875 e a Lei de 18/03/1880.

doutores de faculdades públicas e privadas, pela lei de 1880 a colação de grau e os títulos universitários voltavam a ser jurisdição exclusiva das faculdades do Estado. Essa modificação de 1880 foi proposta por Jules Ferry, então ministro da Instrução Pública, e por Paul Bert, então deputado republicano e futuro ministro da Instrução Pública, e mostra a tensão entre os pólos “público” e “privado” em torno da legitimidade dos títulos acadêmicos no ensino superior. O retorno ao monopólio do Estado, em 1880, correspondeu à outra medida fundamental para a demarcação nítida dos limites entre ambos os tipos de instituição: se, pela lei de 1875, as escolas superiores privadas poderiam ser chamadas “faculdades” ou “universidades livres”, pela lei de março de 1880 esses termos eram permitidos apenas para as instituições do Estado, restando às instituições privadas as expressões “escola livre” ou “colégio livre”. Além disso, pelo artigo 4 da lei de 1880, impedia-se às escolas “livres” a emissão de títulos de bacharelado, licença e doutorado, o que prejudicava muito o interesse pela formação numa escola privada e, por sua vez, as obrigava a se adaptar ao interesse de públicos heterogêneos e do mecenato patronal.

Não é por acaso que os anos 80 são considerados, nos estudos sobre educação na França, uma década em que tem início um processo de autonomização do campo que se consolidará no fim do século. A quantidade de leis que tem por objetivo profissionalizar a educação em todos os níveis é impressionante⁸. Outra lei que interessa mais especificamente, de 27 de fevereiro de 1880, promoveu a laicização e a profissionalização do Conselho Superior de Instrução Pública, o órgão mais importante da administração do ensino e da política educacional naquele momento⁹. Essa lei permite equacionar a importância de cada instituição de ensino no âmbito da Terceira República, já que elas têm um direito de representação diferenciado — de uma a quatro cadeiras — nos assentos do Conselho. Considerando-se apenas o ensino superior, observa-se uma desigualdade de representação entre as escolas e instituições públicas: com quatro representantes no Conselho, o Institut de France, composto pelas cinco Academias¹⁰, é a instituição acadêmica mais prestigiada no sistema; logo abaixo estão as faculdades do Estado (medicina, direito, letras e ciências) e o Collège de France, que têm direito a dois representantes cada; em terceiro lugar, as escolas

⁸ Algumas leis permitem mostrar o ensejo de especialização. Na área de Letras, são criadas três licenças em 1880 — em Letras, Filosofia e História — e uma em 1886 — em Línguas Modernas. Neste mesmo ano também são regulamentados os títulos de licença (1 ano de estudo), estudos superiores (2 anos) e agregação (3 anos de estudos), o diploma de estudos superiores transformado em pré-requisito para a agregação. Na área de Direito, a reforma vem um pouco mais tarde, em 1896, quando são criados quatro concursos: direito privado, economia política, história do direito e ciências administrativas e políticas.

⁹ Cf. no Anexo 1 a Lei de 27 de fevereiro de 1880, que regulamenta o Conselho Superior de Educação.

¹⁰ Academia Francesa, Academia de Medicina, Academia de Ciências, Academia de Inscrições e Belas-Letras e, finalmente, Academia de Ciências Morais e Políticas, esta instituída apenas em 1832.

profissionalizantes (École de Chartes, École Polytechnique, Conservatoire des Arts et Métiers, École Centrale etc.) têm direito a apenas um representante. As instituições de ensino privadas também são diferenciadas: as faculdades confessionais (institutos católicos e protestantes) têm direito a um único representante cada, enquanto todo o restante das instituições privadas tem direito a apenas quatro representantes, nomeados pelo Presidente da República sob a indicação do ministro¹¹. Outro ponto importante é a representação dos titulares de agregação (*agregés*), que tinham direito a um representante por área do conhecimento em que existia tal titulação: gramática, letras, filosofia, história, matemática, ciências físicas, línguas modernas e ensino especial. Ou seja, até o início dos anos 80, não havia nenhuma ordenação, pública ou privada, na área de “ciências sociais”, ainda que a expressão fosse utilizada em obras e artigos, o que mostra seu caráter emergente e dominado no seio das disciplinas tradicionais¹².

No período que vai de 1880 até a primeira década do século XX, o potencial democratizador da educação entra em conflito com sua tradicional função de consagração das elites sociais estabelecidas. Cada etapa do ensino se torna objeto de discussões que dizem respeito tanto ao tipo de educação a ser ministrado quanto ao recrutamento social da escola. No pólo mais profissional estão posicionados aqueles para quem o ensino secundário e superior deve ser uma instância de ritualização da herança familiar adquirida alhures, ou seja, a escola é vista como uma instância de agregação de prestígio e de legitimação de uma sociabilidade extra-escolar. Contra eles, os autores pertencentes ao pólo intelectual se bateram por um recrutamento meritocrático e neutro em relação às disposições familiares ou aristocráticas. Essas posições implicam uma segunda diferenciação, de caráter funcional, como mostrou Christophe Charle: no âmbito das faculdades profissionais, principalmente na área do Direito, permanecia o vínculo com os grandes corpos do Estado; no âmbito das faculdades intelectuais, contudo, houve uma diferenciação entre a função pedagógica e a de pesquisa científica. Cada um desses pólos universitários colaborou de alguma forma com o campo das ciências sociais “livres”: compreender o significado dessa colaboração é fundamental para qualificar as posições das disciplinas nascentes e avaliar o alcance dessas iniciativas.

¹¹ Cf. no Anexo 1, em especial o último parágrafo do artigo 1º da Lei de 27 de fevereiro de 1880, publicada no *Journal Officiel*.

¹² No *Dictionnaire Larousse*, publicado entre 1866 e 1877, há dois verbetes sobre a expressão: o verbete “ciência social” sintetiza as idéias de Herbert Spencer, cujo livro *Sociological Studies* havia sido traduzido na França, em 1873, sob o título *Introduction à la science sociale*; o verbete “ciências sociais contemporâneas”, por outro lado, resume as idéias de um livro de Alfred Fouillée, intitulado *La science sociale contemporaine*, de 1880.

CAMPO SOCIAL E CAMPO INTELECTUAL.

Ao longo do século XIX, o modo de reprodução das elites francesas permanece praticamente inalterável até a Terceira República¹³. O recrutamento pela tradição familiar no campo dos negócios se mantém, inclusive, após esse período, não obstante uma meritocracia restrita estivesse sendo paulatinamente incorporada à seleção para a alta administração e, principalmente, ao recrutamento universitário. No fim do século, os filhos de famílias mais abastadas continuaram a ocupar as funções no campo dos negócios, enquanto a administração pública e a universidade se abriram um pouco mais aos filhos de famílias burguesas menos abastadas. Comparando-se o modo de reprodução das três elites — de negócios, da alta administração e universitária —, passa-se progressivamente, segundo Charle, de uma lógica mais hereditária e socializada a uma lógica mais conquistada e intelectualizada. Entre 1880 e 1900 os “grandes notáveis” entram em decadência e esse é o período em que frações médias da burguesia começam a assumir postos no poder. À medida que a antiga aristocracia e a burguesia fundiária cederam espaço à burguesia industrial e intelectual, o conceito de meritocracia passou a ser a ideologia dos “novos notáveis”. A função social do ensino secundário e superior tornou-se, portanto, uma questão sensível nesse período, pois a escola passou a controlar a ascensão aos postos de poder, através de concursos e títulos, bem como a atribuir prestígio a grupos menos providos de capital econômico ou social herdado. Com as reformas do ensino, a partir dos anos 80, entrou em declínio a estratificação educacional tradicional, em que a alta burguesia cursava as grandes escolas e as frações mais baixas o secundário prático (e não o clássico). Para aqueles cuja profissão é ensinar, o controle sobre essa função tornou-se ainda mais premente, dado que seu futuro ou sua dinastia imediata estava em jogo.

Não obstante o recém instituído fundamento democrático e meritocrático, as primeiras décadas da Terceira República consumaram uma meritocracia restrita: as elites políticas e econômicas se distanciaram cada vez mais das elites intelectuais e estas passaram a ocupar uma posição dominada no campo do poder. Esse isolamento foi o resultado, no caso da universidade, da elaboração de regras próprias de carreira nas últimas décadas do século. Ao mesmo tempo em que seu poder político diminuía, aumentava, por outro lado, seu poder propriamente intelectual, o que se observa pelo fato de que era cada vez mais raro a carreira

¹³ CHARLE, Christophe, *Les élites de la République 1880-1900*, Paris, Fayard, 1987.

dupla. Por outro lado, a autonomia recém-conquistada variou dependendo da instituição, uma vez que o ensino superior não deixou de expressar e reproduzir a distância relativa das faculdades e grandes escolas em relação ao campo do poder: enquanto os filhos de famílias mais abastadas ingressavam nas grandes escolas ou nas tradicionais Faculdade de Direito de Paris e, no fim do século, na Faculdade de Medicina de Paris, os das famílias menos abastadas entravam na Faculdade de Letras e de Ciências de Paris (Sorbonne) à espera de uma bolsa. O corte sociológico dentro do próprio campo do ensino superior é correlato ao grau de autonomização e de especialização em cada área do conhecimento, uma seletividade relacionada à função de cada instituição ou área do conhecimento na reprodução das elites em geral. Os cursos e disciplinas mais profissionalizantes, como os de Direito e, progressivamente, de Medicina, foram os mais lentamente transformados e mantiveram por mais tempo a marca da base material e social das famílias, enquanto nas faculdades de recrutamento social mais aberto, como a de Ciências e, em menor medida, de Letras, a inovação científica foi maior. Ainda que antigas e novas elites pudessem se encontrar nas mesmas instituições de ensino superior, a função da escola em sua trajetória era distinta: enquanto as elites tradicionais estavam atrás do novo prestígio, para além do capital econômico e social herdado, as novas elites buscavam adquirir capital cultural e de relações sociais. A *École Libre des Sciences Politiques*, por exemplo, foi um ponto de encontro entre essas duas elites em disputa por postos na administração pública. Se, como afirma Charle, menos o recrutamento social de uma categoria da elite é seletivo mais, em geral, esse grupo se encontra numa posição globalmente dominada no seio das elites, os cursos de Direito e Medicina tinham uma posição socialmente dominante em relação ao de Letras e este, por sua vez, uma posição intermediária entre esses cursos e o de Ciências. Outra forma de demonstrar a autonomia diferencial nas quatro áreas do conhecimento é comparar o grau de formação e de profissionalização das carreiras universitárias, a cultura de pesquisa e a criação de novas carreiras e cursos. Por outro lado, cada uma das áreas do conhecimento tem seu pólo heterônomo, ou seja, reticente em relação ao estabelecimento de critérios verdadeiramente meritocráticos e de excelência intelectual: no caso das ciências isso se deu pela função substituta da religião, no caso das letras pelo papel de guardiãs da cultura francesa e, no do direito, pela preservação da ordem jurídica¹⁴.

O fim do século XIX representa, portanto, um momento em que a universidade deixava para trás a herança napoleônica que a tinha transformado num grande “corpo do

¹⁴ CHARLE, Christophe, *La République des universitaires*, Paris, Seuil, 1994, p. 135.

Estado” — marcado pelo *ethos* da alta administração pública e pela função oficial de expressão da cultura francesa e de formação profissional — para assumir papéis mais autônomos de centro de pesquisa. A tensão entre a antiga e a nova função variou dependendo da área do conhecimento e da faculdade, mas pode-se recortá-la a partir dos eixos “ensino e pesquisa” ou “cultura e ciência”, categorias típicas que, usadas pelos intelectuais, deram significado às lutas no campo¹⁵.

CAMPO POLÍTICO E FACULDADE DE LETRAS.

O debate em torno da inovação disciplinar e das carreiras na área de Ciências Sociais opõe Christophe Charle e Georges Weisz¹⁶ a Terry Clark¹⁷. A tese dos *clusters* de Clark ficou bastante conhecida por enfatizar, no campo intelectual, as estruturas de poder informais por trás das carreiras e da criação de novos cursos e cadeiras. Os *clusters* seriam círculos de poder, mais ou menos coesos intelectualmente, comandados por patronos que, através do apadrinhamento, teriam o controle sobre a inovação intelectual e sobre as carreiras de seus protegidos. Os membros dos círculos adotariam um mínimo de crenças comuns em relação ao seu próprio trabalho e estariam unidos por um conjunto de instituições intelectuais (revistas e coleções) e pelo poder do patrono. O intelectual que não faz parte de nenhum *cluster*, seja como patrono ou como discípulo, tenderia a fazer uma carreira individual e, por isso, a ter menos chances de sucesso e a não deixar herdeiros. O grupo durkheimiano é o paradigma do *cluster* na universidade e se opõe ao intelectual isolado, do tipo de Gabriel Tarde ou de Alfred Binet, cujas carreiras teriam ficado comprometidas, segundo Clark, pela falta de um *cluster* e de um patrono. A força do grupo durkheimiano estaria em sua coesão, advinda, entre outras coisas, das semelhanças entre as trajetórias — normalistas, professores universitários e filiados a uma mesma revista científica.

¹⁵ LEPENIES, Wolf, *As três culturas*, São Paulo, Edusp, 1996.

¹⁶ WEISZ, Georges, “L’idéologie républicaine et les sciences sociales. Les durkheimiens et la chaire d’histoire d’économie sociale à la Sorbonne”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XX, n^o 1, 1979, e WEISZ, Georges, *The Emergence of Modern Universities in France, 1863-1914*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1983.

¹⁷ CLARK, Terry, *Prophets and Patrons: the French University and the Emergence of the Social Sciences*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973.

Georges Weisz, alguns anos depois, descartou a tese dos *clusters* de Clark, considerada por ele simplista e não comprovada, e abordou o ensino superior francês pela lente da competição entre as faculdades e as disciplinas tradicionais e modernas, bem como pela relação entre as ciências sociais e os governos republicanos. A institucionalização das ciências sociais seria, sobretudo, produto da concorrência entre a Faculdade de Letras, a Faculdade de Direito e a École Libre des Sciences Politiques. No que diz respeito à nomeação ou à eleição para uma cadeira ou curso, ele mostra que não há um critério único, político ou meritocrático, pois certos professores seriam escolhidos com base em suas opções políticas, outros pela força do apadrinhamento e outros ainda pelas credenciais acadêmicas do candidato. Haveria, segundo ele, muitos interesses em conflito e cada nomeação para um curso novo seria o resultado de fatores distintos. Weisz contribuiu para mostrar a importância dos interesses políticos e ideológicos no próprio nascimento das ciências sociais, as nomeações e cursos novos estando ligados a disputas concomitantemente políticas e institucionais. Como exemplo de critério político, ele cita as críticas ao recrutamento elitista da École Libre des Sciences Politiques por parte de políticos republicanos, visando a fundação e o controle de um curso de administração na Faculdade de Direito, bem como as críticas ao caráter subversivo do curso de sociologia ministrado na Faculdade de Letras em nome de seu controle pela Faculdade de Direito. Como exemplo de uma indicação estritamente meritocrática, Weisz cita o apoio de Bergson à candidatura de Durkheim ao Collège de France, por ocasião da morte de Gabriel Tarde, uma prática também típica, segundo ele, nos Conselhos do Ensino Superior.

Christophe Charle também enfatiza a dupla lógica na origem da profissionalização das ciências sociais, a autonomização do campo intelectual sendo resultado ou consequência inesperada das ações de governo com vistas ao combate ideológico. A primeira geração de professores, segundo ele, seria composta por candidatos pouco valorizados pelos critérios internos ao campo intelectual, o que não impediu que os especialistas ocupassem tais cadeiras num segundo momento. Os professores chamados a ocupar os novos cursos, nomeados pelo governo, tinham afinidades políticas fortes com a república (Alphonse Aulard, Alfred Rambaud, Pierre Laffite, Albert Reville) e muitas vezes em detrimento do currículo acadêmico¹⁸. Para Charle, o corte mais importante no campo intelectual é o que divide os tradicionalistas e os modernistas — ou as “capacités”, de um lado, e os “intelectuais”, de

¹⁸ GEIGER, Roger Lewis, *The Development of French Sociology 1870-1905*, Tese de doutorado, Universidade de Michigan, 1972, e CLARK, Terry, *Prophets and Patrons: the French University and the Emergence of the Social Sciences*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973.

outro lado — e que diz respeito à prática e à representação da função do intelectual, independentemente da faculdade e da disciplina à qual esteja ligado. As nascentes disciplinas “positivistas” — sociologia e psicologia experimental — eram naquele momento dominadas e residuais ao campo universitário e estavam longe de ter o prestígio das disciplinas tradicionais — letras, história e filosofia. No campo intelectual francês, diferentemente do alemão, a posição intelectual dominante ainda era ocupada pelo “homem de letras”, ligado ao pólo literário, a uma produção culta e voltada para o público burguês. A figura de Taine estaria na gênese do campo intelectual francês e sua trajetória representa, segundo Charle, uma aliança derradeira entre o pólo literário e o científico. Em 1893, quando Durkheim criticou a cultura generalista e defendeu a especialização intelectual, foi considerado um “germanizado” pela ala literária¹⁹.

Os governantes republicanos, oportunistas ou radicais, optaram por manter um equilíbrio entre essa dupla função das humanidades: se, por um lado, a criação de novos cursos e cadeiras favorecia a pesquisa científica e a especialização, por outro lado, as nomeações eram muitas vezes políticas. Nesse sentido, a intervenção do governo teve um peso fundamental no sistema universitário, ainda que ela respeitasse, na maior parte dos casos, a indicação dos pares. O sistema universitário francês é bastante complexo, formado por Faculdades, grandes escolas e por instituições *sui generis*, tais como o Collège de France, além das escolas privadas. As reformas feitas durante a Terceira República tentaram criar universidades e padronizar o ensino nos moldes das universidades alemãs, mas as características locais — alto grau de centralização em Paris e de especificidade de cada faculdade — dificultaram muito a construção de um verdadeiro sistema. As reformas introduzidas ao longo das primeiras décadas da Terceira República criaram ou regulamentaram, através de exames, vários títulos (licença, ensino superior, agregação, doutorado) que se tornaram credenciais, na maioria dos casos, para a ocupação de postos no ensino secundário (liceus e colégios) e superior. Além disso, o número de professores titulados aumentou enormemente entre 1880 e 1910 em termos absolutos e relativos²⁰. A

¹⁹ “Hoje, essa cultura geral, tão vangloriada outrora, não tem o efeito senão de uma disciplina amorfa e relaxada. (...) O *honnête homme* de outrora não é mais para nós senão um diletante, e nós recusamos ao diletantismo todo valor moral; nós vemos ao contrário a perfeição no homem competente que busca não ser completo, mas produzir uma tarefa delimitada (...)”, DURKHEIM, É., *Division du travail social* [1893], in SAPIRO, Gisele, *La guerre des écrivains*, Paris, Fayard, 1999, p. 110.

²⁰ Em 1876, apenas uma elite da École Normale Supérieure tinha uma educação de alto nível; em 1914, a maioria dos professores do secundário tinha altas titulações. “Em 1876 somente 36,5% de todos os professores de liceu tinha o título de agregação; 30 anos depois esse número aumentou para 48%. O número de professores sem a licença em colégios declinou de 78% para 33,4% durante o mesmo período”, WEISZ, Georges, *The Emergence of Modern Universities in France*, op. cit., p. 276. Entre 1871-1875 havia 229 licenciados em letras e ciências e, entre 1906 e 1910, esse número saltou para 1.069. KARADY, Victor, “Les professeurs de la

carreira universitária se tornou mais diversificada e hierarquizada, os professores devendo cumprir as seguintes etapas necessárias à promoção: encarregado de curso (*chargé de cours*), mestre de conferência (*maître de conférence*), professor adjunto e professor titular²¹. Além disso, bolsas de estudo sustentavam grande parte desses alunos, o que gerou um aumento geral da titulação acadêmica em todos os níveis do ensino²². O interessante, nesse período, é que a relativa democratização da universidade foi acompanhada pelo aumento da qualificação e do seu prestígio. Além disso, a criação da Nova Sorbonne, em 1896, foi mais um marco nesse processo de reforma do ensino superior, pois essa instituição ficou conhecida pela pesquisa especializada, através dos nomes de Durkheim, Lanson e Seignobos e, posteriormente, em 1903, a instituição acabou por incorporar a École Normale Supérieure²³. No pólo intelectual, ou seja, Letras e Ciências, os formados pelas grandes escolas de Paris eram os mais prestigiados e premiados pelo sistema universitário. Assim, os formados pela École Normale Supérieure tenderam a fazer carreiras “clássicas” e a ocupar os postos no cume do sistema, ou seja, na Sorbonne. A mudança na trajetória dos normalistas indica o novo sentido das carreiras: se a École Normale Supérieure formava tradicionalmente professores para o liceu, no fim do século metade de seus alunos ingressava na carreira docente do ensino superior²⁴. Outro indicador importante do modernismo universitário é a crescente concorrência que a École Normale Supérieure sofreu a partir dos anos 80 por parte de alunos provenientes de outras faculdades (de Paris e do interior), o que diminuiu o percentual de titulados em agregação (*agregés*) e doutores normalistas no ensino superior a partir do século XX²⁵.

Segundo Charle, a preocupação com a manutenção de seu domínio cultural diante das outras faculdades levou a Faculdade de Letras a uma autonomização inacabada²⁶. Essa dupla vocação pode ser também dimensionada pelas disputas teóricas entre, de um lado, a sociologia durkheimiana e, de outro lado, a filosofia idealista e a psicologia social, mas também através de disputas mais específicas como a polêmica entre Tarde e Durkheim em

république: le marché scolaire, les réformes universitaires et les transformations de la fonction professorale à la fin du 19^e siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 47/48, 1983, p. 97.

²¹ KARADY, V., art. cit., p. 98.

²² Entre 1880 e 1889, 50% dos agregados literários, normalistas ou não, tinham bolsa. KARADY, V., art. cit., p. 102.

²³ SAPIRO, Gisele, *La guerre des écrivains*, Paris, Fayard, 1999, p. 110.

²⁴ CLARK, Terry, *Prophets and Patrons: the French University and the Emergence of the Social Sciences*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973.

²⁵ CHARLE, Christophe, *La République des universitaires*, Paris, Seuil, 1994. Em 1879, segundo o autor, 88,4% dos professores de letras de Paris haviam passado pela École Normale Supérieure; em 1908 esse número havia caído para 61,3%.

²⁶ CHARLE, Christophe, *La République des universitaires*, Paris, Seuil, 1994.

torno do fundamento das ciências sociais e que pode ser equacionada como uma das etapas dessa luta. Na Faculdade de Letras de Paris, os setores mais comprometidos com as elites intelectuais tradicionais mantiveram a ênfase na “cultura francesa” e na tradicional função pedagógica da universidade, enquanto a ala científica enfatizava a importância da pesquisa e da especialização. Essas disputas recobriram todo o campo intelectual e deram origem a discursos antitéticos: no pólo dos literatos e dos publicistas, o valor da “experiência” e da “vida” era hipostasiado em relação a uma formação considerada meramente teórica e de laboratório, enquanto no pólo científico enfatizava-se o “método” e a “teoria” em detrimento do diletantismo e do ecletismo. A luta entre “cultura e ciência” representava uma disputa em relação à carreira nas humanidades: a ala tradicionalista enfatizava a formação para o ensino secundário e os setores modernistas privilegiavam a universidade e a pesquisa, disputa que se refletia na criação de cadeiras e cursos e na nomeação de professores. A área de letras, portanto, era o bastião do tradicionalismo na Faculdade de Letras e, no outro pólo, as novas disciplinas, como a sociologia, representavam o modernismo universitário. Quando da criação, em 1902, de uma quarta carreira no bacharelado que dava acesso à universidade sem o exame de latim, os setores tradicionalistas e elitistas da Faculdade de Letras protestaram. O tema da criação de um bacharelado sem latim foi um dos mais polêmicos à época, pois para a elite universitária tradicional o latim era uma forma de distinção de classe²⁷. Esse grupo argumentava, entre outras coisas, que o latim era fundamental para a elevação moral do espírito ou do gênio francês. Essa polêmica, na última década do século, teve conseqüências institucionais e políticas, pois implicava a criação de um ensino secundário com ênfase em ciências, ou seja, moderno, concorrente do secundário clássico, com ênfase em letras clássicas, inovação que estrategicamente os tradicionalistas criticaram reduzindo a proposta a uma espécie de ensino profissionalizante ou especial, voltado para a indústria e o comércio. A vitória dos modernistas representou, no caso da Faculdade de Letras, o aumento das críticas à sociologia durkheimiana²⁸.

Até 1892, poucas eram as cadeiras de Ciências Sociais nas universidades francesas: 7 cadeiras de pedagogia e 13 de geografia nas Faculdades de Letras, 11 cadeiras de economia política nas Faculdades de Direito, além de 6 cursos no *Collège de France*²⁹. Paris se mantém, contudo, o centro cultural e ocupa uma posição absolutamente dominante no sistema

²⁷ GOBLOT, Edmond, *La barrière et le niveau*, Paris, Félix Alcan, 1925.

²⁸ RINGER, Fritz, *Fields of Knowledge: French Academic Culture in Comparative Perspective*, Paris/Cambridge, Édit. Maison des Sciences de l'Homme/Cambridge University Press, 1992.

²⁹ No *Collège de France*, os cursos de “psicologia experimental”, “legislação comparada”, “economia política”, “geografia, história e estatística econômica”, “história das religiões” e “história geral da ciência”. WEISZ, G., art. cit.

universitário francês, tanto que os normalistas costumam preferir iniciar a carreira num liceu de Paris do que numa faculdade do interior. A proximidade entre o centro da vida política e o da universidade gerou várias interferências políticas sobre o sistema universitário, bem como a politização de alguns setores da universidade. Isso, contudo, não impediu que a própria autonomia universitária fosse o objetivo das reformas, até porque a maioria dos ministros da instrução pública tinha o título de agregação (*agregé*) ou o doutorado. Os cargos na administração escolar, tais como os de diretor do ensino primário, diretor do secundário e diretor do ensino superior, além dos conselhos de ensino, tiveram uma importância fundamental na reforma educacional após os anos 80. Louis Liard, diretor do ensino superior entre 1884 e 1902, foi um dos principais arquitetos da reforma universitária: protestante, normalista, licenciado em ciências naturais, agregado em filosofia e doutor em letras, foi professor de liceu e, posteriormente, tornou-se professor de filosofia da Faculdade de Letras de Bordeaux. As nomeações, as bolsas e os cursos passavam pelo seu crivo e mostram como ele procurou equilibrar o pólo literário e o pólo científico nas faculdades de letras. Quando da criação dos cursos de Economia Social (1894) e de Filosofia Social (1897), por exemplo, os nomeados foram, respectivamente, Alfred Espinas e Jean Izoulet, mas não Durkheim. Por ocasião da escolha do futuro ocupante da cadeira de Filosofia Moderna (1900), o nome escolhido foi o de Tarde e não o de Durkheim. Por outro lado, foi pela intervenção de Liard que Durkheim foi nomeado, em 1902, para a cadeira de Pedagogia na Sorbonne³⁰. Liard também foi o fundador da 5ª seção da École Pratique des Hautes Études, a de Ciências da Religião (*Sciences Religieuses*), e o responsável pela nomeação de Marcel Mauss, em 1901, para a cadeira de Religiões dos Povos não Civilizados³¹. As contradições desse processo foram expressas por Durkheim. Em 1897, a vaga para um novo curso de Filosofia Social criado no Collège de France foi para Jean Izoulet, um antigo secretário de Paul Bert, nomeado por Jules Ferry e, nessa ocasião, Durkheim escreveu a Mauss expressando seu desalento com o pequeno poder da universidade diante das nomeações políticas. Izoulet, o escolhido para ocupar a cadeira, teria na bagagem uma produção intelectual medíocre: “Em relação ao caso

³⁰ O apoio de Liard a Tarde pode ser medido por uma carta enviada por ele ao ministro da Instrução Pública, datada de 19 de dezembro de 1898: “Meu caro ministro, eu considero o senhor Tarde uma das mentes mais originais e mais fecundas de nosso tempo. Faz muito tempo que eu gostaria de vê-lo no Collège de France”, CHEVS, GTA 93. Por outro lado, o apoio de Liard a Durkheim e a Marcel Mauss está claramente expresso nas cartas que Durkheim enviou a Mauss por ocasião da nomeação deste para a École Pratique des Hautes Études e de Durkheim para a Sorbonne. A ambigüidade de Liard é expressa por Durkheim quando da eleição de Tarde ao Collège de France: “Eis Tarde alojado. Estou contente por ele. Eis também o que explica as amabilidades que Liard dirigiu a mim quando esteve aqui”, DURKHEIM, É., *Lettres à Marcel Mauss*, Paris, P.U.F., 1998, p. 242.

³¹ “Meu caro Marcel. Recebi ontem uma palavra de Liard me informando que sua nomeação é coisa feita”, DURKHEIM, É., *Lettres à Marcel Mauss*, op. cit., p. 300.

Izoulet, eu fiz tudo o que deveria. Ao mesmo tempo em que escrevia a Liard, enviava meu *Suicídio* a G. P. (...). Eis tudo sobre essa história. O que eu ganharei? Pouca coisa provavelmente ou nada. Se não for Izoulet, será Tarde. O que me importa? Você diz que eu sou o candidato da universidade, quer dizer, o candidato de Brochard. Não é suficiente”³². Contudo, nem sempre os interesses políticos eram divergentes dos universitários. No caso das cadeiras antigas era crescentemente visto como um escândalo casos de nomeação e cada vez mais o Ministério da Instrução Pública deixava a cargo dos próprios pares a indicação de nomes para ocupar vagas na universidade, resguardando o Collège de France tanto para os casos de apadrinhamento quanto para a inovação científica³³. Este parece ser o caso de Théodule Ribot, o grande representante da psicologia experimental francesa desse período. Para ele foram criados dois cursos de psicologia: o de Psicologia Experimental na Sorbonne, em 1885, e o de Psicologia Experimental e Comparada, em 1888, no Collège de France. No caso de Ribot, a nomeação parece ter sido baseada em “índices exteriores de excelência universitária” e resultou na diversificação do campo pela fundação da Psicologia Experimental.

Outro personagem importante da administração escolar, próximo de Liard, mas também de Alfred Rambaud (ministro da instrução pública entre 1896 e 1898), foi Ernest Lavissee, vice-presidente do Conselho do Ensino Superior e membro da Sociedade de Estudos das Questões do Ensino Superior. Quando, em 1893, anunciou-se que um grupo de estudantes revolucionários, entre eles Jules Jaurés, pretendia organizar leituras sobre o socialismo na Sorbonne, Lavissee publicou dois artigos no *Jornal de Debates* instando à criação de cursos de ciências sociais, senão com fundos públicos, através de fundos privados, com a finalidade de tratar “com coerência” das questões sociais e afastar tanto a indiferença quanto a utopia³⁴. A origem de muitas das cadeiras e cursos universitários na área de ciências sociais se deve, portanto, à motivação política. A proliferação de cursos de Economia Política foi um exemplo claro de um programa — o liberalismo econômico ortodoxo — concebido para prevenir e combater as doutrinas socialistas. Outro exemplo foi o curso de Economia Social, patrocinado por Chambrun, viúvo da herdeira dos cristais Baccarat e filantropo que, após a Exposição

³² DURKHEIM, É., *Lettres à Marcel Mauss*, op. cit., p. 81.

³³ CHARLE, Christophe, “Le Collège de France”, in NORA, Pierre (dir.), *Les lieux de la mémoire*, Quarto/Gallimard, Paris, 1997.

³⁴ WEISZ, Georges, *The Emergence of Modern Universities in France*, op. cit., p. 292. O interessante é que nesse mesmo movimento, Lavissee pareceu avançado demais para aqueles que já estavam no ramo das ciências sociais, como Émile Boutmy, diretor da École Libre des Sciences Politiques, que lhe escreveu protestando: “Parece que você não percebeu a diferença essencial entre as ciências sociais que a universidade está qualificada para ensinar e as questões sociais que ela deve evitar”. Carta de Boutmy a Lavissee, BNF – NAF – 25166.

Universal de 1889, entrou em contato com Lavissee por intermédio de Dick May³⁵ e passou a financiar instituições e cursos de economia social nas faculdades do Estado. Lavissee, Chambrun e sua secretária, Dick May, trocaram uma longa correspondência para a escolha dos nomes e Lavissee chegou a contatar Durkheim, mas acabou escolhendo Espinas para a cadeira³⁶. Foram criados quatro cursos de Economia Social — na École Libre des Sciences Politiques (1893), na Faculdade de Letras (1894), na Faculdade de Direito (1898) e na École des Ponts et Chaussées (1900) — todos com a função de combater o avanço do socialismo revolucionário, ao lado do curso de Economia Política. Lavissee, como Liard, buscava o equilíbrio entre os dois pólos — literário e científico — nas ciências sociais em razão de sua própria trajetória. Colaborador do *Journal des Débats* e editor da *Revue de Paris*, jornais para o grande público intelectual, Lavissee também foi escritor de manuais escolares e teve seu livro de história adotado em toda a rede escolar pública³⁷. O conteúdo dessas obras é eminentemente patriótico e voltado para a formação cívica dos alunos, em que a leitura dos eventos é captada por uma relação de causa e efeito entre os feitos heróicos dos grandes homens e o destino da nação³⁸. Se, por um lado, esses vínculos influenciaram no sentido de uma concepção pedagógica das ciências sociais, por outro lado, Lavissee procurou também apoiar a criação de cursos modernos na universidade e a especialização do conhecimento³⁹. No fundo, para ele, o progresso do ensino estava relacionado à competição nos vários níveis da educação e tipos de instituição, cabendo à administração do ensino uma posição de equilíbrio e de apoio às várias instâncias. Não é por acaso que Lavissee foi o responsável pelo manifesto chamado *Apelo à União* por ocasião do Caso Dreyfus, em 1898, manifesto que clamava pelo equilíbrio, pela união nacional, pelo respeito ao exército e às instituições e pelo pedido de revisão condicionado à aceitação da decisão da Corte de Cassação, o supremo tribunal do país. A tensão entre o sentido cívico e o científico das humanidades estava nas próprias disposições dos administradores, dado que, por um lado, era importante a

³⁵ Dick May era o pseudônimo de Jeanne Weill, cf. se explicitará mais adiante.

³⁶ DURKHEIM, É., 8 de janeiro de 1894, BNF – NAF – 25167.

³⁷ CHARLE, C., *Le siècle de la presse – 1830-1939*, Paris, Seuil, 2004.

³⁸ “Um papel considerável pertence à história na educação nacional; é ela que deve cultivar nas almas o patriotismo (...), meditar sobre os bons exemplos para segui-los e evitar as faltas (...). Quando as crianças saírem da escola, elas saberão como se deve amar a pátria (...), as moças na família e os rapazes no exército (...). Eles [os professores do primário] sabem que na Alemanha se repete todo dia que quem venceu em Sadowa e em Sedan foi o institutor alemão (...)”, LAVISSEE, Ernest, “Préface”, in *La deuxième année d’histoire de France – avec récits et dissertations*, Paris, Armand Colin, 1901. Lavissee finaliza a obra com uma exortação à lembrança da Alsácia e Lorena.

³⁹ Lavissee consulta Durkheim sobre o conteúdo do curso de economia social na Sorbonne e o indica, juntamente com Espinas. Cf. WEISZ, Georges, art. cit., pp. 96-99. A resposta de Durkheim a Lavissee aponta para o momento politicamente tenso o que impõe um curso científico. Cf. Carta de Durkheim a Lavissee de 8 de janeiro de 1894. BNF – NAF – 25167

especialização e a competição entre teorias distintas e, por outro lado, era fundamental promover a unidade moral da nação.

FILOSOFIA *VERSUS* SOCIOLOGIA: ANTIGAS E NOVAS DISCIPLINAS.

Essa mesma tensão entre o clássico e o moderno existiu na reforma do programa do curso de filosofia para o secundário, na medida em que se debatia a proporção em que ele incluía, de um lado, os temas da filosofia espiritualista tradicional e, de outro lado, os da Psicologia Experimental ou da Sociologia⁴⁰. Elaborado por Gustave Belot, pedagogo, professor do Liceu Louis le Grand e inspetor geral do ensino⁴¹, o programa de 1902 incorporou apenas periféricamente as disciplinas modernas. O conteúdo do curso de filosofia, presente no último ano e considerado uma espécie de síntese do processo de formação, incorporou um único tema da Psicologia Experimental de Pierre Janet e Georges Dumas — o “automatismo psicológico” — e, significativamente, da Psicologia Social de Gabriel Tarde — a “simpatia e a imitação” — mas excluiu totalmente a sociologia durkheimiana. Essa seletividade exprime uma aceitação maior da psicologia — experimental ou social — do que da sociologia por parte dos filósofos, uma proximidade que tem origem no acordo em relação a alguns valores filosóficos, tais como a “liberdade individual”, mas também por causa das redes de sociabilidade intelectual. No mesmo ano, ou seja, em 1902, Tarde passou a freqüentar as sessões da Sociedade Francesa de Filosofia, provavelmente levado por Émile Boutroux, da Academia de Ciências Morais e Políticas, e se aproximou de Gustave Belot, de quem era admirador e por quem foi convidado a ser o comentarista de sua apresentação na Sociedade⁴². Além disso, Belot e Tarde eram ligados às redes de Dick May, ministraram cursos em suas escolas e publicaram em sua coleção. Durkheim só passou a freqüentar a Sociedade Francesa de Filosofia a partir de 1906, ou seja, após a morte de Tarde.

Outro indicador interessante sobre o grau de abertura da filosofia em relação às disciplinas modernas pode ser obtido a partir de uma enquete realizada por René Worms, na

⁴⁰ FABIANI, Jean Louis, *Les philosophes de la République*, Paris, Minit, 1988.

⁴¹ PINTO, Louis, “Le détail et la nuance: la sociologie vue par les philosophes dans la Revue de Métaphysique et de Morale – 1893-1899”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº 98, 1993, p. 156.

⁴² Numa carta de Tarde a Xavier Léon, Tarde se exprime da seguinte maneira sobre Belot: “O senhor Belot deve ter avisado que, na próxima sessão da Sociedade de Filosofia, do dia 24 corrente, eu comentarei sua tese. Ele me pediu, e eu prontamente aceitei, seja por lhe testemunhar minha simpatia, já antiga, seja para aproveitar a ocasião e entrar em contato com a Sociedade de Filosofia que, a julgar pelo Boletim e pela Revue de Métaphysique et de Morale, é muito interessante”, Paris, 19 de agosto de 1902. Fundo Xavier Léon, Acervo Victor Cousin, Sorbonne, Ms. 388.

Revue Internationale de Sociologie, em 1899, sobre o ensino de sociologia no secundário⁴³. Os argumentos dos entrevistados — professores universitários, professores do secundário e publicistas — podem ser distribuídos a partir de sua posição no campo. Os publicistas, como Jean Bourdeau, afirmam que a sociologia simplesmente não é ainda uma ciência, e muito menos uma ciência especial, e deve ser compreendida como um conjunto de ciências sociais ainda em fase de constituição; os professores ligados ao ensino secundário, como Marcel Bernés, acreditam que a sociologia deva ser abordada de maneira diluída nos módulos de psicologia e de moral e que, portanto, não haveria necessidade de módulos especiais; além disso, a dimensão política do ensino de sociologia — a chamada “questão social” — é vista com receio em razão da possível recepção “dogmática” e “abstrata” por parte dos alunos. Alfred Fouillée, escritor de manuais escolares, ligado a setores políticos e membro das redes da filosofia pedagógica, também afirma, como Bernés, que a sociologia tem uma função política, motivo pelo qual ela deve ser ensinada com o fim de criticar a “idolatria ao coletivismo alemão”. A ênfase na dimensão pedagógica da sociologia, típica dos setores ligados ao ensino secundário ou publicista, geralmente é acompanhada por uma opção epistemológica a favor da psicologia como fundamento das ciências sociais. A opinião de Fouillée é reveladora nesse sentido, pois nos tópicos de sociologia sugeridos por ele para inclusão nas seções de moral e de psicologia há um completo silêncio em relação a temas típicos da sociologia durkheimiana. Por outro lado, o programa contém outros temas que revelam claramente sua posição na disputa disciplinar a favor da psicologia, tais como, por exemplo: “a subordinação das leis biológicas às leis psicológicas em sociologia”, “a importância da simpatia, da imitação e da invenção, da vontade e da cooperação voluntária” e “as nações e a psicologia dos povos”. As opiniões de Durkheim, também publicadas na sondagem, se opõem às de Fouillée. Para ele, ainda que um professor de filosofia portador de uma “cultura sociológica” pudesse dar conta dos tópicos sociológicos, a sociologia é superior em valor científico e tem sua própria especificidade em relação à filosofia e à psicologia: “(...) na realidade, a sociologia deve estar em todos os lugares no ensino filosófico, pois as funções psicológicas superiores são inexplicáveis se não se as relaciona com suas condições sociais”. Além disso, Durkheim acredita que “(...) a [disciplina] história das religiões poderia substituir as lições de história da filosofia que são de pouca utilidade”. Finalmente, Durkheim sugere a inclusão de outro tópico importante: “relações entre a psicologia e a sociologia”⁴⁴. A disputa

⁴³ WORMS, René, “La sociologie dans l’enseignement secondaire”, *Revue Internationale de Sociologie*, oct.-déc., 1899; jan.-mars, 1900.

⁴⁴ WORMS, René, “La sociologie dans l’enseignement secondaire”, op. cit., p. 673-8

por espaço institucional deve ser entendida, portanto, a partir das posições dos atores no campo, o que mostra que a psicologia social era muito mais adequada à estrutura disciplinar tradicional do que a sociologia durkheimiana.

O CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS “LIVRES”.

Assim como a expansão do ensino público resultou em grande parte da vontade política, os interesses políticos também se fizeram presentes nas ciências sociais privadas, tanto na forma de subvenções públicas quanto na própria participação direta de alguns governantes e administradores do ensino em iniciativas na área. A diferença estava em que as ciências sociais “livres” dependiam muito mais de fatores diretamente econômicos e culturais no seu movimento de expansão e contração. Dado que a universidade positivista se distanciava de sua tradicional função de atender o ensino secundário e o público burguês, era exatamente esse espaço que as escolas, revistas e cursos privados procuraram preencher. Segundo Charle, os “cientistas amadores ou os intelectuais livres têm tendência a defender, por tradição ou para guardar o contato com o público letrado o mais amplo de onde eles vêm e ao qual se dirigem, a versão a mais vulgar (*exotérique*) e a mais sintética [da prática intelectual]”⁴⁵. O entendimento do campo das ciências sociais “livres” é algo que ainda desafia a compreensão, dada a complexidade das redes, instituições e motivações, bem como das trajetórias e destinos.

No caso dos grupos leplaysianos, os estudos podem ser agrupados entre, de um lado, as correntes que enfatizam o componente de dominação de classe em suas ações — em razão das fontes de financiamento e da classe social de seus principais líderes e organizadores — e, de outro lado, os estudos que priorizam o conteúdo propriamente científico desses trabalhos, ou seja, sua importância teórica⁴⁶. É inegável o vínculo orgânico entre os leplaystas e as instituições de pesquisa e ensino que eles criaram com o objetivo claro de controle social. Por outro lado, nem todas as iniciativas no campo das ciências sociais privadas estão sob o domínio do poder social e, pelo menos duas outras iniciativas, a de Dick May e a de René

⁴⁵ CHARLE, Christophe, *Naissance des “intellectuels”: 1880-1900*, Paris, Minuit, 1990, p. 52.

⁴⁶ Veja-se, por exemplo, para a primeira interpretação, o trabalho de ELWITT, Sanford, “Social Reform and Social Order in Late Nineteenth-Century France: The Musée Social and Its Friends”, *French Historical Studies*, vol. 11, n^o 3, 1980, e, para a segunda interpretação, o trabalho de HORNE, Janet, “L’antichambre de la Chambre: le Musée Social et ses réseaux reformatrices, 1894-1914”, in TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.

Worms, devem ser diferenciadas das do grupo leplaysta. É possível, inclusive, formular a hipótese de uma homologia entre o campo privado e o público, dado que o pólo profissional e o pedagógico também eram formados por instituições privadas, tais como a École Libre des Sciences Politiques, de Émile Boutmy, a Revue Internationale de Sociologie, de René Worms, e a École des Hautes Études Sociales, de Dick May. Na década de 90, houve uma proliferação desse tipo de instituição: escolas superiores, sociedades científicas, salões intelectuais, cursos privados, revistas e coleções editoriais, financiadas principalmente pela iniciativa privada. Por outro lado, o campo das ciências sócias “livres”, mesmo em suas posições dominantes — pense-se na École Libre des Sciences Politiques ou na Société d’Enseignement Supérieur — tinham maior dificuldade de financiamento e de sobrevivência, o que impelia à mudança de seu estatuto para instituição de “utilidade pública” com o fim de permitir subvenções públicas⁴⁷.

As escolas e as associações científicas mais sólidas nesse meio foram as subvencionadas pelos “notáveis” — a aristocracia e a grande burguesia de negócios. Se se considera a origem social dos mecenas por trás da École Libre des Sciences Politiques, das escolas livres de comércio, bem como das associações leplaysianas de filantropia e de pesquisa social, os grandes doadores são homens de negócios, principalmente banqueiros, mas também grandes industriais, tais como as famílias Rotschild, Eichthal, Lazard, Weill, Siegfried, André, Reinach e Baccarat. Antes dos anos 90, a prática da filantropia privada, inspirada pela vocação religiosa, com o fim de legitimação social ou simplesmente por tradição local havia dado origem a instituições de assistência social de toda espécie, mas sua vocação para a ciência só ocorreu nas últimas décadas do século, quando a pressão social fez com que hábitos e valores familiares se transformassem em necessidade consciente de dominação e controle racional. Ao mesmo tempo, a relação das tradicionais famílias nobres, proprietárias e monarquistas com os novos poderes republicanos passava por mudanças, entre as quais as relativas à nova ambição científica da República, baseada na crença de que os problemas sociais poderiam ser resolvidos pela educação e pela ciência. A atitude de Émile Boutmy ao anunciar a criação da École Libre des Sciences Politiques, em 1871, após a perda da guerra para a Prússia e a Comuna de Paris, antecipou uma necessidade que as antigas classes dirigentes começaram a sentir em relação aos novos grupos republicanos: ele conclamou as antigas “classes superiores” a dominar não mais pelo nome ou pela

⁴⁷ Sobre as dificuldades da École Libre des Sciences Politiques, cf. GUETTARD, Hervé, *Émile Boutmy: un réformiste libéral (1835-1906)*, Tese de História, dir. Raoul Girardet, Paris, Institut d’Études Politiques, 1990. Sobre os problemas de financiamento da Société d’Enseignement Supérieur, veja-se as cartas de Boutmy a Joseph Reinach, BNF – NAF – MF 24874.

propriedade, mas pela competência. As ciências sociais “livres” têm, portanto, uma origem social dominante e impregnada da disposição “pragmática”, ou seja, vinculada à resolução de problemas sociais, mas também uma vontade de se diferenciar da tradição “clássica” em nome da vocação científica. Essas disposições deram origem, em termos de metodologia de pesquisa, a uma obsessão pela empiria, pela coleta e classificação de dados, por oposição à “abstração”, considerada maléfica porque perpetuadora da tradição ou da utopia socialista.

As carreiras independentes dos chamados “intelectuais livres”⁴⁸ estavam mais sujeitas às instituições e aos meios de circulação privados e dependiam mais de capital econômico e de relações sociais do que de credenciais universitárias. Nas posições mais dominadas, ligadas ao mercado da cultura, a instabilidade das carreiras era ainda maior, pois mais suscetíveis a mudanças na preferência do público, nas estratégias editoriais, nas vendas ou assinaturas de jornais e revistas. A figura do publicista⁴⁹ passava por uma transformação importante nesse período. Se durante grande parte do século XIX o publicista era uma figura próxima do poder político ou em vias de ocupá-lo, nas últimas décadas do século é praticamente um comentarista da vida contemporânea através de jornais ou de livros de vulgarização, no melhor dos casos um escritor de *best-sellers*. O que exprime essa nova dependência é o caráter altamente seletivo dos nomes citados em seus textos, dada a obrigatoriedade moral — e o imperativo profissional — de retribuir uma citação, moeda de troca nesse meio e base da publicidade de um autor nessa posição⁵⁰. Dependentes da memória do leitor, eles também se apresentavam em concursos de sociedades científicas, outra forma de angariar prestígio e assegurar a sobrevivência⁵¹. No meio jornalístico, os publicistas expressaram essa tensão através de disposições anti-estatistas radicais: elogiavam a iniciativa privada, individualista e quase heróica do intelectual “independente” e, ao mesmo tempo, criticavam abertamente o

⁴⁸ Christophe Charle denomina “intelectual livre” os autores que, sem vínculo institucional universitário, têm uma produção menos pautada pelas formalidades e pelo controle da universidade. Cf. CHARLE, C., *Naissance des “intellectuels”: 1880-1900*, op. cit.

⁴⁹ “Nós nos habituamos, erroneamente, a chamar de publicista todo jornalista. Deve-se reservar essa qualificação àquele que trata de matérias políticas e sociais com uma superioridade real, uma real independência de espírito. ‘O publicista, afirma o senhor Ch. de Mazade, é particularmente um escritor dos novos tempos, um homem que, sem ser exclusivamente um historiador ou um filósofo, é freqüentemente um e outro, que mistura filosofia, literatura e história, reunindo de uma maneira surpreendente e rápida todos os elementos das questões à medida que elas se sucedem, condensando por vezes a vida de uma época ou de um homem em algumas páginas (...)’”. Cf. verbete ‘Publicista’, LAROUSSE, P., *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e siècle*, Paris, Administration du Grand Dictionnaire Universel, 1866.

⁵⁰ Carta de Gustave Le Bon a Gabriel Tarde em que ele envia, anexada, parte do artigo em que cita Tarde: “(...) envio a passagem em que eu o cito. Nós evitamos cuidadosamente a citação recíproca durante anos. O senhor nunca me citou (...) porque eu naturalmente o precedi na carreira. Hoje eu creio que muitos escritores me citam (...). Pois o senhor pode ver que (...) eu já comecei”, CHEVS, GTA 80.

⁵¹ TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle*, op. cit. Os prêmios em concursos representavam um conforto à condição de publicista, já que viviam de suas próprias publicações de livros e artigos em revistas da burguesia letrada, tais como a *Revue des Deux Mondes*.

intelectual “funcionário”, supostamente conformista na posição de funcionário público ou revoltado quando desempregado. Nesse sentido, as teses de Le Bon sobre a “independência” de sua condição por oposição à domesticação do pensamento universitário podem ser consideradas parte de uma série de textos publicistas que durante os anos 90 sustentaram a tese da “decadência” francesa e da proletarização das carreiras liberais, em particular a da decadência do intelectual universitário. Uma projeção deslocada, mas verdadeira, dado que, no fundo, exprime a real perda de status da própria carreira.

Diferentemente da situação do publicista puro, a carreira docente numa instituição privada era um pouco mais prestigiada, ainda que também nesse caso sua situação fosse frágil em razão da remuneração instável e insuficiente, bem como da dependência em relação ao mecenato patronal e às subvenções públicas. Para os professores das universidades públicas, a passagem por uma escola livre interessava no início da carreira, enquanto procuravam qualificação ou prestígio, ou no fim da carreira, quando se identificavam ideologicamente ao projeto, já que a remuneração dessas instituições era praticamente simbólica⁵². Outra fonte de interesse era a inovação disciplinar, dado que, por vezes, o ensino privado era a única forma de ter público para uma disciplina ainda inexistente na universidade. Para os não credenciados à universidade, contudo, ser professor de uma instituição livre exigia um enorme esforço de acumulação de capital de relações sociais. A motivação para a docência era bastante variada: desde os mais diletantes e interessados na vida mundana até os mais vocacionados à pesquisa científica, passando pelos que buscavam legitimar-se para outro campo, como é o caso dos pretendentes à carreira política ou na administração pública.

A participação em sociedades científicas (*sociétés savantes*) era outra forma de se credenciar para o campo intelectual, principalmente porque elas costumavam editar revistas ou boletins que publicavam os artigos dos seus membros. As sociedades científicas, filantrópicas e profissionais se tornaram uma verdadeira febre nesse período, a ponto de não ser raro encontrar intelectuais, como Émile Cheysson, que fossem membros de cem instituições desse tipo ao longo da vida. Os artigos e obras publicados, por sua vez, serviam de currículo para a candidatura a uma vaga numa escola ou curso livre, ou mesmo numa instituição de consagração como o Instituto, formado pelas cinco Academias. Este foi o caso de Raul de la Grasserie que enviou uma lista de artigos e obras publicadas a Gabriel Tarde anexada a uma carta em que pedia apoio para sua candidatura como correspondente do

⁵² LETERRE, Thierry, “Elie Halévy et l’école libre des sciences politiques”, texto apresentado no Colloque Halévy, Roma, 1999; disponível no ‘site’ [www.tlrdoc.free.fr/index/tldocAccueil/textes de recherches](http://www.tlrdoc.free.fr/index/tldocAccueil/textes%20de%20recherches)

Instituto⁵³. Frequentemente, como se pode observar pelo currículo de Raoul de la Grasserie, a classificação disciplinar era muito abrangente e abarcava temas muito distintos sob uma mesma rubrica, como é o caso da “Sociologia”, seção em que estão incluídos artigos sobre direito civil, penal, criminal, trabalhista, internacional e, ainda, sobre religião, feminismo, criminologia, estatística etc.. A concepção larga de sociologia de La Grasserie é correlata à amplitude dos temas tratados pelo autor, cujo currículo está dividido em seis subdivisões — “volumes de versos”, “métrica”, “psicologia”, “sociologia”, “direito internacional e comparado” e “lingüística e gramática comparada”. O currículo relativamente eclético de La Grasserie pode ser considerado modelo da produção intelectual na área de ciências sociais por parte dos autores posicionados no pólo profissionalizante do sistema universitário, ligados principalmente às faculdades de direito e às escolas de engenharia e comércio.

O recrutamento nesse campo, dada sua lógica de funcionamento, está baseado, em grande parte, em profissões não intelectuais — profissionais liberais e administradores públicos ou privados —, cuja renda familiar ou proveniente de outra carreira garantia uma posição independente ao campo intelectual. Além desses grupos, também estão presentes os que não têm recursos familiares nem uma profissão estável, razão pela qual são mais dependentes de capital de relações sociais e de diplomas e geralmente ocupam postos assalariados na burocracia dessas instituições⁵⁴, como é o caso de Émile Boutmy, Edmond Demolins, Émile Cheysson, Émile Levasseur e Gustave Le Bon. Esses intelectuais, nascidos em famílias não tão privilegiadas da pequena e média burguesia, buscavam no mundo intelectual e nas ciências sociais nascentes uma fonte de legitimação social que lhes permitisse servir de intermediários entre a demanda por controle social, de um lado, e a ambição pela carreira intelectual, de outro lado. A presença de professores do secundário e mesmo de professores universitários no campo das ciências sociais “livres”, principalmente filósofos e historiadores, pode ser explicada pelo caráter militante de algumas instituições, à esquerda ou à direita do espectro político, resultado da sociabilidade escolar e da identidade de práticas e de representações ligadas à função intelectual. Do mesmo modo, os administradores do ensino podem ser considerados uma categoria eminentemente militante em sua participação nas redes privadas, ao mesmo tempo em que utilizam esses espaços flexíveis para experiências sobre o poder da educação na estabilização social.

⁵³ Cf. o Anexo 2 – Currículo de Raoul de la Grasserie. O currículo foi enviado com a seguinte mensagem: “(..) já que o senhor é membro da *Académie des Sciences Morales et Politiques* poderia, talvez, se considerar conveniente, propor meu nome como correspondente do Instituto. (...) Tenho alguns títulos que o senhor pode examinar. Com essa finalidade, envio-lhe a lista de minhas obras, entre as quais a sociologia ocupa a maior parte”, CHEVS, GTA 87.

⁵⁴ TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle*, op. cit.

Duas iniciativas se destacam nos anos 90: a de René Worms e a de Dick May. Essas duas figuras realizam uma verdadeira divisão do trabalho intelectual no campo das ciências sociais “livres”: May funda uma coleção na Alcan — a *Bibliothèque des Sciences Sociales* — e duas escolas superiores — o *Collège Libre des Sciences Sociales* e a *École des Hautes Études Sociales* —, enquanto Worms funda uma revista — a *Revue Internationale de Sociologie* — duas associações científicas — o *Institut International de Sociologie* e a *Société de Sociologie de Paris* e uma coleção editorial na Giard et Brière — a *Bibliothèque Sociologique Internationale*. Esses quatro formatos institucionais — revista, sociedade científica, coleção editorial e escola — são fundamentais para a sobrevivência do pólo privado no campo intelectual. Impedidos legalmente de fundar escolas de ensino superior com o nome de “faculdade” ou “universidade”, bem como de emitir diplomas, o grande objetivo desses intermediários intelectuais era fundar uma nova escola superior de Ciências Sociais — privada para Dick May e pública para René Worms — o que exigiu um conjunto de estratégias e a mobilização de redes políticas, sociais e intelectuais.

CIÊNCIAS POLÍTICAS, LE PLAY E O INSTITUTO: O PODER SOCIAL.

Antes da década de 90, as ciências sociais privadas eram ministradas pelas escolas confessionais, pela *École Libre des Sciences Politiques* e pelas instituições leplaystas. Com a aprovação da lei que permitia o ensino privado superior, em 1875, os meios católicos, protestantes e os meios liberais em geral tiveram a oportunidade de fundar instituições de ensino superior, tais como os institutos confessionais, mas também escolas laicas, como a *École Spéciale d'Architecture*, na qual Taine e Boutmy lecionaram, e as *Hautes Écoles Commerciales*. Émile Boutmy projetou a *École Libre des Sciences Politiques*, em 1871, com o apoio de Taine e conseguiu a subvenção de banqueiros, industriais, negociantes, ministros, deputados, presidentes de associações patronais, em suma, das elites políticas e econômicas, sensibilizadas com os acontecimentos da época. A perda da guerra era considerada em parte o resultado da baixa capacidade administrativa e diplomática dos políticos e funcionários públicos e não por acaso essas foram as duas áreas de formação da escola. Boutmy inspirou-se parcialmente no modelo universitário inglês para fundar a *École Libre des Sciences Politiques*, fruto da anglofilia dos meios que freqüentava, tornando-se ele mesmo um especialista em “psicologia do povo inglês” e em “direito constitucional inglês”. A *École Libre des Sciences Politiques* tornou-se, em certo sentido, expressão de sua visão de mundo

liberal, baseada numa pedagogia que pregava o contato com a “realidade”, por oposição ao sistema universitário estatal francês, segundo ele muito “abstrato”⁵⁵. Essas disposições vão marcar profundamente o campo das ciências sociais ditas livres e podem ser claramente identificadas no discurso dos herdeiros de Le Play, nas iniciativas educacionais de Dick May e nos intelectuais publicistas como Gustave Le Bon, Henri Bérenger e Jean Bourdeau. A trajetória de Boutmy, iniciada pela atividade jornalística, dado que ele trabalhou como comentarista político e crítico de arte em vários órgãos da imprensa (La Presse, La Liberté, Journal de Débats, Revue Nationale, Nouvelle Revue de Paris)⁵⁶, marcou o estilo da escola como um lugar aparentado aos salões burgueses. Em sua origem, constava do programa “ciências” e “artes”, mas a partir de 1879 a escola teve que rever seus programas e se adaptar ao sistema universitário e à democratização do recrutamento, tornando-se uma escola profissional de preparação para a diplomacia e a administração pública ou privada. O recrutamento dos professores da École Libre des Sciences Politiques também se diferenciou do da universidade pública, pois Boutmy teve que recorrer aos altos funcionários e homens políticos para ministrar as novas disciplinas, dado que não havia pessoal especializado na década de 70⁵⁷. Os formados pela École Libre des Sciences Politiques prestavam concursos na administração pública ou então ocupavam postos na burocracia de uma das muitas associações privadas, profissionais, científicas ou filantrópicas, tais como as leplaystas.

O meio educacional das ciências sociais privadas, nos anos 70, pode ser considerado complementar, de certo modo, às instituições leplaystas na área da filantropia privada e da ação patronal voltada à “questão social” (habitação popular, caixas de pensão e aposentadoria, higiene social etc.). A fundação da École Libre des Sciences Politiques se deu graças ao apoio, entre outros, de Hippolyte Taine, freqüentador dos salões de Le Play e onde, inclusive, leu extratos de sua obra *Les origines de la France contemporaine* sobre a “psicologia do Jacobino”, antes mesmo deles serem publicados⁵⁸. Para se ter uma idéia das fortes relações entre os herdeiros de Le Play e a escola de Boutmy, basta considerar que entre os 48 administradores da instituição leplaysta chamada Sociedade de Economia Social (SES), nove passaram pela École Libre des Sciences Politiques como professores ou alunos entre 1883 e

⁵⁵ CHARLE, Christophe, *La République des universitaires*, Paris, Seuil, 1994.

⁵⁶ FAVRE, Pierre, *Naissance de la science politique en France*, Paris, Fayard, 1989.

⁵⁷ “Em 1899-1900, o corpo de professores compreendia 76 indivíduos, 35 altos funcionários, 18 professores de ensino superior, entre os quais 4 titulares de cadeiras do Collège de France, assim como 11 membros do Instituto, da Academia de Ciências Morais e Políticas ou da Academia Francesa”, DAMAMME, Dominique, “Genèse sociale d’une institution scolaire: l’École Libre des Sciences Politiques”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 70, nov., 1987, p. 45.

⁵⁸ No dia 13 de março de 1880. Cf. SAVOYE, A., “Les Paroles et les Actes”, in TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle*, op. cit., p. 85.

1914⁵⁹; além deles, Jules Siegfried e Robert Pinot, leplaystas importantes, tinham fortes ligações com a escola⁶⁰. Por seu turno, Boutmy foi membro da Sociedade de Economia Social desde 1871 e do comitê diretor de outra instituição leplaysta, o Museu Social, desde a sua fundação, em 1894, além de ter escrito um artigo sobre Le Play, em 1871, em que ele “reconhecia a importância do método positivo de observação em matéria de “psicologia social””.⁶¹ A questão religiosa não foi impedimento para essa aproximação, pois grande parte dos herdeiros de Le Play era proveniente de fileiras católicas liberais, acomodando-se sem conflito ao lado de grupos protestantes tipicamente presentes na escola de Boutmy. A Exposição Universal de 1889 foi um marco na era dos “reformadores” herdeiros de Le Play, quando um grupo de industriais, políticos e estudiosos independentes teve a idéia de fundar o Museu Social com o fim de difundir as obras de filantropia patronal, estudar as associações trabalhistas e propor ações patronais visando a paz social (participação nos benefícios, sociedades mutualistas, cooperativas, habitações populares etc.). Do ponto de vista ideológico, os interesses dos meios da École Libre des Sciences Politiques e dos leplaystas eram confluentes, mas enquanto a École Libre des Sciences Politiques focalizava as relações internacionais e a relação entre Estado e sociedade em razão da profissionalização da burocracia, as instituições leplaystas estavam voltadas para as relações trabalhistas. Outra instituição bastante próxima da École Libre des Sciences Politiques foi a Académie des Sciences Morales et Politiques, pois a grande maioria de seus membros havia sido docente na escola de Boutmy, o que permite especular sobre uma possível interferência direta de Boutmy na nomeação de muitos dos candidatos, ele próprio membro da seção de Moral e Sociologia⁶².

Uma das características do funcionamento do campo das ciências sociais “livres” era, além do financiamento privado, o apadrinhamento e o apoio recíproco, dado que o prestígio nesse campo dependia de títulos não universitários. A Académie de Sciences Morales et Politiques era uma instituição extremamente prestigiada socialmente e na administração pública (tinha direito a quatro representantes no Conselho Superior de Instrução Pública) e representava um bem simbólico fundamental para quem não tinha credenciais universitárias e

⁵⁹ TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle*, op. cit., pp. 88-94. Émile Cheysson, René Stourm, Fernand Auburtin, Ernest Glasson, Anatole Leroy-Beaulieu, Georges Blondel, Maurice Dufourmantelle, Pierre du Maroussem e Étienne Martin-Saint-Léon.

⁶⁰ Girardin, Rotschild, Arles Dufour, Fare, Germain Jackson, Javal, Monier, Lefebule, Muller e o barão Thenard. GUETTARD, Hervé, *Émile Boutmy: un réformiste libéral (1835-1906)*, op. cit., p. 353.

⁶¹ GUETTARD, H., op. cit., p. 341.

⁶² Entre os acadêmicos provenientes da École Libre des Sciences Politiques estão: Gabriel Tarde, Charles Benoist, os irmãos Leroy-Beaulieu, René Bérenger, Émile Levasseur, Émile Cheysson, Charles Lyon-Caen, Maurice Block etc. A Académie des Sciences Morales et Politiques era composta por seis seções: 1) Filosofia; 2) Moral e Sociologia; 3) Legislação, Direito Público e Jurisprudência; 4) Economia Política, Estatística e Finanças; 5) História e Geografia; e 6) Seção Geral.

vivia sob uma lógica profissional, tais como homens de negócios, políticos, administradores privados e públicos. A distinção intelectual de muitas dessas personalidades vinha do fato de ter o nome impresso como membro da Academia ou docente na *École Libre des Sciences Politiques* em suas publicações. Juntas, essas três grandes redes (Academia, *École Libre des Sciences Politiques* e instituições leplaystas) tinham poder social e prestígio intelectual para enfrentar o crescimento da universidade pública. Pode-se ter uma idéia da força e da longevidade desse poder quando se considera que Émile Durkheim foi derrotado, em 1908, numa eleição para a Academia.

COLÉGIO LIVRE E ESCOLA DE ALTOS ESTUDOS: O PÓLO PEDAGÓGICO.

A *Revue Internationale de Sociologie*, de René Worms, foi um fórum fundamental de debates sobre a definição das ciências sociais e de luta pela institucionalização dessas disciplinas, ainda que seu esforço no sentido da criação de uma faculdade de ciências sociais tenha sido em vão. Dick May teve mais sucesso nesse âmbito, mas ao preço de abdicar de um curso sério e de investir num curso mundano, aberto ao grande público, baseado em temas da ordem do dia e no recrutamento de professores “livres”. As iniciativas privadas não eram independentes para dar livre curso ao voluntarismo, ainda que essa fosse a ideologia do campo, pois estavam limitadas às possibilidades abertas pelo vazio deixado pela universidade moderna, seja em termos de programas, de cursos ou de recrutamento docente. É esse espaço que Dick May tenta ocupar e esse é o segredo, juntamente com o apoio político de Lavissee, de seu sucesso. Como mostrou Weisz, as disputas pelos cursos de ciências sociais e a pressão da *École Libre des Sciences Politiques* minava iniciativas mais audazes nesse âmbito.

Dick May é uma personagem símbolo da nebulosa das ciências sociais nesse período: alsaciana, de família judaica e irmã do historiador Georges Weill, ela se dedicou à promoção das ciências sociais. Ela pretendia criar uma “nova Sorbonne”, um ensino moderno para combater a crise moral pela qual passava a sociedade francesa, após o trauma boulangista (1889) e a crise do Panamá (1892)⁶³. Sua inspiração teórica, de Karl Marx a Frédéric Le Play, assim como suas redes intelectuais, que compreendem tanto os socialistas franceses quanto o conservador Conde de Chambrum (monarquista e católico, dono da empresa Cristais Baccarat

⁶³ Conferir a carta de Dick May a Lavissee, *apud* PROCHASSON, Christophe, “Dick May et le social”, in CHAMBELLAND, Colette (dir.), *Le Musée Social en son temps*, Paris, Presses de l’École Normale Supérieure, 1998, p. 47.

e filantropo das ciências sociais), de quem foi secretária, indicam o largo escopo e a flexibilidade teórica de suas opções.

No início dos anos 90, ela contribuiu com a causa do conde que, admirador das idéias de Le Play, decidira fundar o Musée Social (1894) e financiar cursos livres de “economia social” — na École Libre des Sciences Politiques (1893) e na Faculdade de Letras de Paris (1894) — devidamente supervisionados por ela — e, posteriormente, na Faculdade de Direito de Paris (1898). Esses cursos, ministrados respectivamente por Émile Cheysson, Charles Gide e Alfred Espinas, demonstram que a universidade estava aberta à inovação disciplinar quando se tratava do combate político; nesse mesmo período, alguns estudantes revolucionários do Quartier Latin haviam iniciado um grupo de discussão sobre o socialismo e os cursos de economia social eram considerados uma resposta a essa iniciativa. Os três nomes escolhidos para ocupar os cursos de economia social são significativos, pois demonstram a adoção de critérios acadêmicos e políticos por parte da administração pública. Espinas e Gide eram professores universitários, respectivamente em Bordeaux e em Montpellier, e a oportunidade representava uma forma de começar a carreira em Paris e de formar os filhos nos melhores liceus da cidade, preocupação alegada por Espinas ao aceitar o curso. As expectativas não eram apenas acadêmicas, mas também de sociabilidade: Espinas acabou por casar sua filha com o filho de Gide. Cheysson é engenheiro e está situado, portanto, no meio profissionalizante: leplaysiano e formado pela Escola Politécnica, fez carreira no serviço público e, como professor, deu aulas na Escola de Minas, Escola de Pontes e Calçamentos e na École Libre des Sciences Politiques, o que representa uma trajetória baseada em redes não universitárias e em instituições ligadas ao poder social.

Dick May, contudo, parece não ter aprovado a aproximação de Chambrun com o grupo dos leplaystas, pois criticava o fato dos leplaystas terem subordinado a “economia social” às teses da “economia política”, ou seja, ao individualismo e ao economicismo da escola liberal. Além disso, ficou insatisfeita com o curso de Espinas na Sorbonne que foi, de fato, uma decepção para os alunos do Quartier Latin e para os conservadores do auditório, o que a levou a propor a Chambrun a criação de uma faculdade livre de ciências sociais no Museu Social. Chambrun, antes de aceitar sua proposta, consultou Émile Boutmy, um concorrente de Dick May que obviamente o desencorajou de tal empreendimento⁶⁴. Em 1894, Dick May funda sem o apoio do conde o Collège Libre des Sciences Sociales (1894), que

⁶⁴ HORNE, Janet, “Le Musée social à l’origine: les métamorphoses d’une idée”, *Le Mouvement Social*, vol. 171, 1995, pp. 63-5.

tinha em seus bancos um público majoritariamente estudantil, mas também de aspirantes a cargos públicos e de pessoas mundanas preocupadas com a cultura dos salões⁶⁵.

Em razão de dificuldades financeiras, os cursos foram mal remunerados⁶⁶, o que atraiu um corpo docente heterogêneo e com interesses distintos em relação às ciências sociais. Os mais dominados, tais como Augustin Hamon, dependiam do Collège para agregar credenciais intelectuais ao seu currículo de publicista puro, o que pode ser constatado pelas cartas que ele trocou com Dick May, nas quais reclama do fato de não ter seu nome citado no corpo docente do Colégio⁶⁷. Os intelectuais socialmente dominantes tinham interesses mais políticos ou intelectualmente tradicionalistas, como o Dr. Delbet, médico e político que difundia o comtismo e o higienismo nos meios intelectuais. Outros usavam o espaço do colégio para a inovação disciplinar, caso de Bertillon, que ministrava estatística, matéria ainda ausente nos cursos universitários. Finalmente, os leplaystas estavam largamente presentes por razões ideológicas, ou seja, para a divulgação dos projetos e instituições leplaysianas. Sem subvenção pública, algo que o Collège conquistará apenas em 1901, o mecenato social era a condição de funcionamento da escola e, na falta de apoio de Chambrun, Dick May recorreu paradoxalmente às redes de seu próprio concorrente, Émile Boutmy, nessa altura com grande experiência no mecenato social. Nesse meio, May encontrou o apoio de Théophile Funck-Brentano — pertencente a uma família de notários proveniente de Luxemburgo e naturalizada francesa após a guerra de 1871. Médico de formação, Théophile Brentano era professor da École Libre des Sciences Politiques desde 1873 e escreveu com Albert Sorel uma obra importante sobre direito internacional; além dele, seu filho, Frantz Brentano, era um importante historiador social da França monárquica e do mundo do trabalho na França pré-revolucionária. Théophile e Frantz foram também professores do Collège em seu primeiro ano de funcionamento, lecionando, respectivamente, a disciplina de Método — “aplicação do método ao estudo do estado econômico e social dos povos modernos” — e de História Social — “a França monárquica, a perda das tradições sociais”. O Collège funcionou, de 1895 a 1899, na Sociedade de Geografia Comercial, provavelmente a convite de Émile Lèvasseur, um membro fundador desta sociedade e posteriormente administrador e professor do Collège. A partir de 1899, à época da saída de Dick May, o Collège se instalou no Hotel des Sociétés

⁶⁵ JULLIARD, Jacques – WINOCK, Michel, *Dictionnaire des intellectuels français*, Paris, Seuil, 1996.

⁶⁶ Cf. a carta de Sighele a Gabriel Tarde em que menciona que Dick May admite que o Collège não tem muitos recursos. Em outra carta de Sighele a Tarde, o primeiro pede que o Collège, dirigido por Dick May, pague ao menos os custos da viagem para que ele possa ministrar cinco aulas. Cf. CHEVS, GTA 91.

⁶⁷ Arquivos do fundo Augustin Hamon, *International Institute of Social History*, Amsterdã. As cartas trocadas entre May e Hamon mostram a preocupação do último por não ter seu nome citado entre os professores do Colégio. Dick May responde que ele, Hamon, foi apenas um conferencista (Hamon proferiu cinco conferências no Colégio) e que os arquivos do Colégio registram exclusivamente os professores regulares.

Savantes⁶⁸, também no Quartier Latin. Levasseur era professor de estatística e de economia social na École Libre des Sciences Politiques, ou seja, também pertencente às redes de Boutmy e de Taine e considerava a estatística um instrumento fundamental de rigor científico, pelo que se aproximou da tradição empirista e de classificação social da escola da Le Play.

Nessa primeira fase, a força do pólo profissional — particularmente nas áreas do direito, da economia e da estatística — exercia todo seu poder sobre as iniciativas de Dick May. Embora no âmbito do discurso ela recusasse a pedagogia profissionalizante e o economicismo em ciências sociais, sua posição no campo a submeteu completamente às redes de Boutmy e dos leplaystas. Na obra *L'Enseignement social à Paris*, de 1896, Dick May elogia a obra de Le Play e de seus seguidores, divididos em duas grandes correntes — a da Reforma Social e a da Ciência Social — mas se distancia contudo de algumas de suas concepções, além do que pretende desenvolver seu próprio conceito de “ensino social”, por oposição ao de “ensino de *ciência* social”. No que diz respeito à doutrina leplaysiana, sua crítica recai sobre a “anglofilia” dos autores da corrente Ciência Social, em particular Edmond Demolins, e sobre seu suposto “individualismo metodológico”; quanto à corrente Reforma Social, ela critica o excesso de militantismo no combate às doutrinas socialistas, o que afastaria o público jovem do Quartier Latin que ela pretendia atingir. A união entre a Société d'Économie Sociale (SES), ligada à Reforma Social, e a Société d'Économie Politique representaria uma aproximação com a economia política clássica da qual ela queria se distanciar. Finalmente, segundo ela, ambas as correntes ministravam cursos para um pequeno número de alunos, considerados fiéis adeptos da doutrina de Le Play. A École Libre des Sciences Politiques, por sua vez, era segundo ela uma escola elitista e os cursos na área de ciências sociais — o de Economia Social ministrado por Cheysson e o de Sociologia por Tarde — lhe pareciam ter um público muito restrito⁶⁹. A École Libre des Sciences Politiques não era o espaço devido para um novo curso de ciências sociais, em razão de seu caráter profissionalizante e preparatório para a carreira pública. Finalmente, os cursos ministrados sobre a questão social em faculdades confessionais, católica ou protestante, sofriam do mesmo problema dos grupos leplaystas: atingiam um público muito restrito e de antemão orientado por uma doutrina.

Dick May queria se desvincular da tradição social e intelectual francesa ao criticar, respectivamente, os cursos de tipo “profissional” e “clássico” e, por oposição, defender um curso de tipo generalista, pelo que foi criticada à época por reunir disciplinas pouco coerentes

⁶⁸ Até 1899 na rue Tournon e, depois disso, na rue Serpente.

⁶⁹ MAY, Dick, *L'Enseignement social à Paris*, Paris, Arthur Rousseau, 1896.

entre si⁷⁰. Segundo sua visão de “ensino social”, o compromisso com a neutralidade impunha o convívio de várias vertentes teóricas e políticas. Contudo, os programas e o conteúdo dos cursos revelam uma preocupação ou temática central: tratam da “questão social” — pela via do método, da doutrina ou da história —, à época pouco estudada na universidade, mas objeto de grande preocupação por parte das elites econômicas e políticas. Os cursos do Collège se dividiram, no primeiro ano (1895), em uma seção de “Método” e outra de “Doutrinas e de História”, ambas alteradas no ano escolar seguinte para as seções “Enquete, Estatística e História” e “Doutrinas e Aplicações Sociais”⁷¹. A marca do administrador do Collège, Émile Levasseur — normalista, agregado em história e doutor em letras, tornando-se importante historiador da economia e do trabalho —, transparece em grande parte dos cursos ministrados no Collège. Levasseur era membro da Sociedade de Estatística de Paris, do Instituto Internacional de Estatística, da Sociedade de Economia Política, da Sociedade de Geografia Comercial, entre inúmeras outras, e foi um dos primeiros a aplicar o método estatístico, chamado à época de histórico, ao estudo dos problemas sociais⁷². Em razão de sua participação ativa na Sociedade de Economia Política, Levasseur pertencia às redes da “economia política” clássica de Léon Say, dos irmãos Leroy-Beaulieu e de Yves Guyot, mas também estava ligado às redes leplaystas da “economia social” e participou da reformulação da Sociedade de Estatística de Paris, junto de L.-A. Bertillon, com o objetivo de “descobrir as grandes leis que regem o mundo social” para poder “esclarecer os homens políticos”. Isso atraiu para a Sociedade de Estatística de Paris estatísticos de diferentes ministérios, bem como deputados, senadores e ministros⁷³, ao mesmo tempo em que, a partir de 1891⁷⁴, a estatística ingressava nos ministérios e secretarias de Estado, uma aproximação que deu à disciplina um *ethos* pragmático por oposição às disciplinas teóricas da universidade. Ora, os temas de que tratava a Economia Social de Levasseur eram muito próximos dos tratados pela corrente da Reforma Social leplaysiana e, não por acaso, são exatamente os tratados pela maioria dos cursos ministrados no Collège, com raras exceções. Nessa primeira fase do Collège, a maioria absoluta das disciplinas era referente a temas ligados à economia social (14 entre 10 disciplinas), todas as restantes versando sobre história de doutrinas sociais (doutrinas de Comte, Le Play, Marx, doutrinas inglesas, economia política, sociologia católica). Quanto ao recrutamento, a maioria dos professores estava ligada às redes leplaystas (Arthur Fontaine,

⁷⁰ Cf. MAY, Dick, op. cit., p. 79.

⁷¹ BERGERON, J., *Le Collège Libre des Sciences Sociales*, Paris, Giard et Brière, 1889, p. 14, e MAY, Dick, *L'Enseignement des sciences sociales*, Paris, Arthur Rousseau, 1896, p. 79.

⁷² SALMON, Louise, “Cahier 19 – 1894”, *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, nº 13, 2005, pp. 141-82.

⁷³ TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle*, op. cit., p. 424.

⁷⁴ CLARK, Terry, *Prophets and Patrons*, op. cit., pp. 136-45.

Pierre du Maroussem, Aléxis Delaire, Maurice Dufourmantelle, Dr. Du Mesnil), ao pólo intelectual universitário ligado a Lavissee (Charles Seignobos e Charles Andler) ou eram publicistas e colaboradores do jornal *Le Temps* (Francis de Pressensé e Yves Guyot)⁷⁵.

A aproximação entre os economistas políticos e os economistas sociais, condenada por Dick May, reproduzia-se em sua própria escola. Como era dito à época, a diferença principal entre as duas vertentes de ciências sociais residia no fato de que, enquanto a Economia Política tratava da produção e distribuição de riquezas, a Economia Social focalizava as relações sociais em torno da comunidade industrial, ou seja, entre os trabalhadores e os patrões. Mas havia divergências importantes para além dessa definição geral: nas versões mais conservadoras da Economia Social, o objetivo era apenas investigar estratégias de filantropia patronal sem comprometer o núcleo duro da ortodoxia liberal, ou seja, estudar as relações de trabalho e de promoção do bem-estar dos trabalhadores da indústria a partir de uma política social de tipo privatista e, por definição, não estatal, com vistas à paz social. Essa foi a versão que vigorou na Exposição Universal de 1889, na qual o conde de Chambrun foi premiado e que selou sua adesão à escola de Le Play e, com a fundação do Museu Social em 1894, sua trajetória de mecenas das ciências sociais. Havia, contudo, uma versão mais radical da Economia Social, de Charles Gide, que combatia o *individualismo* ortodoxo em nome da *associação*, chamada por ele “Escola da Solidariedade”. O modelo também enfatizava a iniciativa privada, mas nela o centro do estudo era a associação em suas várias formas, prevendo maior autonomia e participação do trabalhador nas decisões relativas às condições de trabalho e a intervenção do Estado em questões trabalhistas⁷⁶. Ao contrário dos economistas liberais, dominantes nos anos 70 e 80, não universitários e agrupados em instituições de combate ideológico, como a Académie des Sciences Morales et Politiques, Gide era da nova geração de economistas universitários e, ao fundar a *Revista de Economia Política*, em 1887, pretendia agrupar autores que tratassem de temas ligados ao mundo do trabalho sob uma perspectiva heterodoxa⁷⁷. A concepção de economia social de Gide era mais próxima da sociologia, representada em sua revista por intermédio das contribuições de Tarde e de Durkheim. Pode-se, inclusive, formular a hipótese de uma homologia entre o desenvolvimento da economia e o da sociologia no bojo das ciências sociais do período. Os economistas “livres”, dominantes social e intelectualmente até os anos 80, perderam nos anos

⁷⁵ Cf. o Anexo 3 – Grade curricular do *Collège Libre des Sciences Sociales* (1895).

⁷⁶ ELWITT, Sanford, “Social Reform and Social Order in Late Nineteenth-Century France: The Musée Social and Its Friends”, *French Historical Studies*, vol. 11, nº 3, 1980; TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle*, op. cit., pp. 101-2.

⁷⁷ TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle*, op. cit., p. 97.

90 posições no campo intelectual para a economia universitária, o que corresponde à crise de hegemonia do *individualismo* econômico do *Jornal dos Economistas* e sua superação pela teoria da *associação* da *Revista de Economia Política* de Gide⁷⁸. Ora, também a sociologia teve que enfrentar os individualistas filosóficos em ciências sociais que, dominantes social e intelectualmente nos anos 70 e 80, paulatinamente perderam espaço institucional nos anos 90, movimento acompanhado pela crise do individualismo filosófico e psicológico dos setores pedagógicos e privados da filosofia. A nova geração de “solidaristas” era universitária, materialista em moral e coletivista em ciência social. Como Durkheim, Gide pertencia ao pólo científico e lutava por uma abordagem “factual” em ciências sociais, por oposição à tradição de exegese de textos da faculdade de direito; lutou pela transformação dos cursos de “história de doutrinas” por cursos de “história de fatos”, como Durkheim o fizera com relação à filosofia⁷⁹.

Dick May conheceu Gide provavelmente no Collège, pois ele ministrou aí um curso chamado “Les écoles dissidentes en économie politique” no ano escolar de 1899-1900⁸⁰, o mesmo em que May rompeu com a direção do Collège para fundar outra escola livre de ciências sociais, a École des Hautes Études Sociales, na qual Gide teria uma participação fundamental. As causas do rompimento não estão claras, mas é possível que uma delas, como pretende Prochasson, tenha sido a posição *anti-dreyfusard* de muitos dos membros ligados ao Collège, entre eles o Dr. Pierre Delbet, membro fundador e diretor do Collège e substituto de Dick May no cargo de secretário⁸¹. O Dr. Delbet era deputado radical e membro fundador da Sociedade de Geografia Comercial, como Levasseur, sociedade que tinha uma relação intrínseca com o mundo comercial e industrial e para quem a ciência — principalmente a geografia e a etnografia — deveria servir aos interesses patronais e coloniais⁸². O Collège parece ter se aberto a essa vocação, pois o programa de 1905 inclui não apenas os temas leplaysianos clássicos (direito trabalhista, habitações populares e instituições de assistência

⁷⁸ Em relação ao ensino de economia nas faculdades de direito, Gide afirma: “Entretanto, entre os novos portadores do título de agregação, alguns tomaram gosto por esse ensino, tão novo para eles, e transportaram para aí certas disposições de espírito, notadamente uma tendência na direção da intervenção do Estado, o que assustou muito os economistas da escola do ‘laissez-faire’, até então o único ensino, pode-se dizer, quase oficial, na França”, GIDE, Charle, “L’enseignement des sciences sociales en France”, *Le Premier Congrès de l’Enseignement des Sciences Sociales*, Paris, Alcan, 1901, p. 77.

⁷⁹ GIDE, C., art. cit., p. 84.

⁸⁰ BERGERON, J., *Le Collège Libre des Sciences Sociales*, op. cit., p. 55.

⁸¹ Cf. PROCHASSON, Christophe, art. cit. O Dr. Delbet é um discípulo de Comte e explicitamente tomou posição *anti-dreyfusard*: assinou uma petição, o Monumento Henry, um dos documentos da direita intelectual no caso. Cf. DELBET, Pierre L. E., *Le Monument Henry*, Paris, P.-V. Stock, 1899.

⁸² O objetivo da sociedade é explícito: “(...) vulgarizar a geografia econômica e comercial e tirar todas as aplicações úteis e práticas, encorajar os cientistas e os viajantes e colocá-los em relação e colocá-los em comunicação com os comerciantes e os industriais (...)”, *Bulletin de la Société de Géographie Commerciale*, 1879.

social), mas incorpora outros temas tratados pela Sociedade de Geografia, como a geografia, a etnografia e a sociologia biológica⁸³.

A École des Hautes Études Sociales, fundada em 1900 por May no coração do Quartier Latin (16, rue de la Sorbonne), tem desde o início Charles Gide como vice-presidente do conselho de direção e responsável por uma das seções, a “École Sociale”. Na origem, havia apenas outras duas seções ou escolas, denominadas “École de Morale et de Pédagogie”, dirigida por Alfred Croiset, diretor da Sorbonne e amante de Dick May, e “École de Journalisme”, dirigida por Eugène Fournière, deputado, publicista e historiador do socialismo. Uma quarta seção foi criada posteriormente, a “École d’Art”⁸⁴, dirigida por Henry Marcel, administrador da Biblioteca Nacional. Na direção geral da escola, três outros colaboradores: Émile Boutroux, filósofo universitário, Émile Duclaux, diretor do Instituto Pasteur e vice-presidente da Liga de Direitos do Homem, além de três administradores: o editor Félix Alcan, Charles Guieyesse e Georges Sorel.

A troca de alianças, de Levasseur para Gide, é emblemática do aumento do prestígio das ciências sociais universitárias e da tentativa de Dick May de se aproximar de grupos críticos da dominação da economia em ciências sociais. O sentido buscado por Dick May com essa iniciativa, de vocação militante, é consagrado por ocasião do famoso “Primeiro Congresso Internacional do Ensino de Ciências Sociais”, organizado por ela em julho de 1900. Gide participa desse congresso, bem como vários professores de filosofia do secundário, da universidade e da administração escolar. No discurso de abertura do Congresso, a intenção de May é clara: a École des Hautes Études Sociales deve se diferenciar das escolas “teóricas” como o Collège Libre des Sciences Sociales e das escolas com ênfase em economia e política, como a École Libre des Sciences Politiques; por oposição a essas vocações, a École des Hautes Études Sociales deve ser “social”⁸⁵. No discurso de May

⁸³ Cf. o Anexo 4 – Grade curricular do *Collège Libre des Sciences Sociales* (1905).

⁸⁴ Cf. o Anexo 5 – Grade curricular da *École des Hautes Études Sociales* (1905).

⁸⁵ “A École des Hautes Études Sociales foi fundada recentemente para estudar, em sua extrema complexidade, o conjunto das questões sociais. Por oposição ao ensino puramente teórico dado até então no Institut des Hautes Études de Bruxelas, no Instituto Cesare Alfieri de Florença e no Collège Libre des Sciences Sociales de Paris, por oposição ao ensino mais especialmente econômico e político da École Libre des Sciences Politiques de Paris e da École des Sciences Économiques et Politiques de Londres, ela [a EHES] pretende oferecer um ensino mais nitidamente e diretamente *social*, de nenhuma forma hostil à teoria (que conserva um lugar considerável em seu programa), mas largamente aberto ao estudo imediato e real dessas ‘questões sociais’ que as necessidades e os sofrimentos do ser humano, a eterna e dolorosa aspiração do homem à felicidade colocam, imperativamente, à consciência ansiosa das sociedades. A École des Hautes Études Sociales aborda resolutamente, em sua seção de moral, esses problemas de educação e de direção, cuja solução, desde alguns anos, parece se subtrair às investigações do ocidente europeu. Na seção social propriamente dita, com seu conjunto de exercícios preparatórios ao ensino popular, com seus estudos de organização trabalhista, com seus cursos práticos de higiene e de assistência social, de ‘cooperação’ e de ‘mutualismo’, com sua união de professores, de trabalhadores e de estudantes associados a uma tarefa comum, ela mergulha nas realidades

transparece a enorme influência de Gide sobre a Escola, expressa por seu vocabulário repleto de temas ligados à “questão social”, ao mundo do trabalho, à associação, ao cooperativismo, à vocação pedagógica e ao ensino popular.

Como uma das bandeiras da nova escola de ciências sociais era a luta contra a hegemonia da economia liberal, a *École des Hautes Études Sociales* acabou por reunir professores em posições distintas do sistema educacional e com visões diferentes do que deveriam ser as ciências sociais. Na nova escola, apenas uma minoria vinha de grupos herdeiros de Le Play (Paul Bureau e Arthur Fontaine), mas, tal como Gide, havia migrado ou pertencia à esquerda intelectual, representada pela escola “solidarista-intervencionista”. Na seção da Escola de Jornalismo, cindida posteriormente com a criação da Escola de Arte, o recrutamento foi heterogêneo, composto por historiadores e publicistas. A participação dos professores de filosofia do secundário pode ser explicada pelo seu interesse em minorar o domínio do pólo Direito-Economia no sistema universitário (representado pela Faculdade de Direito de Paris e pela *École Libre des Sciences Politiques*) em razão da ameaça que representava ao ensino de filosofia e à sua posição na hierarquia disciplinar. Isso dá sentido à sua participação ativa na *École des Hautes Études Sociales*, principalmente através de conferências ao invés de cursos, pedagogia considerada mais apropriada para o público amplo. Os professores mais atuantes estavam ligados às redes da Revista de Metafísica e de Moral e à Sociedade de Filosofia, tais como Alphonse Darlu, Gustave Belot, Marcel Bernès, Malapert, Léon Brunschvicg e Crouzet. Juntos, publicaram inclusive várias obras na coleção de vulgarização de ciências sociais da Alcan, dirigida por May. Finalmente, outro grupo tem uma forte representação na *École des Hautes Études Sociales*, formado por políticos ligados à administração do ensino, tais como Ferdinand Buisson, Léon Bourgeois, Ernest Lavis e Alfred Croiset, bem como outros políticos da esquerda republicana, como Frédéric Passy, além de dois futuros prêmios Nobel da paz: Estournelles de Constant e Henri La Fontaine. A reunião desses três grupos na seção de Moral, claramente a mais importante da *École des Hautes Études Sociales*, representados por três grandes programas — a doutrina da solidariedade, a educação para a democracia e o ensino da paz — pode ser interpretada como um símbolo do maior peso da Faculdade de Filosofia no campo do ensino das ciências sociais

mesmas da vida social. Sua terceira seção, por fim, não se contenta em estudar em suas origens ou legislação especial esse fato social de primeiro plano que é o poder preponderante da imprensa em nossa época: ela tratará de desvendar e de definir as condições de preparação profissional e de educação prática pelas quais o jornalista do século XX, seguro de seu trabalho, orgulhoso de sua independência e consciente de sua dignidade, viverá doravante de sua profissão, sem fazer comércio nem de sua pena, nem de seu nome, nem de seu pensamento”, MAY, Dick, *Congrès International de l'Enseignement des Sciences Sociales*, 30 de julho a 3 de agosto de 1900, Paris, F. Alcan, 1900, pp. 2-3.

e, mais do que isso, o início da institucionalização da vocação militante das ciências sociais e da politização do campo, algo que vai se reforçar até a Primeira Guerra Mundial.

O caráter militante da escola também estava inegavelmente relacionado ao caso Dreyfus, já que muitos de seus membros estiveram claramente engajados do lado *dreyfusard*, bem como participaram ativamente da Liga dos Direitos do Homem (LDH), importante organização surgida em 1898 pela luta pelos direitos individuais e mesmo pelos direitos trabalhistas e sindicais. Talvez por esse ângulo a participação de Durkheim como conferencista da escola possa ser explicada, mas nesse caso como exceção, já que os grupos militante e científico, como afirmou o próprio Durkheim, poderiam se unir numa conjuntura política específica, mas não poderiam coincidir, seguindo cursos institucionais distintos.

Para explicar o recrutamento da École des Hautes Études Sociales é necessário compreender o contexto das reformas universitárias ao longo da década de 90, polarizadas, por um lado, pela tensão entre o ensino superior público e privado e, por outro lado, pela competição entre o pólo direito-economia, dominante no pólo profissional, e o pólo filosófico-pedagógico, dominante no pólo intelectual. Em 1895, com a criação do doutorado em ciências econômicas e políticas na Faculdade de Direito de Paris, a universidade pública ganhou uma batalha junto à administração do ensino contra a escola privada, no caso, a École Libre des Sciences Politiques, até então o único centro de formação de economistas e cientistas políticos. A partir desse período, a luta pelo controle das ciências sociais no ensino superior foi intensa e polarizou os que defendiam sua institucionalização na Faculdade de Direito e os que a defendiam na Faculdade de Letras. Do lado das posições jurídicas e econômicas tradicionais, o argumento era o perigo representado pelas ciências sociais, dada sua vocação socializante, quando deixadas à livre abstração dos sistemas filosóficos. Para Maurice Hariou, por exemplo, professor de sociologia da Faculdade de Direito de Toulouse, a sociologia “é a mais perigosa das ciências” e não se pode ensiná-la a um auditório grande, pois este irá necessariamente dogmatizar sobre um ensino especial; daí a necessidade de controlar seus resultados, que não devem ser contrários às velhas tradições morais e jurídicas⁸⁶. Para Léon Say, industrial e diretor de sociedades patronais ligadas às ferrovias, professor de economia política na École Libre des Sciences Politiques, político conservador e jornalista, a sociologia desembocaria no socialismo através da filosofia, enfraquecendo os

⁸⁶ HARIOU, Maurice, “Réponse à un docteur en droit sur la sociologie”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1903, p. 393.

espíritos ao invés de fortificá-los.⁸⁷ Do lado dos filósofos e pedagogos era necessário ocupar um espaço entre a tradição e o modernismo em ciências sociais. Daí que o perigo estava, por um lado, na excessiva “especialização” e nas “sistematizações perigosas” em ciências sociais, risco que apenas a filosofia moral, garantia de um ensinamento “bem compreendido”, podia combater. Para Maurice Bernès, professor do Liceu Louis le Grand e da École des Hautes Études Sociales, a filosofia moral estava situada numa posição mediana entre a “rotina” do direito e a inovação científica, entre o método “exegético” do direito e o excessivo “detalhismo” da história. Os pedagogos não eram contrários, segundo ele, à pesquisa dos fatos, mas a própria especialização das ciências sociais limitava seu alcance prático, o que somente a filosofia moral poderia realizar, inferindo “condutas práticas” sem perder o contato com as disciplinas especiais. A opinião de Bernès será expressa em pleno caso Dreyfus e ela está totalmente imbuída de duas preocupações centrais: a discussão de problemas contemporâneos e a direção moral da sociedade, motivações que estão claramente presentes na École des Hautes Études Sociales. Para Alfred Fouillée, professor aposentado da École Normale Supérieure e escritor de manuais escolares de filosofia, a sociologia deveria ser ensinada na Faculdade de Letras, na Faculdade de Direito e no Collège de France, dado que ela não levaria ao socialismo, mas ao equilíbrio social. A filosofia moral-pedagógica pretendia, portanto, ocupar um “justo meio” entre o estudo dos fatos, pólo científico, e os estudos eruditos, pólo do direito, mas ao se erigir como direção moral da sociedade, deverá combater o avanço da história e da sociologia científica.

A cisão de fundo entre a filosofia pedagógica ou moral e a sociologia durkheimiana foi minimizada no bojo dessas discussões, já que de ambos os lados se defendia a institucionalização da sociologia na Faculdade de Letras. Representante máximo do pólo científico em ciências sociais, Durkheim que, aliás, não tinha Dick May em alta conta, aceitou organizar conferências de sociologia na École des Hautes Études Sociales durante dois anos, entre 1903 e 1905. Além da conjuntura de politização do campo, esse fato pode ser explicado pelo anseio por legitimidade no campo intelectual parisiense ou, mais apropriadamente, como uma retribuição aos apoios que obteve junto à administração escolar, responsável por sua nomeação na Sorbonne em 1902. Fauconnet, Bouglé e Lévy também participaram dessas conferências, que, significativamente, foram suspensas em 1905, quando René Worms passou

⁸⁷ SAY, Léon, *apud* FOUILLÉE, Alfred, “Les études recentes de sociologie”, *Bulletin de l’Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1896, pp. 326-7.

a ministrar dali em diante o curso de história da sociologia⁸⁸. Em relação ao ensino de sociologia, Worms defendia uma posição singular: ele lutava pela transformação do Collège de France em Faculdade de Ciências Sociais. Segundo ele, as Faculdades de Direito e a École Libre des Sciences Politiques eram locais de ensino de “arte” e não de “ciência” e, por sua vez, os professores da Faculdade de Letras tinham disposições muito “estéticas” e “subjetivas” e faltava-lhes uma visão objetiva e científica, ou seja, o conhecimento da biologia: “(...) seus hábitos do espírito e as tradições que lhe estão impregnadas fazem deles literatos delicados e pedagogos por vezes notáveis (...)”⁸⁹. A posição de Worms é importante porque ela pretende esconder a clivagem entre o pólo literário/filosófico e o pólo científico/sociológico dentro da Faculdade de Letras, enfatizando apenas sua vocação literária, o que na verdade era uma forma de retirar do grupo durkheimiano o controle sobre as ciências sociais. Do mesmo modo, Worms obscurece a tensão entre o direito/erudição e a economia/ciência, considerando esses cursos pragmáticos. As ciências sociais, portanto, deveriam ocupar o “justo meio” entre o pragmatismo e a literatura. Todas essas oposições mostram as estratégias dos ocupantes de várias posições no campo de modo a desqualificar a concorrência e, por conseguinte, ocupar um espaço supostamente inédito e moderado.

O *ethos* da filosofia pedagógica, o da “ciência moral”, é distinto do da “ciência social”, não apenas porque demonstra uma preocupação com a síntese filosófica e com a conduta moral da sociedade, mas porque focaliza questões sociais contemporâneas para as quais pretende responder de modo imediato. É por isso que sua relação com a administração do ensino é visceral, a ponto de muitos dos postos no governo terem sido ocupados por antigos professores do secundário, bem como muitos administradores públicos serem redatores de manuais escolares. Além disso, a conjuntura de politização do campo durante o caso Dreyfus intensificou essa aproximação, na qual Dick May e a École des Hautes Études Sociales tiveram um papel fundamental. Nos primeiros anos do século XX, com o crescimento da sociologia durkheimiana, o conflito entre os defensores do “social” e do “moral” se intensifica. O intenso envolvimento de Gide e a rápida participação de Durkheim na École des Hautes Études Sociales representam as duas formas, científica e engajada, das ciências sociais a partir daquele momento. Apesar dos desenvolvimentos paralelos da economia e da sociologia sugeridos anteriormente, há uma diferença importante entre a função do intelectual para Gide e para Durkheim, pois Durkheim pertence ao pólo *científico*

⁸⁸ PROCHASSON, Christophe, “Sur l’environnement intellectuel de Georges Sorel: l’École des Hautes Études Sociales (1899-1911)”, *Cahiers Georges Sorel*, Paris, École des Hautes Études Sociales/CNRS, 1985, p. 30.

⁸⁹ WORMS, René, “Une Faculté des Sciences Sociales”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1905, p. 940.

das ciências sociais e Gide é fundamentalmente um *militante* do movimento cooperativista, inspirado em grande parte pelo protestantismo social e por sua ação nas universidades populares. Essa diferença de posição no campo gerou também uma sensível diferença teórica, pois enquanto Durkheim tentava estabelecer determinações sociais para combater o voluntarismo psico-filosófico, Gide, ao contrário, recuperava a dimensão *voluntarista* em ciências sociais — através da ação patronal, da associação e da ação do Estado — contra as “leis naturais” do mercado.

Em relação à École Libre des Sciences Politiques, as iniciativas de Dick May exprimem uma dupla diferença: por oposição ao caráter profissionalizante e economicista da École Libre des Sciences Politiques, a École des Hautes Études Sociales adotou um caráter militante e social; por oposição à ortodoxia leplaysta e à restrição do seu público, adotou uma linha eclética e voltada para o grande público. Se, na década de 70, as chances da École Libre des Sciences Politiques sobreviver estavam na dependência de sua profissionalização, motivo pelo qual teve que reformular seus programas após alguns anos de funcionamento, a École des Hautes Études Sociales, ao recusar a função profissionalizante e a função científica, rumava necessariamente para o pólo pedagógico e politizado das ciências sociais e cuja existência estava baseada numa relação imediata com os problemas da contemporaneidade, uma posição dominada entre os dominados no sistema de ensino de ciências sociais e que selava sua curta duração.

Ainda que a escola procurasse se legitimar ao abrigar um corpo docente formado em parte por universitários, o vínculo estreito entre as publicações da coleção de ciências sociais da Alcan e a escola de Dick May gerou entre alguns universitários uma percepção negativa: Alfred Espinas considerou o empreendimento excessivamente comercial e de qualidade duvidosa e, numa carta dirigida a G. Tarde, aconselhou-o a recusar o convite de Dick May, como ele mesmo o fizera⁹⁰. Não foi o caso. Gabriel Tarde pertenceu a todas as instituições fundadas por ela — foi professor e membro do Comitê de Aperfeiçoamento e da Direção do Collège e, posteriormente, membro do Conselho da Direção da École —, além de publicar *Les transformations du pouvoir* (1899) em sua coleção editorial. Seu envolvimento com Dick May talvez seja explicado, além da já mencionada carência de credenciais acadêmicas e da afinidade com instituições e figuras do pólo heterônomo em ciências sociais, pela amizade intensa e pelo apoio incondicional que recebeu dela na condução de sua carreira. Desde 1896, data do início da correspondência entre ambos, Jeanne Weill acionava sua rede de relações

⁹⁰ CHEVS, GTA 86.

políticas e intelectuais com o objetivo de eleger G. Tarde para o Collège de France. A correspondência é bastante interessante, pois mostra a importância das relações pessoais — e o prestígio de Dick May no campo da administração do ensino — para a criação de novas cadeiras e para a nomeação ao Collège de France⁹¹. Em 1897, ocasião da nomeação de Izoulet, Dick May sondou Poincaré sobre uma possível indicação de Tarde e buscou o apoio de Lavissee para uma vaga futura no Collège. Ao mesmo tempo, segundo sua correspondência, usava de sua influência junto a Alfred Croiset, Jules Lemaître, Eugène Fournière, Louis Liard e a outros nomes da vida política parisiense. Em julho de 1899, dia seguinte à morte de Nourrisson, professor do Collège, ela envia a G. Tarde uma mensagem significativa, em que mostra seu zelo pela carreira dele: “O senhor sabe que enterramos Nourrisson nesta manhã? O que o senhor fez? O que está esperando? Que a cadeira vaga seja alterada para Durkheim ou para Worms?”⁹². No mesmo ano, Tarde publicou *Les transformations du pouvoir* pela Bibliothèque des Sciences Sociales, dirigida por May, mais um passo no percurso que o levaria ao Collège de France. A publicação de obras e artigos, no caso de Tarde, era a principal maneira de se estabelecer no campo intelectual e daí sua dependência extrema em relação aos intermediários culturais.

O Collège de France, como mencionado anteriormente, é uma instituição ambígua. Segundo Charle, entre 1860 e 1880 a instituição teve prestígio, mas declinou no período que vai de 1880 a 1900 em razão das reformas universitárias que revalorizaram a carreira na Sorbonne. No Collège, ao contrário, a divisão era bem clara entre os professores e cadeiras “eruditas”, à moda alemã, ou seja, extremamente especializados e submetidos a um público restrito e, por outro lado, os professores e cadeiras voltados ao “grande público”. A criação de cadeiras e cursos no Collège estava submetida a uma política de promoção do curso esotérico ou de nomeações políticas, mas não dava espaço para o mérito científico.

O CASO DREYFUS E A POLITIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.

A politização do campo intelectual ocorreu, entre outras coisas, pela força do caso Dreyfus, momento em que se considera que a participação intelectual no debate público

⁹¹ CHARLE, Christophe, “Le champ universitaire parisien à la fin du 19^e siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o 47/48, 1983.

⁹² CHEVS, GTA 92. Contudo, a relação entre Tarde e Dick May esfriou após a sua nomeação no Collège e no Instituto. As últimas cartas enviadas por Dick May, datadas de 1900, demonstram ressentimento em relação à conduta de Tarde e ela faz insinuações sobre o seu caráter e a relação utilitarista que manteve com ela.

inaugurou uma forma coletiva de engajamento, dando origem inclusive ao termo “intelectual”⁹³. O caso explicitava tomadas de posição antagônicas em relação ao processo movido contra Alfred Dreyfus, capitão do exército francês e judeu, a quem se havia condenado em 1894 por alta traição e deportado para a Ilha do Diabo. A partir de 1898, quando Émile Zola publica no jornal *Aurore* a carta intitulada “J’Accuse” pedindo a revisão do julgamento, teve início um intenso debate que dividiu, de um lado, os defensores dos valores nacionalistas e do exército e, de outro lado, os defensores dos valores universalistas e dos direitos individuais. Charle demonstrou como as tomadas de posição por parte dos intelectuais resultavam não de uma adesão a valores propriamente políticos, mas eram transcrições para o campo político de posições propriamente intelectuais. Os autores ligados às posições dominantes no campo literário (por exemplo, os escritores de “romances psicológicos”) e às posições dominantes no campo universitário eram em sua maioria *anti-dreyfusards*, enquanto os autores pertencentes ao naturalismo literário e, homologamente, ao pólo científico e modernista da universidade eram em sua maioria *dreyfusards*. Um aspecto do estudo de Charle que interessa particularmente é a relação entre o campo intelectual e as posições políticas assumidas por ocasião do *Affaire Dreyfus*. Segundo ele, os universitários foram majoritariamente *anti-dreyfusards* e apenas uma parcela minoritária assinou o “Manifesto dos Intelectuais”, cuja publicação tem início no dia seguinte à manifestação de Zola. Ao organizar as listas por instituição de ensino superior, Charle mostra que, no caso das faculdades de letras, de ciências e de belas-artes, a grande maioria era *dreyfusard*; no caso das faculdades de direito e medicina, o movimento *dreyfusard* foi superado ligeiramente pelas fileiras *anti-dreyfusards*; finalmente, na *École de Commerce* e na *École Centrale* a inscrição *anti-dreyfusard* superou com larga vantagem os defensores do capitão⁹⁴. As listas, contudo, revelam diferenças importantes no caso da área de ciências sociais: os durkheimianos são definitivamente *dreyfusards* ativos, ou seja, partidários da revisão do processo e defensores da inocência do capitão. Durkheim e vários nomes ligados a *L’Année Sociologique* assinaram o “Manifesto dos Intelectuais”, tais como Célestin Bouglé, Paul Lapie, F. Simiand e Marcel Mauss. Por outro lado, os manifestos revelam algo para o qual Charle não atentou: vários nomes ligados à *Revue Philosophique* e à psicologia assinaram o “Apelo à União”, uma versão moderada de *dreyfusismo* que pregava a “legalidade” do processo e a aceitação da

⁹³ CHARLE, Christophe, *Naissance des “intellectuels”: 1880-1900*, op. cit.

⁹⁴ CHARLE, C., *Naissance des “intellectuels”*, op. cit., p. 245.

decisão da justiça⁹⁵, tais como Gabriel Tarde, Alfred Espinas, Pierre Janet e Charles Richet. Além deles, também constou desta lista o nome de Dick May e de universitários que participavam da École des Hautes Études Sociales, tais como Émile Boutroux e Alfred Croiset. Os economistas liberais da École Libre des Sciences Politiques e do Instituto também assinaram o moderado manifesto. Os iniciadores do “Apelo à União” foram em sua maioria membros do Institut, instituição conservadora na qual ingressariam alguns anos depois vários dos colaboradores da École Libre des Sciences Politiques e da Revue Philosophique, em especial Tarde e, substituindo-o após sua morte, Espinas. Um dos organizadores do “Apelo”, Lavissee pretendia, através de um texto “moderado”, conforme declarou Durkheim⁹⁶, retirar do silêncio intelectuais que temiam assinar o Manifesto dos Intelectuais por razões políticas. Esse foi provavelmente o motivo pelo qual Tarde, por ocasião da assinatura da lista, solicitou a Lavissee que o identificasse como professor da École Libre des Sciences Politiques e não como diretor do Departamento de Estatística do Ministério da Justiça. Desse modo, pode-se dizer que a “moderação” foi uma disposição típica dos autores ligados às ciências sociais “livres”, resultado da dependência extrema em relação ao apoio político, às redes intelectuais e ao patronato para sobreviver no campo intelectual. Pode-se dizer, portanto, que há uma transcrição para o campo político das posições típicas no campo das ciências sociais: a inovação intelectual dos durkheimianos corresponde ao seu progressismo político (Manifesto dos Intelectuais) e, do mesmo modo, o “modernismo conservador” dos praticantes das disciplinas psicológicas, aliados por nascimento e geração ao campo das ciências sociais “livres”, corresponde à moderação política, como no caso de Gabriel Tarde (Apelo à União). Se se analisa, por exemplo, as disciplinas de Psicologia (Experimental, Patológica e Social), é possível observar que a maioria de seus representantes assinou o Apelo à União, resultado da posição ambígua da psicologia universitária no campo intelectual e de suas posições crescentemente legitimadas pelas instituições de consagração. Em contraposição, a sociologia durkheimiana e o grupo de filosofia universitária da Revista de Metafísica e de Moral assinaram o Manifesto dos Intelectuais, o mais engajado e *dreyfusard* dos documentos.

Esse foi um debate que ocorreu por intermédio de jornais e revistas, cuja escolha é significativa do momento especial de politização do campo. Como eram debates de caráter

⁹⁵ “1º. Os signatários pretendem fechar uma era de discórdia funesta para o país pela adesão ao julgamento da Corte de Cassação seja qual for; 2º. Eles repudiam seja os promotores de um golpe de Estado e de guerras de raça ou de religião, sejam detratores da autoridade militar ou da magistratura; 3º. Eles reúnem e querem ensinar a reunir num respeito mútuo o exército, que é a força a serviço do país e da lei, e a justiça, a quem deve pertencer a última palavra”, ROLLET, Laurent, “Liste des signataires Appel à l’Union”, *Bulletin de la Société Internationale d’Histoire de l’Affaire Dreyfus*, nº 6, 1998-1999, p. 4.

⁹⁶ Carta de dezembro de 1898, BNF – NAF – 25167.

político, os tradicionais fóruns de discussão de teorias científicas não deveriam ser usados, como se pode perceber pelo duelo travado entre Ferdinand Brunetière e Émile Durkheim, o último escolhendo a *Revue Bleue* (*Revue Politique et Littéraire*), mais generalista e semelhante à *Revue des Deux Mondes*, de Brunetière, para responder aos seus ataques. Isso não significou, contudo, menor fôlego nos debates internos ao próprio campo: as novas disciplinas enfrentavam críticas vigorosas de filósofos, de antropólogos e dos publicistas.

A posição de René Worms é interessante nesse caso. Por um lado, a formação em direito e a carreira como alto funcionário do Estado tendiam a disposições *anti-dreyfusards*; por outro lado, o fato de ser um judeu militante e lutar pelo caráter científico das ciências sociais o colocava próximo dos valores *dreyfusards*. De fato, o nome de seu pai, Émile Worms, professor da Faculdade de Direito de Rennes, consta do Manifesto dos Intelectuais. Mas não encontrei sua assinatura em nenhuma das listas ou petições pró ou anti-Dreyfus⁹⁷. Esse silêncio parece significativo e minha hipótese é que tal fato se deve à posição de Worms no campo das ciências sociais “livres”, uma posição extremamente dependente do apoio de políticos, intelectuais e do patronato, de modo que nem mesmo o moderado manifesto de Apelo à União lhe pareceu livre de comprometimentos e de riscos. Worms acreditava nas ciências sociais como consagração da formação científica, motivo pelo qual propôs a transformação do Collège de France em Faculdade de Ciências Sociais. Ao contrário de Dick May, ele criou sociedades científicas e uma revista de sociologia para se credenciar e divulgar as novas ciências. Apesar de ser um defensor das “ciências sociais” e aparentemente poder ser localizado no pólo científico, ele teve que se submeter, assim como Boutmy e Dick May, aos intelectuais disponíveis e às condições de funcionamento das ciências sociais “livres”. Os motivos pelos quais seu projeto não vingou exigem um estudo do mundo da edição em ciências sociais e é o tema do próximo capítulo.

⁹⁷ JULLIARD, Jacques – WINOCK, Michel, *Dictionnaire des intellectuels français*, Paris, Seuil, 1996; verbete “Dreyfus”.

CAPÍTULO 2

DIFUSÃO E DISTINÇÃO: COLEÇÕES E REVISTAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A garantia de sobrevivência num mundo intelectual em fase de profissionalização exigia crescentemente a publicação em revistas e coleções, ou seja, a participação no sistema de difusão e de credenciamento intelectual. A partir dos anos 90, as publicações científicas ascenderam a posições dominantes em relação às antigas publicações eruditas ou generalistas, voltadas principalmente ao público burguês culto. As revistas científicas desse período eram freqüentemente associadas a uma editora, aliança que agilizava a profissionalização das publicações e facilitava aos autores a publicação de obras, mas por outro lado limitava sua liberdade em razão da orientação comercial¹. A única revista do campo das ciências sociais que não estava sediada numa editora, a *Revue des Deux Mondes*, era financiada originalmente pela família Buloz e, posteriormente, pelos recursos privados do mecenato cultural². Com a ascensão da universidade, houve um deslocamento do prestígio dessas publicações, ainda que elas não deixassem de interessar aos grandes nomes da universidade, como Brunetière, que assume a direção da *Revue des Deux Mondes* em 1893, e Lavissee, que funda a *Revue de Paris* em 1894. As revistas de literatura e política, ou seja, mais generalistas, continuaram a interessar os editores ao longo de todo esse período, mas desde os anos 90 elas enfrentavam a concorrência das publicações universitárias, relativamente mais restritas ao público em função da exigência de capital intelectual específico. Isso não significa que as editoras se diferenciaram de maneira estrita no campo editorial, pois muitas delas participaram em nichos de mercado distintos, como a Alcan e a Hachette, que investiram concomitantemente em publicações eruditas, especializadas, militantes e comerciais. A Hachette, por exemplo, editava manuais escolares para o ensino primário, a *Revue de Paris*, de Lavissee, mas também teses universitárias na área de história e a Alcan editava manuais escolares, *L'Année Sociologique*, de Durkheim, teses universitárias na área de filosofia e a coleção militante de Dick May, a *Bibliothèque Générale des Sciences Sociales*.

¹ SAPIRO, Gisele, “Elementos para uma história do processo de autonomização”, *Tempo Social*, vol. 16, 2004, p. 100.

² LOUE, Thomas, *La Revue des Deux Mondes: de Buloz à Brunetière*. Tese de Doutorado, sob a direção do Prof. Dr. Alain Courbin, Université de Paris, 1998.

Fundar uma revista significava, para as novas gerações universitárias, tais como a de Ribot e principalmente a de Durkheim, credenciar-se a uma cadeira no ensino superior e, para as antigas gerações, tais como a de Lavissee e a de Brunetière, uma instância de sociabilidade e de intervenção no espaço público³. Para os publicistas, publicar numa revista de prestígio era fundamental para fazer um nome no campo, além de ser uma oportunidade de avaliar a recepção do público para uma futura obra⁴. Por outro lado, uma revista não se sustentaria sem o aporte de outras instituições intelectuais cujo papel era garantir o recrutamento de autores, tais como as sociedades científicas, as escolas, as universidades e o salão intelectual. Nesse sentido, pode-se classificar as revistas e as coleções de ciências sociais do período pelo tipo de instituição que recrutavam: *L'Année Sociologique* tem sua base de recrutamento na universidade, a *Revue Internationale de Sociologie*, de René Worms, principalmente em sociedades científicas (Institut International de Sociologie e Société de Sociologie de Paris), a *Bibliothèque Générale des Sciences Sociales*, de Dick May, em escolas privadas e no ensino secundário e, finalmente, a *Bibliothèque de Philosophie Scientifique*, de Le Bon, nos salões intelectuais. No caso das ciências sociais, campo ainda em formação, não era possível depender apenas da universidade para angariar colaboradores. Todas essas iniciativas passavam pela figura do intermediador cultural — o “editor de coleção” ou o “secretário de redação” —, carreira que havia começado em 1873, com Émile Alglave, diretor da *Bibliothèque Scientifique Internationale*, da Germer Baillière, e que, no caso das ciências sociais, foi ocupada, entre outros, por Durkheim, Worms, May e Le Bon. Essa função exigia, principalmente, um alto capital de relações intelectuais para garantir um estoque de possíveis colaboradores, mas também, como é o caso das publicações especializadas, grande capital cultural específico.

A partir do fim do século XIX, o editor foi liberado para as tarefas mais diretamente ligadas aos aspectos financeiros e à rentabilidade do negócio, ainda que a vocação de cada editora, no campo das ciências sociais, pudesse variar num espectro do mais comercial ao mais intelectual: a editora de Ernest Flammarion, por exemplo, seria típica do primeiro pólo, e a de Félix Alcan, do segundo; entre elas, a editora Giard et Brière, voltada aos conhecimentos técnicos e científicos das carreiras públicas e privadas, seria típica do pólo profissional, ou seja, do poder social. Essa mesma polarização entre posições mais ou menos autônomas no campo pode ser usada em relação às revistas e às coleções. A *Revue Philosophique* pertence

³ CHARLE, Christophe, *Le siècle de la presse – 1830-1939*, Paris, Seuil, 2004.

⁴ Tesnière se refere a esse procedimento principalmente no caso dos autores que pretendem escrever para um público mais amplo do que o universitário, como é o caso de Alfred Fouillée. TESNIÈRE, Valérie, *Le Quadrige: un siècle d'édition universitaire, 1860-1968*, Paris, P.U.F., 2001, p. 109.

ao pólo filosófico-psicológico e, portanto, tornou-se heterônoma a partir do momento em que *L'Année Sociologique*, uma revista mais especializada, foi fundada; por outro lado, a *Revue Internationale de Sociologie*, de René Worms, desde sua criação esteve posicionada no pólo heterônomo, não universitário e não especializado. Em se tratando de coleções editoriais em ciências sociais, um pólo ainda mais heterônomo surge no fim do século, o da edição comercial, com a entrada no campo da coleção de Le Bon, a *Bibliothèque de Philosophie Scientifique*. Além dessa, outras coleções surgiram no período, ocupando posições distintas: a coleção de Worms, *Bibliothèque Internationale de Sociologie*, a coleção militante de Dick May, *Bibliothèque Générale de Sciences Sociales* e, finalmente, a *Bibliothèque de Philosophie Contemporaine*, da Alcan. Finalmente, as instituições de recrutamento que correspondiam à lógica de cada uma dessas redes e posições eram as seguintes: os salões, no caso de Le Bon, as sociedades científicas, no caso de Worms, o ensino “livre” e secundário, na coleção de Dick May e, por último, a universidade na *Bibliothèque de Alcan*. Se pudéssemos dispor esses quatro níveis do campo editorial numa linha horizontal, desde o pólo mais comercial e heterônomo ao mais universitário e autônomo, temos a seguinte representação gráfica⁵:

Editora:	Flammarion	Giard et Brière		Félix Alcan
Revistas:		<i>RIS</i>		<i>RP</i> <i>L'Année</i>
Coleção:	<i>BPS</i>	<i>BSI</i>	<i>BGSS</i>	<i>BPC</i>
Instituições de Recrutamento:	Salão	<i>SS</i>	Escolas Livres/ e Secundário	Universidades

As polarizações mencionadas acima representam posições ideal-típicas, ou seja, não têm a pretensão de abarcar todos os casos observáveis empiricamente em cada uma das instituições, mas sim a de enfatizar aspectos que, relativamente às instituições concorrentes, caracterizam posições distintas no campo intelectual. Além disso, essas três grandes posições editoriais — comercial, profissionalizante e universitária — não pretendem dar conta de todo o campo intelectual, mas sim de seus contornos e das principais lógicas que sustentam a configuração. Esse problema — o perigo do reducionismo — é ainda mais sensível no nível

⁵ Abreviaturas: *RIS* – *Revue Internationale de Sociologie*; *RP* – *Revue Philosophique*; *L'Année* – *L'Année Sociologique*; *BPS* – *Bibliothèque de Philosophie Scientifique*; *BSI* – *Bibliothèque Sociologique Internationale*; *BGSS* – *Bibliothèque Générale de Sciences Sociales*; *BPC* – *Bibliothèque de Philosophie Contemporaine*; *SS* – *Sociétés Scientifiques*.

de análise das revistas de ciências sociais, pois o caráter fluido da “disciplina” permitiria incluir várias revistas filosóficas, políticas e históricas nesse cenário — a *Revue des Deux Mondes*, a *Revue de Paris*, a *Revue de Métaphysique et de Morale*, a *Revue de Synthèse Historique* etc. — bem como as revistas dos herdeiros de Le Play, *La Réforme Sociale* e *La Science Sociale*. Decidi pela exclusão das primeiras revistas exatamente porque sua vocação principal não são as ciências sociais: as primeiras duas revistas são publicações na área de literatura e política e as duas últimas na de filosofia e história. No caso das revistas leplayistas, trata-se de publicações independentes e que visam à propaganda de uma determinada doutrina, ainda que seja possível identificar sua influência sobre algumas das publicações aqui analisadas. A pretensão de estudar o campo em seus aspectos mais gerais impeliu à exclusão das especificidades, o que não significa que isso não poderá ser feito num segundo momento.

O caso da Alcan é complexo porque se trata de uma editora que investe em nichos diversos no próprio campo das ciências sociais: se tomamos *L'Année Sociologique* como referência de autonomia, pode-se recortar o campo em outras polarizações — entre ciência e filosofia, entre sociologia e psicologia e, finalmente, entre ciência e militância. O combate entre a *Revue Philosophique* e *L'Année Sociologique* é esclarecedor no que diz respeito às duas primeiras polarizações, principalmente entre a psicologia (filosófica, científica ou social) e a sociologia durkheimiana. Conforme se caminha na direção das editoras e iniciativas mais heterônomas, é possível observar que a psicologia se torna um tema ou uma abordagem dominante, desde a coleção de Dick May até a de Le Bon, o que ocorre exatamente em razão da dependência maior dessas posições em relação ao campo político e ao mecenato social, instâncias simpáticas à abordagem psicológica. É possível, portanto, a partir de uma análise do campo editorial em ciências sociais — editoras, coleções, revistas e instituições de recrutamento — mostrar que as posições ocupadas por cada uma dessas iniciativas são homólogas àquelas do sistema de ensino à mesma época. Essas posições se estruturam a partir de indicadores objetivos, tais como tiragens e preço de publicações; de material expressivo, tais como a estética das capas; do perfil do recrutamento (capital cultural e social dos colaboradores e dos intermediários); do prestígio das instituições de aporte e das relações entre editora e autor.

CAMPO EDITORIAL E CAMPO INTELECTUAL.

À medida que o campo educacional se estrutura, ele influencia o campo editorial que, por sua vez, reage sobre o primeiro, de modo que eles mantêm relações de interferências mútuas e relativas às especificidades de cada posição no campo intelectual⁶. Se, por um lado, o campo educacional é dominante num momento de formação do público leitor, ou seja, de alfabetização, por outro lado, o campo editorial se autonomiza à medida que a escolarização básica se completa e as possibilidades de escolha da política editorial e do público alvo se ampliam. As publicações existentes antes da estruturação do sistema educacional na Terceira República estavam restritas à lógica da publicação erudita, ou seja, eram diretamente dependentes do campo social e, nele, das posições dominantes. A partir da estruturação do ensino primário, secundário e universitário, as editoras se especializaram para atender, em primeiro lugar, a enorme demanda por manuais escolares e de preparação para concursos diversos: a Hachette, a Armand Colin e a Félix Alcan se dividiram para atender, respectivamente, o ensino primário, secundário e universitário. Apesar das três editoras ocuparem posições próximas, elas se diferenciaram enormemente pelo volume do capital e da estrutura do negócio. Para se ter uma idéia da diferença de tiragens, uma edição na Hachette poderia chegar a milhões de exemplares em poucos anos, caso do manual escrito pela Sra. Fouillée⁷, enquanto uma edição universitária na Alcan geralmente não alcançava mais do que 1.200 exemplares nos primeiros dez anos após a publicação. Os grandes *best-sellers* na Alcan poderiam atingir, em dez anos, a marca de 10.000 exemplares vendidos, como é o caso de *La psychologie des foules* (1895), de Gustave Le Bon.

O ensino primário universal elevou rapidamente o número de leitores: no fim do século, 95% dos franceses, tanto no campo quanto na cidade, estavam alfabetizados, fazendo com que o crescimento do mercado se fizesse tanto na direção de nichos específicos quanto na direção da massa de leitores médios⁸. Conforme afirma Mollier, a leitura de jornais, revistas ou livros foi significativamente aumentada nos primeiros anos da República em razão do investimento governamental em educação. Isso significa que a exigência de um menor ou maior capital cultural específico tornou-se, a partir de então, um critério fundamental para se

⁶ “A edição científica segue a evolução das estruturas do ensino superior. (...) O surgimento progressivo da universidade atual sob a Terceira República faz brilhar esse mercado que sai de seu quadro confidencial para atingir um público mais largo”, TESNIÈRE, Valérie, *Le Quadrige*, op. cit., p. 217.

⁷ Mulher de Alfred Fouillée, Augustine Tuillerie (que assinava G. Bruno em homenagem a Giordano Bruno) se tornou famosa escritora de manuais escolares com o célebre *Le tour de la France par deux enfants* (Paris, Eugène Belin, 1877), que vendeu três milhões de cópias nos dez primeiros anos de publicação.

⁸ CRUBELLIER, Maurice, in CHARTIER, Roger – MARTIN, Jean-Henri (éds.), *Histoire de l'édition française*, Paris, Promodi, 1985.

compreender as posições no campo da edição e, particularmente, no da edição científica, recortado, de um lado, pela edição de vulgarização e, de outro lado, pela edição especializada.

É importante qualificar o termo “vulgarização”, pois ele passou a ter, a partir da década de 70, uma conotação pejorativa, pois usado para significar a edição de baixa qualidade; por outro lado, adotou-se o termo “popularização” no sentido de uma publicação de qualidade para um público não especializado. Pretendia-se, com isso, encontrar um espaço entre a vulgarização *stricto sensu*, caracterizada por autores provenientes do meio jornalístico, pela simplificação do conteúdo e pela utilização excessiva de imagens, e a publicação erudita ou especializada, ligada às antigas sociedades científicas e voltadas a um público restrito⁹. As coleções Bibliothèque Scientifique Internationale, da Germer Baillière, e Bibliothèque des Sciences Contemporaines, de Reinwald (futura Schleicher Frères), foram as primeiras a investir na publicação científica de qualidade para um público não especialista e uma de suas principais características foi o fato dos autores serem homens de ciência e não mediadores culturais¹⁰.

No campo das ciências sociais, as publicações se posicionaram em sua maioria exatamente nesse nível intermediário, ou seja, entre as publicações dominantes (eruditas ou especializadas) e as dominadas (jornalísticas ou escolares). Se recortarmos o campo editorial a partir de um eixo vertical, o lado esquerdo representando a refração do campo social e o direito do campo educacional e, além disso, traçarmos planos horizontais para dividir as posições mais dominantes e mais dominadas, é possível representar o campo editorial da seguinte forma:

DOMINANTES	
CAMPO SOCIAL	CAMPO CULTURAL
Erudito	Especializado
Profissional-Técnico	Pedagógico-Político
Jornalístico	Manuais Escolares
DOMINADOS	

As publicações do lado esquerdo do quadro tendem a ser, portanto, não mediadas pelo sistema educacional, enquanto as publicações à direita são mais dependentes dele,

⁹ A publicação de vulgarização científica era composta principalmente por manuais diversos, dicionários, ensaios de atualidade, artigos na grande imprensa e brevíários.

¹⁰ TESNIÈRE, Valérie, *Le Quadrige*, op. cit., pp. 49 e 113.

respectivamente do ensino primário, secundário e superior. As publicações na área de ciências sociais tiveram início nos anos setenta e conquistaram uma relativa autonomia no fim do século, quando elas se diferenciaram em vários gêneros: especializadas, generalistas e comerciais. As publicações que visavam atingir um público medianamente culto, de caráter profissional ou militante, mantinham uma posição difícil, dado que não tinham o prestígio mundano ou simbólico das publicações eruditas e especializadas (posições dominantes), nem os ganhos materiais das publicações comerciais (posições dominadas). Esse nível intermediário foi ocupado pelas iniciativas de René Worms e dos herdeiros de Le Play, sob a rubrica “profissional-técnico”, e pelas instituições de Dick May, sob a rubrica “pedagógico-político”.

Algumas das polarizações que marcaram as posições dominantes em ciências sociais se materializaram através da edição de revistas. A *Revue des Deux Mondes* (1836), a *Revue Philosophique* (1876) e *L'Année Sociologique* (1898), fundadas em momentos distintos do século, competiram pela legitimidade intelectual no campo, pois representavam temas ou áreas do conhecimento de prestígio diferenciado — respectivamente, literatura/política, filosofia/psicologia e sociologia/etnologia e, mais do que isso, grupos sociais distintos — desde a nobreza e a alta burguesia culta até a média burguesia intelectual. A *Revue des Deux Mondes*, dominante no campo social, passou a sofrer nova concorrência, em primeiro lugar, da *Revue Philosophique* e, posteriormente, de *L'Année Sociologique*, ambas críticas do diletantismo das revistas burguesas. Se a entrada da *Revue Philosophique* no campo representou a polarização entre a literatura de salão e a psicologia científica, a entrada de *L'Année Sociologique* inaugurou uma segunda tensão, entre moral e ciência ou entre filosofia e sociologia. O campo das ciências sociais se profissionaliza, portanto, sob o domínio da filosofia, o que relegou a sociologia de *L'Année* à posição dominada no campo dominante; por sua vez, a revista de Durkheim respondeu com críticas impiedosas às ciências sociais “diletantes”, o que lhe rendeu a perda do apoio de gente importante na política e na própria academia.

Nas posições dominadas intelectualmente, tais como a edição científica comercial, o desenvolvimento editorial também foi intenso na segunda metade do século XIX. A queda no preço das publicações foi consequência da profissionalização da edição, da modernização dos métodos de trabalho, da revolução na impressão gráfica e de nova política editorial, principalmente com a criação de coleções, catálogos e a venda por fascículos a preços

populares¹¹. O critério de Parinet estabelece que deva ser considerada edição “popular”, ou seja, para o grande público, obras cujo preço não ultrapassasse, em moeda da época, 1 fr., bem como as que tinham tiragem acima de 10.000 exemplares¹². Por oposição, uma edição de luxo poderia custar até 60 fr., principalmente as obras ilustradas, com papel e encadernação sofisticada. No caso da edição de ciências sociais, os preços variaram, nesse período, de 2,50 fr. a 14 fr., a média girando em torno de 6 fr. As principais temáticas eram de curiosidade popular, de informação geral e de aventura, tais como astronomia, geografia, saúde e história¹³. Numa área que se poderia chamar de ancestral das ciências sociais de vulgarização, o grande sucesso foi a publicação de “histórias das civilizações”, juntamente com dicionários ilustrados de culturas e povos exóticos. Não é por acaso que a carreira de Le Bon de escritor de vulgarização teve início com obras sobre a história das civilizações orientais.

GUILLAUMIN E A ECONOMIA POLÍTICA: A EDIÇÃO MILITANTE.

O papel dos editores, tais como Guillaumin e Alcan, foi fundamental na criação de um ambiente favorável à institucionalização das ciências sociais, à medida que apostaram em obras e autores ainda não reconhecidos ou consagrados, mesmo para o público restrito da universidade. A economia política se tornou, desde os anos 30, a especialidade de Guillaumin, que passou a editar Adam Smith, Jean-Baptiste Say e seus seguidores em razão de sua militância a favor dos princípios liberais. Diante de editoras poderosas, tais como a Hachette ou Ladrangé, que publicavam, respectivamente, na área de história e de filosofia, a Guillaumin era uma editora pequena, o que correspondia à sua posição dominada no sistema educacional. Apesar de sua difusão ao longo do século, a disciplina só foi institucionalizada em 1877, no curso de direito, em razão da desconfiança do Império em relação a uma matéria considerada subversiva. Os economistas reivindicavam um saber científico, por oposição à filosofia e à história, mas também pretendiam obter hegemonia no âmbito das ciências sociais. Se, no campo político, as publicações nessa área travavam um combate militante à tradição protecionista e centralizadora da França, no campo propriamente intelectual elas se diferenciavam, de um lado, do conhecimento erudito ou enciclopédico da história e, de outro lado, da filosofia espiritualista.

¹¹ Cf. CHARTIER, Roger – MARTIN, Jean-Henri (éds.), *Histoire de l'édition française*, op. cit., pp. 8-9.

¹² Cf. PARINET, É., op. cit., pp. 199-205.

¹³ A obra *L'Astronomie populaire*, de Camille Flammarion, vendeu 125.000 exemplares entre 1880 e 1914. PARINET, Élisabeth, *La Librairie Flammarion – 1875-1914*, Paris, Imec, 1992, p. 228.

A tensão, na área das disciplinas eruditas e profissionais, entre um pólo científico e outro moral promoveu disputas em torno da apropriação de termos, da classificação de saberes e do estabelecimento de programas. Para as matérias não institucionalizadas, o combate tinha que ser feito através de editoras, catálogos, coleções e revistas. Desde os anos 40, a Guillaumin publicava obras sob o título “economia social” com a intenção de defender a subordinação das questões morais ao saber científico; no outro pólo, as áreas de direito e de filosofia se apropriavam da mesma expressão em nome da moralidade social. A oposição entre moral e ciência ou entre indivíduo e sociedade acompanhará o campo intelectual francês ao longo do século XIX. Na literatura, por exemplo, ela será reapropriada pelos romancistas psicológicos, nos anos 80, com o intuito de defender a função social ou a “responsabilidade social” do escritor, função conservadora em relação à literatura autônoma¹⁴.

Ora, o campo das ciências sociais será recortado pela mesma oposição nos anos 90. O adjetivo “social” surgiu, nesse momento, sob a luta por sua apropriação e definição legítima, o que gerou a ambigüidade do conceito. Entre alguns herdeiros de Le Play e nos meios mais diletantes, o termo significava a subordinação do espírito científico a certos pressupostos filosóficos ou morais; entre os economistas, estatísticos e sociólogos universitários, ele significava a submissão do plano moral ao conhecimento científico. A estatística permitiu diferenciar dois pólos dentro da própria ciência econômica, um de vocação teórica e outro de ímpeto pragmático, difundidos, respectivamente, pelo *Journal des Économistes* e por *L'Économiste Français*¹⁵. Nesta última revista, ela se tornava cada vez mais um instrumento útil para administradores públicos e privados, voltado ao controle das finanças e à racionalização da burocracia em geral (comércio, indústria, impostos, renda etc.).

Guillaumin, órfão educado por um tio, comerciante de madeira que o obrigou a trabalhar desde cedo, foi para Paris e lá fundou uma livraria especializada em comércio e economia política. Com a morte de Guillaumin, em 1864, suas filhas, Pauline e Félicité, assumiram a empresa e continuaram a tradição liberal da editora. O fato da Guillaumin não publicar obras, por exemplo, de Charles Gide, opositor dos liberais e adepto da economia solidarista e, por outro lado, editar os leplaysianos próximos a Boutmy, mostra o quanto o critério ideológico interferia nos negócios. Uma militância que tinha raízes provavelmente nas próprias disposições da pequena burguesia liberal da qual Guillaumin provinha e que

¹⁴ LOUE, Thomas, “Les fils de Taine entre science et morale: à propos du ‘Disciple’ de Paul Bourget (1889)”, *Cahier d’Histoire. Revue d’Histoire Critique*, nº 65, 1996, p. 54. Cf. também SAPIRO, G., art. cit., p. 96.

¹⁵ O jornal *L'Économiste Français* era dirigido por Paul Leroy-Beaulieu, genro de Michel Chevalier, e seu substituto no Collège de France, além de professor na École Libre des Sciences Politiques, cf. TESNIÈRE, V., *Le Quadrige*, op. cit., p. 183.

perdurou através de seu ingresso numa rede de instituições liberais, tais como a Société d'Économie Politique, a École Libre des Sciences Politiques e a Académie des Sciences Morales et Politiques.

A Guillaumin publicou tanto obras teóricas quanto títulos voltados aos interesses da grande burguesia dos negócios, cujos temas podem ser sintetizados pelas seguintes matérias: filosofia política, economia, política contemporânea, política internacional, colonização, finanças, história das civilizações, história política, comércio internacional e economia social (questões trabalhistas). Entre os autores publicados estão Adam Smith, Malthus, Jean-Baptiste Say e Bastiat e, entre os contemporâneos, Émile Levasseur, Frédéric Passy, Leroy-Beaulieu e Léon Say. Após a Exposição Universal de 1889 e a aproximação entre os liberais e os leplayistas, alguns adeptos de Le Play, como Émile Cheysson, começam a publicar pela Guillaumin.

Dada a longa história de publicações na área de economia política e a quantidade de instituições de combate ideológico, a tardia institucionalização da disciplina de economia política, bem como sua subordinação ao curso de direito, leva a concluir pelo poder da esfera política sobre o desenvolvimento da universidade francesa. Conforme afirmou Robert Nye, uma parte da explicação reside no poder dos magistrados na França, formados pela tradição intelectual e pela doutrina espiritualista, e que não viam com bons olhos o questionamento da responsabilidade moral do indivíduo pelas disciplinas científicas¹⁶. Esse quadro leva a concluir que o campo editorial na área das ciências sociais se manteve numa posição vanguardista e militante enquanto esteve excluído do sistema educacional e, por sua vez, passou a se profissionalizar à medida que as novas elites republicanas deram espaço institucional às “ciências morais”. Os problemas políticos enfrentados por Guillaumin não se repetiram com Alcan, quando novos grupos políticos e universitários passaram a reconhecer os benefícios das novas ciências sociais.

ALCAN E A PSICOLOGIA: A EDIÇÃO UNIVERSITÁRIA.

Félix Alcan começou a carreira de editor na Giard et Brière e se associou posteriormente a Germer Baillière, tradicional editor de livros de medicina, ciências e

¹⁶ NYE, Robert, *Crime, Madness & Politics in Modern France*, Princeton, Princeton University Press, 1984.

filosofia¹⁷. A entrada de Alcan na editora Baillièrre representou uma mudança em sua política editorial, que passou a focalizar prioritariamente o público universitário. Assim como a Guillaumin, a editora Alcan não pode ser comparada às dimensões de uma Hachette ou Armand Colin, editores antigos, pertencentes à alta burguesia parisiense e cujo negócio era de longe muito mais lucrativo, dadas as dimensões da edição de manuais escolares. A Alcan, voltada à universidade, era necessariamente um empreendimento relativamente modesto, mais especializado e arriscado.

Na Terceira República, o esforço da Alcan para promover as ciências sociais frutificou rapidamente, já que a editora remava a favor da corrente política republicana e contava com o prestígio de autores já consagrados pela universidade. No campo intelectual, publicar na Alcan era significativamente mais legítimo do que publicar, por exemplo, na Giard et Brière ou na Flammarion, pois a Alcan editava a famosa coleção *Bibliothèque de Philosophie Contemporaine* bem como as duas revistas mais importantes de ciências sociais, mais especificamente, de psicologia e de sociologia — a *Revue Philosophique* e *L'Année Sociologique*. Em 1883, ao se tornar independente, Alcan passou a editar sozinho a *Bibliothèque de philosophie contemporaine* e a *Revue Philosophique*, entre outras coleções e revistas do antigo fundo Baillièrre. Em 1886, começou a editar os *Annales de l'École Libre des Sciences Politiques*, de Émile Boutmy, fato significativo do equilíbrio que ele pretendia manter entre as ciências sociais e a filosofia. Do mesmo modo, a aquisição do fundo Guillaumin e, com ele, da *Bibliothèque des Sciences Morales et Politiques* se mostra coerente com essa política. O fato de a editora Guillaumin ter sido adquirida pela Alcan, em 1906, é revelador das afinidades entre a economia, a psicologia e a sociologia, todas situadas no pólo científico das ciências sociais. Por outro lado, uma luta pela hegemonia se estabeleceu dentro da própria editora. Entre as três disciplinas, a psicologia, sem dúvida alguma, era a disciplina hegemônica, principalmente por sua interface com o pólo filosófico, extremamente forte na editora, e o científico, crescentemente favorecido pela universidade. Além disso, a abertura crescente de Alcan a coleções militantes e de atualidades, tal como a de Dick May à época do caso Dreyfus, gerou uma segunda polarização, desta vez entre publicações especializadas e militantes, o que a ala filosófica soube aproveitar em favor do enaltecimento da dimensão “moral” em detrimento da “fria” ciência social.

¹⁷ “Doutor em medicina, republicano anticlerical e homem político (ele será vice-presidente do Conselho Geral do Seine), esse herdeiro da editora Baillièrre (...) é, com efeito, um intelectual particularmente engajado.” MUCCHIELLI, Laurent, “Aux origines de la psychologie universitaire en France (1870-1900): enjeux intellectuels, contexte politique, réseaux et stratégies d’alliance autour de la *Revue Philosophique* de Théodule Ribot”, *Annals of Science*, n^o 55, 1998, p. 269.

Alcan teve na editora Baillièrre o mesmo papel que posteriormente Théodule Ribot e Gabriel Monod tiveram na Alcan: matemático e normalista, ele era portador não apenas de capital intelectual, mas acima de tudo de um grande capital de relações sociais, dentro e fora da universidade. Tinha amigos na grande imprensa como, por exemplo, Yves Guyot — liberal e diretor do importante jornal *Le Siècle* e quem provavelmente intermediou a compra da Guillaumin —, quanto na universidade, tais como Alfred Croiset e Louis Liard¹⁸. Ao mesmo tempo, a Sra. Alcan mantinha um salão com o objetivo de reunir os autores da editora em sua casa, muitos deles provenientes da região da Alsácia e Lorena, além de pertencerem a minorias religiosas protestantes e judaicas. Entre os autores presentes constam Alfred Fouillée, Jean-Marie Guyau, Pierre Janet, Lucien Lévy-Bruhl, Henri Bergson, Émile Durkheim, Léon Brunschvicg, Georges Dumas, Théodule Ribot, Jacques Novicow, Eugène de Roberty e Gabriel Tarde. Os mais íntimos eram Yves Guyot, Jean-Louis Lanessam, Alfred Croiset, Louis Liard e Gabriel Monod¹⁹.

O fato de Félix Alcan ser matemático e normalista não significa, segundo Mollier, que o perfil dos novos editores fosse, nas primeiras décadas da República, mais acadêmico²⁰. Ao contrário de Fabiani²¹, ele afirma que a maior parte dos editores científicos — principalmente Jean-Baptiste Baillièrre e Victor Masson — pertencia à pequena burguesia e sua afinidade com o meio científico teria se dado pelo aprendizado tardio no próprio emprego no setor editorial²². O espírito comercial ou político, respectivamente, da Masson e da Baillièrre, segundo Mollier, seria distinto do da Alcan. O “alcanismo”, expressão que reverenciava o espírito universitário da editora, representava uma política editorial voltada à publicação de teses na área de filosofia, o investimento de longo prazo, a aposta em autores desconhecidos, o apoio a revistas científicas especializadas, a criação de coleções inovadoras e o respeito pela decisão do autor²³. Por outro lado, a Alcan se profissionalizava e, diferentemente da Guillaumin, tinha que ter um plano de retorno financeiro para poder manter sua visão

¹⁸ Quando Lavissee foi eleito para a Académie française, Alcan, Rambaud e Monod organizaram um banquete em sua homenagem. BNF/NAF – Fundo Lavissee. Contudo, as relações entre eles parecem ter esfriado por ocasião do caso Dreyfus, como veremos.

¹⁹ TESNIÈRE, V., *Le Quadrige*, op. cit., pp. 184 e 130-4.

²⁰ MOLLIÈRE, Jean-Yves, *L'Argent et les lettres: histoire du capitalisme d'édition, 1880-1920*, Paris, Fayard, 1988.

²¹ “O setor da edição científica foi geralmente desenvolvido por indivíduos providos de capital escolar, ou seja, caracterizados por propriedades intelectuais diferentes daquelas da maioria de seus companheiros e de um capital de relações no campo universitário”, FABIANI, Jean-Louis, *Les Philosophes de la République*, Paris, Minuit, 1988, p. 103.

²² “(...) o esquema que pretende dar conta da diversidade de trajetórias sociais no campo da edição universitária não corresponde nem ao percurso de Germer Baillièrre, nem de seu irmão Jean-Baptiste e ainda menos aos destinos do negociante de vinho Victor Masson”, MOLLIÈRE, Jean-Yves, op. cit., pp. 296-7.

²³ TESNIÈRE, V., *Le Quadrige*, op. cit.

prospectiva e de alto risco. Apesar do grande percentual de universitários que publicaram na Alcan e, em especial, na *Bibliothèque de Philosophie Contemporaine*, os publicistas também foram aceitos nessa coleção e, freqüentemente, eram os responsáveis pela recuperação das perdas provenientes de autores desconhecidos. A presença dos publicistas Gustave Le Bon, Jean Bourdeau²⁴ e Max Nordau na coleção mais importante da editora, além de uma estratégia editorial, se deve ao processo inacabado de diferenciação do campo intelectual nos anos 90. Entre essas posições extremas, ou seja, entre os publicistas e os cientistas sociais modernistas, o núcleo duro da *Bibliothèque de Philosophie* era sustentado pela filosofia universitária, o que significava um compromisso com a tradição intelectual. Mesmo que perfis tão distintos como os de Gustave Le Bon, Gabriel Tarde, Alfred Fouillée, Émile Boutroux e Émile Durkheim fossem editados na mesma coleção, os autores pertencentes às posições moderadas dominavam, o que significa que provavelmente Gabriel Tarde estivesse mais em casa do que Durkheim²⁵ — cuja insatisfação com a editora ficou conhecida, a ponto de o autor cogitar editar *L'Année* na Armand Colin. Os temas da coleção revelam a posição dominante da psicologia e da filosofia em relação à sociologia e à criminologia, uma hierarquia estabelecida na apresentação temática da coleção:

“A psicologia, com suas auxiliares indispensáveis, a anatomia e a fisiologia do sistema nervoso, a patologia mental, a psicologia das raças inferiores e dos animais, as pesquisas experimentais de laboratório; — a lógica; — as teorias gerais fundadas sobre descobertas científicas; — a estética; — as hipóteses metafísicas; — a criminologia e a sociologia; — a história das principais doutrinas filosóficas”²⁶.

O fato da metafísica e da estética serem mencionadas antes da sociologia e da criminologia é significativo do compromisso da *Bibliothèque* com os grupos ligados à tradição filosófica e, além disso, do forte vínculo entre a coleção e a *Revue Philosophique*, que operava como fonte de captação de autores. Segundo Tesnière, desde a década de 80, o catálogo da *Bibliothèque* mostrava que a psicologia era dominante, seguida pela estética, pela moral e, finalmente, pela criminologia e pela sociologia. Nos anos 90, contudo, teria havido segundo ela uma expansão de títulos na área de criminologia e de sociologia a ponto dessas

²⁴ Jean Bourdeau (1848-1928), publicista no *Journal des Débats* e colaborador da *Revue des Deux Mondes*, esteve ao lado dos que condenaram a ciência universitária no fim do século, em outros termos, dos críticos da sociologia da Sorbonne e simpáticos à abordagem psicossocial de Tarde.

²⁵ Entre os autores presentes no catálogo de 1904, vários são do convívio de Tarde, tais como Alfred Fouillée, Théodule Ribot, Alfred Espinas, Frédéric Paulhan, Charles Richet, Jacques Novicow, Eugène de Roberty e Scipio Sighele.

²⁶ Cf. Catálogo da editora F. Alcan de 1904.

matérias se tornarem a principal concorrente da psicologia, deixando para trás todas as outras — ciências, estética, filosofia política, história da filosofia, moral e metafísica²⁷. Se nos anos 90 houve, de fato, um aumento do número de autores de sociologia, tendo em vista que na década anterior a rubrica tinha sido objeto de uma única obra, de Jean-Marie Guyau, por outro lado, o crescimento dos títulos de sociologia não foi tão grande como afirma a autora.²⁸ Se considerarmos o catálogo da Bibliothèque dos anos 90 e compararmos *apenas os títulos compreendidos pelas rubricas “psicologia/psicológico” e “sociologia/sociológico”*, as publicações da primeira ultrapassam largamente a segunda: aproximadamente 25 autores para a primeira e 13 autores para a segunda, considerando-se as reedições ou traduções de obras estrangeiras²⁹. Se considerarmos, contudo, as ciências sociais no seu conjunto, o número de obras publicadas na área aumenta um pouco, mas o tema continua minoritário na editora. Para se ter uma idéia mais precisa do volume de publicações em ciências sociais, é possível utilizar um critério temático, que reuniria indiferenciadamente temas da sociologia, da criminologia e da psicologia social. Segundo esse critério, a proporção de temas “sociais” na Alcan, em 1904, é de, aproximadamente, 20% da coleção (ou 25 autores em 120)³⁰. Os nomes exprimem uma diversidade enorme de perfis intelectuais: o grupo durkheimiano (Durkheim, Bouglé, Richard, Lévy-Bruhl); o grupo da “psicologia social” (Fouillée, Tarde, Espinas, Le Bon); os criminologistas (Lombroso, Ferri, Sighele, Garofalo, Proal e Tarde); os intelectuais “livres” ou professores estrangeiros (G. De Greef, M. Nordau, E. de Roberty, É. de Laveleye e Th. Ziegler³¹) e, finalmente, os autores isolados, tais como Izoulet e Palante, professores, respectivamente, do Collège de France e do ensino secundário. Pode-se compreender, a partir dessa listagem, a posição desconfortável do grupo durkheimiano diante de grupos tão díspares e, na maioria das vezes, diletantes.

²⁷ TESNIÈRE, V., *Le Quadriège*, op. cit., pp. 105-7.

²⁸ Jean-Marie Guyau (1854-1888) é enteado de Alfred Fouillée e filho de Augustine Tuillier, Mme. Fouillée (que assinava G. Bruno nos manuais).

²⁹ Para o termo “psicologia” ou “psicológico”: Théodule Ribot, Charles Richet, Lucien Arreat, Perez, Clay, Alfred Fouillée, Alfred Binet, Gustave Le Bon, Pierre Janet, Guglielmo Ferrero, Karl Lange, Raoul de la Grasserie, Mario Pilo, Lionel Dauriac, Frédéric Queirat, Frédéric Rauh, Herbert Spencer, Henri Marion, L. Gerard-Varet, Ludovic Dugas, Max Nordau, M. Jaëll, Jules Lachelier, G.-L. Duprat, Henri Marion. Para o termo “sociologia”, “sociológico” ou “ciência social”: Émile Durkheim, Jean-Marie Guyau, Guillaume de Greef, Eugène de Roberty, Gaston Richard, Herbert Spencer, Celestin Bouglé, Eugène d’Eichthal, Gabriel Tarde, Jean Izoulet, Alfred Fouillée, Auguste Comte e Alfred Espinas.

³⁰ Para chegar a esse número, usei um critério bastante genérico: o tema sugerido pelo título. O critério está sujeito a uma margem de erro grande, principalmente nos casos de obras de psicologia. Para minimizar a margem de erro, consultei também o catálogo de 1912, que apresenta separadamente uma “section sociologique” e que inclui todos os temas “sociais” da coleção.

³¹ Guillaume J. De Greef (1842-1924), belga, e Eugène de Roberty (1843-1915), economista de origem russa, são professores da Université Nouvelle de Bruxelles; Max Nordau (1849-1923) é médico e publicista; Émile de Laveleye (1822-1892) é economista belga e Th. Ziegler é professor de filosofia (moral) da Université de Strasbourg.

Sobre a criminologia foram publicadas obras de Lombroso, Garofalo, Ferri, Tarde, Sighele e Proal. O tema, contudo, não era especialidade da Alcan e sim de editoras próximas da área do direito ou da medicina, tais como a Masson, a Storck, a Dalloz e a Giard et Brière. A criminologia na Alcan foi um empreendimento de curto prazo visando explorar um tema da moda, típico da década de 90, e cujo sucesso foi temporário, pois sua participação no catálogo minguou já na primeira década do século XX. A diferença de prestígio entre a psicologia, a sociologia e a criminologia dentro da própria Alcan se reflete sobre sua política editorial e revela a ambigüidade das ciências sociais: de um lado, simplesmente um tema popular de sucesso imediato e, de outro lado, obras de vendagem lenta e que se tornaram clássicas no longo prazo. Nos anos 90, o termo “social” significava em grande medida um problema específico (a “questão social”, ou seja, trabalhista) ou genérico (uma questão coletiva, política) e raramente um domínio científico, visão que o mundo da edição reproduziu. A psicologia *social* estava marcada por essa ambigüidade e, como todo tema cunhado pelo termo “social”, era menos legítima na ordem do conhecimento científico. Nenhuma obra da Alcan foi intitulada com essa expressão e o próprio editor sugeriu a alteração do nome quando Gabriel Tarde escolheu a expressão “psicologia social” para título de *Les lois de l’imitation*³². Apenas no final da década, precisamente em 1898, a obra *Études de psychologie sociale* de Tarde é publicada, mas não na Alcan e sim na Giard et Brière, expressão que, em seguida, o autor substituiu por “interpsicologia” com o intuito de se diferenciar da sociologia durkheimiana. Na apresentação do catálogo da Alcan, de 1904, mencionado anteriormente, a rubrica “psicologia das raças inferiores” é a que mais se aproxima da expressão em questão, mas apenas duas obras corresponderiam a essa expressão nos anos 90: *Les lois psychologiques de l’évolution des peuples* (1894) e *La psychologie des foules* (1895), de Gustave Le Bon.

Do ponto de vista da recepção, os sucessos de venda da Bibliothèque foram, em primeiro lugar, Théodule Ribot, Herbert Spencer e Schopenhauer, com várias reedições nas décadas seguintes; depois deles, Gustave Le Bon, Lombroso e Max Nordau tiveram sucesso imediato, mas temporário; finalmente, Paul Janet e Alfred Fouillée atingiram um público maior do que o universitário, provavelmente em razão de sua colaboração, respectivamente, no jornal *Le Temps* e na *Revue des Deux Mondes*, ambas de grande tiragem. O preço de um livro na coleção Bibliothèque de Philosophie Contemporaine foi fixado em 2,50 fr. na série in-12º e variou de 3,75 fr. a 15 fr. na série in-8º. As edições e reedições foram, normalmente,

³² LUBEK, Ian, “La psychologie sociale perdue de Gabriel Tarde”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, nº 3, juil.-sept., 1981.

de 1.100 exemplares, e os ganhos do autor, modestos, como era tradição na publicação científica, sendo ele muitas vezes obrigado a subsidiar parte da edição. Essa realidade é bastante distinta da edição literária, em que as tiragens poderiam chegar a 30.000 exemplares num único ano e fazer a vida do autor³³. Publicar na Alcan representava, antes de qualquer coisa, um investimento simbólico. Esse investimento pode ser qualificado pelo estilo da capa da coleção. Numa visão comparativa, principalmente com a coleção de Worms, percebe-se um espírito austero, sem luxo, letras com serifa, mas sem acabamento arredondado³⁴.

A REVUE PHILOSOPHIQUE: ENTRE O ESPÍRITO E A MATÉRIA.

A *Revue Philosophique*, fundada por Ribot em 1876, não era uma revista erudita como a *Revue des Deux Mondes*, mas também não tinha o perfil universitário e especializado de *L'Année Sociologique*, fundada mais de vinte anos depois. Alcan e Ribot, um matemático e outro filósofo, eram amigos desde o tempo da *École Normale Supérieure*, uma sociabilidade que caracterizava os normalistas e que os predisponha à síntese entre disciplinas científicas e filosóficas. Na fase adulta, esse capital social se atualizou através do salão de Brebant, organizado por Alcan e Monod, e freqüentado por Renan, Taine, Berthelot e Broca. Uma cooperação íntima existia entre a revista e a coleção, de modo que a maioria dos autores que publicou na *Revue* foi editada posteriormente pela *Bibliothèque*. Publicar na *Revue Philosophique* era, para os intelectuais “livres” ou não universitários, uma oportunidade de credenciamento e, para os universitários, um instrumento de luta por uma disciplina ou doutrina.

À época de sua fundação, a *Revue* apresentou um programa marcadamente cientificista, baseado nas descobertas da psicologia experimental, fisiológica ou patológica, e na doutrina de Herbert Spencer. A vocação experimental da revista atraiu personalidades do meio científico, como J. M. Charcot (1825-1893), de quem Ribot era amigo e com quem fundou a *Société de Psychologie Physiologique*. A geração de psicólogos experimentais que atingiu a maturidade nos anos 70 se vangloriava de seus nichos não universitários e supostamente independentes de circulação e de reconhecimento intelectual, um combate institucional que herdou de alguns de seus professores e patronos, em especial de Hippolyte Taine. A exclusão de Taine dos círculos *sorbonnards* tornou-se uma bandeira para a nova

³³ *Le disciple* (Paris, A. Lemerre), de Paul Bourget (1852-1935), por exemplo, vendeu 22.000 exemplares entre o fim de junho e o começo de agosto de 1889. Cf. LOUÉ, Thomas, “Les fils de Taine entre science et morale”, art. cit., p. 46.

³⁴ Cf. o Anexo 6 – Capas das coleções, aqui analisadas.

geração de excluídos da universidade — leplaysianos, anglófilos e liberais — que combatia os meios social e intelectualmente conservadores.

No plano doutrinário, Ribot combatia junto de Taine a tradição da filosofia eclética representada pela psicologia introspectiva de Victor Cousin³⁵, bem como o “classicismo” da crítica literária da *Revue des Deux Mondes*. Essa revista, financiada pelo mecenato cultural e representante da literatura aristocrática e da burguesia dos salões, era crítica do que denominava barbárie literária naturalista, bem como dos avanços do positivismo científico. Em seu lugar, defendia o “bom gosto” e a “responsabilidade moral” do escritor. Um ano antes da fundação da *Revue Philosophique*, Brunetière bradava na *Revue des Deux Mondes* contra “(...) uma arte que sacrifica a forma à matéria, o desenho à cor, o sentimento à sensação, o ideal ao real — que não recua nem diante da indecência nem diante da trivialidade, da brutalidade mesmo —, que fala enfim sua linguagem à multidão, considerando sem dúvida mais fácil dar a arte no pasto aos instintos grosseiros das massas do que elevar sua inteligência até a altura da arte”³⁶. Os autores que colaboravam na *Revue des Deux Mondes* pertenciam ou estavam vinculados ao mundo da aristocracia e da grande burguesia parisiense, o que se observa pelas titulações de seus colaboradores, tais como: duque de Broglie, marquês de Saporta, marquês de Nadaillac, conde de Haussonville, marquês de Vogue, duque de Noailles, marquês de Courcy, visconde de Avenel, duque de Aumale, conde de Delaborde, visconde d’Avenel, duque de Noailles. Sem títulos aristocráticos, a grande burguesia parisiense ostentava titulação acadêmica de instituições não universitárias de reconhecimento intelectual, particularmente a Académie Française e a Académie des Sciences Morales et Politiques. Em cada fascículo, com publicação mensal, colaboravam ao menos duas pessoas pertencentes a essas academias, tais como os irmãos Leroy-Beaulieu e Albert Sorel, ou os filósofos Paul Janet, Elme Caro e Alfred Fouillée. Os mais desprovidos nesse campo vinham da média burguesia provinciana, dos negócios ou intelectual, como Alfred Fouillée e Elme Caro. Caro, representante do espiritualismo, havia sido eleito para a Académie Française contra Taine, em 1874, e era um típico representante da tradição idealista ou eclética que combatia as correntes positivistas ou materialistas em filosofia.

³⁵ A teoria dos “grandes homens” se tornou clássica ao menos desde os trabalhos de Victor Cousin (1792-1867). Em seu *Cours de l’histoire de la philosophie* (1815-20), ele afirma que a história é a história dos “indivíduos”, ou seja, dos grandes homens, já que a “individualidade” é um atributo conquistado pela capacidade de reflexão, o que torna sua vida a representação da vida da nação. Esse debate vai estar presente na literatura sobre “psicologia social”, já que no fim do século se trata de saber o papel da “multidão” e do “povo” na história. Cf. COUSIN, Victor, *Cours de l’histoire de la philosophie*, Paris, Fayard, 1991, 10ª lição.

³⁶ LOUE, Thomas, *La Revue des Deux Mondes: de Buloz à Brunetière*, op. cit., Parte 2, capítulo 4; BRUNETIERE, Ferdinand, “Le roman réaliste contemporain”, *Revue des Deux Mondes*, avril, 1875.

Nos anos 70, a luta no campo intelectual se polarizava entre a literatura, pólo dominante socialmente, e a filosofia, dominante intelectualmente, o que se revela pelo comentário de Ribot: “(...) fazer filosofia não dá dinheiro como escrever romances, peças de teatro e livros clássicos”³⁷. A apresentação das duas revistas, *Revue Philosophique* e *Revue Historique*, feita, respectivamente, por Ribot e Monod, em 1876, revela o mesmo par de oposições de Brunetière — o moral/individual e o científico/coletivo —, mas com sinal invertido: eles desqualificam o “homem de letras” — o escritor isolado, talentoso, personalista, criativo e que não cria escola — e vangloriam o “cientista” — aquele que segue ou inova a partir de uma escola, forma discípulos e contribui para um conhecimento que o ultrapassa. Contra a “responsabilidade moral” do escritor, defendem a autonomia da ciência, ou seja, o estudo dos fatos como um fim em si mesmo e não como suporte de opiniões políticas e religiosas. A apresentação de Ribot é particularmente interessante: “Sem admitir um ecletismo que não teria nenhum valor e que não tem nada em comum com o espírito da *Revue*, parece difícil negar que todas as filosofias estejam de acordo em relação a certos pontos e que, em consequência, um contato entre elas é possível (...)”³⁸. O termo “eclétrico”, nesse caso, visa um ataque amplo, pois abarca tanto a psicologia de Victor Cousin quanto o uso indiscriminado de doutrinas e teorias científicas³⁹. O ecletismo era um traço presente nas revistas de vulgarização, mas também nas revistas eruditas. Gabriel Monod também procura diferenciar as revistas da Alcan das outras possibilidades inscritas no campo intelectual da época: a *Revue Historique* para ele não deve ser nem uma revista de “vulgarização”, nem de “escola” e muito menos de “erudição”.

Apesar de seu combate pela ciência e pela autonomização das novas disciplinas, a *Revue Philosophique* desempenhou um papel ambíguo em relação à institucionalização das ciências sociais. Por um lado, ela pode ser considerada um estímulo indireto à sua profissionalização, mas, por outro lado, o recrutamento da revista nessa área, a indefinição disciplinar, os temas e o caráter filosófico da maioria dos artigos revelam uma vocação filosófica e tradicionalista. Seu caráter generalista se manteve ao longo de todo esse período, apesar da militância científicista de seu diretor, o que tornou a revista um mecanismo de prestígio social e de sociabilidade culta, os autores modernistas representando uma minoria

³⁷ Carta a Espinas, cf. LENOIR, Raymond, “Lettres de Théodule Ribot à Alfred Espinas”, *Revue Philosophique*, 1964.

³⁸ RIBOT, Théodule, *Revue Philosophique*, Introdução, 1876, p. 1.

³⁹ LEFRANC, Jean, verbete “Victor Cousin”, in HUISMAN, Denis (dir.), *Dictionnaire des philosophes*, Paris, P.U.F., 1984, vol. I, p. 631. “Em nossos dias, o nome ecletismo designa particularmente a filosofia que ensinou Victor Cousin e seus discípulos e que teve um momento de grande voga.” BROCHARD, Victor, verbete “Éclectisme”, in *La Grande Encyclopédie*, op. cit., p. 354.

que acabaria por abandonar a revista nos anos 90. Seu primeiro número é bastante simbólico dessa ambigüidade, já que nele Taine publica um artigo materialista sobre a psicologia infantil, mas também Paul Janet, espiritualista *sorbonnard*, um artigo sobre as causas finais. A análise dos primeiros seis meses de revista é significativa e pode servir de base para a caracterização de sua posição. Os artigos de fundo são escritos por representantes do pólo científico — Wundt, Spencer, Taine, Stuart Mill, Jules Soury, Ribot e Liard —, mas também pelos da filosofia espiritualista, da erudição filosófica ou do pólo pedagógico — o padre Lachelier, Paul Tannery, Charles Bénard e Étienne Vacherot. Daí que a aproximação da psicologia com a *Revue des Deux Mondes* não deve estranhar, o que ocorreu nos anos noventa, quando ela passou a publicar artigos de Alfred Binet, Nicolas Vashide, Charles Richet e Gabriel Tarde, um fato significativo da perda da força subversiva da psicologia no campo intelectual e do aumento de seu prestígio social. Ao mesmo tempo, os adeptos da filosofia, em suas várias vertentes, se aproximaram cada vez mais ao longo dos anos noventa: a filosofia espiritualista se tornava cada vez mais científica e os materialistas passaram a aceitar a hipótese da existência de fenômenos psíquicos não redutíveis à fisiologia. Um dos fatores dessa aproximação foi a virada institucional nas carreiras do grupo ligado a Ribot: a psicologia experimental tinha ingressado na universidade desde meados dos anos 80, o que havia aproximado os materialistas de vários de seus inimigos; além disso, alguns psicólogos foram eleitos para a Académie des Sciences Morales et Politiques, como é o caso de Ribot e, com sua ajuda, de Gabriel Tarde, em 1900. A ascensão editorial e universitária de Ribot e da psicologia experimental é impressionante no período de 1876 até 1890, mas ela não foi feita sem concessões; muito pelo contrário, pode-se observar a crescente distância entre o projeto original de Ribot e de sua revista e a subserviência paulatina às posições dominantes.

Poder-se-ia indagar se o impacto do caso Dreyfus sobre o campo intelectual não teria produzido uma aproximação de posições distintas contra um inimigo comum — o que de fato ocorreu com a adesão dos psicólogos ao manifesto de Lavissee —, mas essa hipótese não dá conta das tensões internas ao campo intelectual e da militância contra Durkheim desde que *L'Année Sociologique* lançou seu bombardeio contra a mistura promíscua entre filosofia e ciência. É inegável que um dos fatores que influenciaram o apoio de Ribot a Tarde, e não a Durkheim, foi o ímpeto de tornar a psicologia social a disciplina hegemônica nas ciências sociais⁴⁰. Apesar da reverência de Mauss a Ribot, ele reconheceu que o diretor favorecia mais

⁴⁰ Ribot declara seu apoio a Tarde em 1899: “Ele [Liard] disse que quando uma das duas cadeiras de Levêque ou Nourrisson estiver vaga, deseja que seja transformada em ‘sociologia’ para o senhor. Eu estou encarregado de preparar os votos para eventualidades futuras. Inútil dizer que eu o farei com zelo. (...) Estou bem

a ala psicológica⁴¹. Por sua vez, ao menos em dois episódios, Durkheim mostrou certo descontentamento ou desconfiança em relação a Ribot: em 1894, ele questionou o entusiasmo de Mauss com o curso de Ribot, já que o curso não deveria ser muito diferente da “pobreza” (*maigreur*) de sua produção escrita; em 1897, quando da criação de *L’Année Sociologique*, Durkheim escreveu a Mauss que Ribot não devia estar satisfeito com a idéia de *L’Année*⁴². No fim do século, a relação é cada vez mais tensa entre o grupo que luta pela autonomização da sociologia e o grupo dos psicólogos ligados a Ribot, independentemente de sua filiação doutrinária.

O duplo sentido da institucionalização da psicologia, tanto em laboratórios de pesquisa, ou seja, nos meios científicos, quanto em instituições intelectuais tradicionais, como o Instituto, minimizou os efeitos da não institucionalização da psicologia social, que se manterá atrelada primordialmente ao mercado da cultura, às publicações voltadas ao público de salão ou ao engajamento político. A psicologia universitária será médica ou filosófica, mas não será “social”. O discurso individualista dos psicólogos que, nos anos 70, marcava uma posição progressista em relação à tradição *sorbonnard*, tornou-se, nos anos 90, parte de uma estratégia estamental contra iniciativas mais ousadas. É significativo o fato de Ribot ter declarado, nos anos 80, desprezo pela atividade docente na Sorbonne em razão de seu público diletante⁴³, mas, nos anos 90, não ter dirigido sua revista no sentido da especialização. Por um lado, a preferência por um público ampliado, ainda que culto, pertencia a um período da história do campo que estava em vias de superação. Por outro lado, Ribot parou de criticar as hierarquias universitárias e se tornou membro da instituição intelectual a mais conservadora nos anos 90. Ao mesmo tempo, manteve em sua revista uma mistura de gêneros que era cada

feliz que Liard tenha tido a mesma idéia que eu: o que prova que ela não vem nem de mim nem dele, mas da natureza das coisas”. E em junho do mesmo ano: “Se ela for transformada, que tal escolher o título ‘Psicologia Sociológica’? Pense nisso”, CHEVS, GTA 90.

⁴¹ “São os pequenos livros de Ribot que me convenceram, que convenceu a todos, que havia psicólogos que pensavam sobre fatos. Durkheim me fez ler também no verão de 1890 a *Psychologie anglaise contemporaine*, a *Psychologie allemande contemporaine*. Como Durkheim tinha sido entre 1881 e 1886, eu fora conquistado. (...) Isso me leva a descrever o meio dos jovens que seguiram Ribot de 1892 a 1897: Edgard Milhaud, Paul Fauconnet, Alfred Bonnet e enfim um camarada mais velho, crítico agudo de tudo, menos de si mesmo, Georges Sorel, (...) para mencionar apenas os sociólogos... Ribot mantinha o equilíbrio entre nós. Ele preferia naturalmente os psicólogos e, entre eles, Pierre Janet e Georges Dumas”, TESNIÈRE, V., *Le Quadrige*, op. cit., p. 119.

⁴² “Ribot conversou com você sobre *L’Année sociologique*? Você conversou com ele sobre isso? Eu temo que ele não veja isso com bons olhos”, DURKHEIM, É., *Lettres à Mauss*, op. cit., pp. 35 e 52.

⁴³ “O ofício de professor na Sorbonne é o mais besta, o mais vão e o mais pesado que eu conheço. Creio fortemente que eu não vou continuar. (...) Tenho muita gente e um público muito heterogêneo: professores de faculdades e liceus, normalistas, candidatos à agregação, padres, uma estudante russa (nihilista), médicos, estudantes de medicina; é uma torre de Babel. Tudo isso não me ensina nada, me faz perder meu tempo e acaba com a minha saúde por 2.850 fr. Tenho apenas uma vontade, ir embora”, cf. LENOIR, R., “Lettres de Théodule Ribot à Alfred Espinas”, *Revue Philosophique*, 1975, p. 162.

vez mais criticada, do lado sociológico, por L'Année e, do lado filosófico, pela Revue de Métaphysique et de Morale, mais universitárias e especializadas do que a revista de Ribot⁴⁴. O surgimento da Revue de Métaphysique et de Morale mudou a posição da Revue Philosophique no campo — sem que Ribot tivesse mudado suas concepções em relação à filosofia. A nova revista, fundada por Xavier Léon e Léon Brunschvicg, era exclusivamente universitária e com forte influência kantiana, o que Ribot logo identificou como um projeto de “jovens ricos, judeus e muito metafísicos (...) de uma revista transcendente, universitária e *sorbonnard*”⁴⁵. Apesar de ter dito que a revista não lhe faria concorrência, algumas escolas anularam a assinatura de sua revista para assinar a nova. Léon e Durkheim parecem ter se aproximado ao longo dos anos 90⁴⁶. A Revue de Métaphysique et de Morale inaugurava, em 1895, uma seção de crítica de obras de ciências sociais chamada L'Année Sociologique, sob a responsabilidade de Lapie e Fauconnet, e que deu o primeiro impulso ao projeto de Durkheim. Há, pois, um conjunto de práticas que caracterizam a polarização entre, de um lado, a Revue Philosophique e a defesa da psicologia e, de outro lado, a Revue de Métaphysique et de Morale e a defesa da sociologia. Duas editoras também se defrontaram nesse caso: Alcan, editor da revista de Ribot, publicava teses na área de filosofia e psicologia, enquanto Hachette, editor da revista de Léon, publicava teses de história. Poder-se-ia colocar a hipótese de que haveria uma questão religiosa polarizando o campo intelectual: Alcan, de origem judaica e alsaciana, estava rodeado por minorias religiosas (Ribot e Monod, por exemplo, eram protestantes, além de muitos colaboradores da revista serem judeus), enquanto Hachette, originário da grande burguesia católica parisiense, era o editor de grandes figuras da tradição intelectual e do republicanismo moderado, como o católico Lavissee. Outro indicador nesse sentido seria o fato das relações entre Alcan e Lavissee terem ficado estremecidas por ocasião do caso Dreyfus em razão da moderação do último. Lavissee estava rodeado por pessoas nada simpáticas a Durkheim e, ao menos por essa razão, parece ter preferido Tarde a ele. Essa linha de investigação, contudo, apresenta vários problemas: Hachette editou a Revue de Métaphysique, de intelectuais judeus, e Ribot, protestante, assim como Dick May e Worms, judeus, preferiram Tarde a Durkheim⁴⁷. A razão de tais preferências, portanto, pode ser determinada de maneira mais precisa através das posições internas ao campo intelectual.

⁴⁴ CHARLE, Christophe, *Paris fin-de-siècle: culture et politique*, Paris, Seuil, 1998, pp. 115-22.

⁴⁵ Carta de Ribot a Espinas, cf. LENOIR, R., art. cit., 1975, p. 170.

⁴⁶ Durkheim pede a Léon que publique o artigo *Représentations individuelles et représentations collectives* antes que Tarde o retruque. O diretor aceita, ainda que ao custo de mudar a composição do número, já na gráfica. Cf. Carta de Durkheim a Léon, Paris I, FB, 612.

⁴⁷ De todo modo, é possível lançar a hipótese de que o recrutamento nas disciplinas emergentes, principalmente em seu pólo intelectual e científico, era majoritariamente formado por minorias religiosas.

Léon apoiou Durkheim em razão da afinidade de posição de ambos naquele momento da história do campo e que se refletiu sobre uma mesma concepção sobre a relação entre ciências sociais (ou sociologia) e filosofia — em que cada disciplina tem sua autonomia, ou seja, suas regras próprias de funcionamento.

Entre as revistas de ciências sociais, *L'Année Sociologique* foi sem dúvida a mais universitária, científica e especializada, pois Durkheim recrutou entre seus próprios alunos, além de formar uma equipe de trabalho com especialidades distintas. A revista já foi objeto de inúmeros estudos e pretendo aqui apenas enfatizar os discursos, ou melhor, as críticas que operaram uma polarização no campo das ciências sociais entre “eccléticos” ou “diletantes”, de um lado, e universitários, de outro lado. A principal concorrente de Durkheim era a revista dirigida por René Worms, a *Revue Internationale de Sociologie* (1893), e foi contra ela e contra os grupos ligados às iniciativas de Worms que sua crítica foi mais dura. Durkheim acabou por produzir uma barreira enorme a suas idéias e, ao mesmo tempo, a estimular a aliança entre grupos que talvez não se aproximassem por outra razão. A visão de Durkheim sobre Worms, como seria de se esperar, não é muito favorável, em razão de sua formação. Em 1894, Durkheim se refere à falta de títulos de Worms, o que, contudo, não é exato, já que nessa data Worms já tinha o título de agregação em filosofia (1890) e o doutorado em direito (1891). Em carta a Mauss, ele se irrita com a suposição de que teria inveja de Worms, e se mostra indignado, de maneira quase ressentida, em relação a Espinas⁴⁸. Não foi possível checar se de fato, como afirma Durkheim, Worms teve problemas com sua tese, mas é possível adiantar que a obsessão de Worms por diplomas — ele terá o título de doutorado não apenas em direito, mas também em letras, em ciências e em economia — não lhe deu a legitimidade tão almejada. Em 1897, o grupo durkheimiano já tinha material suficiente para o ataque, o que foi feito por F. Simiand, na *Revue de Métaphysique*. Parte do grupo ligado a Worms era organicista e nesse mesmo ano a doutrina sofria ataques dos durkheimianos.

“Convém agradecer, ao terminar: o Sr. René Worms, por nos ter exposto a teoria organicista das sociedades, de maneira a colocar definitivamente em evidência sua insuficiência e sua inutilidade científicas; o Sr. de Lilienfeld,

⁴⁸ “Com base no que você me escreve, Espinas teria dito que se eu não dou meu artigo à revista de Worms seria por inveja dele! Diga-me precisamente se Espinas te contou isso como algo que ouviu de Worms ou se ele, Espinas, pensa isso. Se essa última hipótese for a verdadeira, você deveria responder que ficou chocado ao escutar alguém que conhece seu tio lhe atribuir tais sentimentos miseráveis; tanto mais que você não veria no que eu poderia ter inveja desse jovem homem. Se alguma vez esse assunto reaparecer, você só precisa dizer que o que me distancia dessa revista é a reputação de falsário que Worms tem, e que sobretudo eu não posso colaborar com uma revista cujo diretor não tem nenhum título científico. O melhor aliás nesses casos é levantar as espadas. Eu no entanto havia dito a Espinas que Worms teve sua tese recusada na Sorbonne, o que é uma vergonha que não acontece a todo mundo”, DURKHEIM, É., *Lettres à Marcel Mauss*, op. cit., pp. 35-6.

por nos ter mostrado como uma construção tão pessoal pode, com toda sinceridade, dar ao seu autor a ilusão de uma ciência objetivamente estabelecida; o Sr. Novicow, por ter mostrado o quanto as preferências subjetivas se imaginam voluntariamente estar cientificamente justificadas por ter dado ares de uma pseudociência; o Sr. Giddings, por nos ter revelado o perigo que os sociólogos correm ao querer ensinar o que eles ainda não sabem; o Sr. Bernès, enfim, por nos ter provado a insuficiência das concepções anteriores da sociologia, depois de ter implicitamente confessado, pela sua própria, que a sociologia geral não era, de fato, uma ciência”⁴⁹.

Todos os autores citados por Simiand têm uma participação importante nos empreendimentos de Worms, como se verá. Worms, por sua vez, vai mobilizar todas as armas contra Durkheim, a principal delas a escolha de Tarde como o grande sociólogo francês e a psicologia como a disciplina hegemônica das ciências sociais, ainda que essa opção fosse teoricamente conflitante com o organicismo por ele professado. O fim do século é caracterizado por uma forte rejeição às teses de Durkheim nos meios próximos de Worms e da psicologia filosófica, o que talvez ajude a explicar a não indicação de Durkheim para o Collège de France, em 1897 e em 1900, reduto dos psicólogos e da Académie des Sciences Morales et Politiques.

GIARD ET BRIÈRE, RENÉ WORMS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS PROFISSIONAIS.

A Giard et Brière era uma tradicional editora de livros jurídicos e publicava várias coleções nas áreas de direito público e privado, economia política, finanças, doutrinas políticas, relações internacionais, ciências sociais e higienismo, a maior parte voltada para a edição de autores estrangeiros. Situada à Rua Soufflot, ao lado da Faculdade de Direito de Paris, endereço das editoras pertencentes ao pólo profissional, a editora se tornou posteriormente a Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. Uma de suas concorrentes era a Storck et Masson, tradicional editora de livros de criminologia, medicina legal e antropologia criminal, editora dos Archives d'Anthropologie Criminelle, dirigido por Alexandre Lacassagne e, a partir de 1893, por Tarde. A escolha dessa editora por Worms não é casual, visto que sua trajetória intelectual foi construída através das redes do pólo jurídico:

⁴⁹ SIMIAND, François, *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1897, pp. 606-9.

em 1893, ele funda a *Revue Internationale de Sociologie* e, em 1896, a coleção *Bibliothèque Sociologique Internationale*⁵⁰.

René Worms (1869-1926) é o centro de um conjunto de iniciativas impressionantes no campo das ciências sociais. Sua trajetória favoreceu a acumulação de grande capital intelectual e social: filho de Émile Worms, professor da faculdade de direito de Rennes, que abandonou a docência para se dedicar à família aos quarenta e quatro anos, René parece ter sido educado num ambiente obsessivo em relação ao saber⁵¹. Ele cursou o Liceu de Rennes e o Liceu Charlemagne e formou-se normalista, conquistando o título de agregação em filosofia em 1890, ou seja, aos vinte anos, e em economia em 1897, aos 28 anos. Obteve quatro títulos de doutorado: em direito, em 1891, em letras e em ciências políticas e econômicas, em 1896, e, finalmente, em ciências naturais. Sua carreira acadêmica, contudo, estava submetida à sua atividade profissional. Em 1895, torna-se encarregado de um curso “livre” de Economia Política e Legislação Financeira na Faculdade de Direito de Paris e, a partir de 1897, de outro curso “livre” de História das Doutrinas Econômicas e História Rural na Universidade de Caen; em 1902, deixa Caen por um curso no Institut Commercial de Paris. Sua vida profissional, extra-acadêmica, não foi menos agitada. Em 1891, tornou-se advogado na Corte de Apelo de Paris; em 1894, passou no concurso de auditor do Conselho de Estado e iniciou uma carreira que ele seguirá até o fim da vida, tornando-se conselheiro de Estado em 1924; em 1897, tornou-se membro do Conseil Supérieur de Statistique⁵²; em 1903, membro do comitê consultor de estatística agrícola; em 1904 foi secretário extraparlamentar de investigação da Marinha e, em 1905, secretário do congresso colonial francês.

Quando se tem em conta essa trajetória, é ainda mais surpreendente considerar a rede de instituições fundadas por Worms: uma revista científica, a *Revue Internationale de Sociologie* (1893), duas sociedades científicas — o Institut International de Sociologie (1894) e a Société de Sociologie de Paris (1895) — e uma coleção de ciências sociais, a *Bibliothèque Sociologique Internationale* (1896), a revista e a coleção editadas pela Giard et Brière. Apesar de todo o investimento, Worms não conseguiu elaborar uma teoria sociológica unívoca em razão de suas disposições, cujo traço fundamental pode ser sintetizado pela ambição de conciliação teórica, uma característica que, herdada da família e do meio jurídico que freqüentou, foi reforçada pelo *habitus* da moderação, típico das profissões da alta burocracia estatal. Worms também tentava uma conciliação entre o campo político e o intelectual — o

⁵⁰ Cf. o Anexo 8 – Tabelas de ocupação e profissão dos autores, por coleção.

⁵¹ FAVRE, Pierre, *Naissance de la science politique en France, 1870-1914*, Paris, Fayard, 1989.

⁵² O conselho tem vocação consultiva e emite parecer sobre a organização e as publicações de estatística oficial. Cf. PALSKEI, Gilles, “Pierre Émile Levasseur: à l’interface des sciences sociales”, *Revue Modulad*, 2006.

que o levou a convidar vários políticos a ocupar cargos de direção em suas organizações —, movimento contrário à tendência de autonomização do pólo universitário.

Os estudos sobre Worms geralmente se dividem entre duas interpretações: os que pretendem recuperar uma espécie de talento sociológico injustamente esquecido, tal como o de Terry Clark⁵³, e os que desqualificam sua obra como teoricamente fraca e eclética, como o de Roger Geiger, e procuraram mobilizar elementos institucionais e não apenas internalistas na compreensão da importância do autor para a história da disciplina⁵⁴. Geiger desqualifica o perfil do recrutamento dessas instituições e a qualidade das obras e dos artigos que, segundo ele, serviriam à popularização da sociologia e não à sua profissionalização. Ele aponta o caráter eclético das teorias, o estilo abstrato dos textos e mesmo o personalismo e o exotismo de muitas das teses dos wormsianos. Na mesma linha de interpretação, Tesnière afirma que o Institut International de Sociologie era muito mais uma espécie de empreendimento de relações públicas para a promoção da ciência social do que um instrumento científico⁵⁵. De fato, as práticas das instituições fundadas por Worms estão relacionadas à sua visão de ciências sociais e têm seu sentido numa lógica típica ao pólo profissional, ou seja, ao pólo do direito e da medicina, o que se revela no perfil do recrutamento, na concepção instrumental das ciências sociais e no conteúdo dos textos das publicações que dirigiu. A função precípua dessas iniciativas foi fomentar o prestígio social de seus colaboradores, ainda que, em caráter de exceção, possam ter contribuído para o credenciamento intelectual de alguns autores, como é o caso de Tarde. Por outro lado, nenhum dos projetos e anseios de Worms se realizou, mesmo com todo o investimento institucional feito, ambições absolutamente razoáveis, aliás, do ponto de vista de suas credenciais acadêmicas e de seu capital social: conquistar uma cadeira de sociologia no ensino superior e, menos factível, transformar o Collège de France numa escola de ciências sociais. Ao contrário do que afirma Clark, o fato de Worms não ter conquistado um posto na universidade não se deve ao suposto sistema de *clusters*; Worms manteve relações importantes nos meios políticos e grandes personalidades ocuparam postos

⁵³ Para Clark, Worms anteciparia a sociologia de Merton. Além disso, ao buscar elementos teóricos em Tarde e em Durkheim, Worms se mostraria muito mais original e tolerante. “(...) ele [Worms] não considerou haver nenhum conflito necessário entre a psicologia, a psicologia social e a sociologia; sua concepção da legitimação individual e mútuas inter-relações é decididamente mais balanceada do que a de Tarde ou Durkheim”, CLARK, Terry, “Marginality, Eclecticism, and Innovation: René Worms and the Revue Internationale de Sociologie from 1893 to 1914”, *Revue Internationale de Sociologie*, vol. 3, déc., 1967, p. 16.

⁵⁴ “O organicismo de Worms se dilui assim num ecletismo extremo que tolera todas as maneiras de abordar a sociologia, mas que não oferece uma concepção da substância e do método da disciplina suscetível de inspirar seus colaboradores”. GEIGER, Roger, “René Worms, l’organicisme et l’organisation de la sociologie”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XX, nº 3, juil.-sept., 1981, p. 353. Cf. também GEIGER, Roger, *The Development of French Sociology, 1871-1905*, Doutorado em Filosofia, Universidade de Michigan, 1972.

⁵⁵ TESNIÈRE, V., op. cit., p. 115.

importantes em suas instituições, além de ter as credenciais acadêmicas necessárias. Contudo, havia pouco espaço para a sociologia no âmbito do campo universitário e quem mais se credenciava aos novos postos eram os durkheimianos e não Worms, que se mantinha apegado à sua carreira na alta burocracia estatal. Quando se tem em conta o expressivo aporte institucional em torno dos adversários de Durkheim, torna-se difícil aceitar sem reservas a tese tão difundida da força institucional dos durkheimianos, ao menos ao longo dos anos 90. A autoridade de Durkheim foi reconhecida apenas na década seguinte, em 1902, quando ele foi nomeado para substituir Buisson na Sorbonne e seus colaboradores ingressaram no ensino superior. Além disso, o início do século trazia outros fatores que tiveram impacto sobre sua carreira: o fim do caso Dreyfus e a morte de Tarde em 1904⁵⁶.

Na coleção que Worms dirigiu, a *Bibliothèque sociologique internationale*, os livros tinham acabamento sofisticado: letras douradas, em estilo romântico, em alto relevo e com serifa e capa de couro marrom, ao custo variável de 4 fr. a 16 fr., a média girando em torno de 7 fr. — um preço relativamente caro se comparado à série in-18° da Alcan, vendida a 2,5 fr⁵⁷. Ele publicou quarenta e cinco títulos de 1896 até 1914 e, como indica o próprio nome da coleção, a grande maioria de autores estrangeiros — principalmente russos e italianos, mas também ingleses e americanos, tais como Novicow, Sighele, Giddings, Baldwin e outros. Entre os franceses, a coleção publicou apenas cinco autores: o próprio Worms, Tarde, G.-L. Duprat, Charles Letourneau e René Maunier. As duas principais correntes teóricas da coleção eram o organicismo e a sociologia psicológica ou filosófica, a primeira adotando a biologia como matriz das ciências sociais e a segunda as relações psicológicas entre os indivíduos. Apesar da luta subjacente entre os domínios da ciência e da moral, as polarizações não eram do interesse de Worms. Ele enfatizava a importância do “consenso mínimo” em ciências sociais e, ao mesmo tempo, se arrogava o porta-voz da teoria geral, sintetizadora dos resultados produzidos pelas ciências sociais particulares⁵⁸. O método era conhecido, o mesmo dos leplaystas: pesquisa empírica, história comparada e generalização dos resultados a partir de uma doutrina filosófica. Tal objetivo refletia o espírito conciliador de Worms, tarefa difícil num grupo polarizado entre as doutrinas psicológicas, em que a sociedade era vista como um conjunto de indivíduos ou de relações psíquicas entre indivíduos, e organicistas, que partiam

⁵⁶ “Os durkheimianos tendo chegado a impor sua problemática, as sociologias políticas concorrentes serão por muito tempo desqualificadas e destinadas a desaparecer.” FAVRE, Pierre, op. cit.

⁵⁷ Conferir o Anexo 6 – Capas das coleções, analisadas neste capítulo. Quando se compara o estilo da coleção de Worms com a história da tipografia, é possível concluir que a letra reproduz as fontes que Firmin-Didot gravou em Paris, no início do século XIX. Cf. BRINGHURST, Robert, *Elementos do estilo tipográfico*, São Paulo, Cosacnaify, 2005, p. 145

⁵⁸ Ao contrário do que afirma Clark, para quem “(...) na prática Worms produziu mais trabalho empírico do que Durkheim”, CLARK, T., op. cit., p. 17.

do pressuposto de que a sociedade é uma realidade acima dos indivíduos⁵⁹. A psicologia parecia ser a temática ideal para essa conciliação em razão de sua interface com o mundo das “idéias” — por onde passava a filosofia idealista —, e com o mundo “natural”, cuja relação conceitual fisiológico-mental era projetada para o mundo físico-social⁶⁰. Nesse sentido, importa concluir que a psicologia é uma matéria extremamente flexível nesse período, pois estava submetida à lógica social sob a qual foi engendrada. Worms o demonstra com clareza: ele será mais ou menos “psicólogo” dependendo de seu interlocutor: contra Durkheim ele sublinhava a importância da psicologia e do indivíduo e, contra Tarde, a existência de uma realidade social acima dos indivíduos, ainda que produzida por eles⁶¹. Worms também é flexível em suas críticas dependendo da conjuntura intelectual: é possível notar uma aceitação crescente das teses de Durkheim em relação às de Tarde, a partir de 1902, em razão provavelmente das novas posições institucionais.

A concepção de ciências sociais de Worms se reflete sobre a coleção que dirigiu através, em primeiro lugar, das áreas do conhecimento que publicou: psicologia, criminologia, moral e economia social. Pode-se também reconhecer o autor pelos temas da coleção, divididos em três grupos principais: 1) teoria das ciências sociais; 2) questões políticas e jurídicas, tais como Estado, direito civil, sistema político e a democracia e 3) problemas sociais contemporâneos, tais como família, população, condição da mulher, cidade, classe social, socialismo e revolução. Em relação ao primeiro grupo de obras, parte dos títulos é reservada à publicação dos “clássicos” Le Play, Comte e Taine — Spencer já editado pela Alcan⁶². Essa escolha reflete as preferências teóricas de Worms: comteano no que diz respeito à evolução da ciência do simples ao complexo, da biologia à sociologia; leplayista ao supor o fato empírico como fonte da formulação de teorias por simples comparação e generalização e, finalmente, taineano pela matriz naturalista de sua sociologia (a raça, o meio e a circunstância). As questões teóricas são as que mais interessam a Worms, já que segundo ele a sociologia é uma disciplina destinada a teorizar sobre as ciências sociais particulares (a criminologia, a psicologia, o direito, a política, a moral, a estatística e a economia política), ou seja, ela não tem por objeto um conjunto de fenômenos próprios⁶³. Sua preferência pela abstração e pela síntese sociológica estabelece um programa científico oposto ao de L’Année,

⁵⁹ O debate entre Hariou e Duguit atualiza essa polarização no direito.

⁶⁰ Carta de Novicow a Tarde, de 1900: “Nós estamos agora perfeitamente de acordo: a psicologia intercerebral, o senhor diz, não é seguramente toda a sociologia. Esta abarca além das ações intercerebrais, todas as ações intercorporais e todas as ações do homem sobre a natureza e da natureza sobre o homem. Perfeitamente!”, CHEVS, GTA 90.

⁶¹ WORMS, René, resenhas de Durkheim e de Tarde, publicadas na *Revue Internationale de Sociologie*.

⁶² Cf. o Anexo 7 – Catálogos das coleções.

⁶³ WORMS, R., “La Sociologie”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1893, p. 5.

dado que para Worms a pesquisa de campo é menos importante do que a filosofia social. Como seus colaboradores não se dedicam à reflexão metodológica, em especial aos problemas ligados à construção do fato social, os artigos oscilam entre o empirismo sem rigor e a abstração doutrinária, nos moldes de Le Play e de Taine. Os textos de atualidades e voltados à aplicação imediata convivem sem mediação com artigos doutrinários e “desinteressados”. Pode-se dizer que a expressão usada por Durkheim para caracterizar a obra de Taine se aplica aos empreendimentos de Worms e de seus colaboradores, um gênero que pode ser considerado “empirista racionalista”⁶⁴.

A *Bibliothèque Sociologique Internationale* está intimamente relacionada à revista e às sociedades científicas, motivo pelo qual não se deve separar a análise de cada uma dessas instituições. A revista funcionou como meio de captação de autores para a coleção, como era de se esperar, mas também como oportunidade de publicação para os freqüentadores assíduos das sociedades científicas. Para os publicistas e políticos era uma oportunidade de aumentar seu prestígio intelectual e, para os universitários, seu capital de relações sociais. Worms fazia a gestão de todas essas instâncias, pois era secretário geral (perpétuo) de todas as instituições. Uma de suas principais estratégias era publicar autores que, no mesmo período, ocupavam algum cargo na direção de uma das sociedades científicas, o que multiplicava as titulações — caso de Charles Letourneau, Paul de Lilienfeld, Lester Ward, Maxime Kovalewsky, James Baldwin, Ludwig Stein, Achille Loria, Franklin Giddings, J. Novicow, Gabriel Tarde e Louis Gumpłowicz. A obsessão com os títulos em sua própria carreira se refletiu sobre o ímpeto com que multiplicou as instituições de ciências sociais e os títulos de seus colaboradores.

A *Revue Internationale de Sociologie* já existia há três anos quando nasceu a coleção. No primeiro número da revista, Worms afirma que ela estava aberta a todas as ciências e escolas científicas, o que revela desde logo a tensão entre, de um lado, o investimento na institucionalização das ciências sociais e, de outro lado, a visão generalista que orientava o projeto. A hierarquia de temas da *Revue* reflete em parte os critérios da *Bibliothèque Sociologique Internationale*: em primeiro lugar, a teoria das ciências sociais, a filosofia social e a história das idéias, representando aproximadamente 35% dos artigos; em segundo lugar, a economia social, a economia política e a educação, representando por volta de 30% dos artigos; finalmente, os 35% restantes são artigos de filosofia política, filosofia do direito, criminologia e relações internacionais.

⁶⁴ “Quelques opinions sur l’œuvre de Taine”, *Revue Blanche*, 1897.

Se considerarmos a revista pelo perfil de seus colaboradores e pela freqüência de publicação na revista é possível identificar três grupos bastante nítidos que se destacam entre os mais de duzentos colaboradores em vinte anos de revista, mais precisamente entre 1893 e 1912. No primeiro grupo estão os quatro autores mais ativos, pois publicaram mais de 10 artigos cada um em 20 anos de revista (1893-1912). Em primeiro lugar, o próprio Worms, secretário de redação da revista, com 34 artigos, o que representa uma média de quase dois artigos por ano; em segundo lugar, três nomes principais: Raul de la Grasserie (22 artigos), Jacques Novicow (13 artigos) e Maxime Kovalewsky (12 artigos). Eram autores com participação ativa em outras instituições de Worms: Novicow foi vice-presidente do Institut Internationale de Sociologie, em 1893, e Kovalewsky, em 1895; Novicow, Kovalewsky e La Grasserie publicaram, respectivamente, uma, duas e quatro obras na coleção de Worms, entre 1896 e 1913, período em que a coleção publicou 40 obras, ou seja, os três autores representam quase 20% do total de publicações. Raul de La Grasserie (1839-1914), nascido em Rennes, pertencia a uma antiga família de nobres da Bretanha e tudo indica que era amigo íntimo da família Worms, também proveniente de Rennes e também ligada à área do direito. La Grasserie se formou e doutorou-se em direito, como o pai de René, Émile Worms, e fez carreira de magistrado. Os dicionários da época o apresentam de maneira emblemática: “psicólogo, sociólogo, escritor, lingüista, jurisconsulto e magistrado”, tendo sido juiz em Loudéac, juiz de instrução em Saint-Brieuc e juiz do tribunal civil de Rennes. A carreira de magistrado não o impediu de produzir intelectualmente e, a bem da verdade, de forma impressionante: ele publicou mais de duzentas obras ao longo da vida, e não apenas na Giard et Brière, mas também na Alcan, na Dentu, na Leroux etc.⁶⁵. Os comentários sobre sua obra em dicionários da época revelam um estilo “grande homem”, ou seja, um intelectual à moda antiga, o que pode ser observado pela simples consideração dos adjetivos utilizados: original, abrangente, inovadora, profunda, diversificada, matematicamente deduzida, sintética, lógica, mas com senso prático, útil e sugestiva. A figura do intelectual “erudito”, “enciclopédico”, “generalista”, criticado por Ribot e Durkheim, é encarnada por La Grasserie em seu tipo puro — o que deve ter influenciado (a má vontade de) Ribot em relação à sua candidatura como correspondente do Instituto⁶⁶. O outro grande colaborador de Worms, Jacques Novicow (1849-1912), era russo, de Odessa, e filho de um rico industrial do setor de transportes navais, negócio que Novicow também administrava. Organicista e pacifista, ligado ao movimento

⁶⁵ CURINIER, C. E. (dir.), *Dictionnaire national des contemporains. 1901-1918*, Paris, Office Générale de l'Édition, 1899-1906. Cf. o Anexo 2 – Extrato do currículo de Raoul de la Grasserie.

⁶⁶ Cf. carta de La Grasserie a Tarde, de 1901, em que reclama das objeções de Ribot à sua candidatura. CHEVS, GTA 87.

liberal russo e defensor da federação européia, sua presença nas organizações de Worms tem razões políticas e intelectuais. As relações entre a Rússia e a França se estreitaram nos anos 90 e, em 1897, foi assinado um acordo de cooperação entre os dois países, o que fez aumentar o interesse e a circulação de ambos os lados. Do ponto de vista dos intelectuais russos, a censura rigorosa às doutrinas liberais em seu país de origem e a interdição da docência para seus adeptos fez com que muitos migrassem para a França⁶⁷. Ribot chegou a mencionar a presença maciça de estudantes russos em seu curso na Sorbonne⁶⁸. Um fascínio recíproco unia os dois países: de um lado, o interesse dos críticos literários franceses pela literatura russa — principalmente Tolstoi e Dostoievski — e, de outro lado, a admiração da aristocracia intelectual russa em relação à cultura francesa⁶⁹. Novicow era adepto do organicismo e, como admirador e amigo de Gabriel Tarde, tentava convencê-lo a chegar a um consenso entre ambas as teorias. Maxime Kovalewsky (1851-1916), também intelectual russo, era historiador, antigo professor de Direito Público Comparado na Universidade de Moscou e membro correspondente da Academia de São Petersburgo. Na França, Kovalewsky foi um dos fundadores e vice-presidente da École Russe des Hautes Études Sociales de Paris, em 1901, estabelecimento fundado dentro da própria École des Hautes Études Sociales de Dick May. A aproximação entre os intelectuais russos e o pólo intelectual “livre” não é casual: a defesa do ensino “livre” por parte dos intelectuais russos, fruto da experiência de censura em seu próprio país, vinha ao encontro dos interesses dos intelectuais “livres” de Paris, que mantinham escolas privadas e sociedades científicas baseadas no mecenato social. O ensino privado envolvia, portanto, uma luta ao mesmo tempo política e intelectual, já que se tornava a forma institucional possível para várias figuras ou posições intelectuais — principalmente para o intelectual à antiga, pertencente ao pólo profissional, mas também para o intelectual militante e cioso de discutir temas não institucionalizados. Todos os que mantinham um pé no campo intelectual e outro na política também recorreram às redes e às instituições de Dick

⁶⁷ GUTNOV, Dmitri, “L’École Russe des Hautes Études Sociales de Paris”, *Cahier du Monde Russe*, vol. 43, nº 2-3, avril-sept., 2002, pp. 375-410.

⁶⁸ Ribot comenta com Espinas sua impressão em 1885: “Auditório quase inteiramente extra-universitário (esses são 7 ou 8). Há também 4 padres estáveis. A metade se compõe de estrangeiros russos (dos dois sexos), alemães, americanos, uma pequena romena, um japonês (estável), além desse público flutuante que chega a Paris de diversos modos. A Sorbonne chama esse ensino de “curso livre oficial” e preferia vê-lo em outro lugar... e eu também. Em suma, meu curso parece destinado à exportação” (p. 163).

⁶⁹ Em carta a Tarde, Novicow elogia a superioridade francesa em detrimento da russa durante o caso Dreyfus: “Se a consciência popular na França não pode aceitar a condenação de um único inocente e a consciência russa é perfeitamente indiferente à condenação de centenas de inocentes, o senhor pode apreciar o quanto a consciência francesa é superior à russa”, CHEVS, GTA 90.

May ou de René Worms, vinculadas pela mediação tanto dos intelectuais russos quanto do círculo de Lavissee⁷⁰.

O segundo grupo de colaboradores, que publicou entre quatro e dez artigos entre 1893 e 1912, pertence ao pólo filosófico e pedagógico, ou seja, ligado às redes de Dick May e de Lavissee: Émile Levasseur (9 artigos), G.-L. Duprat (8 artigos), Gabriel Tarde (7 artigos), Henri Hauser (5 artigos), Alfred Fouillée (4 artigos) e Maurice Bernès (4 artigos). Quase todos, com exceção de Tarde, tinham título de agregação em filosofia ou história e doutorado em letras e, apesar da distância geracional, adotaram um conjunto de práticas e de referências teóricas semelhantes. Pode-se dividir esse grupo em duas áreas principais: os portadores de título de agregação em história (Levasseur e Hauser) e os portadores do mesmo título em filosofia (Fouillée, Bernès e Duprat). Émile Levasseur (1828-1911) já foi apresentado no capítulo anterior: normalista e doutor em história, foi professor de liceu e posteriormente do Collège de France, da École Libre des Sciences Politiques e do Collège Libre des Sciences Sociales, além de ser ligado às redes dos economistas liberais e à Sociedade de Estatística, atuando como reformador da estatística pública⁷¹. Publicou obras na área de história do trabalho e da economia, mas também participou da reforma do ensino de geografia no primário, escreveu manuais sobre o ensino de geografia, de economia e de estatística e foi membro do Conseil d'Éducation Nationale. Respeitado pelos durkheimianos⁷², principalmente como historiador do trabalho, Levasseur parece ter encontrado na revista de Worms um novo estímulo para uma carreira avançada — ele completou 70 anos nos anos 90 — e passou a se dedicar à difusão de valores reformadores através de artigos sobre educação e cooperação, os dois temas em que publicou na revista. Levasseur foi quem provavelmente levou os leplayistas para a Revue — Émile Cheysson, Pierre du Maroussem, Anatole Leroy-Beaulieu, Georges Picot e Maurice Dufourmantelle — e quem deu à revista sua vocação “reformista” no sentido da economia social leplayista. Henri Hauser (1866-1946), argelino que veio para Paris ainda jovem, era normalista, doutor e professor de história (antiga, medieval e

⁷⁰ Além das escolas livres parisienses, outras escolas livres foram criadas na Europa nesse período: London School of Economics and Political Science (1898), a Nouvelle Université de Bruxelles (1900), École Libre des Sciences Sociales de Estocolmo (1900), a Faculty of Sociology na London University (1898), a École Libre des Sciences Sociales de Milão (1897).

⁷¹ Levasseur parece ter estado no Brasil, pois encontrei uma obra do autor sobre o país, chamada *Le Brésil*, Paris, H. Lamirault, 2^e éd., 1889, escrita por ele e pelo Barão do Rio Branco.

⁷² Cf. a resenha de sua obra *Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France avant 1789*, por F. SIMIAND, “Levasseur, É.: ‘Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France avant 1789’”, *L'Année Sociologique*, 1902. Cf. também citações de Dukheim às obras de Levasseur em seu prefácio à segunda edição de *De la Division du travail social*, Paris, P.U.F. 1987.

moderna) e de geografia nas universidades de Clermont-Ferrand, Dijon e Sorbonne⁷³. Historiador da economia, do trabalho e da educação, como Levasseur, Hauser foi indicado por Alfred Espinas para ocupar sua própria cadeira depois que as críticas de Bouglé ao organicismo esfriaram as relações entre os dois⁷⁴. Candidato apoiado por Lavissee, Hauser foi eleito para a Sorbonne, em 1919, aos 53 anos, o que era de se esperar, já que desde o início do século ele participava dos meios ligados a Lavissee e à reforma do ensino superior. Hauser não participou das redes leplaystas, o que é coerente com sua visão da “economia social” como algo acima e além da economia política (no mesmo sentido de Gide), ou seja, não redutível à abordagem liberal clássica. Algumas práticas e convicções permitem posicioná-lo no pólo pedagógico-político, entre as quais sua preferência pela classificação das ciências sociais de Seignobos contra a dos durkheimianos — grupo que, segundo ele, queria monopolizar as ciências sociais⁷⁵. Segundo essa classificação, as ciências sociais são constituídas pelas seguintes áreas do conhecimento:

- “Estudo do homem e de seu meio (fisiologia, antropologia e geografia);
- Ciências da vida material das sociedades (história comparada, economia política, história e geografia econômica, direito comercial);
- Ciências das instituições sociais (direito privado, educação, economia social e história social, história dos costumes);
- Ciências da vida intelectual e moral da sociedade (literatura, arte, tecnologia, ciência, religião, moral, história da ciência, da filosofia e psicologia social);
- Ciência política (política, história política, direito constitucional e administrativo, história das relações internacionais);
- Ciência geral da constituição e do desenvolvimento das sociedades”⁷⁶.

Essa classificação é reveladora das influências teóricas e doutrinárias. Pode-se identificar a forte influência do naturalismo de Taine (a raça, o meio físico e a circunstância), da economia social de Le Play, modificada por Gide (cooperativismo e educação), da história das civilizações, atualizada pela psicologia social e filosófica de Tarde, da economia liberal e,

⁷³ Henri Hauser veio ao Brasil nos anos 30, numa das missões organizadas por Georges Dumas, entre 1934 e 1939, e foi professor da cadeira de História Moderna na Universidade do Distrito Federal. Cf. verbete “(Le) Brésil dans les années 30”, JULLIARD, J. – WINOCK, M. (org.), *Dictionnaire des intellectuels français*, Paris, Seuil, 2002, p. 218.

⁷⁴ Cf. Polêmica entre Bouglé e Espinas, na *Revue Philosophique*, em artigos, respectivamente, de 1900 e 1901.

⁷⁵ Às vésperas da polêmica entre Durkheim e Seignobos sobre a sociologia e a história, Hauser escreve um artigo sobre o ensino de ciências sociais e ironiza a suposta ambição desmedida dos sociólogos que querem se apropriar de domínios já conquistados por seus companheiros, referindo-se explicitamente ao artigo “Sociologie” de Mauss e Fauconnet na *Grande Encyclopédie*, de 1901. HAUSER, H., “Essai d’une définition et d’une classification des sciences sociales”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1902, p. 32.

⁷⁶ HAUSER, H., art. cit., p. 32.

por fim, da síntese evolutiva, ou seja, Spencer. Ora, essa classificação lembra a concepção de ciências sociais de Worms, que considera a sociologia uma síntese filosófica baseada nas ciências sociais particulares. A preocupação de Hauser, ao adotar essa classificação, em 1902, era resguardar o domínio das disciplinas ou ciências já existentes (biologia, economia, história, filosofia e direito), razão pela qual sua concepção de ciências sociais é uma espécie de “filosofia da ciência”, assim como no caso de Worms. Contra o leplaysta Paul de Rousiers, que pretendia definir as novas ciências pelo “método de observação”, Hauser não exclui a “metafísica social” e a “filosofia social” do campo das ciências sociais, sinal de sua concepção eclética e conservadora em termos teóricos. Além disso, sua adesão à psicologia social pode ser atribuída à defesa do papel do indivíduo na história, visão típica do elitismo que alimentava o pólo pedagógico e que se baseou nas teorias de Tarde. Ao admitir a importância das “instituições” e mesmo a possível existência da “perigosa consciência coletiva”, Hauser reiterava que *toda inovação na história tem início quando um homem isolado faz algo novo, posteriormente imitado pelos outros*⁷⁷. Hauser será tardeano à medida que as idéias de Tarde lhe permitem defender o domínio da história contra a sociologia, ou seja, porque a teoria da invenção lhe permitia atribuir um grande papel às elites educacionais, tese bastante apropriada ao meio pedagógico em que convivia⁷⁸.

Alfred Fouillée (1838-1912) tem uma trajetória de preocupações pedagógicas e, como Levasseur e Hauser, uma longa carreira de escritor de manuais escolares. Nascido na província, chegou a Paris com o auxílio de educadores e políticos, fazendo curta carreira na École Normale Supérieure e vivendo de suas publicações. Alcanista desde o início, sua colaboração às iniciativas de Worms representou uma nova oportunidade de combater o “materialismo moral” durkheimiano e de defender o “voluntarismo”, ou seja, sua teoria das “idéias-força” em ciências sociais. Como a base de seu reformismo é a educação, sua adesão à psicologia tardeana se explica, da mesma forma que no caso de Hauser, porque ela cumpre os requisitos da “ciência” sem perder a necessária abertura às disciplinas tradicionais (no caso, à filosofia) e, além disso, funciona como ideologia para a ação político-pedagógica. A psicologia social de Fouillée é marcadamente elitista — o “caráter de um povo” é determinado pelo estudo das realizações das elites (invenções, na linguagem de Tarde)

⁷⁷ Apud BERR, Henri, “L’enseignement des sciences sociales, à propos d’un livre récent”, *Revue de Synthèse Historique*, 1903, p. 244. A “psicologia social” é um tema freqüente na revista de Berr. Esse debate está presente na revista através da crítica de F. Simiand a Seignobos e a Paul Lacombe, debate no qual Henri Berr toma uma posição intermediária, dado que para ele a ciência social deve também explicar e não apenas descrever.

⁷⁸ Cf. a polêmica sobre a relação indivíduo-sociedade em que Tarde denomina a teoria de Durkheim “realismo metafísico” e é seguido por Rauh, Herr, Andler, Hauriou, Saint Marc, Hauser, Fouillée, entre outros. BORLANDI, Massimo – MUCCHIELLI, Laurent (dir.), *La sociologie et sa méthode: les règles de Durkheim un siècle après*, Paris, L’Harmattan, 1995.

intelectuais e políticas. O quarto “pedagogo”, Marcel Bernès (1865-1946), é normalista, filho de normalista e neto do substituto de V. Cousin na Sorbonne. Seguiu a carreira de professor de liceu, afastando-se durante dois anos do ensino secundário para ministrar um curso “livre” de sociologia na Université de Montpellier. Autor preocupado com a pedagogia e a moral, participou da École des Hautes Études Sociales de Dick May e publicou em sua coleção e nos anais do congresso de ciências sociais. Publicou muito pouco, como era costume entre os professores do secundário, mas nos anos 90 escreveu alguns artigos contra Durkheim e em defesa da união entre moral e ciência, ou melhor, em defesa da subordinação da sociologia à filosofia, à metafísica e ao “subjetivo”⁷⁹. A defesa da “psicologia” para ele representava, portanto, uma tentativa de manter a dominação da filosofia e, com isso, dos professores do secundário sobre a formação dos professores de “ciências sociais”⁸⁰.

O mais novo colaborador de Worms, G.-L. Duprat (1872-1956) doutorou-se em letras, foi professor de filosofia no Liceu de Rochefort e professor da Université Libre de Genève. Tornou-se, além de colaborador, editor assistente e revisor da *Revue Internationale de Sociologie*, onde publicou artigos sobre educação, moral e doutrina política, deixando os textos de psicologia fisiológica para a Alcan⁸¹. Sua visão das ciências sociais procurava mesclar a psicologia e a sociologia, Tarde e Durkheim, o que resultou no que ele denominou “psicologia social”, abordagem também adotada por Gaston Richard⁸². Richard se afastou do grupo durkheimiano por volta de 1907, mas até então havia sido um dos colaboradores assíduos de *L'Année* e quem substituiu Durkheim em Bordeaux, em 1902. A ruptura com Durkheim, contudo, já estava anunciada há alguns anos, desde que Richard se declarou um grande admirador de Tarde⁸³ e, uma vez nomeado, prometeu fazer a síntese entre ambos⁸⁴.

⁷⁹ BERNÈS, Maurice, *Revue Philosophique*, 1895.

⁸⁰ “Nós admitimos voluntariamente, com o senhor Alfred Fouillée, que a tarefa dos professores seria facilitada se todos tivessem recebido na universidade uma cultura filosófica e social bastante ampla”, BERNÈS, M., “L’enseignement moral-social dans l’enseignement secondaire en France”, *Congrès Internationale de l’Enseignement des Sciences Sociales*, 1900, p. 158. Basta lembrar-se da sugestão de Durkheim de excluir o curso de filosofia para compreender a luta.

⁸¹ Duprat também publicou na coleção *Bibliothèque Sociologique*, de Gaston Richard. Essa coleção era parte da *Encyclopédie Scientifique*, dirigida pelo Dr. Toulouse, e começou a ser publicada em 1907. Não por acaso a coleção surgiu na mesma época em que Richard rompeu com o grupo durkheimiano. O catálogo classifica as obras nas seguintes rubricas: “generalidades”, “sociologia comparada e etnografia”, “geografia humana e social”, “ciência dos costumes”, “ciência do Estado” e “Estética”, classificação bastante próxima à de Seignobos, adotada por Hauser, ou seja, a mesma de Worms.

⁸² GEIGER, R., *The Development of French Sociology*, op. cit., p. 193.

⁸³ Carta de Richard a Tarde, de 1896: “Com efeito, a teoria da assimilação, da qual a imitação (...) é o signo o mais visível, me parece no momento atual a hipótese mais simples para poder vincular os dois únicos dados sérios da sociologia; de um lado, os fatos de contágio psicológico atualmente observáveis e, de outro lado, a continuidade histórica. Ela se impõe notadamente à história da arte e ao historiador do direito. Dessa forma, a guerra que em nome da psicologia social se tenta liderar contra o ‘historicismo’ (*historisme*) perde todo o sentido”, CHEVS, GTA 90.

Richard combatia, como Tarde, a ênfase nos aspectos conflituosos da evolução social (a guerra ou a concorrência) dos adeptos de Spencer (ou dos darwinistas sociais) e a psicologia de Tarde permitiam introduzir um conceito de moralidade e de civilização mais voluntarista e humanista⁸⁵.

Esse segundo grupo de colaboradores de Worms, pertencente ao pólo político-pedagógico, pode ser sociologicamente considerado a partir de algumas características fundamentais das posições que ocupam no campo. Em primeiro lugar, a docência no ensino secundário era uma experiência que valorizava as disciplinas tradicionais — a filosofia e a história — na formação da moralidade social e de cujo prestígio suas carreiras dependiam. Em segundo lugar, eles eram escritores de manuais escolares e partícipes das reformas educacionais, assumindo em alguns casos cargos no governo, o que reforçava sua crença na transformação da moralidade social pela “vontade política”, um sistema de crenças do qual sua sobrevivência (social e intelectual) dependia. Como os ataques do grupo durkheimiano colocavam em perigo esse sistema de legitimação, era necessário, em terceiro lugar, somar teorias diversas, legitimadas pela tradição (Taine, Le Play e Spencer) de modo a valorizar o poder das “idéias” e de sua atração “simpática” contra as teorias do conflito e enfatizar a “liderança” e o “exemplo moral” contra as explicações de ordem institucional. A teoria psicossocial de Tarde atendia a esses requisitos, pois enfatizava o papel moral do pedagogo e não o das instituições políticas e sociais⁸⁶. Ora, esse tipo de teoria social pedagógica e baseada nas experiências imediatas pode ser dita ideológica, no sentido de fornecer uma resposta que permite reproduzir o sistema de crenças desse grupo e, ao mesmo tempo, subtrair a estrutura de poder que o sustenta. Essa estrutura é exatamente o grau de dependência desse grupo intelectual em relação ao campo político, dominado por Lavis, Liard e Buisson, e que de fato sustentavam suas carreiras intelectuais.

O terceiro grupo, mais representativo do que os anteriores pelo critério temático (aproximadamente 50 artigos), se refere aos temas típicos da “economia social”, ou seja, aos

⁸⁴ Carta de Richard a Tarde, de 1902: “Eu fiquei muito tocado pelas felicitações que o senhor me enviou por ocasião de minha nomeação — provisória — à cadeira de sociologia de Bordeaux. Eu me esforcei, mais ainda do que antes, para mostrar que um acordo é possível, necessário mesmo, entre as suas doutrinas psicossociais e o método inaugurado pelo senhor Durkheim. Meu curso desse ano terá por objeto uma visão de conjunto da psicologia social”, CHEVS, GTA 90.

⁸⁵ RICHARD, Gaston, “La notion d’arrêt de développement en psychologie sociale”, *Revue de Synthèse Historique*, 1902.

⁸⁶ Gabriel Tarde foi chamado, em 1897, por Ferdinand Buisson, titular da cadeira de Ciências da Educação na Sorbonne (que Durkheim ocupará) para falar sobre criminalidade juvenil. Tarde afirma que a juventude se torna criminosa porque ela imita os adultos, em primeiro lugar seus pais, as responsabilidades políticas ou legislativas tendo um papel secundário no processo. Para ele, é necessário investir mais no espírito religioso, familiar e patriótico através da educação moral.

grupos ligados aos herdeiros de Le Play, à Société d'Économie Sociale e ao Musée Social. Sua participação na revista é, por outro lado, muito mais pulverizada do que nos outros dois grupos, dada a grande quantidade de autores desse grupo (35 autores), o que dá uma média de aproximadamente 1,4 artigos por autor em vinte anos de revista. Os nomes mais importantes são Émile Cheysson, Anatole Leroy-Beaulieu, Georges Picot, Charles Gide, Maurice Dufourmantelle, não obstante eles tenham publicado apenas 7 artigos no total. Émile Cheysson (1836-1910), como vimos, foi aluno da École Polytechnique, engenheiro chefe de Ponts et Chaussées, professor de economia política na École Libre des Sciences Politiques e de economia industrial na École de Mines. Maurice Dufourmantelle († 1933) formou-se na École Libre des Sciences Politiques, fez o doutorado em direito e tornou-se advogado e secretário geral do Centre Fédératif pour la Propagation du Crédit Populaire e membro dirigente da Société Française des Habitations à Bon Marché. Anatole Leroy-Beaulieu (1842-1912) foi também professor na École Libre des Sciences Politiques e membro da Académie des Sciences Morales et Politiques. Foi um especialista em história da Rússia e, junto com Kovalewsky, pronunciou o discurso da sessão de abertura da École Russe des Hautes Études Sociales, em 1903, que funcionava no mesmo local que a École des Hautes Études Sociales de Dick May. Georges Picot (1838-1909), magistrado e membro da Académie des Sciences Morales et Politiques, foi um dos fundadores da Société Française pour les Habitations à Bon Marché. Finalmente, Charles Gide (1847-1932), o aliado de Dick May na fundação da École, tinha título de agregação em direito e foi professor das faculdades de direito de Bordeaux, Montpellier e Paris. Ao contrário dos demais, não era um leplaysta, mas conviveu proximamente com essas redes em várias instituições, congressos, exposições, associações livres etc.. Esses autores pertencem às redes da chamada “economia social” e é possível observá-los em ação conjunta em várias instituições. Picot, Cheysson, Leroy-Beaulieu e Dufourmantelle pertencem à Société de Législation Comparée e à leplaysiana Société d'Économie Sociale; Picot e Leroy-Beaulieu são colaboradores regulares da Revue des Deux Mondes; Cheysson, Picot e Anatole Leroy-Beaulieu são professores da École Libre des Sciences Politiques e membros da Académie des Sciences Morales et Politiques e, finalmente, Gide e Cheysson são padrinhos de G. Benoit-Levy, o autor que difundiu a idéia das “cidades-jardim”. A divergência nessa rede, apontada anteriormente, se dá pela definição legítima da “economia social”, inspirada pelo liberalismo clássico entre os primeiros quatro autores e, no caso de Gide, pelo “solidarismo” cooperativista, ou seja, a defesa das associações trabalhistas autônomas e a aceitação da intervenção do Estado.

O que caracteriza esse grupo, fundamentalmente, são os vínculos institucionais não estatais, a recusa ou a impossibilidade de uma carreira acadêmica clássica, bem como a opção pela “ação social livre”, ou seja, pela resolução de problemas sociais contemporâneos através de instituições privadas (cooperativa, bolsa-trabalho, cidade jardim, educação popular, habitação popular etc.). A lógica de funcionamento desse pólo, como já foi dito, se baseia numa ordem de prestígio social e não no volume do capital simbólico específico, o que significa que o capital de relações pessoais, preferencialmente hereditário ou ao menos adquirido na juventude (numa faculdade profissional ou associação patronal), é fundamental para ascender no campo. A *Revue Internationale de Sociologie*, para eles, não era um foro tão importante como para os pedagogos, dado que sua luta fundamental se dava diretamente na esfera do poder social e político, sem a mediação do campo intelectual. A disputa institucional pela hegemonia em ciências sociais entre, de um lado, a economia política e, de outro lado, a sociologia ou a psicologia, era secundária, ainda que ela estivesse implicada no debate mais premente pela autonomização da economia em relação ao curso de direito. Seu sistema de crenças, portanto, está baseado num “voluntarismo” muito mais acentuado do que no caso dos pedagogos, mas, por outro lado, como ele não se funda na legitimidade cultural ou moral e, sim, na capacidade técnica, sua produção intelectual utiliza instrumentos mais técnicos de análise social, tais como a estatística. Isso se expressa nas obras de “psicologia social” desse pólo (J. Bardoux, A. Leroy-Beaulieu, Boutmy), que priorizam o estudo da legislação ou da economia através do método comparativo. Finalmente, pode-se colocar a hipótese de que essas redes, mais publicistas e mais liberais, tenham sido constituídas por motivação religiosa, pois se sabe que Charles Gide, protestante, tentou construir uma espécie de cristianismo social e que Anatole Leroy-Beaulieu, católico, foi um dos primeiros a ver com bons olhos a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. É possível, portanto, colocar a hipótese de uma interferência da formação religiosa (e das instituições religiosas, como as universidades católicas e associações filantrópicas) na vocação desse grupo.

Conclui-se que as instituições de Worms tinham seu destino marcado pela ambigüidade, pois seus colaboradores defendiam a institucionalização de uma “disciplina” que supostamente não tinha objeto próprio e que deveria ser uma espécie de filosofia da ciência social. Uma das razões para essa tomada de posição foi o compromisso desses grupos, por razões diversas, com a preservação do prestígio e do espaço das disciplinas tradicionais (caso do grupo pedagógico) ou com a ação social direta (caso dos economistas sociais).

ALCAN, DICK MAY E AS CIÊNCIAS SOCIAIS MILITANTES.

Ao lado da respeitada *Bibliothèque de Philosophie Contemporaine*, Alcan criaria um cargo de direção e uma coleção de vulgarização — a *Bibliothèque Générale des Sciences Sociales* — para Dick May, a pedido de Alfred Croiset, reitor da Sorbonne. A história de Dick May é pouco conhecida. Sabe-se apenas que ela era alsaciana e filha de rabino, que seu verdadeiro nome era Jeanne Weill e que chegou a Paris sem muitos recursos. Suas relações com Croiset e, através dele, com Alcan, foram fundamentais para a ascensão no campo, pois ela se tornou íntima da família Alcan e conquistou posições muito acima do que o seu capital intelectual permitiria supor. Não se sabe até que ponto Alcan teria sido convencido por militância (religiosa ou política) ou se simplesmente cedeu ao pedido de um amigo, mas o fato é que ele convidou May para ser “secretária de redação” da *Bibliothèque*, o que já demonstra certo exotismo por se tratar de uma coleção e não de uma revista. Além disso, alguns anos depois May conseguiu publicar na Alcan uma revista de arte chamada *Athena*. A coleção foi fundada em 1898, em plena efervescência do caso Dreyfus, e os temas são típicos do pólo pedagógico (idealismo social, moral social, educação moral, filosofia solidária, ensino e democracia, moral e religião) e do pólo da economia social (assistência social, sondagens de opinião, higiene social, contrato de trabalho, habitação popular, direito de greve).

Uma questão metodológica se impõe na comparação entre a coleção de Dick May e as instituições de René Worms. Se a *editora* na qual cada um publica for considerada a referência mais importante para a definição das posições no campo, torna-se clara a oposição entre um pólo profissional, típico das redes do direito e da economia política (Giard et Brière) e um pólo pedagógico, típico das redes da filosofia e da psicologia (Félix Alcan). Por outro lado, a análise do *recrutamento*⁸⁷ da coleção de May e da revista de Worms mostra que há uma superposição entre as duas redes, ou seja, May recruta os mesmos autores que Worms nos três grupos descritos acima — com a diferença, na sua coleção, da menor participação dos russos (que publicam duas obras coletivas num total de 32 obras)⁸⁸.

Os colaboradores de May são recrutados entre os professores e palestrantes das duas escolas que ela ajudou a fundar, o *Collège Libre des Sciences Sociales* e a *École des Hautes Études Sociales*. No pólo intelectual estão os professores do secundário e alguns universitários pertencentes às redes de Lavis: Hauser, Tarde, Seignobos e Bouglé publicam obras

⁸⁷ Cf. o Anexo 8 – Tabelas de ocupação e profissão dos autores, por coleção.

⁸⁸ O catálogo consultado é de 1909, ou seja, dez anos após o início da publicação da coleção, o que dá uma média de 3,2 obras publicadas por ano. Cf. Anexo 7 – Catálogos das coleções.

individuais e Bernès, Gustave Belot, Alphonse Darlu, Brunshvicg, Buisson, Dauriac, Gide, Croiset, Xavier Léon, Boutroux, Seignobos, Lavissee, Lanson e Langlois publicam obras coletivas, feitas a partir de conferências na École. No pólo profissional aparecem os grupos leplaystas, da economia social ou do direito: Saleilles, Eugène Fournière, Pierre du Maroussem, Paul Strauss, E. Duclaux, Paul Bureau, J. Chastin e E. Vandervelde publicam obras individuais e A. Leroy-Beaulieu, Turot, Bellamy, Puech, Allier, Fagnot e Gide participam de obras coletivas. Os dois temas principais das “ciências sociais” — a educação e a economia social — estão representados de maneira proporcional, mas o número de obras coletivas é maior entre os pedagogos do que entre os profissionais em razão da lógica da publicação militante, atrelada às palestras na École des Hautes Études. Outra diferença importante é que, na coleção de May, a proporção de obras de teoria social é mínima, dado o público alvo da coleção.

Conforme declarou Alcan, o público alvo da Bibliothèque eram as classes populares⁸⁹. Não tenho dados sobre as tiragens da coleção, o que poderia precisar essa informação, mas aparentemente ela corresponde à finalidade original das escolas de Dick May e da universidade popular, dirigidas às classes populares. Por outro lado, sabe-se que as escolas de May não foram freqüentadas pelas classes populares, mas sim por estudantes de outros estabelecimentos de ensino, um deslocamento em relação ao projeto original que deve ter ocorrido também com o público alvo da coleção. A proposta de uma coleção popular não era condizente com o preço e o corte da folha — obras in-8º a 6 fr. eram caras para uma coleção dita “popular”. Na realidade, a coleção e a escola encontraram um espaço e uma função na conjuntura de politização estudantil no fim do século, pois elas ofereciam um fórum militante específico ao engajamento intelectual, paralelo ao das coleções sérias e ao do ensino universitário⁹⁰. A lógica militante do empreendimento talvez explique em parte a reunião dos de autores dos pólos intelectual e profissional na coleção, pois de ambos os lados se professava a moderação e, em consequência, se subscrevia o moderado manifesto de Apelo à União de Lavissee, mas não o Manifesto dos Intelectuais⁹¹.

⁸⁹ Carta de Gaston Richard a Gabriel Tarde, de 1896: “No mês de janeiro último, através da indicação do senhor Ribot, Alcan me pediu para escrever para a biblioteca útil um livro sobre o socialismo. Eu aceitei não sem hesitação e tentei compor um texto expondo a formação da doutrina socialista e as conclusões da ciência objetiva sobre as mesmas questões. Mas, além de ter ultrapassado o enquadre material dessa biblioteca, o senhor Alcan julgou que esse trabalho não era acessível *ao meio popular ao qual ele se destinava*. Eu aceitei sua oferta de fazê-lo aparecer na Bibliothèque de Philosophie Contemporaine, salvo a conclusão que eu não retoquei”, CHEVS, GTA 90 (grifo meu).

⁹⁰ PROCHASSON, Christophe, “Dick May et le sociale”, in CHAMBELLAND, Colette (dir.), *Le Musée Social en son temps*, Paris, Presses de l’École Normale Supérieure, 1998.

⁹¹ Colaboradores da coleção de May que subscreveram o Apelo à União, além da própria Dick May: Lavissee, Buisson, Tarde, Boutroux, Croiset, Darlu, A. Leroy-Beaulieu e Paul Bureau.

Por outro lado, a sobreposição do recrutamento das coleções de May e de Worms não se deve apenas à circunstância do caso Dreyfus, mas principalmente à dependência de ambos em relação às redes da Alcan e da Giard et Brière. Nesse sentido, sua lógica de funcionamento é a mesma e elas devem ser vistas como complementares mais do que como concorrentes, ambas posicionadas no pólo dominado das ciências sociais. Por outro lado, é inegável que a coleção de May, baseada na Alcan, tenha um ar “intelectual” e a de Worms expresse o compromisso maior com as redes profissionais. A capa da coleção de May segue o estilo Alcan: a letra combina o romântico, com serifa, e o moderno, sem serifa, com ares de autoridade intelectual, enquanto a capa de Worms, tanto pelo couro quanto pela letra dourada, exprime autoridade social⁹².

Pode-se dizer, portanto, que o ecletismo teórico das iniciativas de Worms e de May se explica em parte pela dependência de ambos em relação aos colaboradores disponíveis e aos editores de cujas redes recrutam, mas também deriva da tensão existente entre os mecanismos que asseguram a sobrevivência dessas redes⁹³. A educação pública e a filantropia privada estão referidas direta ou indiretamente às decisões governamentais que estabelecem a ordenação legítima das carreiras públicas e privadas das quais dependem. A ampliação da assistência social pública e dos direitos sociais em geral, tendência do Estado francês no período, ameaçava as associações privadas; ao mesmo tempo, o fortalecimento da universidade e da especialização disciplinar, tendência da política educacional, ameaçava as redes educacionais tradicionais. Worms e May foram porta-vozes desses anseios e representaram, inegavelmente, a tradição intelectual e social.

A coleção de May, apesar do apelo “popular”, era inacessível ao grande público; a de Worms, apesar do apelo “científico”, não legitimava intelectualmente seus colaboradores. Seus projetos, portanto, estavam fadados a perecer. O valor de escrever para um público ampliado não se refletiu em prestígio intelectual ou ganhos financeiros, mas tão somente em capital social, o que corresponde à lógica desse nível “intermediário” do campo. May não obteve o prestígio social de Worms, mas também não guardou o ressentimento de Le Bon porque suas expectativas estavam ajustadas às suas possibilidades.

⁹² Cf. o Anexo 6 – Capas das coleções. Como já foi dito, a série in-18° da Alcan custava apenas 2,50 fr.

⁹³ GEIGER, Roger, *The Development of French Sociology, 1871-1905*, op. cit., p. 195.

FLAMMARION, LE BON E A EDIÇÃO COMERCIAL.

A publicação científica não era especialidade de Ernest Flammarion, mas desde que seu irmão, Camille Flammarion, publicou *L'Astronomie populaire*, em 1880, obra que se tornou um best-seller, a editora decidiu lançar várias coleções de vulgarização científica. Uma delas, a coleção *Bibliothèque Scientifique Populaire* (depois *Bibliothèque Camille Flammarion*) tinha tiragem inicial de 20.000 ou 30.000 exemplares, o que mostra uma diferença significativa em relação à edição universitária, cuja tiragem inicial era, na Alcan, de 1.100 ou 2.200 exemplares. Essas publicações eram dirigidas tanto às classes burguesas, com edições de luxo a 25 fr., quanto às classes populares, vendidas por fascículo ao preço de 0,10 fr.⁹⁴ A editora Firmin-Didot tinha larga tradição nessa área, mas era mais culta e burguesa, editando clássicos tais como Cícero, Tucídides, Tito-Lívio, Voltaire, Rousseau e Diderot. A Flammarion também editava autores conhecidos, mas não tão “clássicos”, tais como Michelet e Goëthe, ou em vias de legitimação, como Drummont e Daudet. Para seus dicionários populares, costumava contratar jornalistas e não especialistas, caso do *Dictionnaire populaire de médecine* e do *Dictionnaire encyclopédique universel*. As duas editoras publicaram dicionários, enciclopédias, biografias, histórias da civilização, teatro, política, filosofia antiga, gramática, costumes etc. A família Firmin-Didot era tradicional no ramo da edição, impressão e livraria, enquanto Ernest e Camille Flammarion eram de origem modesta, camponesa e posteriormente comerciante, o que é significativo das posições distintas que ocuparam no espaço editorial⁹⁵. A Flammarion parece ter realizado, com suas edições a preços populares, uma revolução no mercado editorial, o que se pode atestar por uma carta de Le Bon a Flammarion comparando duas obras de sua autoria, uma editada pela Firmin-Didot e vendida a 30 fr. e outra pela Flammarion e vendida a 15 fr.: “O livro é tão belo quanto aquele sobre a Índia, que custa 30 fr., e estou seguro de que o Sr. Didot terá a mesma opinião. Ele vai considerar seguramente vosso preço de venda inacreditavelmente barato”⁹⁶.

Nos anos 80, Gustave Le Bon publicou uma série de obras sobre “história da civilização”, tema típico da edição de vulgarização científica e que tinha grande apelo visual, a edição composta por ilustrações de monumentos, paisagens, arte, utensílios domésticos e personagens exóticos. Le Bon publicou duas obras na Firmin-Didot — *La civilisation des Arabes* (1884) e *Les civilisations de l'Inde* (1887) — e uma na Flammarion, na coleção de

⁹⁴ PARINET, Élisabeth, *La Librairie Flammarion – 1875-1914*, op. cit., p. 229.

⁹⁵ Flammarion não foi um herdeiro, como Hachette, nem incorporou capital científico, como Alcan. De origem camponesa e modesta, construiu a editora a partir de uma lógica comercial. PARINET, É., op. cit., p. 16.

⁹⁶ Carta de Le Bon a Flammarion, 1888. PARINET, É., op. cit., p. 155.

Camille, chamada *Les premières civilisations* (1889). Para se ter uma idéia do investimento, a obra *La civilisation des Arabes*, por exemplo, contém 10 litografias e 366 gravuras (das quais 70 pranchas grandes), conforme está indicado na apresentação. A pretensão desse tipo de publicação era resumir séculos de história de um determinado povo em algumas centenas de páginas e volumes, semelhante a uma enciclopédia ilustrada. O método seguido é o da descrição naturalista de tipos e paisagens (raça, meio geográfico, hereditariedade física e psicológica) e, em seguida, das instituições políticas e da psicologia dos grandes personagens políticos. A psicologia “científica”, baseada na idéia da hereditariedade de um povo, e a psicologia dos grandes homens, que visa caracterizar traços do comportamento ou da personalidade individual, convivem pacificamente nesse tipo de obra. As obras de Le Bon são orientadas, desde essa época, por uma pergunta clássica, nos moldes do século XVIII: inquirir sobre as causas da grandeza e da decadência de uma civilização.

Desde os anos 70, Le Bon participava do mundo da edição comercial e da ciência de vulgarização, quando escreveu manuais de primeiros socorros e outros panfletos na área de medicina prática. De origem social pequeno-burguesa — seu pai era um pequeno funcionário público (“fiscal de hipotecas”) de província — chegou a Paris já adulto e conseguiu convencer o Dr. Piorri a lhe dar um certificado do curso de “medicina prática” sem, contudo, ter cursado todos os quatro anos necessários⁹⁷. Viveu desde essa época de sua própria pena, o que exigia um investimento enorme em relações pessoais e contatos editoriais. Tornou-se diretor de coleção na Flammarion aos 60 anos, em 1902, após ter tido sua proposta recusada por Félix Alcan. É significativo o fato de Alcan, o primeiro editor consultado por Le Bon, ter recusado a idéia, o que pode ser explicado pelas relações pessoais entre eles, tensas desde 1898, em razão do caso Dreyfus⁹⁸, mas também pela linha editorial da coleção, um projeto de vulgarização científica que poderia comprometer a legitimidade de Alcan no campo universitário. Além disso, a coleção de Dick May, cujo capital de relações universitárias era muito mais sólido do que o de Le Bon, já cumpria o papel de publicação militante para um público ampliado.

O estilo “grande público” marcou profundamente as obras de Le Bon, mesmo as pretensamente “sérias”. Ele não se preocupava com as citações, créditos ou referências bibliográficas; no lugar do método preferia a generalização jornalística e o empirismo ingênuo; politizava discussões de ordem especializada e apelava para imagens literárias e

⁹⁷ MARPEAU, Benoît, *Gustave Le Bon: parcours d'un intellectuel (1841-1931)*, Paris, C.N.R.S., 2000.

⁹⁸ A relação entre Félix Alcan e Le Bon parece ter sofrido um desgaste sério por ocasião do caso Dreyfus, numa discussão em que, segundo a filha de Alcan, ele teria expulsado Le Bon de seu escritório. TESNIÈRE, V., *Le Quadrige*, op. cit., p. 138.

termos da linguagem corrente. Todos esses elementos publicitários estão presentes nas publicações de Le Bon, tanto na Alcan quanto na Flammarion ou na Firmin-Didot, e não é difícil imaginar que esse estilo tenha levado à produção de *best-sellers* em razão de sua vocação à facilitação do texto visando o leitor não especializado. Por oposição ao circuito de canonização no longo prazo, através do sistema escolar, o circuito de curto prazo ao qual Le Bon pertencia devia muito menos à universidade do que ao mundo da edição. Nesse sentido, pode-se dizer que Le Bon e Durkheim estão posicionados em pólos opostos no campo intelectual, lógica comercial e lógica simbólica, reconhecimento pelo público amplo ou pelos pares, os dois extremos da heteronomia e da autonomia em ciências sociais⁹⁹. Segundo Tesnière, um indicador editorial que mede a diferença entre os autores “clássicos” e os de sucesso mundano é o ritmo e o volume das reedições de suas obras: os futuros “clássicos” tendem a ter um começo difícil, mas, posteriormente, as reedições se intensificam e se mantêm num ritmo constante ao longo de décadas; por oposição, os *best-sellers* têm uma vendagem altíssima nos primeiros anos, com várias reedições anuais, mas após uma ou duas décadas desaparecem do catálogo. Esse é exatamente o caso de Le Bon. Sucesso imediato, como Max Nordau, Edmond Demolins e outros publicistas, ele desapareceu dos catálogos após os anos 20, momento em que assumiu definitivamente, ao lado da carreira de escritor, a de publicista da grande imprensa.

A obra e o estilo polêmico de Gustave Le Bon geram ainda hoje avaliações bastante divergentes e que podem ser ilustradas pelas críticas à coleção Bibliothèque de Philosophie Scientifique. Parinet considera a coleção de Le Bon de “alto nível”, a “primeira coleção científica, metódica e homogênea”, além de ser prestigiada pelo perfil de seus colaboradores, “os maiores nomes da universidade”. Mesmo reconhecendo o caráter generalista da coleção, ela afirma que “(...) o fim perseguido não é a vulgarização do conhecimento. Trata-se preferencialmente [para Le Bon] de tomar distância em relação à massa de conhecimentos científicos e de desenvolver idéias gerais que permitam ao homem *instruído* assimilar a base das descobertas científicas e integrá-la à sua visão de mundo”¹⁰⁰. Tesnière faz uma avaliação bastante diferente sobre a mesma coleção: a Bibliothèque teria um escopo de temas muito amplo e ao mesmo tempo pouco sólido; seus títulos não focalizariam problemas científicos e buscariam atrair prioritariamente o público *não iniciado*. Mesmo quando escrito por

⁹⁹ SAPIRO, Gisele, “Les formes de l’engagement dans le champ littéraire”, *Mouvement Sociale*, 2007, p. 120. Como afirma Sapiro, as relações entre o pólo heterônimo dominado e o pólo autônomo dominante são raras. Durkheim cita Le Bon uma única vez em sua obra e Le Bon nunca mencionou Durkheim. SAPIRO, G., “Réseaux, institutions et champ”, in DENIS, B. (éd.), *Les réseaux littéraires*, Paris, Leci/Ciel, 2006, p. 51.

¹⁰⁰ PARINET, É., op. cit., pp. 235 e 243.

universitários, seriam obras militantes, generalistas e introdutórias. A autora conclui que a vantagem de Le Bon seria o sistema de distribuição da Flammarion, que permitia tiragens iniciais de 3.000 exemplares ¹⁰¹.

A relação entre Le Bon e o campo universitário é complexa e, conseqüentemente, não é fácil avaliar a legitimidade de sua coleção no campo das ciências sociais. Por um lado, sua posição marginal no campo gerou ressentimentos, desentendimentos e um combate militante à “razão acadêmica” que prejudicou seu capital de relações universitárias. Ele considerava abertamente os universitários como gente pedante e submissa ao poder político, além de defender teses incômodas para as elites republicanas. Le Bon rompeu com a Sociedade de Antropologia, em 1888, em razão de seu conceito de raça; rompeu igualmente com a Sociedade de Geografia porque defendia a inviabilidade da educação das raças inferiores pelo contato com as superiores; rompeu com Lavissee por causa de um artigo da *Revue de Paris* que não o citara; rompeu com Félix Alcan por ocasião do Caso Dreyfus etc.. Não obstante a longa lista de conflitos, Marpeau afirma que Le Bon era menos marginalizado do que ele próprio o declarava, dado que teve a trajetória sustentada por uma rede de relações pessoais nos meios intelectuais dominantes. Uma de suas estratégias mais importantes foi a animação de dois salões intelectuais ao longo de trinta anos — *Le Banquet des XX* e *Les déjeuners du mercredi* — que, apesar de informais, adquiriram um relativo grau de institucionalização pela perenidade e fidelidade dos participantes. Esses salões representaram para a coleção de Le Bon o que a *École* e o *Collège* eram para a coleção de Dick May e a *Revue Internationale de Sociologie* para a coleção de Worms: uma base institucional de recrutamento de colaboradores¹⁰². A lista do *Banquet des XX*, de 1906, revela que a freqüência de universitários está longe de ser majoritária: dos 45 membros freqüentadores das reuniões, apenas 7 eram professores universitários — Dastre, Ch. Diehl, Jules Héricourt, Émile Picard, Henri Poincaré, Pozzi e Th. Ribot — 3 da área médica, 2 matemáticos, 1 historiador e 1 filósofo. O restante dos freqüentadores, como seria de se esperar, eram políticos e homens de Estado (15 membros, entre os quais 3 do exército), publicistas (5 membros, entre os quais Camille Flammarion e Firmin-Didot), patronos de sociedades científicas (6 membros) e artistas (3 membros).

Grande parte dos freqüentadores do banquete publicou na coleção de Le Bon, entre os quais os diretores de duas revistas importantes, a *Revue Scientifique* e a *Revue Philosophique*,

¹⁰¹ TESNIÈRE, V., *Le Quadriège*, op. cit., p. 177.

¹⁰² MARPEAU, Benoît, *Gustave Le Bon*, op. cit., 2000. As listas dos membros do *Banquet des XX*, de 1906, 1907 e 1928, estão publicadas apenas na sua tese. Cf. MARPEAU, G. *Parcours et stratégies d'un lettré au tournant du siècle: Gustave Le Bon (1841-1931)*, tese de doutorado, Université de Lyon II, 1997, pp. 522-5.

ambas editadas por Alcan¹⁰³. Théodule Ribot e Jules Héricourt tiveram um papel fundamental em sua carreira, pois abriram suas revistas para Le Bon e, com isso, sua rede de relações universitárias, além de difundir positivamente sua obra em resenhas críticas das revistas e mesmo no Instituto. É possível identificar, na coleção de Le Bon, nomes pertencentes à rede de Ribot e da Revue Philosophique, tais como Boutroux, Janet, Binet, Vaschide e Bergson¹⁰⁴. Por outro lado, não se pode negar que mesmo as pessoas próximas, principalmente do meio universitário, tomaram distância em relação às suas iniciativas, o que se observa, por exemplo, pelo fato de Ribot considerar o banquete de Le Bon algo ultrapassado¹⁰⁵. As relações entre Le Bon e os universitários são no mínimo ambíguas e as afirmações de Le Bon não facilitaram uma aproximação maior. Logo na introdução de *Psychologie de l'éducation* (1902), obra que inaugura sua coleção na Flammarion, o autor retoma um combate de pelo menos uma década: a universidade forma, segundo ele, pessoas sem independência intelectual e que reproduzem mecanicamente o que aprenderam sem nenhuma reflexão¹⁰⁶. Por oposição ao público restrito da universidade, ele valoriza sua posição estampando o número de reimpressões de suas obras, numa clara demonstração de sua ascendência sobre um público mais amplo e supostamente mais “livre” do que o universitário.

O catálogo da Bibliothèque de Philosophie Scientifique é dividido em três grandes áreas do conhecimento — “Ciências físicas e naturais”, “Psicologia e filosofia” e “História”. O próprio Le Bon publicou doze obras na coleção, nas três seções do catálogo; quase todas as obras de psicologia foram publicadas na seção “Psicologia e filosofia”, com a exceção de *La Révolution Française et la psychologie des révolutions* (1912), publicada na de “História”¹⁰⁷. A classificação da coleção é significativa, em primeiro lugar, porque a coleção abrange várias

¹⁰³ “Em 1908, quarenta e um títulos foram publicados. Entre eles, dez, ou seja, um quarto, foram escritos por cinco autores que faziam parte do Banquet des XX”. São eles: Le Bon, Henri Poincaré, Dastre, Héricourt, Picard. MARPEAU, B., op. cit., p. 164. Segundo Marpeau, “Le Bon, prejudicado pela falta de bagagem universitária, constrói sua posição no campo intelectual ao se apoiar sobre um componente relacional forte. A organização de suas reuniões regulares visa evidentemente reforçar e tornar perene seu sistema de relações. Le Bon toma o cuidado de integrar nessas reuniões diretores de revistas importantes.” MARPEAU, B., “Gustave Le Bon et le monde des revues au tournant du siècle”, *La Revue des Revues*, nº 29, 2000, p. 72.

¹⁰⁴ Cf. o Anexo 8 – Tabelas de ocupação e profissão dos autores, por coleção.

¹⁰⁵ Carta de Ribot a G. Tarde de 1898: “Eu agradeço o convite. (...) o banquete de Le Bon é a sobrevivência única de um tempo longínquo, e será que vai durar por muito tempo?”, CHEVS, GTA 90. Esse comentário é curioso porque os estudiosos consideram que ambos eram organizadores dos jantares.

¹⁰⁶ “Esta obra teve muitos leitores. Suas numerosas edições e suas traduções em muitas línguas o provam. Contudo, sua influência sobre os universitários permanece fraca. (...) Da escola primária ao ensino superior, o jovem francês só faz recitar lições. Raros espíritos independentes escapam à influência universitária, mas a grande massa dos alunos guarda uma marca funesta por toda a vida. E é por isso que, se temos na França um pequeno núcleo de homens superiores, (...) os homens médios, verdadeiros sustentáculos de uma civilização, nos fazem cada vez mais falta”, LE BON, Gustave, *Psychologie de l'éducation*, Paris, E. Flammarion, 1902; ed. de 1914, pp. 1 e 3.

¹⁰⁷ Cf. Catálogo da editora Ernest Flammarion.

áreas do conhecimento e não apenas as ciências sociais; em segundo lugar, porque a psicologia aparece ao lado da filosofia e não como uma seção autônoma; e, finalmente, porque nenhuma seção é denominada “ciências sociais”, “psicologia social” ou “sociologia”. A classificação é conservadora, pois não incorpora as inovações teóricas ou terminológicas da década de 90, o que corresponde ao espírito comercial da coleção e da editora.

A *Bibliothèque de Le Bon* foi um fenômeno editorial, o que se observa pela comparação com as coleções dirigidas por May e Worms. Enquanto as últimas eram vendidas, respectivamente, ao preço fixo de 6 fr. e ao preço médio de 7 fr., ambas in-8°, a de Le Bon era vendida a 3,50 fr., formato in-18°, com uma tiragem inicial de 1.500 exemplares e, pouco tempo depois, de 3.000 exemplares. Por oposição às coleções de May e de Worms, o investimento de Le Bon se insere numa lógica comercial, seu contrato com a editora estabelecido com referência ao montante das vendas — 0,15 fr. sobre o preço de venda até 1.500 exemplares e 0,25 fr. para os seguintes, o que dava ao autor entre 600 fr. e 1.100 fr. por cada novo título¹⁰⁸. A própria capa da coleção revela seu espírito comercial, pois o papel e a qualidade da impressão são bem inferiores ao das outras coleções¹⁰⁹. A publicação científica pode se tornar um bom negócio quando consegue grandes tiragens, uma vez que ela segue a tradição de baixa remuneração do autor, mais preocupado com o retorno simbólico e muitas vezes financiando a própria edição. O valor pago aos autores na Flammarion era de aproximadamente 0,35 fr. por exemplar, o que representava 10% do preço de capa (3,50 fr), o que correspondia ao valor médio pago a um autor de coleção especializada, tradicionalmente baixo¹¹⁰. Até 1914, a coleção publicou 112 títulos e vendeu 650.000 volumes, uma média de 10 títulos por ano, enquanto May publicou 3 títulos e Worms 5 títulos ao ano.

Segundo Parinet, apesar dessa política editorial, Le Bon conseguiu manter um nível de recrutamento majoritariamente universitário: entre os 85 autores que escreveram em sua coleção, apenas 15 não teriam título acadêmico ou universitário. Esse número, contudo, deve ser relativizado. Considerando o catálogo de 1914, as duas seções que nos interessam — “Psicologia e Filosofia” e “História” — apresentam uma participação baixa de universitários¹¹¹. Na primeira rubrica, graças aos contatos de Le Bon com as redes de Ribot, estão presentes nomes como os de Alfred Binet, Pierre Janet, Henri Bergson e outros universitários, num total de dois terços dos títulos; na seção de “História”, por outro lado, essa

¹⁰⁸ PARINET, É., op. cit., p. 238.

¹⁰⁹ Cf. o Anexo 6 – Capas das coleções.

¹¹⁰ Le Bon faz a seguinte proposta a Georges Renard: “As condições do editor são as seguintes: o autor recebe 1.000 fr. no dia do lançamento de seu livro e 10% do preço de capa sobre as edições seguintes”, *Bibliothèque de la Ville de Paris*, fundo Georges Renard. Cf. PARINET, É., op. cit., p. 239.

¹¹¹ Cf. Anexo 10 – Tabelas de ocupação e profissão dos autores, por coleção.

proporção cai para um terço dos títulos. Se se considera o catálogo de 1931, ano da morte de Le Bon, a proporção é a mesma para as duas seções. Essa diferença se explica porque, enquanto as redes de Ribot alimentavam a rubrica “Psicologia e Filosofia”, Le Bon não tinha boas relações com os historiadores, o que se expressa no catálogo de 1914: entre os 24 colaboradores dessa rubrica, 9 eram políticos, militares ou nobres¹¹².

A escolha dos temas, da abordagem e dos autores não reflete apenas o espírito comercial, mas também as disposições militantes de Le Bon. Suas obras de ciências sociais combatiam veementemente o socialismo, o que se refletia sobre a coleção porque Ernest Flammarion, não tendo capital intelectual, delegou a ele as decisões de política editorial, conforme consta das negociações. As cartas trocadas entre Le Bon e Georges Renard são um exemplo dos critérios ideológicos que nortearam as escolhas de Le Bon e, ao mesmo tempo, revelam a polarização entre a lógica do especialista e a lógica do generalista, a do universitário e a do publicista, a do pólo autônomo e a do pólo heterônomo das ciências sociais¹¹³. Renard entrou em primeiro lugar na École normale supérieure, em 1867, e se tornou um especialista em história do trabalho, ocupando a cadeira do mesmo título criada para ele no Collège de France. Por outro lado, afirmava claramente suas convicções socialistas: foi fundador do sindicato dos jornalistas socialistas e diretor da *Revue Socialiste* ao longo dos anos 90¹¹⁴. Le Bon lhe encomendou uma obra sobre as “democracias italianas” antigas e Renard propôs dar destaque à história de Florença, sua especialidade, o que Le Bon interpretou como propaganda socialista. As respostas de Le Bon à demonstração de independência intelectual de Renard são significativas. Nas primeiras cartas, as oposições são próprias ao campo intelectual: “Os especialistas são evidentemente cientistas bastante úteis, mas querendo dar precisão à história acontece freqüentemente de suprimirem suas linhas gerais. (...) Nós somos obrigados em nossa coleção a nos prender às generalidades (...)”. Em seguida, elas se tornam oposições políticas: “Não fazemos política em nossa coleção (...). As diferenças de meio e de raça criaram dessemelhanças profundas. Acredito que o papel do historiador seja colocá-las em evidência e não apagá-las. Eu compreendi sua carta depois de ter lido seu livro socialista. Eu amo as ilusões, elas fizeram a história. Mas antigamente elas

¹¹² Como mostrou Marpeau, a aproximação entre Le Bon e a elite militar se torna uma dimensão importante de suas idéias, que oscilam entre o liberalismo clássico e outro autoritário — o exército colocado como modelo de disciplina, de educação moral e de coesão social.

¹¹³ Marpeau faz uma análise detalhada dessas cartas. Limito-me aqui a mencionar os conteúdos que interessam para mostrar as polarizações do campo. Cf. MARPEAU, B., “Gustave Le Bon et les universitaires: fragment de correspondances”, *Cahier Georges Sorel*, nº 16-17, 2000, pp. 177-90.

¹¹⁴ MARPEAU, B., *Gustave Le Bon*, op. cit., p. 182. Cf. também MARPEAU, B., “Gustave Le Bon et les universitaires: fragment de correspondances”, art. cit. As cartas podem ser consultadas na *Bibliothèque de la Ville de Paris*, fundo Georges Renard.

só tinham os alucinados como defensores, enquanto hoje são os professores que a defendem”. A resposta final de Renard parte da distinção entre os campos intelectual e político e atribui a Le Bon a politização de um assunto científico: “Creio que a fobia socialista lhe tira a sã apreciação das coisas. Considerar como um livro de propaganda política um volume que trataria das corporações em Florença e das repercussões da vida econômica sobre a vida dos partidos. Deixe-me rir e terminar nossa correspondência (...)” Essa correspondência permite diferenciar os engajamentos no meio das ciências sociais: os intelectuais socialistas eram normalistas e professores universitários, ou seja, dominantes no campo intelectual e por isso estavam livres para separar as esferas que Le Bon, dominado, precisava reunir. A militância de Renard é coletiva e se dá através da criação de instituições profissionais, mas valoriza o capital cultural do especialista, enquanto a de Le Bon, individual, submete o conhecimento aos valores políticos sem mediação¹¹⁵.

Se, de um lado, o discurso de Le Bon perdia legitimidade nos meios universitários conforme progredia a autonomização do campo, por outro lado, essa perda é muito maior no pólo intelectual do que no pólo profissional e de ciências exatas¹¹⁶. Os universitários que se mantiveram próximos a Le Bon são médicos, físicos e matemáticos, mas não historiadores e filósofos. Isso significa que, como seria de se esperar, a figura que Le Bon encarna é mais legítima no pólo heterônomo da universidade¹¹⁷. Além disso, sua “exclusão” dos meios intelectuais se deve à perda de capital social nesse pólo, o que, como se viu, era uma estratégia fundamental para ascender como intelectual “livre” — e que Tarde soube realizar com maestria. A citação do próprio nome na obra de outros valia muito para os intelectuais “livres” que se construíram pelas suas publicações, o que pressupunha uma “simpatia” extra-acadêmica e, mesmo, independente da competência no campo. Finalmente, pode-se colocar a hipótese de que a adesão a valores políticos pouco republicanos tenha prejudicado sua carreira. Como intelectual “livre”, a adesão explícita a valores republicanos era mais importante do que o capital cultural específico, o que ajuda a explicar a ascensão de Tarde e de Worms em termos de prestígio social, ambos nomeados para a Académie des Sciences Morales et Politiques, enquanto Le Bon se manteve à margem mesmo no campo do poder social. Essas diferenças ficarão mais claras no capítulo seguinte, onde analiso o apoio fundamental do grupo ligado à psicologia experimental e filosófica na difusão da temática da psicologia social e, mais do que isso, na ascensão institucional desses autores.

¹¹⁵ SAPIRO, G., “Elementos para uma história do processo de autonomização”, art. cit., p. 97.

¹¹⁶ MARPEAU, B., “Gustave Le Bon et les universitaires: fragment de correspondances”, art. cit., p. 150.

¹¹⁷ Conforme Christophe Charle, no campo científico, a física e a matemática estão mais próximas do pólo profissional do que a biologia e a química.

REFLEXÃO SOBRE AS ESTRATÉGIAS EDITORIAIS.

A comparação das publicações de alguns autores tratados neste capítulo permite afirmar que às posições dos intelectuais no campo correspondem estratégias editoriais específicas¹¹⁸. Os autores posicionados no pólo universitário, posição dominante e autônoma, geralmente publicaram em poucas editoras, entre as quais a Alcan, a Hachette e a Colin, ligadas ao sistema educacional. Ribot, Durkheim e Espinas publicaram apenas na Ladrage, Alcan/Baillière e na A. Colin. Conforme se caminha para o pólo pedagógico, percebe-se que o número de editoras aumenta enormemente, assim como o número de publicações, dado que são autores que, em parte, vivem da escrita de manuais escolares ou de outro tipo de publicação de vulgarização científica. Fouillée, Hauser, Levasseur são exemplos dessa segunda estratégia editorial, publicando por volta de 40 obras em vida cada um. Conforme se caminha para o pólo profissional, percebe-se que o número de publicações sofre uma queda em relação ao pedagógico, pois são autores, tais como Cheysson, Boutmy, Worms e Demolins, cujas publicações são principalmente comunicações em eventos sociais (conferências, palestras, apresentações etc.) posteriormente publicadas na forma de artigo. Eles publicaram, em média, 13 livros em vida.

Gustave Le Bon e Gabriel Tarde são casos atípicos: Le Bon apresenta uma dispersão enorme de editoras até sua entrada na Flammarion, o que mostra a grande instabilidade de sua carreira até 1902, quando já tinha 60 anos de idade. Pertencente ao pólo comercial, ele precisava ter a produtividade de um escritor de manuais escolares sem, no entanto, conseguir atingir as vendagens desse tipo de publicação. Tarde, por outro lado, tem um perfil de publicação muito próximo ao de Durkheim e ao de Espinas, típico do pólo intelectual e universitário, com exceção de sua obra na Calmann-Lévy, de poemas, cuja edição ele comprou integralmente ao se arrepender da publicação. Se, por um lado, a carreira de magistrado lhe roubava o tempo que poderia dedicar à produção intelectual, por outro lado, dava-lhe a tranqüilidade de não precisar sobreviver dessa mesma produção. As possibilidades e as razões da ascensão dos psicólogos sociais no campo intelectual serão objeto do próximo capítulo.

¹¹⁸ Conferir Anexo 9 – Tabelas de editoras, por autor.

CAPÍTULO 3

PSICOLOGIA SOCIAL: UM GÊNERO MILITANTE — CONTEXTO, TRAJETÓRIAS E DEBATES

Este capítulo se propõe a compreender o significado do surgimento de obras de “psicologia social” na última década do século XIX na França. Compreende a publicação de obras e artigos como ações dotadas de significado eminentemente cultural, cujo sentido deve ser buscado a partir das posições ocupadas no campo intelectual. Considerando-se que o campo intelectual está em processo de autonomização, principalmente em razão da profissionalização de seu pólo universitário, localizo os psicólogos sociais no pólo heterônomo do campo, particularmente no pólo profissional e no pólo pedagógico. Em sua maioria, eles não tinham os títulos exigidos para uma carreira universitária — licença, agregação e doutorado — e, como “intelectuais livres”, eram mais dependentes dos mecanismos exógenos ou dominados no campo. Além disso, mesmo quando portadores de uma carreira clássica, eles sobreviveram como publicistas, o que significa que suas obras foram dirigidas a um público ampliado, abertura coerente com a lógica mais comercial e militante das obras.

A expressão “psicologia social” surgiu em meio aos debates sobre qual seria a disciplina hegemônica nas ciências sociais ao longo da última década do século e se opôs a várias outras matérias científicas concorrentes, tais como a economia e a sociologia, mas também a disciplinas tradicionais, tais como a história e a filosofia. Uma de suas principais marcas foi negar a importância das “instituições” como fator explicativo da história de um povo, pois isso permitiria recusar as abordagens mais “institucionalistas” do direito, da história e da sociologia: a “mentalidade coletiva” (“consciência nacional” ou “temperamento nacional”) deveria explicar as instituições e não o contrário. Além disso, a consciência de um grupo social poderia ser determinada por vários fatores: internos (a constituição física, hereditária ou mental do próprio povo) e externos (pelo contato ou imitação). Entre as causas “materiais” que identifica, as mais importantes são a “raça” e o “meio físico”, mas essa abertura ao naturalismo sempre foi moderada na psicologia social; as tipologias mentais construídas e as conseqüências sociais inferidas são extremamente idealistas e claramente ordenadas por um princípio doutrinário. No ímpeto de ocupar um espaço único, a psicologia

social procurou se distinguir da psicologia individual com base em um princípio fundamental: vários indivíduos reunidos produziram algo totalmente novo, resultado dessa própria vida coletiva. Como autores empiricistas, os “tipos” são construídos pela eleição aleatória de uma ou outra característica de um grupo social particular (ora as “classes superiores”, ora as “multidões”), o que dá margem a todo tipo de manipulação documental e de interpretação propagandística. Nesse período, esperava-se de um estudo de psicologia social descrições sobre a raça e o clima, mas também sobre artes, filosofia, religião e moral, os traços culturais considerados *expressões* do “espírito” coletivo ou *causas* desse mesmo espírito. A relação entre a psicologia social e o conceito de “raça” é bastante ambígua, pois de um lado alguns psicólogos criticaram o conceito quando utilizado pelos “darwinistas sociais”¹ — como é o caso de Fouillée em relação a Le Bon — mas, por outro lado, todos eles utilizaram o conceito, ainda que com algumas mediações: em primeiro lugar, o termo “raça” foi usado como sinônimo de “cultura”; em segundo lugar, aboliu-se a idéia de uma “raça pura” pela idéia de “raça histórica”, ou seja, miscigenada ao longo do tempo e, finalmente, minimizou-se o peso explicativo do fator “raça” em nome do “meio físico” ou do “meio social”².

Como o tema se presta a justificar ou condenar várias ações políticas e sociais, não é difícil identificar nas obras sua dimensão militante. Uma das estratégias dos psicólogos é escolher o grupo social adequado como representante da mentalidade (a ser criticada ou enaltecida) de um povo: as multidões ou “classes perigosas” são tematizadas com a intenção de promover uma visão negativa da nação, enquanto a escolha dos “grandes homens” implica uma visão mais otimista do espírito nacional³. Para todos os psicólogos, a diferenciação cultural era sinal de evolução social e, portanto, escolher as elites intelectuais como representantes do espírito de um povo era legítimo, ainda mais porque, pela teoria da imitação, as classes inferiores seriam elevadas pelo contato com as superiores. Essa escolha gerou dois gêneros de psicologia social: a “psicologia das multidões” e a “psicologia dos

¹ A expressão foi utilizada como uma crítica aos autores que enfatizavam a “luta pela sobrevivência” na evolução social. Entre os psicólogos, excetuando-se Le Bon, que fez largo uso da “luta entre raças”, todos os outros acreditavam que a civilização teria transformado a lógica da evolução e que o vínculo social seria explicado pela simpatia e não pelo conflito. Sobre o “darwinismo social”, além do clássico livro de CONRY, Yvette, *L'Introduction du darwinisme en France au XIX^e siècle*, Paris, J. Vrin, 1974, cf. REYNAUD-PALIGOT, Carole, *La République raciale, 1860-1930*, Paris, P.U.F., 2006, e BERNARDINI, Jean-Marc, *Le darwinisme social en France (1859-1918)*, Paris, C.N.R.S., 1997.

² A idéia de que há uma hierarquia entre as raças e que os brancos são superiores aos negros ou aos amarelos é hegemônica nesse período. A grande discussão era se os “superiores” poderiam incutir nos inferiores o espírito da civilização, algo que todo republicano admitia, além do mais porque justificava a colonização. Para Le Bon, contudo, isso era inviável. Outra diferença: Le Bon não aceitava que os europeus haviam se tornado uma única raça, enquanto que para todos os outros autores os europeus eram partes de uma mesma “raça” ou cultura.

³ CHEVALIER, Louis, *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e siècle*, Paris, Hachette, 1984.

povos”. Todas as psicologias, contudo, tinham uma preocupação de intervenção política e pedagógica, seja através da difusão do medo em relação às classes populares ou através da idealização do espírito de um povo. Além disso, todos os gêneros de psicologia social comungavam o pressuposto de que o comportamento desviante estava associado à regressão psicológica⁴, à perda da racionalidade, ao comportamento instintivo ou inconsciente⁵, ou seja, ao que está supostamente mais próximo da ordem “natural”, onde eles incluem as mulheres, as crianças e as classes trabalhadoras⁶. Se, por um lado, todos partiam de uma concepção evolutiva que afirmava o distanciamento progressivo da civilização em relação às determinações biológicas, a queda na natureza era uma possibilidade sempre aberta. O primeiro pressuposto permitia relativizar o peso do “fator antropológico” diante dos fatores culturais (língua, religião etc.) na determinação da mentalidade de um grupo social ou nacional, de acordo com os interesses do autor.

Os dois autores que priorizo neste capítulo são Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, pois são considerados pelos próprios contemporâneos os mais representativos da psicologia social. Contudo, com a finalidade de qualificar a posição que ocupam, analiso alguns autores que escreveram sobre essa temática, em particular Alfred Fouillée e Émile Boutmy, em razão de sua posição no campo e da relação que estabeleceram com os primeiros. Outros autores que poderiam interessar, pois escreveram sobre psicologia social, tais como René Worms, Gaston Richard, Augustin Hamon, Henri Fournial e Jacques Bardoux, não serão contemplados senão como posições referenciais no campo. Os raros estudos sobre a “psicologia social”⁷ nesse período mencionam ainda outros autores: Charles Letourneau, Alfred Binet, Raoul de la Grasserie, J. Delafosse, M. Campeano, A. Marie e Albert Abbo⁸. Num desses estudos, Claret afirma que o fracasso da institucionalização da psicologia social se deve a duas razões

⁴ O termo é do próprio período.

⁵ O termo “inconsciente” foi usado, na passagem do século XIX para o XX, como sinônimo de “instintivo” ou de ação “reflexa”. Cf. BINET, Alfred, “Avant-propos”, *L'Année Psychologique*, 1908, e JANET, Pierre, “Les actes inconscients et la mémoire”, *Revue Philosophique*, 1888.

⁶ “A multidão, entre as populações mais civilizadas, é sempre uma mulher selvagem ou uma faunosa, menos que isso, um bicho impulsivo e maníaco, juguete de seus instintos e de seus hábitos maquinais, às vezes um animal de ordem inferior, um invertebrado, um verme monstruoso em que a sensibilidade é difusa e que continua a agitar-se em movimentos desordenados depois de seccionada sua cabeça, confusamente distinta do corpo. Pois a ‘besta humana’ varia segundo cada espécie de multidão, e existe toda uma fauna humana, por assim dizer, a estudar”, TARDE, Gabriel, *A opinião e as massas*, São Paulo, Martins Fontes, 1997, p. 3.

⁷ Alguns estudiosos, como Claret e Favre, preferem a expressão “psicologia coletiva”, mas acredito que “psicologia social” seja um termo mais amplo e, além disso, mais utilizado à época pelos autores franceses. Scipio Sighele, autor italiano que escreve sobre psicologia das multidões nesse período, usa a expressão “psicologia coletiva” para se diferenciar da sociologia.

⁸ FAVRE, Pierre, *Naissance de la science politique en France, 1870-1914*, Paris, Fayard, 1989, e CLARET, Philippe, “Psychologie collective, psychologie des peuples et sciences politiques en France depuis 1870”, in GENEVIÈVE, V. – MICHEL, K. (dir.), *La psychologie des peuples et ses désires*, Paris, Centre National de Documentation Pédagogique – C.N.D.P., 1999.

principais: em primeiro lugar, porque a mudança da vocação da *École Libre des Sciences Politiques* para uma escola profissional teria impedido a continuidade e a expansão dos estudos de psicologia social e, em segundo lugar, porque o ingresso dos durkheimianos no campo e a força de seus ataques teriam impedido a autonomização de uma disciplina concorrente. Ora, a série de obras de psicologia social de Boutmy é de 1901 e 1902, enquanto a *École Libre* havia se tornado uma escola profissional muito tempo antes, ao longo dos anos 70. Quanto às supostas barreiras que a sociologia durkheimiana levantou contra a psicologia social, os fatos mostram que, ao contrário do que se supõe, os autores identificados com a “psicologia social”, como Gabriel Tarde, eram os mais favorecidos pelo poder político e intelectual, pois tinham apoio não apenas na administração pública, mas também no campo das ciências mentais. A neurologia, a psiquiatria, a psicologia individual, fisiológica e patológica avançavam no campo universitário, através da criação de laboratórios, congressos e publicações, e difundiam nesse movimento a psicologia social. Por volta de 1900, o IV Congresso de Psicologia em Paris criou, inclusive, uma seção específica para a “psicologia social” que, contudo, reuniu trabalhos sobre temas os mais diversos: criminalidade, gênio, motivações sociais, psicologia dos povos selvagens, epistemologia e psicologia social.

Apesar de reconhecerem a carência de unidade conceitual e de resultados científicos, Apfelbaum e Lubek preferem acreditar que a psicologia social e a obra de Gabriel Tarde foram marginalizadas e, por isso, caíram no esquecimento⁹. Apfelbaum sugere que o termo “social” e, com ele, a “psicologia social”, era uma “moda” nos anos 90, mas ainda assim enfatiza o interesse genuinamente teórico dos psicólogos sociais. O ímpeto desses estudiosos de construir uma “história da psicologia social”¹⁰, uma disciplina inexistente nesse momento, parece obnubilar a visão de outros possíveis benefícios que o estudo dessa matéria pode ter, principalmente para a compreensão do funcionamento do campo, e que não deveria ser reduzida a uma questão de “moda” nem a uma questão “teórica”. Laurent Mucchielli se opõe à interpretação de Apfelbaum e Lubek, pois segundo ele não se deve afirmar o fracasso da “psicologia social” em razão dos ataques dos durkheimianos, mas sim o seu absoluto sucesso

⁹ Para E. Apfelbaum “(...) a ação de Durkheim no movimento que vai acabar no reconhecimento e na visibilidade dos sociólogos não deixa espaço ao desenvolvimento de uma psicologia social autônoma e faz obstrução à emergência de um ‘grupo’ independente e institucionalmente visível”, APFELBAUM, Erika, “Origines de la psychologie sociale en France: développements souterrains et discipline méconnue”, *Revue Française de Sociologie*, nº 4, 1981, pp. 400-2. Cf. também LUBEK, Ian, “Histoire de psychologies sociales perdues: le cas de Gabriel Tarde”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, nº 3, juil.-sept., 1981.

¹⁰ Cf. também APFELBAUM, Erika, “Quelques leçons d’une histoire de la psychologie sociale”, *Sociétés Contemporaines*, nº 13, 1993; e “Les enjeux d’une histoire de la psychologie sociale”, *Revue de Synthèse*, vol. 4, nº 3-4, 1988.

através da própria obra deles¹¹. Mas Mucchielli incorre no mesmo equívoco dos autores anteriores e credita o sucesso ou o fracasso de uma teoria por uma questão simplesmente internalista: a sociologia teria se imposto, segundo ele, porque resolveu o problema “espiritual” sem cair na metafísica e, ao mesmo tempo, resolveu o problema “material” sem cair na fisiologia ou na hereditariedade. Ocupou, portanto, um espaço vazio entre a metafísica e a fisiologia. Ora, o problema, nesse tipo de explicação, é que outros tantos concorrentes também tentaram fazer a mediação entre “idealismo” e “materialismo”, entre “ciência” e “moral” e, no fundo, essa era a ambição de todos os envolvidos na criação das ciências sociais.

Por “psicologia social” entendo um conjunto de obras e artigos denominados por essa expressão e cujo significado não deve ser identificado àquele dado pelo grupo durkheimiano a essa expressão, dado que eles a utilizaram numa acepção distinta — ao ponto de Tarde ter alterado o nome de sua teoria para “interpsicologia” (ou psicologia-intermental), em 1899, com o intuito de se diferenciar da abordagem durkheimiana¹². Para Tarde, a expressão pretendia dar à sociologia um fundamento psicológico e, para Durkheim, ela tinha por função se diferenciar da teoria organicista. Ao contrário do que afirmam os estudiosos mencionados anteriormente, a psicologia social tardeana, até a morte de Tarde, tinha muito mais prestígio do que a sociologia durkheimiana e, em alguns meios científicos, como é o caso da “psicologia científica” e da “medicina mental”, ela manteve o prestígio mesmo depois da ascensão institucional da sociologia durkheimiana. Como se sabe, a psicologia social não foi institucionalizada como disciplina universitária. Ao longo do século XX, excluindo-se a cadeira de “psicologia coletiva” criada para Maurice Halbwachs, em 1944, no Collège de France, a primeira cadeira de psicologia social foi criada apenas em 1955, para Jean Stoetzel, mas segundo ele com um sentido diferente do que tinha para Gabriel Tarde e Gustave Le Bon¹³. A psicologia social também não deu origem a instituições científicas, não aglutinou

¹¹ MUCCHIELLI, Laurent, “Psychologie et sociologie en France, l’appel à un territoire commun: vers une psychologie collective (1890-1940)”, *Revue de Synthèse*, nº 3-4, 1994, p. 454. O autor cita a passagem conhecida de *Le Suicide* (1897) de Durkheim: “(...) não vemos inconveniente a se afirmar que a sociologia é uma psicologia, se se tomar cuidado de completar que a psicologia social tem suas leis próprias que não são as da psicologia individual”. O problema é que Mucchielli aproxima o conceito de “inconsciente” da psicologia fisiológica de Janet e de “inconsciente coletivo” que teria formulado Durkheim.

¹² As cartas trocadas entre C. Bouglé e D. Parodi a propósito da “psicologia social” são usadas para mostrar o quanto Durkheim estava cercado por adeptos da psicologia social. Essas cartas estão publicadas em BESNARD, Philippe (org.), “Lettres de C. Bouglé à D. Parodi”, *Revue Française de Sociologie*, 1979.

¹³ “Deve-se reconhecer, contudo, que com a ‘psicologia das multidões’ o estudo psico-sociológico dos fenômenos coletivos teve um começo ruim; e o lamentável sucesso de idéias assim lançadas sobre o público no fim do século XIX deformou as perspectivas por muito tempo, desencorajou as pesquisas e produziu injustamente o descrédito em relação à psicologia social de fenômenos coletivos em muitos cientistas”,

pesquisadores ou fundou uma revista especializada, nem deu origem a uma escola de pensamento. Portanto, a expressão deve antes ser considerada uma matéria efêmera, presente na grande imprensa e na literatura, mas também nas ciências mentais e sociais, neste último caso reflexo das posições intelectuais e da politização do campo intelectual nos anos 90.

DA PSICOLOGIA EXPERIMENTAL À PSICOLOGIA SOCIAL: ENTRE A MEDICINA E A FILOSOFIA.

Alguns discursos de autores legítimos no campo da “ciência mental” podem demonstrar a acolhida positiva da psicologia social em três momentos distintos da história do campo. Através deles é possível delimitar o enraizamento da expressão “psicologia social” e de seu conteúdo no contexto intelectual da época, bem como mostrar que o campo da ciência mental, apesar de sua institucionalização, manteve critérios mais flexíveis de delimitação do conhecimento científico. Muitos deles foram, aliás, os primeiros a analisar fenômenos coletivos com o instrumental da fisiologia e da psicologia individual.

O Dr. Jules B. Luys (1828-1897) foi colega de J. M. Charcot e, nos anos 70, realizou estudos sobre a patologia e a fisiologia cerebral, bem como sobre a histeria e a hipnose. Particularmente, ele se interessava pelo caráter puramente “automático”, ou seja, pela função puramente reflexa e neurológica dos fenômenos psíquicos, particularmente os emocionais, experimentados em estado hipnótico. O Dr. Luys tornou-se, em 1886, médico chefe do Hospital Charité, em Paris, e até esse momento era extremamente respeitado. Nesse período, contudo, ele se volta para uma prática radicalizada da hipnose e empreende experiências sobre a “sugestão medicamentosa” à distância que, avaliadas em 1888 por um comitê da Académie de Médecine, foram desautorizadas¹⁴. A partir dessa época até sua morte, o Dr. Luys se dedicou a pesquisas esotéricas e místicas, o que não era totalmente fora de contexto, já que é conhecido o fascínio de uma parte dos meios médicos pelo “inexplicável” no fim do século. Não por acaso ele escreve um artigo sobre a psicologia social e a multidão criminosa, em 1894, no qual aprova a teoria de S. Sighele e o artigo de Tarde sobre o mesmo tema na *Revue des Deux Mondes*¹⁵. O interessante é que o Dr. Luys formulou sua teoria da imitação e da

STOETZEL, Jean, “Les comportements dans les foules”, REYNIÉ, Dominique (coord.), *Masses et Politique*, in *Hermès*, nº 2, 1988.

¹⁴ PLAS, Régine, *Naissance d'une science humaine: la psychologie, les psychologues et le 'merveilleux psychique'*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2000.

¹⁵ LUY, Jules B., “Études de psychologie sociale”, *Annales de Psychiatrie et d'Hypnologie*, nº 6, 1894.

“psicologia das multidões” muito antes dos anos 90¹⁶. Em 1874, ele havia publicado uma obra sobre a imitação, de base fisiológica e patológica, e inferia daí uma psicologia social e das multidões¹⁷. A imitação, segundo ele, tem origem numa predisposição mental a imitar as pessoas próximas e a habituar-se ou conformar-se ao comportamento percebido¹⁸. Se, para o Dr. Luys, todos os seres são imitativos por natureza, os mais inferiores, como as crianças, as comunidades tradicionais e as multidões apresentam essa predisposição em maior intensidade porque nelas a capacidade racional e crítica é menos desenvolvida e o convívio social é maior. Os indivíduos com patologias cerebrais também têm maior habilidade para imitar em razão da inexistência da faculdade racional. Em multidão, o processo imitativo se exacerbava porque os corpos em proximidade produziram mais calor e mais eletricidade e magnetismo, que não são outra coisa do que a exteriorização de processos no sistema nervoso. Ao se fundirem produzem uma atmosfera “carregada de eletricidade nervosa” que se expressa por essa carga emocional das multidões reunidas.

Esse mesmo retrato será apropriado por Tarde e Le Bon vinte anos depois, com a diferença de que, para esses autores, as características fisiológicas são eliminadas ou moderadas por fatores propriamente psicológicos. Para todos eles, a imitação, ou o contágio, um fenômeno equacionado como resultante de uma característica normal, torna-se, ao mesmo tempo, uma característica inferior na ordem das funções mentais e sociais, atingindo sua máxima expressão em indivíduos ou grupos com disfunções mentais. A “mente” para esses autores é dividida em dois mundos distintos que refletem diretamente os valores sociais de suas posições intelectuais: de um lado, as funções “inconscientes, mecânicas, automáticas e inatas” e, de outro lado, as “racionais, refletidas, voluntárias, intelectuais”. Nos anos 90, o Dr. Luys estava já desacreditado nos meios científicos, mas suas teses continuaram a ser propagadas pelos psicólogos; bastou adaptá-las à nova linguagem psicológica e moderar a ênfase neurológica para que as mesmas imagens voltassem a fazer parte da literatura científica. Se, de um lado, cada vez mais a psicologia concluía que as funções mentais

¹⁶ Cf. GAUCHET, Marcel, *L’Inconscient cérébral*, Paris, Seuil, 1992.

¹⁷ “O exemplo que fala aos olhos é o modo mais poderoso de dirigir, num sentido ou noutro, as forças imitativas latentes que dirigem os movimentos das multidões reunidas. (...) O grau de cultura intelectual e o hábito da reflexão influem de uma maneira bastante clara sobre a evolução regular do processo de imitação. Em geral, as predisposições imitativas que, por serem reproduzidas automaticamente exigem certo grau de irreflexão (...) se encontram em toda sua energia nativa nas classes sociais inferiores, onde a reflexão, a circunspeção dos atos é de alguma forma incompletamente desenvolvida”, LUY, Jules B., *Études de physiologie et de pathologie cérébrales*, Paris, Baillière, 1874.

¹⁸ “Um homem que vê um gesto feito por outro homem e o reproduz, obedece automaticamente à mesma tendência de se colocar em uníssono da mesma maneira que o outro que canta e reproduz um som que ele ouve”. LUY, J. B., op. cit. A imitação, segundo Luys, começa por um impulso da vontade ou da personalidade, mas dá origem a uma reprodução puramente mecânica e inconsciente.

superiores não poderiam ser reduzidas à sua base orgânica, por outro lado, as funções cerebrais mais comuns permaneciam na mesma posição degradada porque vizinhas da patologia mental. O campo da psicologia herdava da medicina mental não apenas as mesmas oposições e valores, mas também o mesmo ímpeto de dominação das ciências sociais.

No IV Congresso de Psicologia realizado em Paris, em 1900, a “psicologia social” francesa é reconhecida e Tarde e Le Bon são mencionados como seus principais representantes. Théodule Ribot abre o congresso com uma apresentação sobre a produção psicológica européia e americana desde 1889 e faz a seguinte classificação das várias subáreas e áreas afins ao conhecimento psicológico: 1) neurologia; 2) psicofísica (estudos sensoriais); 3) estudos sobre a memória e a associação; 4) estudos sobre a atenção e as emoções; 5) estudos sobre as operações lógicas; 6) psicologia patológica; e 7) psicologia social¹⁹. Segundo ele, a psicologia social seria a matéria mais carente de pesquisas e a menos representada no Congresso em razão da concorrência com outros congressos. Essa subárea é caracterizada por um conjunto de fenômenos específicos que são conceituados de maneira bastante tardeana: “(...) eles nascem de uma ação recíproca entre os espíritos, (...) eles não derivam do indivíduo isolado, mas das relações dos indivíduos entre si”²⁰. Em seguida, Ribot faz uma síntese, numa linguagem leboniana, do pressuposto fundamental da psicologia social, o de que os indivíduos em grupo se comportam e pensam de maneira totalmente nova e cujo resultado não é uma simples soma das ações ou pensamentos individuais. Não é por acaso que Ribot elege Tarde e Le Bon (e a “psicologia das multidões”) como representantes da psicologia social²¹: Tarde é o presidente da seção de psicologia social no IV Congresso e Le Bon é amigo de Ribot, colaborador da *Revue Philosophique* e organizador do banquete que ele frequenta. Em 1902, Ribot inclusive apresenta a obra *La psychologie des foules* na Académie des Sciences Morales et Politiques, sete anos depois de sua primeira edição. Na análise dessa obra, cujo valor “teórico” e a importância “prática” ele reconhece, o conceito de multidão é compreendido no sentido que acredito ser o mais significativo no contexto da época, ainda que muitos estudiosos tentem até hoje identificar os termos “multidão” e “massa”. Ao concordar com a idéia de que se vive numa “era das multidões”, Ribot complementa: “a transformação das *classes populaires* em classes dirigentes é uma das características mais marcantes de nossa

¹⁹ RIBOT, Théodule, “La psychologie de 1896 à 1900”, in *IV Congrès de Psychologie*, Paris, Félix Alcan, 1901.

²⁰ RIBOT, Th., art. cit., p. 46.

²¹ Scipio Sighele foi um médico italiano, da escola de antropologia criminal, que escreveu sobre psicologia das multidões e com o qual Le Bon e Tarde tiveram uma querela sobre a autoria dessa teoria. Na Itália se reconheceu que Sighele foi o pioneiro no assunto, mas na França se manteve a autoria de Tarde. Os dois escreveram praticamente no mesmo ano, 1892, sobre o assunto.

época. Ela foi produzida pela propagação de certas idéias e pela associação dos indivíduos para realizá-las”²². A multidão representa, primordialmente, as classes populares, ainda que os psicólogos por vezes usassem o termo para retratar o “povo” ou a “elite” em geral. Não deixa de ser surpreendente o fato de Ribot ter incorporado a psicologia social ao conjunto do saber psicológico, pois seria de se esperar do grande representante da psicologia científica uma crítica ao caráter propagandístico desses textos. Mas, como se viu em capítulos anteriores, apesar da tendência à profissionalização do campo universitário, a psicologia manteve uma relação ambígua com seu passado filosófico e pedagógico, abrindo-se ao publicismo e às redes diletantes. O que matiza a posição de Ribot é o fato de que, em sua ordenação, nem todas as áreas de estudo são equivalentes em termos de prestígio: na hierarquia das subáreas psicológicas esboçadas por ele, a psicologia social aparece em último lugar, ou seja, numa posição dominada, o que simboliza sua distância relativamente maior em relação às áreas mais prestigiadas em termos científicos.

Ribot, filósofo de formação, é considerado o fundador da psicologia “científica” na França e sua teoria foi o resultado de uma síntese entre os saberes produzidos na área médica e filosófica. Spenceriano e lamarckista, Ribot se debruçou, nos anos 80, sobre a psicologia patológica através de estudos sobre a memória, a vontade, a personalidade e, a partir de 96, sobre os sentimentos. Costuma-se dividir sua obra em duas fases principais: na primeira as funções mentais são consideradas um reflexo da constituição biológica e, na segunda, a partir de 1896, ele passa a aceitar a idéia de um inconsciente não cerebral. Muito já se escreveu sobre o nascimento da psicologia científica e, portanto, interessa aqui apenas a classificação de Ribot em relação à patologia e à fisiologia mental, particularmente a dicotomia que ele introduz entre funções superiores e inferiores. Segundo ele, as doenças de ordem psicológica atingiriam em primeiro lugar as funções cerebrais superiores, mais evoluídas, complexas e voluntárias, o que acarretaria a regressão dessas funções aos níveis mais instintivos, automáticos, involuntários. Essa representação incentivou estudos sobre a sensibilidade infantil e a mentalidade dos povos primitivos, supostamente menos complexas e mais instintivas²³. Ora, a psicologia social parte da mesma classificação para diferenciar o indivíduo e a multidão, dado que o primeiro, considerado isoladamente, é portador de funções complexas e inteligentes, enquanto o segundo possui um nível mental mais “instintivo” e, conseqüentemente, carente de funções críticas, ou seja, mais facilmente hipnotizável. Com o

²² RIBOT, Théodule, “‘La psychologie des foules’ par le Dr. Gustave Le Bon”, *Revue des Séances et Travaux de l’Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1902, p. 139 (grifo meu).

²³ CARROY, J. – OHAYON, A. – PLAS, R., *Histoire de la psychologie en France*, Paris, La Découverte, 2006.

ingresso da multidão na série dos “seres primitivos”, os psicólogos sociais pretenderam na verdade tematizar as classes populares, consideradas suscetíveis a líderes políticos extremistas, eles mesmos hipnotizados por alguma idéia fantasiosa. A identidade entre as duas psicologias, a experimental e a social, se dá, portanto, através do vocabulário que a última emprestou da primeira, juntamente com suas práticas e representações.

Além da psicologia experimental, a psicologia social, seguindo os próprios passos de Ribot, também emprestou conceitos da “medicina mental”, tais como os termos “imitação”, “sugestão”, “hipnose”, “contágio” e “inconsciente”. Ribot e Charcot eram amigos, membros da Société de Psychologie Physiologique, e têm uma trajetória de aproximação que é significativa da posição socialmente superior da psicologia experimental em relação à sociologia durkheimiana. A aliança com a medicina abriu portas à psicologia científica, mas, por outro lado, o prestígio e o sucesso no curto prazo produziram como contrapartida uma postura acrítica em relação às iniciativas menos científicas, como é o caso da própria psicologia social. Do ponto de vista de alguns médicos e psicólogos, enaltecer a psicologia social era uma forma de engrandecer o próprio campo. Alguns desses conceitos haviam surgido na primeira metade do século, entre frenologistas ou alienistas, mas todos foram atualizados nas últimas décadas do século XIX no contexto dos debates entre a Escola de Salpêtrière, representada por Charcot e os neurologistas, e a Escola de Nancy, representada pelos médicos Liébault e Bernheim e pelo jurista Liègeois, em torno da hipnose e da sugestão. Charcot fazia experimentos desde os anos 80 sobre a histeria na tentativa de identificar a especificidade da doença. Para ele, como se sabe, a histeria era uma doença neurológica, que atacava mulheres e homens, e cujas manifestações poderiam ser reproduzidas artificialmente em estado de hipnose. A Salpêtrière, hospital público para mulheres onde Charcot mantinha seu laboratório, se tornou palco, nos anos 80, de apresentações públicas de hipnotismo de histéricas sob os olhares curiosos de médicos e filósofos, mas também de políticos, artistas e literatos²⁴. Ele pretendia demonstrar que a hipnose só era possível porque as pacientes tinham algum tipo de disfunção neurológica, ou seja, uma patologia mental. No pólo oposto, a escola de Nancy pretendia demonstrar que a hipnose poderia ser realizada com qualquer paciente porque derivava de um processo de sugestão por parte do médico sobre o paciente através da manipulação da “imaginação” do último. Havia uma probabilidade maior de sugestionamento (ou hipnose) entre mulheres e crianças, dada a ausência ou redução de sua capacidade racional, mas isso não era diagnosticado como uma doença e sim como uma propensão maior

²⁴ Cf. o quadro de André Brouillet, chamado “Une leçon de Charcot à la Salpêtrière”, de 1887.

ou menor à sugestão. A hipnose deixava de ser um comportamento de histéricas ou uma patologia mental e se tornava uma relação de dominação através da sugestão por idéias, imagens ou atos. A sugestão poderia ser tão profunda num estado hipnótico que uma pessoa faria supostamente tudo o que lhe fosse sugerido, mesmo que contrário à sua natureza moral (matar, roubar, apaixonar-se etc.) e, pior, sem se lembrar do fenômeno em estado de vigília. Essa teoria trouxe problemas para a área da criminologia, pois ao admitir a ocorrência de “crimes por sugestão” ela colocava em questão os critérios tradicionais da responsabilidade penal. Se uma pessoa normal e honesta poderia ter um comportamento desviante em estado hipnótico, o verdadeiro culpado, segundo a teoria da responsabilidade moral, deveria ser o suggestionador e não o hipnotizado, um simples instrumento inconsciente do crime. O que Lombroso fizera em relação aos “criminosos natos” a escola de Nancy fazia em relação à sociedade inteira. Esse tema mobilizou juristas, médicos e filósofos, tanto em razão do interesse pelas causas do comportamento desviante e, particularmente, do comportamento criminoso, quanto pelas formas de intervenção moral (pedagogia, higiene) sobre o psíquico e sobre o orgânico. O Dr. Bernheim, um dos principais representantes de Nancy, recolocava a importância do espiritual diante do fisiológico, ou seja, da cultura e da pedagogia em relação ao orgânico e ao mecânico²⁵. Através da sugestão hipnótica, seria possível curar traumas individuais, dores diversas e problemas de saúde que a medicina tradicional não conseguia diagnosticar ou tratar.

Nos anos 80, esses termos da relação médico-paciente foram transportados para o comportamento social por Bernheim, quando ele afirmou que o processo educativo, pela escola ou pela família, nada mais seria do que a comunicação da tradição e dos valores sociais pela sugestão das crianças²⁶. A partir de então, a expressão “sugestão mental” se expandiu enormemente pelo mundo intelectual e passou a explicar fatos de ordens as mais diversas, tais como o poder do médico, do professor, do jornalista, das elites políticas, religiosas, intelectuais etc.. Ao mesmo tempo, com base no suposto poder do criminoso sobre o hipnotizado, poder-se-ia explicar também a degeneração moral da sociedade, modelo que

²⁵ “O espírito é também alguma coisa em nossa vida fisiológica e patológica e o médico que cura deve utilizar esse apoio poderoso. (...) Há muito tempo se apontou a ação considerável do moral sobre o físico, do espírito sobre o corpo”, BERNHEIM, H., “L’Organisme humain”, 1893, *apud* CARROY, J. – OHAYON, A. – PLAS, R., *op. cit.*

²⁶ “Sem que nós nos demos conta, afirma o Sr. Liébault, adquirimos noções morais e políticas, preconceitos de família, de raça etc., impregnamos-nos com as idéias que formam o clima em torno de nós. Há princípios morais e religiosos que não deveriam resistir ao senso comum, para não dizer à razão, os quais as pessoas acreditam de boa fé e defendem como seu próprio bem”. BERNHEIM, H., *De la suggestion en état hypnotique et dans l’état de vieillesse*, Paris, Doin, 1885, p. 94.

marcou a psicologia da multidão²⁷. A psicologia social, como seria de se esperar, ficou do lado da escola de Nancy, inclusive porque Le Bon e Tarde eram colegas de Liègeois e de Delboeuf, dois de seus membros. Segundo a psicologia social, uma multidão ou mesmo toda uma sociedade era “sugestionável”, tanto no sentido da normalidade social quanto no sentido da patologia social (quando conduzida por líderes fanáticos e criminosos). A sugestão imitativa era a responsável, segundo Tarde, pelo próprio vínculo social e, para Le Bon e Tarde, era a razão pela qual homens de reputação ilibada, em multidão, poderiam regredir a um estado instintivo e violento quando hipnotizados por líderes fanáticos ou por idéias e imagens fantasiosas. Isso significa que o termo “sugestão” foi usado por eles tanto no sentido voluntário e consciente quanto no sentido mecânico ou inconsciente, ambivalência que não passou despercebida pelos seus concorrentes.

Apesar das críticas recebidas pela escola de Nancy nos anos 80, suas teses foram acolhidas nos anos 90 até mesmo na Académie des Sciences Morales et Politiques, pois os casos de sugestão pós-hipnótica tornaram-se uma obsessão de médicos, juristas e filósofos, difundidos em revistas científicas, políticas e literárias. A grande imprensa abusava dessas teorias para popularizar o fenômeno, mas, ao reproduzir os casos de assassinatos, tornava-se também suspeita: se a sugestão poderia vir de uma pessoa ou de uma idéia, a imprensa, ao publicar episódios violentos, poderia ser responsável pela degeneração da mentalidade dos jovens²⁸. A ambigüidade da escola de Nancy entre, de um lado, o poder do magnetizador e, de outro lado, a conivência do paciente também se reproduziu na psicologia social: a multidão (ou o povo) era tida como manipulada por líderes carismáticos talentosos, mas ela era também predisposta (biológica ou psicologicamente) à adoração de pessoas, idéias ou imagens ilógicas. Para Delboeuf, assim como para Tarde, a sugestão não eliminava a responsabilidade individual e seria necessário, do ponto de vista da criminologia, diferenciar os “sugestionadores” dos “sugestionados”, os primeiros recebendo uma pena maior do que os segundos. Nos anos 90, a psicologia social passou do crime coletivo a uma teoria geral da

²⁷ Em 1911, essas teorias ainda estavam em voga: “E os atentados políticos, revolucionários, anarquistas, os criados por fanáticos religiosos, os dos grevistas, não seria uma sugestão coletiva? A imitação, a publicidade, o teatro podem dar a idéia de um crime e fazer o papel de sugestão sobre certas naturezas instintivas e amorais. (...) A imprensa, os livros, a imitação, as tribunas, uma fórmula expressiva e oportuna apaixonam e cativam as massas. Veja-se o quão manipulável é seu instinto!”. BERNHEIM, H., *De la suggestion*, Paris, A. Michel, 1911, pp. 179 e 198.

²⁸ “(...) toda narrativa é considerada ter uma influência enorme, que se estima capaz tanto de destruir os fundamentos da ordem social quanto de participar à elevação do espírito público (...). Ao afirmar, em 1903, que ‘a influência do folhetim sobre a visão e os sentimentalismos populares’ é ‘capaz de criar essa coisa amedrontadora que é uma mentalidade popular’, Maurice Talmeyr enuncia uma verdade admitida quase de maneira unânime”. KALIFA, Dominique, *L’Encre et le sang: récits de crimes et société à la Belle Époque*, Paris, Fayard, 1995, p. 231.

mentalidade de um povo (e de suas elites): os mais pessimistas, como Le Bon, consideravam a imprensa e as elites como reféns da multidão; os mais otimistas, como Tarde, acreditavam que a imprensa e as elites ainda podiam guiar a multidão para o bom caminho.

A última grande referência da psicologia científica no período é Alfred Binet e seus trabalhos sobre a psicologia social, particularmente sobre a psicologia infantil, a partir de 1906, inauguram uma nova fase da disciplina²⁹. Fundador da revista *L'Année Psychologique*, em 1895, e diretor do laboratório de psicologia fisiológica da Sorbonne desde 1898, ele é outra referência para se mensurar o prestígio da psicologia social no pólo científico. Ora, nenhum tema “social” foi objeto de publicação nos dez primeiros anos da revista e apenas em 1906 o autor publicou o famoso artigo “La misère physiologique et sociale”, na área de psicopedagogia, em que apresentava o resultado de suas pesquisas sobre causas sociais do aproveitamento dos estudantes do ensino primário. Desse período até 1911, ano de sua morte, seu interesse pela influência do “meio social” no comportamento individual foi se intensificando. Em 1908, ou seja, oito anos depois do IV Congresso de Psicologia, ele publica um balanço dos estudos psicológicos nas mais diversas áreas³⁰. A “psicologia social” aparece em sua classificação, como no caso de Ribot, na última posição e, da mesma forma, com ênfase nos processos multitudinários. Interessa, nesse caso, mostrar a maneira como o autor, cioso da pesquisa experimental e tecnicamente rigorosa de laboratório, se deixa convencer pela concepção heterônoma e militante da psicologia das multidões. A função precípua da psicologia social, segundo ele, seria “tirar partido da personalidade das multidões, combater a sugestão pela contra-sugestão e disciplinar os interesses profissionais dando-lhes uma representação”³¹. Uma vez a função de controle social estabelecida, Binet mantém-se de acordo com o quadro e as conclusões da psicologia das multidões: uma greve sindical, o caso Dreyfus ou qualquer outra revolta coletiva são explicados através do “contágio pelo exemplo”, ou seja, pela contaminação da “opinião pública” influenciada por um líder ou pela maioria. A linguagem é claramente tardeana.

²⁹ Alfred Binet (1857-1911) estudou direito, medicina e ciências naturais, doutorando-se nessa última área. Voltou-se para a psicologia no fim da década de 70, quando foi influenciado pelas idéias de Charcot e de Ribot. Em 1891, ingressou no laboratório de psicologia fisiológica da Sorbonne e, em 1895, fundou a revista *L'Année Psychologique*, na Alcan. A partir de 1899, faz experiências num laboratório de psicologia pedagógica e inventa uma métrica para estabelecer o nível de inteligência infantil.

³⁰ BINET, Alfred, “Le bilan de la psychologie en 1908”, *L'Année Psychologique*, 1909.

³¹ “Ainda não se sabia e se ficou sabendo o quanto a comunidade de interesses profissionais pode agrupar os homens e lhes dar coragem e disciplina. (...) Contra as greves de funcionários os detentores do poder público somente fazem dissertações abstratas sobre os direitos do Estado (...)”. BINET, Alfred, *La suggestibilité*, Paris, Schleicher Frères, 1900, p. XII.

O apoio de Binet à psicologia social começou com suas próprias experiências pessoais no campo da pedagogia e da função social da educação. Em 1900, Binet publica uma obra chamada *La suggestibilité* em que reserva um capítulo especial para o tema da “imitação”, considerada por ele a principal forma de sugestão³². Seu interesse se volta para a memória, a inteligência e a moralidade com o intuito de identificar e diferenciar uma imitação passiva e uma ativa. Com base em pesquisas empíricas com crianças e adolescentes, formuladas através da aplicação de questionário e da observação direta, ele afirma que as crianças agrupadas respondem aos estímulos do entrevistador com base, por um lado, no comportamento habitual escolar e, por outro lado, na psicologia da multidão. Quando um dos alunos responde, os outros, passivamente, seguem-no, como ocorre na relação entre um líder e uma multidão. Binet chega à conclusão que os alunos que respondem aos questionários em grupo estão mais dispersos ou menos atentos, o que aumenta sua sugestionabilidade, mesmo fenômeno observado entre adultos numa multidão³³. Mas o fator mais importante na imitação é o “contágio do exemplo”, pois o que fala em primeiro lugar tende a ser imitado pelos demais num processo quase automático, o que lhe permite diferenciar uma imitação puramente passiva e um processo de sugestão em que intervém alguma reflexão do indivíduo.

A aproximação de Binet com as teses da psicologia social pode ser esclarecida por questões institucionais e disciplinares. A relação entre Binet e Tarde data ao menos de 1904, quando Binet se tornou presidente da Société Libre pour l'Étude Psychologique de l'Enfant e convidou Tarde para um estudo da “interpsicologia das normas políticas, estéticas e sociológicas das crianças no meio escolar”³⁴. Essa sociedade havia sido criada em 1899 por Ferdinand Buisson, então professor da Sorbonne e futuro diretor do ensino primário. Isso significa que, na passagem do século, a psicologia pedagógica se desenvolvia com o interesse crescente da administração escolar, voltada não apenas para a reformulação da pedagogia, mas também para o papel da escola no desenvolvimento mental dos alunos — e, conseqüentemente, do povo francês. O pólo pedagógico, dominado pela filosofia e pela história até o fim do século, passa a partir de então a incorporar a psicologia experimental e, com ela, os testes de nível mental e de inteligência de Binet.

³² BINET, Alfred, *La suggestibilité*, op. cit.

³³ “É bem curioso encontrar, em nesse pequeno grupo de estudantes, uma das características que os autores modernos consideram como resumindo a psicologia da multidão. A multidão, disseram e repetiram, sob todas as formas, multidão de rua ou multidão numa assembléia, é eminentemente sugestionável, de onde as conseqüências políticas e sociais que são de uma gravidade excepcional”. BINET, A., *La suggestibilité*, op. cit., p. 342.

³⁴ APFELBAUM, E., “Origines de la psychologie sociale: le cas d'Alfred Binet”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, nº 3, juil.-sept., p. 404.

Pode-se concluir, nesse sentido, que o pólo da “ciência mental”, no fim do século, passou por um processo relativo de profissionalização, mas não conseguiu se desvencilhar da intervenção da esfera política sobre seu desenvolvimento. Se, em sua origem, a psicologia, como todas as demais disciplinas de ciências sociais, foi institucionalizada por razões políticas, seu desenvolvimento se manteve atrelado às necessidades práticas de controle social ditadas fundamentalmente pelo Estado. Do ponto de vista das trajetórias, a ascensão de muitos de seus membros a posições pertencentes à tradição intelectual como que completou o serviço de cooptação. Essa situação de subordinação se refletiu sobre a qualidade das teorias, que se mantiveram fiéis a critérios políticos e ideológicos, muitas vezes em flagrante desacordo com as pesquisas mais controladas em termos conceituais.

Um último aspecto chama a atenção nas trajetórias dos grupos ligados à medicina mental, à psicologia experimental e à psicologia social: a vocação à difusão da ciência para além dos meios especializados. Basta que se lembre das apresentações públicas do Dr. Luys e de Charcot, dos discursos de Ribot, das peças teatrais escritas por Binet, das experiências de Liébault e de Bernheim. Ao se aproximar da medicina, a psicologia foi impregnada por um padrão científico experimental e empiricista, mas ao mesmo tempo pela fascinação com fenômenos “inexplicáveis” tais como o “magnetismo animal”, a hipnose, o espiritismo, a adivinhação, personalidades duplas e outras práticas supostamente contrárias à cultura letrada. O grau em que as experiências exóticas e a descoberta de fenômenos “paranormais” impressionaram esses cientistas pode ser exemplificado pelo fato de Mathieu Dreyfus, irmão de Alfred Dreyfus, ter contratado a “paciente” Sra. “B.” (ou Leoni) para lhe fornecer informações em estado hipnótico sobre o estado do irmão na Ilha do Diabo. O intermediário foi o Dr. Gibert, que trabalhou “em” Leoni com Pierre Janet e com Charles Richet, ligados a Ribot e a Charcot³⁵. Pode-se colocar a hipótese que o intenso contato dos médicos e alienistas com pacientes provenientes das classes populares tenha trazido para os hospitais e laboratórios representações populares que vinham ao encontro do anseio por distinção social.

A ciência mental não tinha o prestígio social do direito ou da medicina tradicional, não tinha a posição dominante das ciências naturais na hierarquia científica e muito menos a hegemonia da literatura no campo cultural. Sua legitimidade, portanto, manteve-se vinculada à necessidade social da disciplina. Essa questão é fundamental, pois ela vai ao encontro do espírito da medicina legal e da antropologia criminal, áreas de formação médica cujo *ethos* também se dava pelos serviços públicos prestados pelo profissional. A declaração de

³⁵ PLAS, Régine, *Naissance d'une science humaine: la psychologie, les psychologues et le 'merveilleux psychique'*, op. cit., p. 96.

Lacassagne sobre a função social do médico e seu papel na vida pública é significativa: “(...) o médico tem seu lugar nas questões públicas. Seus sentimentos de abnegação lhe permitem concorrer para a melhoria da higiene social, sua coragem cívica o coloca em luta sem medo do perigo”³⁶. Por outro lado, a ciência mental, ao se profissionalizar, tornou-se uma ciência de indivíduos mais do que de grupos, enquanto a psicologia social ficou relegada ao papel de expressão da opinião política dos cientistas. Isso foi facilitado pela crise do organicismo nos anos 90 e o conseqüente enfraquecimento das determinações biológicas, o que reforçava a crença na importância das condições mentais e sociais.

ELITISMO PSICOLÓGICO E SUBORDINAÇÃO INTELECTUAL.

O centro das teses da psicologia social, em vários de seus “gêneros” — a psicologia das multidões, a psicologia dos povos, a psicologia política etc. —, se baseia na crença no *indivíduo* como origem da criatividade artística, da inovação científica e da transformação política e, por oposição, na depreciação do coletivo, do mediano e da massa. Levando-se em consideração essa crença, entende-se melhor a indignação que as teses da sociologia durkheimiana geraram, pois as “massas” entravam para a história supostamente através das médias estatísticas e da “consciência coletiva”. O horror ao medíocre e a deificação do “gênio” individual (como expressão do coletivo) estão de tal forma arraigados no pensamento desses autores e de tal modo independem da teoria mais geral que os recobre — evolucionista, raciológica, climática etc. — que podem ser considerados parte de uma disposição geral ligada a toda ciência mental do período. Nas próprias práticas da psiquiatria clínica e hospitalar do fim do século, essa crença gerou dois tipos de profilaxia: o tratamento da histeria deveria basear-se na “vontade” racional ou discursiva dos pacientes “esclarecidos”, clientes das clínicas privadas, e, por oposição, utilizar a hipnose ou a “crença” dos internos, provenientes das classes populares, atendidos em hospitais públicos como a Salpêtrière. Se, ao longo do século XIX, o elitismo foi um traço permanente da cultura intelectual francesa, científica ou literária, na última década do século novos significados foram acrescentados a essa disposição. O elitismo *fin-de-siècle* resultou do processo de mudança estrutural do campo intelectual em razão das reformas educacionais republicanas que democratizaram o acesso à educação primária, secundária e superior, o que permitiu a ascensão de setores da média

³⁶ KALUSZYNSKI, Martine, “Identités professionnelles, identités politiques: médecins et juristes face au crime”, in MUCCHIELLI, Laurent (dir.), *Histoire de la criminologie française*, Paris, L’Harmattan, 1994, p. 225.

burguesia a postos universitários e tornou a competição no campo mais acirrada. Em segundo lugar, à mudança do campo editorial, de modo que os novos públicos escolarizados tornaram-se alvo de coleções e revistas científicas, políticas ou literárias. Esses processos produziram uma mudança na linguagem e no estilo textual das teorias científicas voltadas para o “grande público”, o que pode ser demonstrado pelo discurso da psicologia das multidões, que não é erudito ou aristocrático nem muito menos científico ou racional; ele se expressa através de um estilo extravagante, caricato, em suma, “popular”, resultado da abertura das posições heterônomas do campo intelectual aos campos político e jornalístico. É possível esboçar o “espírito da psicologia social” a partir dos seguintes traços ideal-típicos: 1) o elitismo; 2) o ecletismo teórico (materialista e idealista); 3) o tema da “mentalidade coletiva”; 4) a opção pelo público amplo; e 5) o engajamento político através da obra.

Se se considera, por exemplo, os arquivos pessoais de Gabriel Tarde, nota-se a obsessão com que ele catalogou e arquivou todos os jornais da pequena, média e grande imprensa nos quais seu nome foi citado, bem como a importância que deu às notícias cotidianas (crimes, debates parlamentares, greves, questões internacionais) para a ilustração de sua teoria social. Um processo de trabalho que nivela fontes diversas e se deixa nivelar pela opinião jornalística, mas que, ao mesmo tempo, apresenta uma grande preocupação com sua imagem pública e com a distinção intelectual. Teme-se a queda na vala comum do jornalismo, o que exige investimento em títulos acadêmicos, que por outro lado encontram a barreira da titulação universitária oficial. Ora, uma vez nessa posição intermediária, a de um “intelectual livre” que não pretende ser um simples publicista e não pode ser um universitário, torna-se fundamental investir numa rede de relações sociais que dê acesso aos meios de circulação e de reconhecimento intelectual (sociedades científicas, escolas livres, centros de conferência, congressos). Os cartões de apresentação e, principalmente, as publicações em revistas e em editoras diversas espelham o ímpeto do acúmulo de títulos dos “intelectuais livres”, que parecem valer mais pela quantidade do que pela qualidade. Pois a essa necessidade premente dos psicólogos corresponde o surgimento, nos anos 90, de várias instituições novas que ainda não têm valor simbólico no campo, bem como de novas funções, operadas por “intermediários culturais”, que se diversificam para atender a um mercado de leitores ampliado. Os cartões de visita dos “intelectuais livres” são repletos de títulos supostamente enobrecedores provenientes da participação em instituições pouco nobres, uma característica típica dos meios intermediários e que revela a ambigüidade dessa posição no que diz respeito à distinção intelectual.

Nesse sentido, o que chamo de “individualismo psicológico” deve ser compreendido como uma representação invertida da posição que os psicólogos sociais ocuparam no campo e no espaço social: em primeiro lugar, porque ela naturaliza a vocação intelectual, através do conceito de “gênio individual”, quando sua própria sobrevivência no campo exige grande capital de relações sociais e, em segundo lugar, porque ela desqualifica o “grande número” (na forma da multidão) quando sua sobrevivência no campo depende da capacidade de ter leitores fora do âmbito especializado da universidade. O complemento necessário dessa rede de dependência é a disposição “moderada”, típica entre os psicólogos, o que explicaria a ausência da psicologia social entre os signatários do Manifesto dos Intelectuais, em 1898, em defesa de Dreyfus. O manifesto chamado Apelo à União era mais condizente com a posição que ocupavam no campo ou, então, a opção pelo silêncio, como é o caso de Le Bon (apesar de suas convicções *anti-dreyfusards*), que revela a fragilidade extrema de sua posição e a grande dependência de capital de relações sociais.

Ainda que alguns psicólogos sociais tenham alcançado maior prestígio intelectual em relação à sua posição original, alguns deles, como é o caso de Le Bon, expressaram certo ressentimento em relação ao prestígio proveniente dos títulos universitários ou acadêmicos. Ele permaneceu um *outsider* durante toda a vida e não foi incluído nem mesmo no pólo das instituições socialmente dominantes, tais como o Instituto. Outros, como é o caso de Gabriel Tarde, ascenderam aos mais altos postos para um intelectual sem credenciais acadêmicas (Collège de France e Académie des Sciences Morales et Politiques), resultado da maneira como soube, uma vez em Paris, aumentar seu capital social. Ambos, contudo, fizeram ataques à especialização universitária, ainda que por motivações distintas: para Le Bon os professores universitários eram favorecidos pelo poder político, pois do ponto de vista de um “intelectual livre” e que vivia da própria pena as reformas universitárias privilegiavam os graduados em detrimento dos “autônomos”. Para Tarde o ataque à especialização foi devido à sua proximidade com o pólo filosófico cuja legitimidade estava sendo supostamente ameaçada pelas disciplinas científicas, em particular a economia e a sociologia. Ambos intentaram inverter no discurso a distribuição de prestígio no campo: Tarde exaltou a “era da opinião pública” e Le Bon seus *records* de vendagem em detrimento do público restrito da sala de aula.

Essas disposições contrárias à universidade são provenientes de uma cultura intelectual, forjada nos anos 70, especificamente através da *Revue Philosophique*, em que a posição do “intelectual livre”, ou seja, não universitário, exprimia um significado subversivo em relação à ordem filosófica e psicológica vigente na universidade. Os *sorbonnards*, como

foram chamados os filósofos espiritualistas como Elme Caro e Paul Janet, representavam o discurso oficial, contra o qual a nova psicologia experimental e fisiológica lutava. Nos anos 90, contudo, a filosofia e a psicologia universitárias passaram a ser ocupadas pelos psicólogos experimentais ou sociólogos evolucionistas, como Théodule Ribot e Alfred Espinas, mas o mesmo não ocorreu com os psicólogos sociais em razão da falta de credenciais acadêmicas.

A crítica à especialização e a valorização de um público mais amplo pode ser associada, além da posição da psicologia social em relação às outras ciências sociais, ao modo como se deu a formação e a profissionalização dos psicólogos. Uma formação relativamente autodidata é possivelmente um fator importante dos autores “eccléticos”, caracterizados pelo ímpeto de aliar teorias sociais diversas. O repertório típico desses autores mistura teorias raciológicas, climáticas e culturalistas. O estilo de Taine, de *Les origines de la France contemporaine*, pleno de referências literárias e de dramatização histórica, impregna essas obras e as situam numa posição intermediária entre o pólo científico e o pólo literário, num período em que eles se opunham e que a figura do *grand homme* que Taine encarnava estava em extinção³⁷. Os psicólogos sociais atingiam mais de 50 anos na década de 90 e, alheios aos centros de inovação controlada, traziam na bagagem o capital intelectual requerido pelo público não especialista; ao mesmo tempo, sobrevivendo como escritores de manuais escolares, de *best-sellers*, de artigos de jornal ou revista literária ou como professores em instituições privadas, seu destino estava determinado por esse mesmo público.

TRAJETÓRIAS DOS PSICÓLOGOS SOCIAIS: CARÊNCIAS SOCIAIS E INTELECTUAIS.

Alfred Fouillée e Emile Boutmy comungaram com Tarde e Le Bon uma mesma geração intelectual e mesmo biológica — todos nasceram entre 1835 e 1943 — e escreveram suas “psicologias” num mesmo momento da trajetória intelectual, entre 55 e 60 anos de idade, ou seja, numa mesma década, entre 1895 e 1902. Tiveram destinos cruzados: Tarde foi professor da École Libre des Sciences Politiques, fundada por Boutmy; Fouillée foi patrono de Tarde na eleição deste para a Académie des Sciences Morales et Politiques, em 1899, instituição que reuniu Boutmy, Fouillée e Tarde; Tarde foi freqüentador dos salões de Le Bon, desde 1894, recém chegado a Paris. Além disso, eram homens já formados na década de 90, seus valores filosóficos e políticos maduros demais para acompanhar as inovações intelectuais

³⁷ CHARLE, Christophe, *Paris fin-de-siècle: culture et politique*, Paris, Seuil, 1998; LEPENIES, W., *As três culturas*, op. cit.

do fim do século, o que lhes encorajava a avaliar essas mudanças antes como ameaças do que como progressos na produção do conhecimento em geral e das ciências sociais em particular. A sociabilidade desses circuitos, ou seja, a necessária aquisição de capital social que implicava a ascensão na carreira aproximou esses dois grupos em certos momentos e minimizou a tensão proveniente de interesses conflitantes.

O valor heurístico das trajetórias está em que elas marcam posições, ou melhor, uma seqüência de posições às quais estão associadas tomadas de posição. Se considerarmos apenas os quatro autores citados acima, é possível observar que os psicólogos sociais são de famílias provenientes da média burguesia profissional ameaçadas de decadência social³⁸. As dificuldades financeiras e a instabilidade na formação escolar marcaram as trajetórias de Le Bon, Tarde, Fouillée e Boutmy. O que há de comum nessas quatro famílias é o fato dos chefes terem falecido cedo ou terem tido problemas financeiros quando os filhos ainda estavam em idade escolar. O pai de Le Bon, segundo consta, era um “agente de hipotecas” (*receveur d’enregistrement*), o que parece ter sido uma função letrada, mas subalterna, numa cidade pobre e de feições rurais, Nogent-le-Rotrou (Vale do Loire). Le Bon nasceu e fez a escola comunal nessa cidade, posteriormente migrando para Tours para fazer o liceu³⁹. Segundo um amigo e pertencente ao seu círculo, foi um aluno medíocre⁴⁰. Em seu primeiro emprego, na administração de contribuições indiretas, tentou seguir a tradição profissional da família, mas numa posição ainda mais inferior, como *surnuméraire*, funcionário sem titulação e estabilidade. Le Bon parece não ter obtido o *baccalauréat*, mas foi aceito no curso prático de medicina (*officier de santé*) da Faculdade de Medicina de Paris, um curso mais rápido e de menor prestígio do que o de medicina e que seria extinto na década de 90. Depois de cursar apenas dois anos, ou seja, metade do curso, ele solicitou o diploma ao Dr. Piorry⁴¹ e, a partir de então, ingressou na carreira de vulgarizador científico com o título de “Dr. Le Bon”, escrevendo sobre higienismo, antropologia, história das civilizações e psicologia.

O pai de Tarde era magistrado na região de Dordogne, mas morreu quando ele tinha sete anos. Tarde foi educado num colégio interno, jesuíta, o que influenciou fortemente sua visão do mundo, a ponto de ter matriculado seus filhos, muitos anos depois, já em Paris, também num colégio religioso. Pretendia fazer a École Polytechnique, mas as dificuldades de

³⁸ Cf. o Anexo 10 — Origem Social e Formação Escolar — Pólos do Poder Social e Intelectual.

³⁹ Le Bon vem de uma família cujo trabalho exigia a escrita, o que o diferenciava num meio rural: “Ele [o pai de Le Bon] é mais facilmente sensível ao discurso originário das elites sobre o saber livresco. Ao mesmo tempo, o nível de renda exclui uma educação no modelo dos dominantes, ou seja, freqüentemente em domicílio com um preceptor”, MARPEAU, Benoît, *Gustave Le Bon: parcours d’un intellectuel*, op. cit., p. 23.

⁴⁰ PICARD, Edmond, *Gustave Le Bon et son œuvre*, Paris, Mercure de France, 1909.

⁴¹ Pierre Adolphe Piorry (1794-1879), um grande nome da medicina francesa da época.

saúde e a situação financeira impuseram uma escolha mais realista: seguir a carreira do pai. Seu problema de visão (sofria de uma espécie de conjuntivite crônica) o tirou da escola por muitos anos e é de maneira solitária e com dificuldade que conseguiu acumular algum capital intelectual quando estudante.

O pai de Fouillée era administrador de uma empresa de extração de ardósia, em La Pouëze, pequena cidade do Pays de Loire, mas foi à falência quando ele ainda estava em idade escolar, o que o levou a trabalhar cedo, tornando-se professor do ensino primário (*maître d'études*) em Laval, onde também fez o liceu. Apesar de autodidata ⁴², conquistou o primeiro lugar no concurso de agregação em filosofia, em 1864, o que abriu as portas para a docência nos liceus de Douai e Montpellier e, em seguida, na Faculdade de Letras de Bordeaux, até chegar a *maître de conférences* na École Normale Supérieure. Teve sua carreira fortemente marcada pelas relações políticas, tornando-se inspirador da doutrina “solidarista” de Léon Bourgeois (1851-1925)⁴³. Deixou a carreira na École Normale Supérieure, em 1879, após quatro anos de docência, por motivo de saúde, para se dedicar à publicação de manuais escolares de filosofia. Tornou-se parte, portanto, da vertente publicista dos normalistas.

O pai de Boutmy foi ligado aos negócios, mas segundo consta não num posto estável e sim como amigo de gente importante, como é o caso de Émile Girardin, dono do jornal La Presse. Morreu arruinado quando Boutmy tinha 13 anos, deixando-lhe a tarefa de educar dois outros irmãos, objetivo que lhe impôs o abandono dos estudos e o ingresso no mercado de trabalho⁴⁴. Sua formação intelectual, portanto, ficou comprometida por dificuldades financeiras familiares e foi instabilizada pela necessidade de prover cedo o sustento familiar. Contudo, o capital social deixado por seu pai lhe garantiria um futuro promissor, pois através dele conquistou os salões e o mundo das letras, ou seja, a aristocracia e a alta burguesia parisiense. Apadrinhado por Girardin, trabalhou como publicista em vários jornais editados por ele; tornou-se amigo íntimo de Taine, que foi seu professor no Liceu Henri IV e foi indicado por ele para o curso de “história das civilizações” na École Spéciale d'Architecture, uma escola “livre” em que Girardin era da comissão diretora. Ao fundar uma escola privada para formar novas elites, Boutmy tinha um capital de relações sociais considerável, mas

⁴² A questão é controversa. O verbete dedicado ao autor em *La Grande Encyclopédie* afirma que ele foi aluno da École Normale Supérieure, mas W. Logue afirma que ele estudou solitariamente (com a ajuda de seus professores) para o concurso de agregação, cf. LOGUE, William, *From Philosophy to Sociology: The Evolution of French Liberalism, 1870-1914*, Illinois, Northern Illinois University Press, 1983.

⁴³ Deputado radical e ministro da Instrução Pública entre 1890 e 1898, presidente do Conselho (1895-96), promotor da solidariedade internacional, prêmio Nobel da Paz de 1920.

⁴⁴ FAVRE, Pierre, *Naissance de la science politique en France, 1870-1914*, Paris, Fayard, 1989.

também uma confiança na “iniciativa privada” que herdara desses meios e do modo como se deu sua profissionalização.

Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, conhecidos como psicólogos das multidões, são os autores que mais sofreram os constrangimentos de um campo intelectual em processo de profissionalização: sem as credenciais universitárias de Fouillée e sem o capital de relações sociais de Boutmy, sua permanência no campo exigiu esforços brutais. Tarde seguiu o percurso de Fouillée e se aproximou da ala “filosófica” e das instituições de reconhecimento intelectual em que ela tinha peso, como a Académie des Sciences Morales et Politiques, mas essa opção lhe custou a perda de prestígio entre os intelectuais do pólo científico. Le Bon seguirá o percurso do segundo, tornando-se, em 1902, aos 61 anos, um “intermediário cultural”, ou seja, diretor da coleção Bibliothèque de Philosophie Scientifique, uma estratégia coerente com sua longa trajetória de autor de vulgarização científica.

É possível identificar na trajetória desses autores disposições associadas ao que se poderia denominar o “espírito da psicologia social”. Todos os quatro autores são originários da classe média em risco de decadência e passaram por um processo de formação escolar instável, pois acelerado pelas necessidades práticas da vida, o que deve ter influenciado esquemas de percepção que produziram uma visão “ética” ou “pragmática” das ciências sociais. Ao mesmo tempo, vieram de famílias sem cultivo intelectual e romperam com a tradição profissional dos pais, o que deve ter gerado uma mistura *sui generis* de ambição e de insegurança que permeou a escolha de uma disciplina aparentemente inovadora, mas essencialmente conservadora: a psicologia social.

ANGLOFILIA E FRANCOFILIA: PSICOLOGIA DO “CARÁTER NACIONAL” E DEBATE PÚBLICO.

Do ponto de vista do contexto político, um fato fundamental marcou a vida e as idéias dessa geração e, principalmente, daqueles que participaram diretamente dos acontecimentos: a guerra de 1870 contra a Prússia e a Comuna de Paris. Le Bon e Boutmy participaram da guerra. Aliás, por causa dessa participação ambos receberam o título de *chevallier* da *Légion d' Honneur*, em 1871⁴⁵, e foi nesse contexto que definiram suas carreiras futuras: Boutmy ao fundar, sob a patronagem de Taine, a École Libre des Sciences Politiques (1871) com o objetivo de formar uma elite à inglesa e Le Bon ao escrever o livro *La vie: physiologie*

⁴⁵ Cf. *Archives Nationales*, dossiers da Légion d' Honneur. Arquivos Le Bon e Boutmy.

humaine appliquée à l'hygiène et à la médecine (1874), primeira obra de sucesso que revelaria o talento do futuro grande vulgarizador. Tarde e Fouillée, por outro lado, viviam no sul da França e os acontecimentos lhes atingiram ao que parece de uma maneira mais branda. Fouillée recebeu, também em 1871, a condecoração de *chevallier* da *Légion d' Honneur*⁴⁶, mas por motivos acadêmicos: havia sido premiado duas vezes pelo Instituto por seus trabalhos sobre Platão e Sócrates e era à época professor do Liceu de Bordeaux. Tarde era, desde 1869, juiz suplente do Tribunal Civil de Sarlat, na Dordogne, e seus diários pessoais simplesmente não mencionam os fatos políticos.

Na década de 90, vários episódios reativaram o medo da Comuna de Paris e a literatura sobre a decadência da chamada “cultura” ou “raça” francesa⁴⁷: o boulangismo (1889), o caso do Panamá (1892), a eleição de socialistas independentes para o Parlamento (1893), os atentados anarquistas (1892-1894), o surgimento de um movimento de extrema direita e, finalmente, o caso Dreyfus (1898). Le Bon e Boutmy⁴⁸, mas também Tarde e Fouillée passaram a diagnosticar nos movimentos populares e na corrupção política uma “crise moral” da sociedade, expressões patológicas de formas de “egoísmo” — individual ou coletivo — consideradas típicas de um povo sem coesão social e desprovido de um ideal coletivo. Tais teses e debates envolviam uma discussão sobre o papel e o perfil das elites e sobre as reformas educacionais necessárias à sua formação, incluindo o enquadramento doutrinário adequado. Todos esses episódios políticos dos anos 90 foram explorados pelos psicólogos sociais como comprovação de suas teorias, pretendendo assim fazer obra científica de um tema politicamente orientado em função de um debate público.

Nesse período, a psicologia social se dividiu ideologicamente no que diz respeito ao diagnóstico da crise francesa, o que resulta do modo diferencial como se deu a profissionalização dos psicólogos no campo intelectual. Para os psicólogos do “poder social”, tais como Boutmy e Le Bon, tratava-se de demonstrar que a “mentalidade” individualista, liberal e tradicionalista dos anglo-saxões era mais civilizada ou próspera do que a francesa⁴⁹.

⁴⁶ Cf. *Archives Nationales*, dossiers da Légion d' Honneur. Arquivos Fouillée e Tarde.

⁴⁷ DIGEON, Claude, *La crise allemande de la pensée française, (1870-1914)*, Paris, P.U.F., 1959.

⁴⁸ BOUTMY, É., *Essai d'une psychologie politique du peuple anglais au XIX^e siècle*, Paris, Armand Colin, 1902, e *Éléments d'une psychologie politique du peuple américain*, Paris, Armand Colin, 1902.

⁴⁹ Nesse sentido, concordo com a análise de Charle sobre Boutmy: “Para Boutmy, o anti-estatismo não revela somente uma tática oportunista diante da conjuntura histórica original, mas está no fundamento de sua visão de mundo. (...) Toda a cultura e o ambiente intelectual de Boutmy são anglófilos. (...) seu meio social de origem e suas relações de amizade são formadas de liberais puros partidários da livre empresa, seu grande homem é Tocqueville e seu inspirador e amigo íntimo é Taine, do qual se conhece a admiração pelo modelo inglês de sociedade”, CHARLE, Christophe, *La République des universitaires*, Paris, Seuil, 1994, p. 442. Por oposição, a análise de Favre me parece redutora e modernizadora, pois ele enfatiza a ruptura de Boutmy em relação às idéias Taine e nega sua anglofilia; o “método psicológico” de Boutmy seria a solução teórica

Para os psicólogos do “poder pedagógico”, tais como Fouillée e Tarde, era necessário defender a “mentalidade francesa”, ou seja, a cultura, a literatura e a tradição filosófica nacionais contra os ataques dos liberais e dos socialistas. Tarde e Fouillée foram funcionários do Estado e introjetaram ao longo do tempo as categorias de percepção do patriotismo oficial; Le Bon e Boutmy, por sua vez, eram profissionais do mercado e que se construíram com base na iniciativa privada, onde predominava uma espécie de culto ao liberalismo conservador inglês. Pode-se dizer que os vários gêneros de psicologia social estavam atravessados por essa preocupação maior: a relação entre Estado e sociedade e as formas públicas e privadas de intervenção social. Nesse sentido, não se pode compreender as discussões sobre a “psicologia de um povo” ou seu “caráter nacional” sem considerar os conflitos de interesse relativos à concorrência entre a escola pública e a escola privada. Essas obras mantiveram, portanto, uma relação direta com os debates parlamentares, que nessa época discutiam temas do interesse dos liberais e do pólo pedagógico, tais como a lei sobre as associações e, particularmente, a definição do currículo e das liberdades de ambas as escolas, o que interferia na legitimidade do ensino público e privado. A Académie des Sciences Morales et Politiques, instituição que acolheu a psicologia social, refletiu esse debate com clareza, particularmente através das obras de Boutmy e de Fouillée na passagem do século.

Boutmy era um homem do mundo e que valorizava a cultura mundana⁵⁰. O programa de pesquisa que realizou em suas psicologias, apesar do seu propalado “cientificismo”, é extremamente classicista, a ponto de lembrar, não fosse a doutrina da “raça, meio e circunstância” de Taine, os textos históricos de Voltaire. A Psicologia de Boutmy apresenta, em primeiro lugar, as determinações hereditárias e geográficas do povo inglês que teriam favorecido a maior homogeneidade e estabilidade social da nação⁵¹. Mas, em seguida, considera essas determinações menos importantes do que a mentalidade, pois elas agiriam na história pela “mediação” da psicologia do povo, ou seja, de seu “caráter nacional”. Uma vez identificada a unidade mental e comportamental de uma nação, Boutmy passa a explicar toda a história do país e de seus desdobramentos jurídicos e institucionais através dessa “personalidade coletiva”. Pode-se afirmar que o caráter do povo inglês de Boutmy representa a idealização da vida social por um liberal-conservador: os ingleses têm um espírito “prático”;

encontrada pelo autor para acomodar seus valores liberais e o “determinismo científico”, cf. FAVRE, Pierre, “Les Sciences d’État entre le déterminisme et le libéralisme”, *Revue Française de Sociologie*, 1981.

⁵⁰ Veja-se, por exemplo, o elogio à obra de um autor inglês: “Há nele [Jusserand] dons e uma cultura de um erudito, de crítico e de letrado, de um homem do mundo e de um homem político. Ele adiciona a isso uma sensibilidade leve, uma imaginação sóbria e nuançada, infinitamente espirituosa e interessante”, BOUTMY, É., *Revue de Paris*, 1894, p. 375.

respeitam seus “grandes homens” e os elegem para o governo; têm idéias mais “realistas” do que “abstratas”; as “classes pobres” são indiferentes às desigualdades sociais; os indivíduos resolvem por si mesmo seus problemas; lêem isoladamente o jornal; suas multidões são menos coléricas e têm mais energia quando se trata de lutar contra o despotismo; o inglês é um solitário que experimenta em si mesmo suas emoções, ou seja, não é fruto de uma “simpatia” exterior ou uma “cópia” do que ele vê ao seu lado. Por oposição, o francês é mais encolerizado, mais “sugestionável”, mais voltado à imagem exterior, menos introspectivo e mais sociável, qualidades inferiores para Boutmy porque baseadas no esquema de oposição clássico da psicologia social, entre o indivíduo/superior *versus* o coletivo/inferior. Não se trata, portanto, como quer fazer crer Favre, de entender a obra como uma tentativa de equilíbrio entre “liberalismo” e “determinismo”, mas sim de reafirmar o culto à tradição, às elites e ao liberalismo inglês. Também não se poderia denominar a obra de Boutmy “modernista”, como quer o autor, fiando-se nos elogios de Boutmy à tecnologia e ao progresso da ciência, bem como ao seu protestantismo. Liberalismo conservador, e não progressista, sua filosofia social reforça a importância das famílias e das elites locais em detrimento de valores democráticos e públicos.

Alfred Fouillée, também na passagem do século, publica duas psicologias de povos com a mesma abordagem de Boutmy; contudo, como pertence a outros meios e é portador de outra percepção, inverte a interpretação do seu concorrente. Sua principal psicologia social diz respeito ao caráter nacional francês⁵². O “caráter nacional”, sinônimo da “psicologia de um povo”, é formado pela “consciência” e pela “vontade” da nação através de um longo período histórico e não numa única circunstância histórica. Do mesmo modo, o caráter nacional deve ser representado pela “elite natural” do país, cujas idéias e sentimentos se expressam através de “signos psicológicos” — língua, religião, arte, poesia e heróis⁵³ — e não pelas “multidões” ou pela “opinião da maioria”. Essas duas condições pretendem evitar que a França seja retratada em seus piores momentos e por grupos sociais inferiores. Sua abordagem reproduz o tradicional ecletismo da psicologia social: o caráter nacional é o conjunto dos traços étnicos, geográficos e psicológicos de um povo, ou seja, a “hereditariedade”, o “meio físico” e a “síntese psicológica”, a ênfase recaindo sobre os fatores

⁵¹ BOUTMY, É., *Essai d'une psychologie politique du peuple anglais au XIX^e siècle*, Paris, Armand Colin, 1902; ²1916.

⁵² FOUILLÉE, Alfred, *Psychologie du peuple français*, Paris, F. Alcan, 1898; ⁸1927.

⁵³ “Il y a une élite naturelle qui, mieux que tout le reste, représente l'âme d'un peuple entier, sa pensée la plus profonde et sa volonté la plus essentielle”, FOUILLÉE, A., *Psychologie du peuple français*, op. cit., p. 12.

morais ou culturais em detrimento dos biológicos ou climáticos⁵⁴. Esses últimos fatores são explicados de acordo com a psicologia social de Tarde: os indivíduos agem uns sobre os outros e se influenciam, unilateral e reciprocamente, através de um processo de sugestão de pessoa a pessoa, de tal modo que uma nação pode ser definida como um conjunto de seres que se imitam⁵⁵. Seu interesse é combater a economia liberal e as interpretações pessimistas do caráter nacional francês — os “adoradores dos anglo-saxões” e os “darwinistas sociais” —, segundo ele inspirados pelo sentimento utilitarista de admiração ao “industrialismo”, ao “comercialismo”, ao “dinheiro”, à “força individual” e ao “sucesso”⁵⁶. Para Fouillée a economia liberal produz o “atomismo social”, ou seja, a destruição da solidariedade social, e daí sua propensão ao “darwinismo social”, representado pelo pensamento de Le Bon, Demolins e Lapouge⁵⁷. A cultura francesa, segundo Fouillée, caracteriza-se pela “sociabilidade”, pela tendência à “imitação”, pela “universalidade”, pela “igualdade” e pelo perfil “generalista”, por oposição ao “individualismo” e à “divisão do trabalho”, expressões culturais tipicamente inglesas. Ora, Fouillée utiliza as mesmas características de Boutmy, mas nesse caso elas têm uma conotação positiva. Trata-se de uma luta que tem um significado ao mesmo tempo contextual — as reformas do ensino secundário —, mas também um significado na trajetória desses autores e na posição ocupada por eles no campo. A defesa do latim por Fouillée, tomada de posição conservadora, se explica pela crítica do autor ao excesso de liberdade da imprensa, que teria aumentado a “auto-sugestão” da decadência francesa. O latim teria, portanto, uma função primordial de “contra-sugestão”: moralizar as elites através das raízes lingüísticas latinas e das virtudes da história latina. Por outro lado, a defesa da ampliação da ação do Estado em algumas áreas específicas — ensino, trabalho e aposentadoria — está relacionada à sua própria trajetória na função pública⁵⁸.

As críticas recebidas pelas psicologias nacionais foram avassaladoras por parte do grupo durkheimiano, principalmente as que foram resenhadas por Lapie. Ele ironiza a sobreposição e a multiplicidade de hipóteses dos autores, as contradições entre elas, o caráter

⁵⁴ FOUILLÉE, A., *Psychologie du peuple français*, op. cit., p. 31.

⁵⁵ FOUILLÉE, A., *Psychologie du peuple français*, “Préface”, op. cit., pp. 8-13.

⁵⁶ FOUILLÉE, A., “Races latines”, *Revue des Deux Mondes*, 1899, p. 561.

⁵⁷ O “darwinismo social” é uma expressão usada no fim do século geralmente numa acepção pejorativa e, grosso modo, significa a aceitação da luta como único motor da evolução social. Para Fouillée, a seleção “animal” difere da “social” exatamente porque, no último caso, a evolução exige também a simpatia ou a solidariedade social.

⁵⁸ Nesse sentido, discordo da interpretação de W. Logue sobre Fouillée à medida que ele desconsidera a importância dos constrangimentos e do contexto intelectual e social e conclui que suas idéias resultam “da busca da verdade sem concessões”, LOGUE, William, *From Philosophy to Sociology: The Evolution of French Liberalism, 1870-1914*, op. cit.

literário do texto, a influência arcaica da teoria de Taine e o idealismo da expressão “caráter do povo”. À *Psychologie du peuple français*, de Fouillée, faltaria densidade conceitual e pesquisa empírica, não acrescentando muito às conhecidas visões “caricatas” do “espírito francês”⁵⁹. Lapie afirma ironicamente que são obras científicas e não literárias e que é possível explicar o que existe pelo que não existe, ou seja, as instituições pelo “caráter nacional” — assim como no caso da explicação pelo “éter”... Conclui que ao menos há um interesse prático nessas obras: seria bom saber se um povo tem caráter plástico ou não, móvel ou rígido, para saber o quanto se pode modificá-lo pela educação. Bouglé critica a noção de “raça”, o caráter a-histórico da expressão “alma do povo” e, finalmente, a pouca atenção dada às instituições sociais. Mesmo assim, Bouglé termina com um elogio a Boutmy, relacionando sua obra à de Taine e reconhecendo nela certa compreensão do povo inglês⁶⁰.

A passagem do século representa, portanto, um momento culminante de esgarçamento da solidariedade entre filosofia, psicologia e sociologia, que até então estavam reunidas, entre outras coisas, sob a bandeira da luta ao mesmo tempo política e teórica contra o “pessimismo” sob todas as suas formas. Tomando-se como referência a defesa da sociologia por Fouillée ao longo da década de 90, observa-se que Tarde e Durkheim eram igualmente estimados até 1897, o que indica que a psicologia e a sociologia ainda permaneciam reunidas sob a dominação da filosofia. A defesa da filosofia social “solidarista” exigia a luta em várias frentes: de um lado, contra o decadentismo na arte e a criminologia sensacionalista da imprensa e, de outro lado, contra o materialismo econômico, o liberalismo clássico e o darwinismo social. Fouillée pediu a censura das obras e da imprensa pessimista⁶¹, Durkheim se referiu ao pessimismo dos literatos como um ataque aos intelectuais e criticou a suposta separação entre intelectuais e multidões que Brunetière difundia⁶² e Bouglé condenou os artistas influenciados pelos “grandes homens nietzscheanos” e os economistas liberais, ambos portadores de um sentimento anti-social ou egoísta⁶³. Durkheim e Fouillée tentavam

⁵⁹ LAPIE, Paul, “Fouillée: ‘La psychologie du peuple français’”, *L’Année Sociologique*, 1898; e “Études critiques”, 1902.

⁶⁰ BOUGLÉ, C., “Boutmy: La psychologie du peuple anglais”, *L’Année Sociologique*, 1901.

⁶¹ “Não se deve julgar a nação inteira a partir de romances cuja publicação a polícia tolera e contra os quais estamos errados de não reagir”, FOUILLÉE, A., *Psychologie du peuple français*, op. cit.

⁶² “Disseram que a multidão não foi feita para compreender os intelectuais e responsabilizaram a democracia e seu suposto espírito beócio pela espécie de indiferença política de que deram prova cientistas e artistas durante os primeiros vinte anos da nossa Terceira República. Mas o que mostra o quanto essa explicação é sem fundamento é que essa indiferença chegou ao fim desde que um grande problema moral e social foi colocado diante do país”, DURKHEIM, É., “Les intellectuels et la démocratie”, *Revue Bleue*, 1904. Durkheim condena explicitamente a obra *Le disciple* (1889) de Paul Bourget como exemplo dessa visão.

⁶³ “Na confluência dessas duas tendências aparece a figura do super-homem, onde encontramos o ambicioso e o artista, o dominador e o esteta — poeta ao mesmo tempo em que predador e desejoso por se elevar acima da

diferenciar o que os economistas liberais tais como Leroy-Beaulieu insistiam em identificar: a sociologia, o socialismo e o despotismo. No plano teórico, concordavam que o progresso social dependeria de outras causas que não exclusivamente a luta e a seleção dos mais aptos. A visão da “decadência francesa” traçava um destino fatal para a “raça latina”, o que atingia o reformismo, o estatismo e o patriotismo dos grupos ligados à educação. Se Durkheim atacou a psicologia das multidões do ponto de vista teórico, Fouillée criticava suas conseqüências políticas pessimistas, pois os fenômenos de multidão estariam circunscritos a um momento fugaz na história ⁶⁴, ou seja, eles se referiam a “reações momentâneas” de um grupo social e não à psicologia de um povo. Até 1897, Fouillée considerava o conceito de “imitação” de Tarde muito restrito à análise das multidões e à passividade social, mas equivocado para se compreender a psicologia de um povo, que por princípio reunia indivíduos ativos e conscientes. Contudo, com a passagem do século, o cenário mudou: a eleição de Tarde para a Académie, as críticas de L'Année à psicologia social, as reformas universitárias e as posições dos durkheimianos no caso Dreyfus delineiam o contexto de uma ruptura estrutural. A partir de então a psicologia optou pela tradição intelectual e se aproximou da filosofia eclética contra a sociologia durkheimiana. A essa altura a Académie des Sciences Morales et Politiques abrigava Tarde, Fouillée, Boutmy, Ribot e Cheysson, ou seja, era o centro da psicologia experimental e social contra a Nouvelle Sorbonne, o centro da sociologia durkheimiana a partir de 1902.

As críticas dos durkheimianos, portanto, representam parte de um processo muito mais complexo e que deve ser relativizado, entre outras coisas, porque eles ainda estavam em vias de legitimação nesse período, o que minimiza a força discursiva do grupo. Em segundo lugar, a psicologia social, como se viu, não foi marginalizada pela universidade como um todo, mas, ao contrário, foi mais prestigiada do que a sociologia por certos grupos dominantes. Por outro lado, o discurso crítico dos durkheimianos tem seu papel nesse processo se equacionado dentro de uma questão maior ligada à profissionalização do pólo científico através das reformas do ensino universitário. Não apenas a sociologia estava em processo de profissionalização, mas também a história, o direito, a filosofia e a etnologia integravam esse movimento, o que produziu em todas essas áreas um discurso de valorização dos procedimentos científicos e teóricos por oposição ao diletantismo, típico da psicologia social.

massa para se elevar acima de si mesmo”, BOUGLÉ, C., “L'évolution du solidarisme”, *Revue Politique et Parlementaire*, 1903.

⁶⁴ FOUILLÉE, A., *Psychologie du peuple français*, Paris, F. Alcan, 1898; ⁸1927, p. 5.

GUSTAVE LE BON E A MULTIDÃO INTELECTUAL.

As idéias e as estratégias intelectuais de Le Bon foram estudadas por diversos autores ao longo da última década⁶⁵. Para este trabalho interessam apenas as obras e os artigos de psicologia social publicados entre 1894 e 1914, pois esses textos envolvem suas estratégias de legitimação intelectual no campo das ciências sociais, em particular a partir da *Revue Scientifique* e da *Revue Philosophique*, mas também as razões pelas quais Le Bon não conseguiu se legitimar. O estudo da recepção de sua psicologia social no meio intelectual, em particular no âmbito da história e da filosofia, mas também no das ciências sociais e da sociologia durkheimiana, mostra os limites dessas estratégias e permite traçar um quadro de possibilidades nesse período.

Os dois principais estudiosos que interessam a esse debate são Robert Nye e Benoît Marpeau. Nye tende a normalizar o pensamento de Le Bon a partir do suposto de que o contexto intelectual ligado ao nascimento da sociologia era tipicamente “conservador”, pois preocupado com o atomismo social e nostálgico em relação ao passado histórico da França. Nesse sentido, ele faz uma interpretação dos discursos com referência imediata às preocupações políticas, o que torna indiferenciados grupos intelectuais que, no entanto, disputavam no campo intelectual. Marpeau, diferentemente de Nye, faz uma análise a partir do campo intelectual e mostra como os autores mais especializados foram significativamente mais críticos em relação às idéias de Le Bon⁶⁶. Por outro lado, o autor afirma que Le Bon não foi um marginal como querem fazer crer os estudiosos ligados à “história da psicologia social”⁶⁷ uma vez que, através dos seus banquetes e da função de diretor na Flammarion, mantinha relações muito próximas com personalidades políticas, empresariais, científicas e artísticas. Contudo, Marpeau não observa que a resposta a essa ambigüidade não está apenas nas estratégias de sociabilidade de Le Bon, mas principalmente na existência de um espaço no campo intelectual, o da “ciência mental”, que representou uma exceção à regra da exclusão dos diletantes pelos universitários. Nesse campo e, em particular, entre os psicólogos experimentais, houve uma flexibilidade muito maior nos critérios de cientificidade, o que está

⁶⁵ Cf. aqui a “Introdução”.

⁶⁶ Para Nye, Le Bon é um liberal em economia e, em política, um adepto da “democracia autoritária”, NYE, R., *An Intellectual Portrait of Gustave Le Bon*, Tese de doutorado em História, Maddison, University of Wisconsin, 1969. Marpeau afirma que Nye superestima o ímpeto de Le Bon ao controle social. “A sensibilidade comum, onde o liberalismo está muito impregnado, parece muito centrada sobre o indivíduo e sua permanente luta por afirmação para que fosse desenvolvida uma elaboração precisa de um projeto de remodelagem global social e política e menos ainda um projeto de dominação”, MARPEAU, B., op. cit., p. 336.

ligado, como já foi visto, às suas relações com a filosofia e a medicina, bem como à profissionalização de seus representantes.

Le Bon teve uma carreira intelectual bastante conturbada e instável. De origem social pequeno burguesa, foi para Paris ainda jovem e conseguiu convencer um professor a lhe fornecer um certificado do curso de “medicina prática” sem, contudo, ter cursado todos os anos⁶⁸. Viveu desde essa época de sua própria pena, o que exigia um investimento enorme em relações pessoais e em contatos com editoras comerciais. Nos anos 70 e 80, suas obras trataram de temas como higienismo e história da civilização, temas de vulgarização científica que imprimiriam ao seu texto um estilo fácil e sintético. Fazia questão de assinar “Dr.” Le Bon, o que revela uma personalidade extremamente preocupada com o prestígio social. Se, por um lado, vários representantes legítimos da “ciência mental” prestigiaram sua obra, por outro lado, as disputas teóricas e pessoais em que ele se envolveu, às quais fiz menção no Capítulo 2, são parte da explicação de sua posição marginal no campo intelectual — dada a perda de capital social que implicavam, moeda valiosa para um “intelectual livre”. Essas disputas podiam ser bastante racionais e baseadas em conceitos ou nas conseqüências políticas de suas idéias, mas também envolveram um alto grau emocional em razão do sentimento de inferioridade arraigado de Le Bon e que produziu ressentimento, mas também ambição e vaidade desmedidas. Sua personalidade autoritária ficou conhecida pela maneira como administrou os banquetes, pois não era apenas um anfitrião, mas um verdadeiro maestro que definia os temas e a ordem dos comentários. Nas cartas endereçadas a ele por parte dos membros de seu círculo mais íntimo é possível observar no tom reverencial uma relação quase medieval entre discípulo e mestre. A imagem que cultivou, e que foi reproduzida pelos seus próximos, é a de um gênio incompreendido diante de uma universidade injusta e subserviente. Sua carreira intelectual pode ser descrita como um drama entre as posições que pretendia ocupar e as que de fato conseguiu: apesar de seu desprezo em relação ao grande número, sua obra foi um sucesso entre as pessoas leigas; apesar do desprezo em relação aos estrangeiros e culturas não européias, foi nesses países que sua obra fez mais sucesso; apesar da misoginia, foi entre as mulheres que conquistou os leitores mais assíduos e mesmo amizades importantes, como Marie Bonaparte e a Princesa Bibesco⁶⁹. Dentro e fora da França

⁶⁷ Cf. os trabalhos de MOSCOVICI, S., APFELBAUM, E., e LUBEK, I., citados nas referências bibliográficas.

⁶⁸ Segundo Marpeau, Le Bon interrompe o curso exatamente na época em que recebe do Dr. Piorry um falso certificado de conclusão do curso de *officier de santé*, bem menos prestigioso do que o tradicional curso de medicina e que é extinto em 1892. MARPEAU, Benoît, *Gustave Le Bon: parcours d'un intellectuel*, Paris, C.N.R.S., 2000.

⁶⁹ Le Bon manteve-se celibatário, o que intriga em razão de sua ampla sociabilidade e das amizades femininas. Em todo caso, seu desprezo “teórico” pelas mulheres gerou conflitos na Société d'Anthropologie de

mantinha relações com políticos do mais alto escalão, ainda que para aqueles importasse mais o personagem e sua rede de relações sociais do que sua obra, sinal da posição dominada que ocupava no campo intelectual francês. Le Bon era parente distante do presidente Sadi Carnot, a quem inclusive recorreu e de quem conseguiu obter financiamento para uma de suas obras. O assassinato de Carnot por um anarquista, em 1894, causou-lhe, portanto, um duplo prejuízo.

Além de publicar trabalhos sobre medicina, história, antropologia e psicologia social, Le Bon também escreveu sobre adestramento de animais, fotografia e física, mantendo um laboratório em sua residência onde realizava experiências isoladamente. Sua obsessão em ser o primeiro a fazer uma descoberta científica o levou a disputas insanas e prejudicou seu projeto de ascensão acadêmica. Encarnava uma figura intelectual não apenas tradicional e romântica — o cientista solitário ou o gênio incompreendido —, mas também era um tipo bizarro para os próprios padrões da época. Nos anos 90, travou forte polêmica com Scipio Sighele, pertencente à Escola de Antropologia Criminal italiana, em razão da propriedade intelectual da psicologia das multidões⁷⁰. Sighele e Gabriel Tarde chegaram a um acordo, pois publicaram suas obras praticamente no mesmo momento, mas Le Bon foi recriminado por não reconhecer sua precedência⁷¹. Uma das maiores frustrações de Le Bon foi o fato da Academia de Ciências não ter reconhecido seu pioneirismo na descoberta do raio infravermelho e, em consequência, ter perdido o prêmio Nobel, em 1903, para Marie Curie — não apenas uma universitária, mas também uma mulher. Muito tempo depois, a obsessão pela grande descoberta e pelo prestígio científico ainda o perseguia: ele escreveu para Albert Einstein, em 1922, afirmando que ele, Le Bon, teria descoberto primeiro a lei da relatividade⁷². Nessas cartas, Le Bon sugeria que Einstein o teria plagiado e atacava, em consequência, os “alemães”, uma questão de propriedade intelectual que Einstein retrucou como de ordem individual e não nacional⁷³.

Paris. Letourneau ficou indignado por Le Bon não admitir a possibilidade de elevar o nível mental das mulheres pela educação.

⁷⁰ “Os raros autores que se ocuparam do estudo psicológico das multidões não as estudaram, como afirmei, senão do ponto de vista criminal. Não tendo consagrado a esse assunto senão um capítulo pequeno, envio o leitor ao Sr. Tarde e ao opúsculo do Sr. Sighele, *Les foules criminelles*. Esse último trabalho não contém uma única idéia pessoal do autor, mas é uma compilação de fatos que os psicólogos poderão utilizar”, LE BON, Gustave, *La psychologie des foules*, Paris, F. Alcan, 1895; ed. 1905, p. 16.

⁷¹ Em 1896, Sighele escreve uma carta a G. Tarde na qual se mostra revoltado contra a atitude de Le Bon, que o chamara, aparentemente, de “cão italiano”, CHEVS, GTA 91. Le Bon também escreve a G. Tarde e afirma: “Entre compatriotas é necessário ter memória curta, mas com os estrangeiros e, sobretudo com os estrangeiros que nos odeiam tão profundamente como os italianos, é necessário ter uma bastante longa (...)”, CHEVS, GTA 89.

⁷² As cartas estão na Bibliothèque Nationale. Cf. BNF – Manuscritos Ocidentais – Fundo Le Bon.

⁷³ BNF – Manuscritos Ocidentais – Fundo Le Bon.

Le Bon declarou que sua própria época representava a “era das multidões” e, com isso, ele queria dizer, especificamente, que as classes populares estavam em ascensão na sociedade francesa. Sua maior preocupação com a série de obras de psicologia social foi retratar um processo patológico de desagregação nacional promovido pelas classes populares francesas, chamadas de “jacobinas” ou de “socialistas”, com o objetivo de instaurar o socialismo na França. Le Bon não diferenciou os diversos movimentos sociais ou organizações populares; para ele, a radicalização da Revolução Francesa e os movimentos sindicais de sua época são expressões de um mesmo fenômeno psicológico. As multidões são impulsivas, instintivas, impressionistas, facilmente irritáveis, sugestionáveis, crédulas, fazem associações sem nenhuma lógica, pensam por imagens, não têm idéias próprias, têm frequentemente alucinações coletivas, confundem a realidade com sua imaginação, são incapazes de raciocinar e de julgar e não têm bom senso⁷⁴. Uma aglomeração produz, segundo ele, uma alteração da natureza individual em que cada indivíduo perde sua inteligência e adota a da multidão, por definição inferior à de qualquer membro considerado individualmente. Moralmente, por outro lado, as multidões poderiam ser superiores ou inferiores ao nível moral médio de seus membros. A principal ambigüidade das idéias de Le Bon vem do fato de que a “multidão” é um termo que representa desde uma reunião de quaisquer pessoas na rua até a “raça” ou o “povo”. A “aglomeração” que, num primeiro momento, parece mediar a regressão mental de um povo, é dispensada quando integrada à sua filosofia social e à sua antropologia racial, pois passa a representar um estado mental mais ou menos permanente e característico de quaisquer grupos ou classes sociais julgadas inferiores, tais como as mulheres, as crianças, as “raças inferiores” e as classes populares.

O tema da psicologia do povo ou da raça era antigo na historiografia e na literatura francesa, particularmente nas obras sobre a Revolução Francesa, sobre os movimentos de 1848 e sobre a Comuna⁷⁵. O vocabulário a partir do qual Le Bon pretendeu erigir uma nova disciplina também não foi propriamente invenção sua, pois foram largamente apropriados da antropologia e da ciência mental do período⁷⁶. Da antropologia Le Bon tomou o paradigma da “desigualdade entre as raças humanas”, crença generalizada na Société d’Anthropologie de Paris, instituição da qual participou entre 1879 e 1888, tendo inclusive um memorial premiado

⁷⁴ LE BON, G., *La psychologie des foules*. Paris, P.U.F./Quadrige, 1995.

⁷⁵ As principais referências de Le Bon nesse âmbito são a historiografia de Hippolyte Taine e de Alexis de Tocqueville; por outro lado, contrapõe-se à historiografia de Michelet que representa a Revolução como obra do povo, o que para Le Bon é algo impossível porque este não teria tal habilidade.

⁷⁶ Em 1895, data de publicação de *La psychologie des foules*, Gabriel Tarde e Scipio Sighele já travavam discussões sobre a criminalidade das multidões e Lombroso também já publicara várias obras em que discutia a criminalidade e sua relação com a psiquiatria e com a ação revolucionária.

sobre a relação entre o volume do crânio e a inteligência⁷⁷. A partir dos anos 80, contudo, interessou-se cada vez mais por outro tipo de classificação racial, não mais baseada em características anatômicas, mas sim em traços psicológicos, admitindo, desde então, a hereditariedade psíquica da raça. No caso da ciência mental, Le Bon transpôs para o social algumas teses da psicologia experimental de Théodule Ribot e da Escola de Nancy: de Ribot tomou emprestado a relação entre a patologia, a perda das capacidades mentais superiores e a dominação pelos instintos e, do Dr. Bernheim, o papel do hipnotizador (*meneur*) que manipula os impulsos e as excitações da multidão. Finalmente, Le Bon emprestaria de Tarde e de Sighele o próprio termo de “multidão”, bem como sua representação como um processo de homogeneização mental e a tese de que a multidão é incapaz de autogoverno dada a perda do sentimento de responsabilidade moral.

Segundo Le Bon, o que garantiria o caráter uniforme da “alucinação coletiva” seria o processo de “sugestão contagiosa” e que se refere à mútua “imitação” entre os indivíduos de uma multidão a partir de uma primeira ação de um de seus membros, posteriormente reproduzida por “afirmação”, “repetição” e “contágio” para todos os outros. Esse processo adquire um interesse fundamental nos casos em que a fonte da sugestão é um “líder” (*meneur*), freqüentemente alguém que tem “prestígio” (fascínio pessoal) e que exerce, consciente ou inconscientemente, um controle total sobre a multidão, assim como um hipnotizador em relação a um hipnotizado⁷⁸. Sua nomeação é praticamente “instintiva” (inconsciente) e costumam ser “neuróticos”, “exaltados” e “meio-loucos”, pois, mais do que todos os outros, são convictos. Grandes líderes políticos (Jesus, Napoleão etc.) são homens que conhecem profundamente a alma da multidão e sabem governá-la porque não têm ilusões quanto à forma discursiva que devem utilizar: muitas imagens, expressões exageradas, nenhuma argumentação, nenhum raciocínio, palavras sonoras e de fácil compreensão e que sensibilizem a imaginação popular. Por oposição aos grandes líderes, Le Bon identifica as pequenas lideranças populares⁷⁹, ou seja, os que incentivam os baixos instintos das multidões e não as “grandes crenças” civilizatórias. A oposição entre “alma da raça” e “alma da multidão” estrutura todo o pensamento de Le Bon: de um lado, a “alma da raça” se homogeneiza e produz a harmonia social com o auxílio dos grandes homens; de outro lado, a

⁷⁷ O nome do memorial, citado inclusive por Durkheim, era: “Recherches anatomiques et mathématiques sur les lois de variation du volume du cerveau et sur leur relation avec l’intelligence”, REYNAUD-PALIGOT, Carole, *La République raciale, 1860-1930*, Paris, P.U.F., 2006, p. 102.

⁷⁸ As experiências de J. M. Charcot sobre o hipnotismo exerceram grande influência sobre Le Bon, frequentador das famosas sessões de hipnose na Salpêtrière. Não obstante, a Escola de Nancy e não a Salpêtrière foi sua referência maior na medida em que para essa escola todo indivíduo poderia ser hipnotizado, enquanto para Charcot apenas os histéricos é que poderiam sê-lo.

“alma da multidão” se homogeneíza, mas no sentido do “egoísmo coletivo” e da patologia social, conduzidas por hipnotizadores criminosos e instintivos.⁸⁰

As múltiplas contradições de Le Bon se devem ao uso dos mesmos termos para descrever fenômenos distintos e, além disso, porque são usados no sentido ao mesmo tempo descritivo e valorativo. Assim, a psicologia da multidão pode representar um estado de patologia social e se opor à mentalidade da raça ou povo; por outro lado, Le Bon usa por vezes os dois termos como sinônimos, a ponto de afirmar que a “multidão” é o grupo através do qual as características da “raça” são as mais evidentes, o que representaria seu estado normal e comunitário, mas não patológico⁸¹. Do mesmo modo, Le Bon afirma que a mentalidade do “povo” ou da “raça” é hereditária, ou seja, biologicamente determinada e que a educação altera apenas características superficiais de um povo, mas não seu temperamento ou caráter; por outro lado, ele também afirma que a raça pode ser modificada pela educação. A antropologia e a sociologia convivem indiferenciadamente no pensamento de Le Bon e dessa mistura surgem as diversas tensões e contradições de seu pensamento.

A psicologia social de Le Bon tem um significado específico e que pode ser identificado através dos dois principais alvos de seus ataques, que se confundem em razão de sua posição no campo intelectual: a *universidade pública* e o *Estado social*. A psicologização do “social” foi uma estratégia para dar aporte científico à pretensão de conservar os padrões da economia do *laissez-faire* e a ausência de proteção ao trabalho num regime que começava a atender certas reivindicações populares. Ao mesmo tempo, foi um argumento usado para questionar as elites da administração escolar e contrapor a elas uma elite cultural mais “dinâmica” e afinada às novas elites industriais e mercantis. As multidões para Le Bon representam as classes populares, mas, principalmente, sua ascensão através de um processo de cooptação das elites que, “hipnotizadas”, agiriam contrariamente a seus próprios interesses levando à degeneração da França. O liberalismo de Le Bon pode ser relacionado, num sentido mais genérico, aos valores econômicos e sociais do autor, mas, sociologicamente, deve ser referido à impregnação da cultura vigente no pólo “livre” das ciências sociais e no mundo publicista do qual ele fazia parte. Seu retrato das elites opõe, de um lado, os “universitários

⁷⁹ LE BON, G., *La psychologie politique*, Paris, E. Flammarion, [1910] 1921.

⁸⁰ Mantenho o termo “foule” (multidão), ao contrário de “masse” (massa), pois esse é raramente usado por Le Bon e porque pretendo me distanciar da interpretação que considera o autor um antecipador das análises sobre a “sociedade de massa” no século XX.

⁸¹ “Em relação ao fundamental nós estamos de acordo, o senhor denomina público o que eu chamo de multidão homogênea, mas os termos importam pouco. Não há como elogiar-lo o suficiente por finalmente ter começado a comprovar a noção de alma. Eu havia insistido longamente sobre o fato de que a alma da raça se encontra, sobretudo, nas multidões, e fiquei feliz de vê-lo adotar essa idéia”, LE BON, G., *La psychologie du socialisme*, Paris, F. Alcan, 1895; ²1898; cf. ainda CHEVS, GTA 89.

subservientes” e os “funcionários públicos” e, de outro lado, os “empreendedores” e os “intelectuais independentes”. Essas oposições se inserem no cenário de mudança institucional na França e, particularmente, se referem à realidade de um publicista numa situação de perda de prestígio no campo intelectual. O resultado dessa posição progressivamente dominada é o equacionamento da “questão social” através da generalização de sua própria situação para toda a sociedade, procedimento ideológico clássico que utiliza a também clássica filosofia política do pensamento conservador: as elites não ouviriam os verdadeiros intelectuais e acabariam sendo cooptadas pelos falsos intelectuais (os universitários) e, através deles, pelas multidões, o que levaria, em primeiro lugar, à anarquia e, em segundo lugar, ao despotismo.

As resenhas críticas da obra de Le Bon podem mostrar como as questões ideológicas e as posições intelectuais interferiram em sua carreira e impediram sua ascensão no campo legítimo das ciências sociais. É significativo o fato de Durkheim (e *L'Année Sociologique*) nunca ter dedicado uma resenha a alguma das obras de Le Bon e, mesmo, sequer tê-lo citado, com exceção de uma menção à crescente diferença entre os sexos que a pesquisa craniométrica de Le Bon supostamente comprovaria⁸². O caso de Bouglé parece ser uma exceção no grupo durkheimiano, pois ele toma Le Bon como referência numa discussão sobre a democracia⁸³. Le Bon é citado, ao lado de Tarde, Sighele e Izoulet, como representante de um grupo que acredita que a inteligência popular, com base na psicologia da multidão, é inconcebível, por oposição aos que acreditam, dentro da tradição sociológica de Tocqueville, Spencer e Durkheim, que ela é possível⁸⁴. A discussão sobre a psicologia da multidão no artigo de Bouglé talvez possa ser explicada se se considera que nesse período Durkheim e Tarde estavam em pleno debate e, ao vincular Tarde a autores sem prestígio, Bouglé projetava sobre ele a imagem negativa daqueles. Para além do silêncio do grupo durkheimiano, pode-se observar que a crítica ao aspecto diletante da obra de Le Bon começou muito antes do grupo durkheimiano se consolidar, o que deve ser relacionado à profissionalização das várias disciplinas em ciências sociais, particularmente a história, a etnologia e a sociologia.

⁸² “O Dr. Le Bon demonstrou, como vimos, que com o progresso da civilização o cérebro dos dois sexos se diferencia cada vez mais”, DURKHEIM, É., *Divisão social do trabalho* [1893], Martins Fontes, 2000, p. 26. A exceção é a citação de Durkheim do Dr. Le Bon em *Le Suicide*, cf. DURKHEIM, É., *O suicídio*, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

⁸³ BOUGLE, Célestin, “Sociologie et démocratie”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1896.

⁸⁴ Charles Andler, estudioso e adepto do “socialismo de Estado alemão”, critica veementemente Bouglé por essa menção e elabora uma outra relação entre o especialista e o homem de bom senso. “Essas palavras de ‘inteligência popular’ e de ‘vontade popular’ não são inteligíveis. São metáforas. (...) É preciso deixá-las aos romancistas e aos poetas que adoram tornar sensível ‘o mistério das multidões’ por vagas e belas combinações verbais. (...) Esse ‘espírito da multidão’ (...), antes de admiti-lo, seria necessário demonstrar sua realidade”, ANDLER, Charles, “Sociologie et démocratie”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1896, p. 246. Andler critica

Os estudos de Le Bon sobre civilizações orientais receberam várias críticas, em particular devido ao fato do autor não ser especialista na área e priorizar monumentos ao invés de outros tipos de documentos, tais como manuscritos, que exigiriam o conhecimento da língua nativa. Delboeuf, doutor em filosofia e professor na Universidade de Liège, estudioso da psicologia e membro da Escola de Nancy, considera *L'Homme et les sociétés*, de 1881, uma obra de vulgarização⁸⁵. Mas sua crítica se limita ao campo de sua especialidade e, nesse sentido, ele enfatiza contradições teóricas, tais como a convivência, num mesmo pensamento, entre a idéia de evolução e a de imutabilidade da raça ou entre ciência e moralidade⁸⁶. Outra obra dessa mesma série foi *Les premières civilisations*, de 1889. Nesse caso, o crítico foi Seignobos, normalista, título de agregação em história e doutorado em letras, professor da Faculdade de Letras de Paris e de Dijon. Seignobos, como historiador, se sente mais atingido pelo trabalho diletante de Le Bon. Ele menciona o uso de termos não autorizados pela ciência e, em particular, critica o entusiasmo de Le Bon pela guerra como um fator evolutivo, o que seria contrário aos fatos. E conclui com ironia: “Não teremos o mau gosto de insistir sobre críticas desse gênero [conceituais] diante de uma obra tão agradável de se ler. O Sr. Le Bon escreve numa língua firme, sonora, imaginativa, que toca às vezes a alta poesia e freqüentemente ele encontra para seu pensamento expressões impressionantes”. E numa alusão às obras de vulgarização científica afirma: “O livro é ornamentado com um grande número de gravuras, reproduções de monumentos (...) belas fotografias de tipos e de paisagens às quais o Sr. Le Bon já habituou seu leitor”⁸⁷. A oposição entre obras de “imaginação” e obras conceitualmente fundamentadas exprime a distância entre o pólo científico e o de vulgarização.

A obra de Le Bon sobre a Revolução Francesa foi ainda mais criticada, em especial porque ele desprezou o conhecimento acumulado sobre o assunto e se colocou como inovador absoluto, provocando a ira entre os especialistas. Sua obra *La Révolution Française et la psychologie des révolutions*, de 1912, foi resenhada pela *Revue Historique* e pela *Revue du Mois* e as críticas foram vigorosas. Nessa obra, Le Bon mostrava como os jacobinos eram,

Tarde e Durkheim, mas defende a psicologia fisiológica e uma futura “psicologia social”, a partir da qual se fundará a sociologia, o que demonstra a hegemonia dessa disciplina.

⁸⁵ DELBOEUF, Joseph, “Gustave Le Bon: L’homme et les sociétés, leurs origines et leur histoire”, *Revue Philosophique*, nº 12, 1881: “É uma obra de vulgarização, destinada, apesar dos desenvolvimentos da antropologia, a conservar seu interesse durante muitos anos” (p. 433).

⁸⁶ Delboeuf se tornará próximo de Gabriel Tarde ao longo dos anos 80, o que culmina numa admiração intelectual mútua, o que sugere que parte das críticas recebidas por Le Bon se deve à própria influência da obra de Tarde.

⁸⁷ SEIGNOBOS, Charles, “G. Le Bon: Les premières civilisations”, *Revue Philosophique*, nº 28, juil.-déc., 1889.

além de intuitivos, psicologicamente conservadores e, no fundo, “estatistas”, traços esses que eram hereditários na “raça latina”. Ou seja, aparentemente revoltados com o poder, os revolucionários — e as classes populares — eram profundamente submissos, pois adoradores de um déspota e do “Estado providência”. A Revolução teria duas causas principais: o fato das classes dirigentes terem votado leis contra seus próprios interesses e dos líderes populares terem vulgarizado a filosofia iluminista para as multidões⁸⁸. Na primeira resenha, da *Revue Historique*, o autor, que não assina, afirma que falta a Le Bon humildade para reconhecer o trabalho de outros historiadores e que muitas coisas que ele acredita descobrir já foram estudadas. Termina afirmando que sua obra se tornaria o “evangelho do jornalismo reacionário” porque crítica da Revolução⁸⁹. Na segunda, feita por Georges Bourgin, a obra de Le Bon é considerada “outro exemplo de sociologia ruim, fácil e imperativa, típica dos meios não científicos”⁹⁰. Como observa Marpeau, Bourgin é um membro do grupo durkheimiano e sua crítica pode ser considerada típica de um meio científico especializado; além disso, ele era filiado à S.F.I.O.⁹¹ e, portanto, tinha também razões políticas para criticar o texto de Le Bon. Não obstante, essas críticas mostram que a obra de Le Bon foi muito mal recebida no âmbito das disciplinas modernistas, principalmente porque ele desprezava a figura do especialista, as regras do conhecimento científico e o saber acumulado por trabalhos anteriores.

No pólo do poder pedagógico oficial, a obra psicológica de Le Bon também foi recusada por motivos tanto ideológicos quanto científicos. Le Bon solicitou a subscrição pelo Ministério da Instrução Pública de suas três primeiras obras de psicologia social, o que significaria a compra pelo Estado de exemplares para distribuição nas escolas públicas. O Ministério justificou a recusa da seguinte forma: no caso de *Les lois psychologiques*, com base no pessimismo do autor em relação às raças latinas, o que não seria indicado para os alunos; quanto à *Psychologie des foules*, a justificativa é a falta de cientificidade da obra, não obstante considerada imprópria mesmo como obra de vulgarização; finalmente, a justificativa para a recusa de *Psychologie du socialisme* se deu em razão de “sua apologia do ódio à humanidade”⁹². Com base nessa recusa, tipicamente ideológica, alguns estudiosos afirmam que ocorria à época uma espécie de complô dos “universitários republicanos de esquerda”

⁸⁸ LE BON, G., *La Révolution Française et la psychologie des révolutions*, Paris, Flammarion, 1912.

⁸⁹ *Revue Historique*, 1893, p. 124; *apud* MARPEAU, B., *op. cit.*, p. 231.

⁹⁰ BOURGIN, Georges, “De la fausse sociologie en histoire”, *Revue du Mois*, 1913; *apud* MARPEAU, B., *op. cit.*, p. 232.

⁹¹ S.F.I.O. significa a *Séction Française de l’Internationale Ouvrière*, resultado da unificação de dois partidos socialistas franceses, em 1905.

⁹² MARPEAU, B., *op. cit.*, p. 230.

contra Le Bon⁹³. De fato, a recusa às obras de Le Bon pelo Ministério teve um caráter ideológico claro, o que também deve ter sido o caso nas instituições “livres” de ciências sociais, pois, ao que se sabe, ele nunca foi convidado a lecionar nessas escolas ou publicar nas coleções ou revistas desse meio. Algumas de suas idéias chocavam os meios pedagógicos republicanos, em especial a admissão de uma “raça latina decadente” e a recusa da educação como fator evolutivo, o que atingia o cerne da crença republicana na meritocracia. Por outro lado, não se deve imaginar um “complô de esquerda”, formado por durkheimianos, pedagogos e políticos, dado que eles ocupavam posições distintas no campo e, portanto, tinham interesses relativamente divergentes, ou seja, não formavam um grupo coeso e ideologicamente homogêneo. Até 1898, apesar de estar ao lado do pólo pedagógico contra a hegemonia da economia liberal, o grupo durkheimiano ainda não tinha ascendido institucionalmente; além disso, não se pode identificá-lo com o grupo de Lavissee, Liard e Buisson, no mínimo tão próximos da sociologia quanto da psicologia universitária que, como vimos, era francamente favorável a Le Bon. Uma diferença fundamental entre esses meios é que, enquanto as críticas dos universitários frisavam problemas de método com base na posição do “especialista”, as críticas do grupo pedagógico enfatizavam problemas ideológicos a partir de uma visão moralizadora e otimista da pedagogia.

Se tomarmos as resenhas críticas de dois autores representantes do pólo pedagógico — Gustave Belot e Marcel Mauxion — professores de liceu, observa-se a mesma recusa ideológica das idéias de Le Bon. Belot aponta contradições teóricas, mas principalmente políticas: ele acredita na solidariedade sindical e no Estado social e, portanto, critica veementemente o liberalismo econômico estrito de Le Bon. Quanto ao papel da educação, ironiza o fato de Le Bon ser tão crítico da universidade já que para ele a raça seria mais importante do que o meio social na determinação da mentalidade socialista. Quanto à mentalidade socialista, aponta contradições numa representação ao mesmo tempo altruísta e egoísta das multidões. Finalmente, ressalta o equívoco de sua admiração pelos anglo-saxônicos em detrimento dos franceses: “no momento em que o Sr. Le Bon profetiza gigantescos conflitos (...), anatematiza o socialismo, vemos em toda parte tanto chefes políticos como teóricos tratando de se adaptar. (...) extrair o que há de bom no socialismo para lhe retirar o espírito revolucionário e para fazê-lo entrar na ordem regular da sociedade”⁹⁴.

⁹³ VLACH, Claire, *Sociologie et lecture de l'histoire chez Gustave Le Bon*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1981-82; e ROUVIER, Catherine, *Les idées politiques de Gustave Le Bon*, Paris, P.U.F., 1986.

⁹⁴ BELOT, Gustave, “G. Le Bon: Psychologie du socialisme”, *Revue Philosophique*, nº 48, juil.-déc., 1899, p. 190.

Ao publicar a obra *Psychologie de l'éducation*, em 1902, Le Bon selou definitivamente sua exclusão do mundo pedagógico, pois as principais causas da decadência francesa, segundo ele, seriam o ensino secundário e a universidade. Mauxion, professor do ensino secundário, retruca: “(...) não se deve hesitar em ver uma tomada de posição hostil, que desconhece o bem ao exagerar o tamanho do mal, bem como um utilitarismo excessivo que erroneamente invoca o exemplo da Alemanha e da Inglaterra, e cuja estrita aplicação levaria fatalmente à ruína a alta cultura literária, científica e filosófica de nosso país”⁹⁵. O paradigma pedagógico de Le Bon, sintetizado pela fórmula “a educação é a arte de fazer passar o consciente para o inconsciente”, chocava esses meios pelo seu caráter mecânico e oposto à crença pedagógica republicana, que se baseava na função de “tornar consciente o que é inconsciente”, pois “o ensino tem como objetivo não abolir, mas esclarecer a consciência”⁹⁶. Le Bon contrapunha o caráter supostamente abstrato dos manuais escolares às obras baseadas na “vida” e na “experiência”, ou seja, às suas próprias obras de vulgarização. Mauxion conclui que a proposta de Le Bon visaria acabar com a “especulação” e subordinar a “teoria à prática”, uma valorização excessiva do ensino profissionalizante em detrimento do clássico. Nesse contexto, as divergências entre Le Bon e Lavissee, em 1894, em razão de um suposto plágio, visto por Le Bon como coisa de “gente oficial” contra um “obscuro escritor”, também são um marco numa carreira em que as práticas e os textos estavam afinados contra o pólo pedagógico e universitário das ciências sociais e, em particular, contra as disciplinas tradicionais.

A recepção das idéias de Le Bon no campo da ciência mental e da psicologia social, como seria de se esperar, é bem mais complexa. Nesse caso, as críticas às idéias mais radicais de Le Bon são contrabalançadas pelo ímpeto de incluí-lo na “psicologia social”, matéria que precisava de adeptos para se credenciar. Fouillée, Worms, Paulhan, Richet, Héricourt e Ribot podem ser incluídos nesse grupo. Para todos esses autores, é necessário criticar os excessos das teses de Le Bon, mas, ao mesmo tempo, reforçar aquilo que ela acrescenta à psicologia social.

Frédéric Paulhan foi o responsável, na *Revue Philosophique*, pelas resenhas de *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples*, de 1894, e de *La psychologie des foules*, de

⁹⁵ MAUXION, Marcel, “Dr. G. Le Bon: Psychologie de l'éducation”, *Revue Philosophique*, nº 54, juil.-déc., 1902, pp. 630-1.

⁹⁶ Le Bon valoriza os formandos de uma escola técnica em detrimento de uma escola superior ao afirmar que os alunos da École d'Arts et d'Offices são superiores ao da École Polytechnique ou da École Centrale, cf. MAUXION, M., art. cit., p. 628.

1895⁹⁷. Paulhan é tido como filósofo, mas não tinha agregação nem doutorado e, portanto, vivia do trabalho de crítico. Como adepto da escola experimental de Ribot, tinha maior disposição para acolher favoravelmente as teses de Le Bon. Ainda assim, Paulhan critica o excessivo pessimismo do autor e afirma que Le Bon dá pouca importância à inteligência na evolução e no caráter de um povo e, quando trata da multidão, desconsidera o papel dos indivíduos na formação do pensamento do grupo. Quanto às idéias políticas, contrapõe à imagem lúgubre do socialismo de Le Bon a possibilidade da evolução social pela iniciativa individual. Conclui que o livro de Le Bon “testemunha um pensamento pessoal vivo e penetrante e que estimula a discussão”, uma afirmação ambígua porque um trabalho “pessoal” não é o que se considerava legítimo no meio científico⁹⁸. Entende-se o constrangimento de Paulhan, mas por um motivo ainda mais incômodo. Le Bon colocara em cheque a psicologia social otimista e tributária da crença no papel racional das elites, da educação e da ciência ao valorizar a guerra, a irracionalidade e o controle das emoções populares pela religião. Nesse mesmo ano, Le Bon havia publicado um artigo na *Revue scientifique* que pretendia demonstrar a necessidade da guerra e, mais do que isso, seus benefícios para a evolução de um povo⁹⁹. Do ponto de vista das teorias raciais da época, Le Bon se distanciava dos demais republicanos da *Société d’Anthropologie de Paris*, motivo pelo qual rompeu com a sociedade em 1888. Para ele, as instituições européias não poderiam ser implantadas nas colônias porque a inferioridade da “raça” era um impedimento à aquisição de traços da civilização européia, ou seja, ele negava a evolução por contato/contágio e pela educação, o que contrariava as crenças dos meios científicos, republicanos e coloniais. Além disso, afirmava que as nações européias eram provenientes de “raças” distintas, o que dava força às correntes e movimentos nacionalistas e xenófobos. O artigo de Le Bon gerou protesto imediato por parte do diretor da *Revue scientifique*, Charles Richet, médico e também ligado à ciência mental. Richet lamentou vivamente as opiniões do autor, eximiu a revista de qualquer responsabilidade por essas idéias e, por oposição, defendeu o valor da “humanidade”. Esse artigo, portanto, inaugurou a carreira de “psicólogo social” de Le Bon de uma maneira nada favorável, o que marcaria as tensas relações de Le Bon com Alcan, editor da *Revue Scientifique*. Após 1894 ele escreveu apenas mais um artigo de psicologia para a *Revue Scientifique* e passou a publicar na *Revue Philosophique*, provavelmente por intervenção de Ribot.

⁹⁷ PAULHAN, Frédéric, “Le Bon: Les lois psychologiques de l’évolution des peuples”, *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1894; e “G. Le Bon: Psychologie des foules”, *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1896.

⁹⁸ “O que surge das diversas declarações do autor é que ele é um conservador clarividente e insatisfeito. Ele não admira mais do que lhe convém o estado de coisas atual, mas estranhamente ele desconfia das reformas que se poderia realizar”, PAULHAN, F., “G. Le Bon: Psychologie des foules”, art. cit., p. 84.

Fouillée também foi à luta contra as idéias de Le Bon. Em resposta ao artigo de 1894 e à *Psychologie du socialisme*, de 1898, escreveu dois artigos, um em 1895 e outro em 1899. No primeiro ele afirma: “Alguns sociólogos entoam um hino à guerra, tais como Gumpłowicz e o Sr. Gustave Le Bon. Assim se expande em nosso país a teoria alemã que, em nome de uma superioridade da raça, que transformar as rivalidades políticas ou econômicas em intolerância de sangue e que, por aí, apenas faz as guerras ainda mais irrevogáveis”¹⁰⁰. Fouillée aceita, tanto quanto vários outros psicólogos, a desigualdade entre as raças e o “fator antropológico” na evolução social, mas, como bom lamarckista, ele enfatiza o papel do “meio social”, ou seja, da educação, principalmente no caso das raças ou civilizações superiores¹⁰¹. Para ele, era equivocado interpretar as relações entre as nações européias com base no conceito de raça, pois se supunha sua miscigenação através dos séculos e um mesmo nível mental, ou seja, uma mesma posição na escala evolutiva. Le Bon parecia negar a evolução à medida que teria exagerado o papel da raça em detrimento do indivíduo e da cultura, ou seja, o papel da elite intelectual, que permaneceria atuante, segundo Fouillée, mesmo em tempos de democracia: “(...) ao elevar em primeiro lugar, pela instrução, os cérebros a certo nível mais ou menos uniforme, nós lhes permitimos em seguida manifestar melhor seus recursos próprios e sua originalidade pessoal. É, ao menos, o que deveria produzir uma educação que, em lugar de considerar o espírito como um simples vaso a ser preenchido, o considerará como um instrumento a ser forjado e aperfeiçoado”¹⁰². O importante, nas considerações de Fouillée sobre Le Bon é que, apesar de crítico de algumas de suas idéias, principalmente as que contradizem as crenças típicas do pólo pedagógico, Le Bon é, para ele, um interlocutor. Ele não questiona sua obra como diletante ou literária, mas como excessivamente biológica ou cientificista em detrimento da moral e da filosofia. Fouillée e Paulhan são autores próximos de Tarde e criticam a obra de Le Bon a partir dos ensinamentos da psicologia tardeana. Mas, ao mesmo tempo, as citações e referências mútuas procuram construir uma matéria comum e, principalmente, uma disciplina. Não é por acaso que se tentaria credenciar a psicologia social, o que será feito, como seria de se esperar, por René Worms. Num artigo publicado na *Revue Internationale de Sociologie*, em 1899, ele aponta a enorme evolução da “psicologia coletiva” e enumera todos os autores que contribuíram para a construção da disciplina, incluindo Le

⁹⁹ LE BON, G., “Le rôle des idées dans l'évolution des peuples”, *Revue Scientifique*, mai-juin, 1894.

¹⁰⁰ FOUILLEE, A., “La psychologie des peuples et l'anthropologie”, *Revue des Deux Mondes*, 1895.

¹⁰¹ Como Taine, Renan e Ribot, Fouillée reafirma as três grandes causas da evolução do caráter de um povo: a raça, o meio físico e o meio social. Como Ribot, ele acredita que quanto mais um povo se aproxima do tipo moderno, mais a ação do meio social supera a ação do meio físico. Essas qualidades adquiridas seriam transmitidas aos descendentes por hereditariedade. Cf. FOUILLEE, A., *Psychologie du peuple français*, op. cit..

¹⁰² FOUILLEE, A., “La psychologie des peuples et l'anthropologie”, *Revue des Deux Mondes*, 1895, p. 395.

Bon como representante da psicologia das multidões. Nele se exprime o esforço brutal feito por Worms no sentido de criar uma espécie de teoria geral da sociedade, de base psicológica, como se fosse um consenso majoritário no campo das ciências sociais - e uma vitória teórica contra Durkheim. O artigo enumera as várias áreas do conhecimento da “psicologia coletiva” — a psicologia das multidões, dos povos, profissional, da família e da cidade —, bem como menciona todos os autores que estariam construindo essa nova ciência¹⁰³.

Entre todos os psicólogos que favoreceram a carreira de Le Bon, nenhum foi tão importante como Théodule Ribot, pois é inegável seu apoio na publicação dos artigos de Le Bon na *Revue Philosophique* e na divulgação de suas idéias em outras instituições. Ele próprio resenhou duas obras de Le Bon, *La civilisation des Arabes* e *Les civilisations de l'Inde*, ambas tratadas como obras sérias e que demonstrariam a importância de teses que, no fundo, eram as do próprio Ribot. Em primeiro lugar, a idéia de uma “hereditariedade psicológica” através da qual se fixaria o caráter de um povo e, em segundo lugar, a de que o “sentimento” seria mais importante do que a “razão” na psicologia de um povo¹⁰⁴. Ribot faz apenas uma ressalva a Le Bon: ele não acredita que a história das religiões deva ser reduzida à “história das multidões ignorantes” em detrimento das “especulações filosóficas”, como queria Le Bon, o que marca uma diferença importante entre as duas posições. Le Bon dava uma interpretação própria à teoria de Ribot, pois a ênfase na dimensão “emocional” das multidões permitia a negação do papel dos “intelectuais” na história, o que é coerente com o sentido geral de sua obra, da qual se pode dizer que reflete, a todo instante, a vivência ressentida de um excluído pela academia. Em 1902, Ribot apresenta *La psychologie des foules* à Académie des Sciences Morales et Politiques como um volume “interessante, claro, agradável e instrutivo”, e conclui que seu sucesso se justifica pela importância teórica e prática da obra¹⁰⁵.

Le Bon, por seu turno, sabia prestigiar os autores que o favoreciam e, principalmente, os “intermediários culturais” dos quais dependia para sobreviver no mundo intelectual. Sua obra *La psychologie des peuples*, de 1894, foi dedicada a Charles Richet, diretor da *Revue Scientifique*, e *La psychologie des foules*, de 1895, a Théodule Ribot, diretor da *Revue Philosophique*. Ele tentava, portanto, aumentar seu capital de relações pessoais mantendo seu

¹⁰³ Entre os autores que Worms menciona como importantes pesquisadores dessas disciplinas estão Alfred Fouillée, Émile Boutmy, Augustin Hamon, H. Taine, S. Sighele, G. Tarde, G. Le Bon, Edmond Demolins, Max Nordau, Henry Fournial, Jacques Bardoux, Henri Marion, Henry Joly, André Siegfried e Charles Letourneau, cf. WORMS, R., “Psychologie collective”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1899.

¹⁰⁴ RIBOT, Th. “Dr. G. Le Bon: La civilisation des Arabes”, *Revue Philosophique*, 1884; e “Dr. G. Le Bon: Les civilisations de l'Inde”, *Revue Philosophique*, 1887.

nome em circulação e filiando-se a personalidades respeitadas no campo científico. Há, contudo, uma mudança nessa estratégia a partir de 1898, pois a *Psychologie du socialisme* foi dedicada a uma personalidade política, Paul Delombre, ministro do Comércio e da Indústria e freqüentador dos seus banquetes. Nessa obra, suas convicções liberais, seu rancor da universidade e a psicologia das multidões são mobilizados para provar que o socialismo é uma crença e não uma teoria; que, portanto, os intelectuais socialistas são especuladores que não têm nenhuma importância; que as multidões são socialistas em razão de uma crença e não por motivos racionais; que as multidões parecem rebeldes, mas no fundo estão à espera de um novo déspota; que essa crença não pode ser mudada porque é hereditária e está impregnada no caráter da raça latina e, finalmente, que os líderes dessas multidões são “inadaptados”¹⁰⁶. Essa obra também marca a aproximação de Le Bon com o meio das ciências sociais “livres”, em particular com o grupo leplaysiano, através da figura de Cheysson, também freqüentador de seus banquetes. Cheysson apresentará à Académie des Sciences Morales et Politiques esse livro, mostrando sua “originalidade, vigor e penetração” e, especialmente, seu potencial polêmico: “o livro se impõe a todos os que estão preocupados com os problemas de organização social e com o futuro da democracia, que são ao mesmo tempo o orgulho e a angústia do nosso tempo”¹⁰⁷. Cheysson, politécnico e leplaysiano, comunga com Le Bon uma mesma visão pragmática das ciências sociais e, portanto, não há em seu texto menção à questão intelectual. Em pleno caso Dreyfus, Le Bon elogia o exército, o que gerou protestos entre os *dreyfusards*, mas, principalmente, entre os que acreditavam num ponto de equilíbrio entre liberalismo e socialismo¹⁰⁸.

Le Bon sofre, de fato, de ostracismo em razão de suas idéias, mas também em razão da maneira polêmica pela qual enfrentou o crescente prestígio universitário no período. Ao se

¹⁰⁵ RIBOT, Th., “‘La psychologie des foules’ par le Dr. Gustave Le Bon”, *Revue des Séances et Travaux de l’Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1902, pp. 139-41.

¹⁰⁶ Mais de uma década depois, ele reafirma as mesmas opiniões: “(...) governamos, há vinte anos, quase exclusivamente em benefício da classe trabalhadora, não cessando de incomodar o comércio e a indústria com leis vexatórias e ameaças de impostos mais vexatórias ainda. (...) E, enquanto se acumulam tantas causas de decadência, nós deixamos se desenvolver um exército de revolucionários fanáticos, sem tradições, sem princípios, sem escrúpulos, não tendo por ideal senão a violência de seus apetites e uma imensa necessidade de destruição. Nós opomos a eles somente nossas incertezas pálidas, nossa indiferença e nossa resignação fatalista. À medida que eles ameaçam, nós cedemos mais. (...) Os dogmas socialistas tendem hoje à substituir os dogmas cristãos. Sua principal força é poder se vincular facilmente às crenças ancestrais. O Estado providência é uma forma enfraquecida do céu providência dos nossos pais. Os paraísos socialistas são parentes próximos desses das lendas primitivas”, LE BON, G., *Psychologie politique et la défense sociale*, Paris, Flammarion, 1910.

¹⁰⁷ CHEYSSON, Émile, “La psychologie du socialisme”, *Revue des Séances et Travaux de l’Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1895, pp. 461-5.

¹⁰⁸ Jules Héricourt, secretário de redação da *Revue Scientifique*, fica perplexo: “(...) o homem conservador que há no senhor fecha os olhos (...). O senhor sente que a evolução das formas sociais é necessária. (...) Mas finge acreditar que essa evolução só será feita pelo socialismo, do qual dá uma fórmula estreita (...)”, BNF – Manuscritos Ocidentais – Fundo Le Bon.

distanciar da universidade, não apenas se aproximou do pólo profissional e de grupos políticos, mas também dos mais diversos “intelectuais livres” que viviam da própria pena e que, como ele, viam o crescente prestígio universitário com pessimismo. Nesse sentido, os elogios que Georges Sorel tece à *Psychologie du socialisme* não devem surpreender, pois no fim do século ocorre uma relativa aproximação e cumplicidade entre ambos, relacionada à sua posição excludente em relação à universidade. Além disso, também interessava a Sorel aspectos do pensamento de Le Bon, tais como sua crítica aos “socialistas demagogos”, já que ele próprio era um crítico do socialismo parlamentar. Finalmente, Sorel também se interessava pelo caráter imemorial e instintivo da multidão. Não obstante, mais do que possíveis confluências teóricas, ambos compartilhavam a mesma ira em relação à “ciência oficial”. Nas cartas que Sorel enviou a Le Bon esse é um tema recorrente, assim como a ironia com a qual tratam o assunto: “Li outro dia a Revue du Mois; em seu lugar não teria respondido; está claro que o senhor tem um vício absoluto: o de não ter o título de agregação em física; o senhor se esforça em vão; o senhor não poderá jamais se tornar um cientista completo dada a falta dos títulos que lhe dão o direito de falar em nome da ciência oficial. A hierarquia universitária é mais temível do que a antiga nobreza”¹⁰⁹. O diagnóstico da decadência francesa foi típico de certos intelectuais pertencentes ao pólo heterônimo das ciências sociais — Edmond Demolins, Max Nordau, Georges Sorel e Augustin Hamon — o que pode ser explicado por sua dependência maior em relação ao mercado da cultura, o que devia mantê-los atentos à opinião pública e aos temas de impacto no mundo da edição. Não por acaso as obras de Le Bon, Demolins, Nordau e Hamon se tornaram, entre 1894 e 1898, *best-sellers*, enfatizando respectivamente a decadência da multidão, da educação, da literatura e do exército franceses e, outro ponto de convergência, adotando a abordagem “psicológica”, o que possibilitava teorizar sobre a “mentalidade” de grupos sociais e sobre os fatores de sua transformação. Edmond Demolins, leplaysta e fundador da École de Roches, fazia parte das redes de Le Bon e comungava muitas de suas idéias anglófilas; contudo, como tinha acesso à filantropia burguesa conseguira, como Boutmy, fundar uma escola com o intuito de forjar uma mentalidade “à inglesa” para o povo francês. Max Nordau, médico e publicista, se tornou um *best-seller* na França com o livro *Degenerescência*, de 1897, dedicado a Lombroso, em que procurava relacionar a literatura e a degeneração biológica dos artistas. Os “10% mais ricos” e os “artistas franceses-nietzscheanos” seriam para ele a expressão similar de um mesmo tipo de personalidade egoísta e determinada por fatores hereditários. Ainda que crítico da

¹⁰⁹ SAND, Schlomo, “Psychologie des classes et psychologie des foules”, *Cahiers de l’Herne*, 1986, pp. 174-5.

decadência, sua obra foi lida como reforçando o mal que pretendia expiar. Hamon, por sua vez, não tinha capital econômico e intelectual e vivia como “publicistas”, ou seja, dependente do mundo da edição, como Le Bon. Seu pessimismo pode ser considerado uma resposta à concorrência crescente no campo intelectual e à crise do mercado editorial francês nos anos 90, instabilidade propensa a gerar uma percepção negativa da realidade social na condição de dominado no campo intelectual. Hamon, autor anarquista e posteriormente socialista, foi aluno de Lacassagne e participou do movimento “psicológico” deste grupo, que reunia médicos, criminologistas e juristas. Escreveu dois artigos nos *Archives d’Anthropologie Criminelle* e recebeu na mesma revista quatro resenhas críticas, todas bastante elogiosas¹¹⁰. A obra *Psychologie du militaire professionnel* (1894) aplicava ao exército francês categorias tradicionalmente usadas para a “multidão” e para a “psicologia do jacobino”: a mentalidade militar, segundo Hamon, seria o resultado da tendência hereditária à violência e, principalmente, do meio profissional, através da sugestão dos líderes e da imitação da elite da corporação. A publicação da *Psychologie de l’anarchisme* (1895), no entanto, gerou consternação em razão do contexto do assassinato do presidente Carnot por um anarquista, o que o obrigou a afastar-se da França e desse meio intelectual. Apesar de dedicar a obra a Lacassagne, nenhuma resenha foi feita nos *Archives*¹¹¹. O caso de Hamon é importante porque a opção ideológica definiu seu destino intelectual: seu último artigo nos *Archives* data de 1897, data da fundação de sua revista, *L’Humanité Nouvelle*, que durou apenas sete anos por falta de recursos. Sem outra alternativa, Hamon se tornou tradutor das obras de Bernard Shaw na França¹¹². O caso de Hamon pode ser visto como semelhante ao de Le Bon, pois ele também não tinha capital econômico e intelectual e dependia totalmente de capital social e de apadrinhamentos. A diferença está em que os valores xenófobos e *anti-dreyfusards* de Le Bon eram confluentes aos de uma parcela da burguesia editorial, o que lhe permitiu encontrar um lugar no campo editorial, ou seja, na Flammarion. Além disso, tinha se credenciado intelectualmente através dos artigos que publicou na *Revue Scientifique* e na *Revue Philosophique*, o que, aos olhos de Flammarion, representava alguém com capital social nos meios científicos. Hamon é de uma geração posterior a de Le Bon e, com suas opções ideológicas, não poderia sobreviver por muito tempo fora do campo universitário, onde então florescia uma esquerda intelectual respeitada.

¹¹⁰ CORRE, Armand, *Archives d’Anthropologie Criminelle*, 1891, 1893.

¹¹¹ O presidente Sadi Carnot foi assassinado em Lyon, e A. Lacassagne havia participado de sua autópsia, além de escrever um artigo, em 1894, no qual Casério e os anarquistas eram retratados como criminosos.

¹¹² As cartas trocadas por Hamon, Lacassagne, Le Bon e Fouillée provavelmente darão outras pistas dessas relações e da ruptura entre eles.

Nesse sentido, acredito ser falsa a associação que comumente se faz entre as idéias de Le Bon e uma espécie de ideologia “protofascista”¹¹³. Ele está muito mais próximo de um intelectual à moda antiga, preocupado com a sobrevivência e o prestígio no campo e, em razão disso, com a universidade, do que com a elaboração de uma ideologia da dominação das “massas” por um líder, ao menos não no sentido dos regimes autoritários do século XX. Sua ênfase no papel do irracionalismo na história está ligada ao *ethos* de *outsider*, mas isso não significa que ele desvalorizasse a “razão” num sentido amplo. Pelo contrário, Le Bon pretende ser um “grande cientista” e acredita que apenas os homens superiores podem ascender à compreensão científica, ou seja, racional, do mundo. Por outro lado, a manipulação do irracionalismo da multidão, ao contrário do que afirma Marpeau, é de fato, um ideal para Le Bon, seja através da religião ou através de algum sentimento patriótico. Marpeau confunde, me parece, liberalismo econômico e liberalismo político, pois se o primeiro é um valor central para o autor, o segundo jamais foi um valor irredutível. Seu regime político ideal, como afirma Nye, seria uma espécie de democracia autoritária. Por outro lado, Le Bon não pode ser considerado um protofascista, pois está mergulhado em seu próprio tempo e, apesar de aparentemente combater a racionalidade no sentido forte do termo, sua luta é contra a universidade, sede da “racionalidade” naquele momento. Ou seja, a universidade teria usurpado a razão de sua esfera autônoma e “livre” e sua tarefa era trazê-la de volta para seu mundo “natural”, o dos escritores e dos publicistas independentes. Le Bon minimiza propositadamente o papel do “indivíduo” apenas quando ele pretende questionar a capacidade intelectual e moral das elites universitárias e contrapor a elas as elites industriais e mercantis. Não há dúvida de que as elites têm uma importância fundamental em seu pensamento, tanto no papel dos “grandes homens” do mundo político, econômico e intelectual, quanto no das “lideranças intermediárias”, espécie de formadores de opinião que se dirigem a um público mais amplo¹¹⁴. A evolução e o progresso são possíveis, portanto, pela presença de uma elite

¹¹³ GEIGER, Roger, “Democracy and the crowd: the social history of an idea in France and Italy – 1890-1914”, *Societas* 7, nº 1, 1977. Thiec é bastante ambíguo: se, de um lado, condena a interpretação de Adorno sobre o proto-fascismo de Le Bon, por outro lado, insere Le Bon na meio intelectual “irracionalista”, o que considero um equívoco. Thiec afirma: “[Pareto, Sorel e Le Bon] são menos culpados de terem criado os “duce” e os “Führer” do que se pensa, mas eles são responsáveis pelo clima intelectual que germinou no começo do século XX os Hitlers e os Mussolinis. Eles participaram dessa ‘traição do clero’ tão vivamente denunciada por Julien Benda nos anos 20”, THIEC, Yvon-J., *Gustave Le Bon, la psychologie des foules. Les fondations de la psychologie collective et sa propagation dans les sciences sociales et politiques à la fin du XIX^e siècle*, Thèse de doctorat en Sociologie. Florence, L’Institut Universitaire Européen, 1982, p. 367.

¹¹⁴ “O destino dos povos latinos tornou-se muito incerto hoje porque os políticos, não tendo senão uma existência efêmera, vivem unicamente no presente sem preocupação com o amanhã. (...) os espíritos da elite não acreditam mais na solidez dos princípios sobre os quais o edifício social foi construído. Atormentados por influências atávicas, das quais eles desconfiam, e pelas necessidades da hora presente, eles são incapazes de vontade forte e acabam por ceder a todos os movimentos da opinião popular. (...) Numerosos, hoje, são os

intelectual: “é a inteligência que guia o mundo”, afirma o autor, ao se referir às causas da marcha da civilização. Por outro lado, a civilização só pode ser sustentada pela presença de “grandes crenças” hereditárias na alma do povo, caso contrário o vazio moral pode abrir espaço para o egoísmo entre as classes e a decadência. O que significa uma filosofia social cindida entre, de um lado, o mundo privado dos indivíduos da elite, ou seja, o mundo que evolui e, de outro lado, o mundo público das multidões, objeto de crenças que garantem a ordem social. A partir da oposição dos termos privado/individual/racional/superior *versus* público/coletivo/emocional/inferior, Le Bon reproduz a visão racionalista e individualista clássica em ciências sociais. A formulação de uma psicologia “social” que associa o “social” ao inferior deve ser compreendida, portanto, como resultado da tensão sofrida pelo autor no bojo do antagonismo crescente entre o intelectual especialista e o grande homem, entre o público e o privado e entre o indivíduo e a instituição.

GABRIEL TARDE EM DEFESA DA TRADIÇÃO INTELECTUAL.

Gabriel Tarde (1843-1904) é considerado um “inclassificável” por vários estudiosos, em parte porque suas idéias são consideradas muito personalistas, mas também porque ele não formou escola nem discípulos. Deve haver, portanto, alguma relação envolvendo o gênero de ciência social que ele pratica e sua trajetória profissional e intelectual. O problema específico que pretendo tratar nesta seção diz respeito à incompatibilidade entre, de um lado, a recepção de sua obra pelo pólo universitário e, de outro lado, sua trajetória intelectual de ascensão institucional em Paris. Além disso, pretendo mostrar que a expressão “psicologia social” foi forjada pelo grupo ligado a Tarde no contexto da luta contra a teoria social de Durkheim, o que significa que seu sentido deve ser buscado nas relações entre as várias posições em disputa no campo das ciências sociais. Interessam, portanto, para este trabalho, apenas os artigos de “psicologia social” que Tarde publicou ao longo dos anos 90 e, além disso, suas principais obras sobre essa matéria, *Études de psychologie sociale*, de 1898, e *L’Opinion et les foules*, de 1901. Trata-se de compreender esses textos à luz das estratégias intelectuais de Tarde ao longo de uma carreira intelectual iniciada extremamente tarde, mas que apresenta uma ascensão institucional espantosa no fim dos anos 90 quando se considera suas poucas credenciais acadêmicas e o momento da história do campo intelectual.

homens cuja energia enfraquece, sobretudo entre as elites que mais precisariam dela”, LE BON, Gustave, *La psychologie politique*, Paris, E. Flammarion, [1910] 1921, p. 354.

Os estudos sobre a obra de Tarde podem ser divididos em dois grupos principais, os de interesse filosófico e conceitual e os de interesse histórico e contextual. Nos últimos anos, Tarde vem sendo objeto de um interesse renovado, inclusive com a reedição de grande parte de sua obra, acompanhada de vários estudos específicos sobre suas idéias¹¹⁵. Esse fenômeno editorial, cunhado por Laurent Mucchielli de “tardomania”, estaria relacionado ao interesse de muitos estudiosos em recuperar uma suposta “teoria social perdida”¹¹⁶. Um desses autores é Raymond Boudon, que considera Tarde um antecipador do interacionismo e da moderna teoria da decisão, e pretende desenvolver as intuições do autor explorando os vínculos entre a micro e a macro sociologia. Outro estudioso é Dominique Reynié, que também procura mostrar certo pioneirismo de Tarde no que diz respeito à sondagem de opinião (*enquêtes*) dado que ele teria imaginado a possibilidade de uma estatística da subjetividade. Por oposição aos autores da “redescoberta” de Tarde, outros estudiosos, tais como Pierre Favre, consideram sua obra desprovida de valor heurístico e, portanto, inútil como modelo teórico a ser desenvolvido em sociologia¹¹⁷. Uma segunda via de estudos tem sido empreendida com ênfase no contexto histórico e intelectual que medeia a criminologia de Tarde, enfatizando tanto os debates da época quanto as trajetórias intelectuais¹¹⁸. Mas esses trabalhos não permitem visualizar a especificidade da carreira de Tarde e o grau de legitimidade de sua posição no campo intelectual, o que seria fundamental para qualificar seu discurso e as condições de sua sobrevivência no campo, de meu ponto de vista os mais prementes para o autor.

Tarde era um “intelectual livre”, cujas disposições foram em parte determinadas por uma formação autodidata, o que se refletiu sobre o largo escopo de suas escolhas temáticas, algo típico entre autores nessa posição: ele escreveu sobre filosofia, sociologia, psicologia, criminologia, mas também poesia e teatro. A família de Tarde pertencia à antiga nobreza

¹¹⁵ Sob a direção do filósofo Éric Alliez, algumas obras de Tarde vêm sendo publicadas desde 1999 pela editora Synthélabo, de Paris. Cf. MUCCHIELLI, Laurent, “Tardomania? Réflexions sur les usages contemporains de Tarde”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 2000, nº 3, pp. 161-84.

¹¹⁶ Apesar da aclamada “redescoberta” de Tarde, Mucchielli mostra que suas obras vêm sendo estudadas e reeditadas desde os anos 70. A interpretação inaugurada por Deleuze, que considerou Tarde o teórico da “diferença”, tem feito muitos discípulos. Para uma visão dessa corrente no Brasil, cf. VARGAS, Eduardo V., *Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*, Belo Horizonte, Contra Capa, 2000, e VARGAS, E., “Introdução”, in TARDE, G., *Monadologia e sociologia*, São Paulo, Cosacnaify, 2007.

¹¹⁷ “(...) essas idéias são formuladas e agenciadas de uma maneira por vezes tão fora de uso, frequentemente tão arbitrariamente, que não se poderá tirar algum proveito senão ao preço de um imenso trabalho de desconstrução e reconstrução”. (...) Para quem busca um precursor de certas concepções filosóficas e científicas contemporâneas, os textos de Tarde forneceriam muitas ocasiões para descobertas: mas tal precursor, sem posteridade direta e sem real rigor conceitual, é outra coisa do que um poeta que se serve às vezes de sua inspiração?”, FAVRE, Pierre, “Gabriel Tarde et la mauvaise fortune d’un ‘baptême sociologique’ de la science politique”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIV, nº 1, jan.-mars, 1983, p. 14.

togada da Dordogne e, portanto, aos notáveis locais, herança que ele renegou ao retirar a partícula “de” do nome, mas que posteriormente retornou à família por obra do próprio Tarde, a pedido de seus filhos, que voltaram a usá-la. Apesar de se mudar para Paris, em 1894, nunca perdeu o ar nostálgico, o afeto pela Dordogne e pelo estilo de vida no campo, aonde tinha uma propriedade e para onde sempre retornava nas férias depois de ter se mudado para Paris. Tarde também não perdeu os valores religiosos; tendo estudado em colégio jesuíta, colocou seus filhos em escola católica. Sentia-se um pouco deslocado entre os parisienses e também era visto como uma figura excêntrica e romântica¹¹⁹. Seus diários revelam que, desde a época em que passou a viver em Paris, sentia saudades da Dordogne, bem como se preocupava com o destino de amigos e conhecidos que lhe pediam favores. Sua mulher, como ele, era filha de magistrado, e parece não ter aprovado a mudança da família para Paris, possivelmente pelas novas amizades femininas de Tarde feitas nos salões de Paris. A relação com sua mãe era extremamente forte e ele permaneceu ao seu lado enquanto ela viveu; ele somente cogitou em sair de Sarlat após a morte da mãe. Tarde queria ter feito a Escola Politécnica, mas acabou por seguir a carreira do pai, provavelmente porque ela garantia a continuidade do patrimônio e da vida em Sarlat. Tarde começou o curso de direito em Toulouse e terminou na Faculdade de Direito de Paris, sempre acompanhado pela mãe. Iniciou a carreira na magistratura, em 1869, atividade que abandonou apenas aos 51 anos, quando era juiz de instrução em Sarlat. Foi para Paris em 1894, a convite do Ministério da Justiça, para trabalhar como diretor do Departamento de Estatística Criminal. De 1894 até 1900 ficou no ministério e, paralelamente, continuou a se dedicar à vida intelectual. O trabalho no Ministério também não lhe agradava, haja vista a maneira como se queixava do comportamento dos funcionários, da burocracia estatal e das limitações expressivas inerentes à própria linguagem estatística¹²⁰. Apenas em 1900, com sua nomeação para o Collège de France, pôde se dedicar integralmente ao trabalho intelectual. Apesar de Tarde ter conquistado todos os cargos almejados na carreira intelectual, ele nunca esteve completamente à vontade nesses espaços, seja pelas disposições provincianas — a origem sulista expressa em seu sotaque, sua vestimenta, seus valores — seja pelo fato de

¹¹⁸ Por exemplo, os trabalhos de Jacqueline CARROY e de Marc RENNÉVILLE, mencionados nas referências bibliográficas.

¹¹⁹ Segundo seu amigo Henri Mazel, “Tarde tinha uma grande distinção natural. Marchava em longos passos, parecendo por vezes um militar, com suas vestimentas sempre escuras, o casaco abotoado como uma túnica. (...) Os que o encontravam, rue de Vaugirard, o tomavam por um poeta romântico de outros tempos ou um cientista (*savant*) original. Era certamente alguém e as pessoas o olhavam ao passar”, MAZEL, Henri, “À propos de Gabriel Tarde” (article nécrologique), *Mercur de France*, nº 51, 1904, pp. 89-102.

¹²⁰ SALMON, Louise, “Gabriel Tarde et la société parisienne à la fin du XIX^e siècle: ‘rapides moments de vie sociale’, 1894-1897”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, nº 13, 2005, pp. 127-40.

ter feito apenas o curso superior de direito sem seguir a carreira clássica dos intelectuais modernistas¹²¹.

O interesse de Tarde pela psicologia social data do início da década de 90 quando, ao escrever *Les lois de l'imitation*, se questionava sobre os fundamentos da coesão social e do comportamento coletivo. A expressão “psicologia social” é mencionada uma única vez nessa obra, mas por outro lado já estava estabelecida a idéia de que o comportamento de um grupo social está relacionado à “sugestão” de um líder, um mecanismo que ele interpreta a partir da teoria do “magnetismo” e do “sonambulismo” da École de Nancy. O pressuposto epistemológico de Tarde, que não mudará em toda sua obra, é o de que a psicologia é o fundamento da sociologia, uma relação de precedência provavelmente inspirada em Spencer e Taine¹²². Por outro lado, contra Spencer ele acreditava que a evolução social traçava um processo de homogeneização progressiva da sociedade em razão do aumento, com a maturidade individual e social, da assimilação entre os indivíduos e os povos. Mas a crença na homogeneidade progressiva entre os indivíduos conviveu, em seu pensamento, com uma concepção de relação social extremamente *hierárquica*, dado que a relação mais importante e mais comum seria a imitação de alguém considerado superior — dos pais pelos filhos, dos professores pelos alunos, do líder pelas multidões etc.¹²³. Um processo em que o prestígio do superior passaria para o inferior por “efeito cascata” uma vez a imitação concretizada. Se todo indivíduo poderia ser potencialmente um magnetizador, os mais imitados seriam aqueles a quem se atribuiria algum tipo de prestígio.

A concepção do “social”, para Tarde, refere-se a uma somatória de relações entre indivíduos, dado que ele aplica os conceitos da psicologia individual para fenômenos coletivos. Não há, portanto, mudança qualitativa entre fenômenos individuais e fenômenos sociais, razão pela qual ele combateu o organicismo e a sociologia durkheimiana. Essa concepção do “social” como uma agregação meramente quantitativa implica certa desvalorização filosófica dos fenômenos “coletivos” ou exteriores em relação aos fenômenos

¹²¹ Esse deslocamento entre o personagem e a ocupação é apontado por vários amigos de Tarde. Fernand Faure afirma que Tarde não se sentia à vontade no colégio jesuíta em Sarlat, também não gostava do trabalho no Ministério da Justiça e, quando entrou no Collège, dizia-se que ele não era didático. Cf. FAURE, F. “Discours”, in AA.VV., *Discours de Sarlat*, 1909, pp. 93-6.

¹²² “(...) eu espero ao menos ter feito sentir que o fato social essencial, tal como o percebo, exige o conhecimento de fatos cerebrais infinitamente delicados, e que a sociologia a mais clara em aparência, a mais superficial mesmo de aspecto, mergulha por suas raízes no seio da psicologia, da fisiologia a mais íntima e a mais obscura. A sociedade é a imitação e a imitação é uma espécie de sonambulismo”, TARDE, Gabriel, *Les lois de l'imitation*, Paris, F. Alcan, 2^o éd. 1895, p. 85.

¹²³ “Quando a magnetização-moda substitui a magnetização-costume, sintoma comum de uma revolução social que começa, um fenômeno análogo se produz, somente sobre uma escala maior”, TARDE, Gabriel, *Les lois de l'imitation*, op. cit., p. 83.

de ordem “individual” e introspectiva. A visão de que os fenômenos ditos “sociais” são menos complexos e mais mecânicos do ponto de vista psíquico é uma disposição típica nos meios profissionais, particularmente entre médicos e juristas, provavelmente em razão da cultura intelectual hierárquica presente nesses meios¹²⁴. Além disso, a “individualidade moral” estava no centro da cultura jurídica tradicional, dado que se baseava na responsabilidade moral do indivíduo como referência para a atribuição da pena.

Na análise sobre o caso Chambige, de 1889, Tarde defendeu a idéia de que o desenvolvimento da individualidade exige uma sociabilidade “moderada”, por oposição à “socialização excessiva” e ao “egoísmo instintivo”, modelos de contato interpessoal prejudiciais ao desenvolvimento individual e que são típicos nas multidões¹²⁵. Na análise do caso Chambige, Tarde associou a história do jovem amante à sua própria socialização no colégio jesuíta, que via como negativa, pois prejudicial ao desenvolvimento do caráter individual. Não obstante seu interesse pela discussão propriamente psicológica, Tarde objetivava paralelamente criticar os supostos modelos de sociabilidade do “socialismo” e da “economia liberal”, que ele associava, respectivamente, à “socialização excessiva” e ao “egoísmo instintivo”. Isso significa que o valor positivo que Tarde atribui ao “isolamento individual” não se refere à teoria economicista do interesse individual, mas à teoria idealista da “introspecção” que muitos viram como sintoma de melancolia¹²⁶. O núcleo de sua filosofia social é o binômio indivíduo/superior *versus* coletivo/inferior ou, em linguagem psicológica, invenção/isolamento *versus* imitação/socialização. Esse tipo de esquema interpretativo supõe que a organização social não tem o poder de interferir na capacidade inventiva dos indivíduos. O que significa que as funções cerebrais as mais bem distribuídas e as únicas que podem ser estimuladas pela sociedade são de qualidade inferior, por oposição às funções cerebrais superiores, reflexos do isolamento do indivíduo.

Se o “meio social” era para Tarde uma das causas que interferiam nos fenômenos de individualização, a natureza psíquica e a constituição orgânica do indivíduo não poderiam ser

¹²⁴ “Para inovar, para descobrir, para acordar por um instante de seu sonho familiar ou nacional o indivíduo deve escapar momentaneamente da sociedade. Ao ter essa audácia tão rara, ele é supra-social mais do que social”, TARDE, G. *Les lois de l’imitation*, op. cit., p. 85.

¹²⁵ TARDE, G., “L’affaire Chambige”, *Archives d’Anthropologie Criminelle*, 1889. Trata-se de uma história de suicídio combinado entre um casal de amantes ocorrido na Argélia. Esse caso produziu muita discussão sobre as causas do impulso mórbido do jovem e, entre elas, a influência do “meio social”, além de sua capacidade hipnótica sobre a amante.

¹²⁶ Impossível não pensar nas tipologias descritas por Durkheim em *Le suicide*. A diferença entre o “suicídio egoísta”, resultado de um espírito melancólico e típico das carreiras liberais e o “suicídio anômico”, típico das carreiras industriais tornadas “instintivas” no processo de desagregação social. Durkheim condena o isolamento intelectual do melancólico, pois, ao contrário de Tarde, não valoriza a “introspecção” em detrimento da exteriorização. Cf. DURKHEIM, É., *O suicídio*, op. cit., pp. 357-8.

desconsideradas¹²⁷. Apesar de lutar contra o organicismo — em particular contra o paradigma biológico e a tese de que o “todo” é maior do que a soma das “partes” —, Tarde não deixou de relacionar psicologia e fisiologia e chegou a elaborar uma espécie de cosmologia vinculando fenômenos do mundo natural e social. Mesmo na área da criminologia, em que Tarde e a Escola Francesa de Antropologia ficaram conhecidos por atacar a idéia do “atavismo” e do “criminoso nato” de Lombroso, ele não recusou completamente a relação entre biologia e sociedade; a diferença era que, como bom lamarckista, os traços anatômicos ou orgânicos seriam adquiridos pelo “meio social”¹²⁸. Ao “tipo antropológico” de Lombroso, Tarde contrapunha o “tipo profissional”, as características físicas e psicológicas adquiridas através do exercício de uma profissão.

Um traço estilístico e que aparece em todas as psicologias de Tarde, e que o aproxima do estilo de Le Bon, é a ilustração de suas teses através de fatos do contexto político contemporâneo, bem como de comparações com fenômenos supostamente similares em outras fases históricas. Tarde provavelmente incorporou esse estilo na própria profissão, em que a explicação é proveniente da generalização de casos criminais concretos, prática também típica do meio da medicina mental, cujas hipóteses partem da discussão de casos clínicos específicos. Além disso, nesses meios o “social” é considerado uma das dimensões a partir das quais se poderia explicar um determinado fenômeno empírico, não necessariamente conflitante com explicações psíquicas, hereditárias, históricas etc., o que resulta numa abordagem eclética que procede por sobreposição de causas explicativas de natureza distinta.

Ao contrário de alguns estudiosos, não creio que tenha havido, no trajeto discursivo de Tarde, uma ruptura entre uma fase mais “metafísica” e outra mais “científica”¹²⁹. Por outro lado, pode-se dizer que houve uma mudança paulatina de ênfase, ao longo dos anos 90, do pessimismo para o otimismo e da anglofilia para a francofilia, à medida que ele se aproximou do pólo pedagógico. Os textos sobre a “multidão”, entre 1892 e 1893, são mais pessimistas e menos francófilos do que os de 1898 e 1899, sobre a “opinião”, mais confiantes e patrióticos. O interesse pela psicologia das multidões, no caso de Tarde, esteve relacionado à discussão

¹²⁷ TARDE, Gabriel, *Essais et mélanges sociologiques*, Lyon/Paris, A. Storck/G. Maloine, 1892; 4 1895.

¹²⁸ RENNEVILLE, Marc, “L’anthropologie du criminel en France”, *Criminologie*, vol. XXVII, 1994, p. 194. O autor mostra que, na edição “revista pelo autor” de *La Criminalité Comparée*, de 1896, Tarde ainda descrevia os traços “monstruosos” do criminoso e o comparava a um selvagem.

¹²⁹ Dominique Reynié pretende que o artigo de Tarde sobre a “opinião”, de 1898, tenha sido um marco para a transformação de uma visão negativa para uma visão positiva da democracia; além disso, acredita que ele é o marco de uma “intuição”, um “pressentimento” em relação à futura pesquisa de opinião (*enquête*) que será desenvolvida nos anos 30 na França. REYNIÉ, D., “Opinion du nombre et irrationalité: la science sociale française et la question des masses (1871-1914)”, in MANIN, B. – PARQUINO, P. – REYNIÉ, D. (dir.), *Opinion publique et démocratie*, Paris, E.N.S./C.N.R.S., 1987.

sobre a criminalidade coletiva, que se mostrava naquele momento um desafio para a magistratura porque gerava indefinição em relação à responsabilidade penal. Tarde retrata a multidão da mesma maneira que Le Bon, dado que ambas as teorias foram inspiradas em Taine e que provavelmente Le Bon se inspirou em Tarde¹³⁰. Para ele, não existe nesses grupos atividade espontânea, pois o comportamento coletivo resulta da imitação de um líder, aclamado ou não, que consciente ou inconscientemente hipnotiza os demais através de gestos, palavras e imagens. Do mesmo modo que para Le Bon, as multidões poderiam ser ferozes ou extremamente altruístas, mas a racionalidade, um atributo qualitativo, individual e complexo, não teria como se generalizar. Tarde também compara a educação do indivíduo por uma instituição e a que ele recebe em multidão. Um indivíduo excessivamente socializado torna-se um egoísta, um processo idêntico ao que ocorre em multidão, com a diferença que neste último caso a velocidade do fenômeno seria muito maior: o que uma má socialização faria em anos a multidão realizaria em instantes.

Uma vez que o termo “multidão” também era usado no sentido de “povo” e que nesse sentido resultava numa concepção pouco otimista da democracia, houve receio dos grupos republicanos ligados à pedagogia, à meritocracia e à democracia liberal ao pensamento de Tarde¹³¹. É nesse contexto de constrangimentos ideológicos que deve ser interpretada a reformulação de suas teses num sentido mais otimista e patriótico, o que foi possível através da ênfase na qualidade intelectual das elites a serem imitadas em substituição à dos líderes populares. Com o surgimento de instituições mais individualizadas e racionais — as corporações e a opinião pública — o potencial de reversão das influências negativas em positivas seria muito maior. No contexto da pressão ideológica e de interesses institucionais, Tarde passa a enfatizar a escola e a imprensa, ou seja, o professor e o jornalista, como agentes fundamentais da reforma da mentalidade francesa.

Apesar das tentativas de Tarde de se adaptar às exigências ideológicas e terminológicas do campo intelectual parisiense, pode-se observar, pela recepção de seus textos, certo consenso na avaliação de sua obra. Em vários pólos do campo intelectual ela foi considerada mais filosófica ou literária do que propriamente científica. Ainda que com nuances, relativas às distintas posições no campo, as críticas à sua obra mostram o quanto a

¹³⁰ Para a relação entre as *Les origines de la France contemporaine*, de Taine, e a obra dos psicólogos das multidões, cf. BARROWS, Susanne, *Les miroirs déformants. Réflexions sur la foule en France à la fin du XIX^e Siècle*, trad. par Suzanne Le Foll, Paris, Aubier, 1990.

¹³¹ Carta de A. Espinas a G. Tarde, depois de ler seu texto sobre a “multidão”, em 1892: “O senhor é injusto como a multidão, mas no sentido inverso, de medo de ser confundido com ela e de parecer compartilhar sua vulgaridade. O senhor é livre para ser o que é, mas não adianta aclamar imparcialidade; se o senhor não é um

produção universitária estava se distanciando do estilo autodidata e diletante. Mesmo entre os colegas ele não foi considerado um sociólogo ou um psicólogo, pois não cunhou um método ou teoria científica. Isso pode ser observado pela análise das resenhas críticas de sua obra, bem como de alguns depoimentos de colegas por ocasião de sua morte, dado que são reveladores da imagem de Tarde: um homem de letras e um poeta ou um filósofo intuitivo e original.

Entre os filósofos do pólo pedagógico, Gustave Belot e Edmond Goblot, ambos professores de liceu, as seguintes críticas podem ser pontuadas. Para Belot sua obra é “sintética” e excessivamente generalista; Tarde não consegue demonstrar suas hipóteses porque seu sistema é deduzido de alguns pressupostos, alguns deles ambíguos e contraditórios (como a confusão entre lógica e psicologia). Do ponto de vista político, ele se refere a Tarde como um tradicionalista em razão de seu elogio ao liberalismo da Inglaterra¹³². Goblot, por sua vez, ironiza o grau de generalidade do conceito de imitação ao afirmar que ele significa “toda ação de um indivíduo vivo sobre outro indivíduo vivo.”¹³³ No pólo da filosofia universitária, a crítica de René Berthelot foi uma das mais importantes, pois gerou réplica e tréplica na *Revue de Métaphysique et de Morale*¹³⁴. Berthelot, filósofo utilitarista, considera que a teoria de Tarde não é científica porque não pode se mostrar verdadeira ou falsa; a teoria da imitação é uma simples dedução do meio vital e físico e, portanto, um princípio que não tem comprovação empírica. Bergson, que manteve uma relação amistosa com Tarde, definiu o autor como um “filósofo”, um “metafísico” e um “poeta”. Quando da morte de Tarde, escreveu: “(...) saudemos em Tarde o filósofo de um pensamento penetrante, de imaginação forte e que nos abriu tantos horizontes; mas sejamos-lhe gratos, sobretudo, por ter realizado a mais alta ambição da filosofia, que é nos tornar melhores e mais fortes”¹³⁵. Os adjetivos usados em todos esses depoimentos ou resenhas são importantes: “falante incomparável”, “dedutivo”, “engenhoso”, “original”, “poeta” e “metafísico”. Surpreende o fato de que, no

reacionário vulgar, tem do mesmo modo fortes instintos conservadores como toda essa região [Dordogna]”, CHEVS, GTA 86.

¹³² BELOT, Gustave, “La logique sociale”, *Revue Philosophique*, 1896; e “Les transformations du pouvoir”, *Revue Philosophique*, 1901.

¹³³ GOBLOT, Edmond, “Gabriel Tarde: Les lois sociales, esquisse d’une sociologie”, *Revue Philosophique*, année 23^e, n^o 46, juil.-déc., 1898, p. 209. Posteriormente, Goblot será professor na Universidade de Lyon.

¹³⁴ BERTHELOT, René, “Les transformations du droit”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1893 e 1894. René é filho do químico Marcellin Berthelot (1827-1907), que dirigiu a *Grande Encyclopédie*. Dada a cultura positivista dos Berthelot, G. Tarde possivelmente não era bem visto; o fato do artigo “Sociologie”, da *Encyclopédie*, ter sido escrito por Mauss e Fauconnet, e não por Tarde, corrobora essa suposição.

¹³⁵ BERGSON, Henri, “Gabriel Tarde. Discours prononcés le 12 septembre 1909 à Sarlat à l’inauguration de son monument, 1909”, in AA.VV., *Discours de Sarlat*, 1909; e “Préface”, in *Gabriel Tarde, Pages choisies*, par A. et G. Tarde, Paris, Louis Michaud, 1909.

próprio meio tradicional da pedagogia e da filosofia, onde poderíamos esperar uma maior aceitação de suas idéias, sua obra tenha sido vista como romântica e inclassificável.

Quando passamos para a recepção de suas idéias pelo pólo profissional, em particular pelo o meio jurídico universitário, área de formação do autor, a imagem não difere muito. Paul-Frédéric Girard (1852-1926), jurista e defensor da sociologia jurídica, chegou a cogitar que Tarde estivesse do lado dos que combatiam a ciência na querela que então se estabelecia com os novos intelectuais católicos¹³⁶. Segundo ele, faltaria ao autor observação e análise, ou seja, pesquisa empírica, sem o que sua teoria da imitação não passaria de um conjunto de pressupostos sem valor científico¹³⁷. Outros autores, tais como Duguit e Hariou, ambos juristas e professores universitários, travam uma polêmica sobre a sociologia em que Tarde foi tomado como referência. Para Léon Duguit (1859-1928), Tarde raciocina como um crédulo, pois apesar de aceitar o determinismo, deixa espaço para o “milagre”. Hariou retruca que a teoria de Tarde combina cientificidade com os valores morais adequados, pois ele deixa a “estrutura social” em segundo plano e, no bom caminho da tradição, “reabilita a crença e o amor”¹³⁸. René Worms, apesar dos elogios a Tarde quando de seu combate contra Durkheim e da proximidade institucional, definiu a obra de Tarde, após sua morte, com os seguintes adjetivos: “literária”, “engenhosa” e “sugestiva”. Considera que seus estudos “não têm um método rigoroso” e que “são superficiais, dado que ele estudava assuntos variados e pertencentes a disciplinas distintas.”¹³⁹ O caso de Worms, contudo, é especial, pois ao longo dos anos 90 ele assumiu três posições distintas sobre a obra de Tarde: num primeiro momento, valorizou a teoria de Tarde em detrimento da de Durkheim; posteriormente, jogou Tarde e Durkheim um contra o outro para poder conquistar uma cadeira na universidade; finalmente, após a morte de Tarde e com a ascensão institucional de Durkheim, passou para o outro lado. Finalmente, dois outros depoimentos, por ocasião da morte de Tarde, merecem destaque, o de Levasseur e o de Faure¹⁴⁰ que, além de professores universitários, eram também representantes das ciências sociais “livres” — membros da Société d’Estatistique, da

¹³⁶ Alguns intelectuais, principalmente os pertencentes ao campo literário, começaram a aderir ao catolicismo (Brunetière) e ao nacionalismo (Barrès), aclamando a “bancarrota da ciência”. Cf. os debates entre Brunetière e Durkheim sobre esse assunto: BRUNETIÈRE, F., “Après une visite au Vatican”, *Revue des Deux Mondes*, 1895; e “Après le procès”, *Revue des Deux Mondes*, 1898; e DURKHEIM, É., “L’individualisme et les intellectuels”, *Revue Bleue*, 1898.

¹³⁷ GIRARD, Paul-Frédéric, “G. Tarde: les transformations du droit”, *Revue Philosophique*, 1893.

¹³⁸ Un docteur en droit, “La Sociologie et les Facultés de Droit”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1903, e HARIOU, Maurice, “Réponse à un docteur en droit sur la sociologie”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1903.

¹³⁹ WORMS, R., “La philosophie sociale de G. Tarde”, *Revue Philosophique*, nº 60, 1905.

¹⁴⁰ Fernand Faure foi um grande amigo de Tarde e secretário do movimento em homenagem a ele. Originário, como ele, da Dordogna, fez faculdade e doutorou-se em direito. Tornou-se professor de economia

Société d'Économie Politique e da Revue Internationale de Sociologie. Levasseur caracteriza Tarde como um “pensador original” e Faure, após descrevê-lo como um eterno deslocado nas instituições às quais pertenceu, sintetiza essa disposição pela expressão “independência de espírito”¹⁴¹. Todas essas resenhas e depoimentos revelam a figura de um “inclassificável”, ou seja, de alguém de hábitos individualizados num campo que evoluía no sentido das filiações coletivas e institucionais. No campo jurídico, portanto, Tarde foi considerado, seja de maneira positiva ou negativa, alguém cujas idéias faziam parte de um estilo de vida excludente em relação aos padrões intelectuais vigentes. Ele representaria um tipo intelectual tocquevilliano não apenas nas idéias, mas principalmente no estilo de vida, característico da resistência à modernização do campo científico.

Na área da medicina legal, a visão de Lacassagne¹⁴², médico e representante máximo da Escola de Antropologia Criminal francesa, amigo e patrono de Tarde, é surpreendente, principalmente levando-se em consideração que o texto foi publicado por ocasião de morte do autor, quando geralmente são escritas hagiografias. Segundo Lacassagne, “para os filósofos e os psicólogos, ele era um erudito e um metafísico”, “para os cientistas e antropólogos, era mais engenhoso do que sólido, mais literário do que positivo”; “se visto na rua, seria considerado um poeta, um romântico, um cientista original”¹⁴³. Para A. Lacassagne, Tarde tinha um “espírito enciclopédico”, mas estava atento às “questões do momento”; no futuro, afirmou, Tarde seria quiçá considerado um psicólogo, um sociólogo, um filósofo, o que significa que ele não era considerado como tal naquele momento. Outro médico e psicólogo experimental, Nicolas Vashide, amigo de Tarde, afirmou nessa mesma circunstância: “Tarde era um filósofo, um poeta, um literato”, era um “erudito, preciso, fino e científico”, um “homem de elite que escrevia para a elite”, tinha “horror às sondagens de opinião (*enquêtes*) e à estatística, que considerava uma ciência dos medíocres feita para os medíocres”; “queria ser economista, psicólogo, filósofo, sociólogo numa época de especialização”¹⁴⁴. Todas essas imagens expõem com clareza certo consenso no pólo profissional, jurídico e médico, em torno da figura intelectual de Tarde. Mesmo quando ele recebeu elogios, sua obra aparece como um gênero filosófico tradicional e literário, ainda que por vezes os amigos se esforcem para

política na Faculdade de Bordeaux e, posteriormente, na Faculdade de Direito de Paris. Foi também deputado republicano e ministro das finanças. Cf. dados da biografia de É. Levasseur nos capítulos 1 e 2.

¹⁴¹ FAURE, F., “Discours”, e LEVASSEUR, É. “Discours”, ambos in AA.VV., *Discours de Sarlat*, 1909.

¹⁴² Alexandre Lacassagne (1843-1924), médico e professor de medicina da Faculté de Médecine de Lyon, foi diretor dos Archives d'Anthropologie Criminelle desde sua fundação, em 1886; em 1893 Tarde se torna co-diretor da revista, que muda de nome passa a incluir a rubrica “criminologia”.

¹⁴³ LACASSAGNE, Alexandre, “Gabriel Tarde – 1843-1904”, *Archives d'Anthropologie Criminelle*, 1904, p. 501.

¹⁴⁴ VASHIDE, Nicolas, *Archives d'Anthropologie Criminelle*, 1904.

transformar essas características em qualidades positivas, considerando-o um homem de vanguarda.

Algumas declarações indicam que Tarde era bastante admirado no pólo literário, provavelmente em razão da valorização do “mistério”, da “introspecção” e das tensões que esses termos geravam com o pólo científico. A apresentação de Tarde, na *Revue Blanche*, por ocasião de um balanço sobre a obra de Taine, em 1897, é significativa: “o mais brilhante intérprete da escola sociológica francesa que, pode-se dizer, ele constituiu, dando-lhe uma tonalidade e um caráter próprio: igualmente distante da temeridade dos paradoxos italianos e do biologismo obstinado e subterrâneo dos ingleses.”¹⁴⁵ Com o mesmo tom laudatório, Henri Mazel, crítico literário do *Mercure de France* e diretor da revista *L’Ermitage*, também não poupava elogios ao amigo, com quem freqüentava os banquetes de Gustave Le Bon. O depoimento de Mazel por ocasião da morte de Tarde revela a apropriação positiva da obra de Tarde no pólo literário: Tarde é um “grande homem”, tal como Taine e Renan; elevou ao mais alto grau o espírito nacional; Tarde vem das “raízes profundas” da França, adora seus camponeses e fala a língua deles; colocou “vida” na ciência social, por oposição aos que a “dissecaram, matematizaram e abstrairam”¹⁴⁶. Essas oposições explicitam os termos da disputa entre o pólo científico e o literário no campo das ciências sociais e humanas, onde Tarde recebeu, como seria de se esperar, o voto dos literatos¹⁴⁷. Duas figuras do pólo da tradição literária, Ferdinand Brunetière e René Doumic, diretor e colaborador regular da *Revue des Deux Mondes*, deram seu aval às idéias de Tarde. Brunetière¹⁴⁸ havia saudado *Les lois de l’imitation* como uma das dez obras mais importantes do século e, na *Revue*, elogiou o artigo de Tarde sobre as multidões, artigo que, aliás, tinha um dedo seu¹⁴⁹. Doumic, quase uma década depois, publica um artigo concordando totalmente com as teses sobre a multidão de Tarde, com a diferença de que ele se considerava um pouco menos otimista do que

¹⁴⁵ BÉLUGOU, Léon, *Revue Blanche*, 1897, p. 284. A *Revue Blanche*, assim como *Mercure de France*, é uma revista literária vanguardista e de recrutamento estudantil. Conforme Charle, eram elitistas e voltadas para os “happy few”.

¹⁴⁶ MAZEL, Henri, “À propos de M. Gabriel Tarde” (article nécrologique), *Mercure de France*, nº 51, 1904, pp. 89-102 (grifo meu).

¹⁴⁷ Essa oposição no campo intelectual se desdobrava numa oposição política, pois Mazel, como Tarde, opunha radicalmente o socialismo e o liberalismo, o que em princípio o colocaria numa posição de combate ao pólo pedagógico “estatista”.

¹⁴⁸ Sobre F. Brunetière, cf. GUGELOT, Frédéric, *La conversion des intellectuels au catholicisme en France 1885-1935*, Paris, C.N.R.S., 1998.

¹⁴⁹ Carta de Tarde a Brunetière, de 1892: “Eu estou plenamente de acordo com as modificações a fazer em meu artigo, (...) ainda que o senhor não tenha me dito quais. Eu peço que o senhor me indique, a lápis, na margem das provas, as passagens que devem ser suprimidas”, CHEVS, GTA 89.

Tarde¹⁵⁰. A obra de Tarde era com certeza mais facilmente aceita por literatos que se batiam contra o naturalismo e que, pertencentes à burguesia intelectual, valorizavam em Tarde as menções ao mistério, à introspecção, à intimidade, à liderança das elites, bem como suas críticas aos supostos excessos da ciência¹⁵¹.

Pode-se concluir, através do conjunto dessas percepções, que a obra de Tarde foi apropriada por vários grupos como mote em disputas internas ao campo intelectual e que, particularmente, ela se prestou ao apoio das posições mais refratárias à separação entre literatura e ciência e entre moral e ciência. Sua obra contribuía, nesse sentido, para a indefinição das áreas do conhecimento e para a sobreposição da dimensão ética, estética e social acima das delimitações disciplinares próprias às novas regras do campo. O interessante é que essa disposição intelectual generalista e agregadora também seria reproduzida em sua inserção institucional: ao longo de sua trajetória, Tarde conseguiu agregar o apoio da medicina legal, da psicologia universitária, do pólo jurídico e, finalmente, do pólo pedagógico.

O que todos esses depoimentos e resenhas não revelam, por trás da idéia de “originalidade” de Tarde, é o esforço brutal que teve de ser feito por ele para ascender a posições de prestígio. A ascensão de Tarde ao Collège de France e à Académie des Sciences Morales et Politiques resultou de uma série de alianças que culminaram com o apoio do poder intelectual formado pela alas da psicologia experimental e da psicologia social. Mas Tarde precisou costurar uma complexa rede de relações sociais para chegar a ter prestígio entre esses grupos; acima de tudo, ele não poderia cometer o erro de Le Bon e entrar em choque com instâncias do pólo do poder pedagógico. Como ele não podia seguir a carreira universitária por falta de credenciais acadêmicas, sua opção foi conquistar legitimidade intelectual de maneira lenta e paralela à carreira principal.

A *Revue Philosophique* foi o veículo através do qual ele ingressou no incipiente campo das ciências sociais: em 1880, escreveu uma carta anônima a Ribot que, por sua vez, solicitou que o autor anônimo se identificasse. A partir de então, Tarde iniciou uma intensa publicação nas revistas; entre 1880 e 1893 publicou nada menos do que 26 artigos, ou seja, uma média de dois artigos ao ano. Ao mesmo tempo, começou a publicar nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, de Lacassagne, desde a sua fundação, em 1886, e nos vinte

¹⁵⁰ DOUMIC, René, “Des derniers travaux de la psychologie collective”, *Revue de Deux Mondes*, n^o 71, juil., 1901.

¹⁵¹ Tarde valoriza o Taine de *Les origines de la France contemporaine*, mas critica sua excessiva frieza intelectual e indiferença em relação ao “mistério”, cf. TARDE, G., “Sur l'œuvre de Taine”, *Revue Blanche*, 1897, pp. 284-6.

primeiros anos da revista publicou 26 artigos, abaixo apenas do próprio Lacassagne. Por influência dele, Tarde foi chamado para trabalhar no Ministério da Justiça em Paris como diretor do Departamento de Estatística Criminal¹⁵². Nos anos 90, tem início a diversificação de suas estratégias de publicação e ele passa a publicar na *Revue Internationale de Sociologie*, de René Worms, na *Revue Pénitentiaire*, na *Revue des Deux Mondes* e na *Revue de Paris*¹⁵³. Apesar dessas revistas se diferenciarem entre um pólo científico e outro literário, nesse momento todas elas representavam, de certo modo, a tradição intelectual, o que se observa pela produção eclética e militante de seus colaboradores. A *Revue de Deux Mondes* e a *Revue de Paris* eram dirigidas a um público burguês cultivado; a *Revue Philosophique* à tradição filosófica aliada à psicologia experimental e a revista de sociologia de Worms ao pólo profissional. Essa inserção institucional é significativa de sua necessidade de corresponder às expectativas de “intermediários culturais” que eram figuras importantes no credenciamento intelectual, tais como Lacassagne, Ribot, Brunetière, Dick May, Worms e Lavisse.

O ingresso de Tarde na vida intelectual parisiense lhe possibilitou o aumento de seu capital de relações sociais, o que lhe abriu as portas para a participação em sociedades científicas e em escolas privadas de ensino superior. Através de Théodule Ribot chegou aos salões de Le Bon, onde conheceu Émile Cheysson; Cheysson provavelmente o apresentou a Émile Boutmy, diretor da *École Libre des Sciences Politiques*, onde acabou dando um curso livre de sociologia. Por intermédio da *École de Boutmy*, Dick May conhece Tarde, torna-se sua amiga íntima e o convida a ingressar no *Collège Libre* e na *École des Hautes Études Sociales*. Numa das recepções no Hotel de Ville, G. Tarde conheceu R. Worms, que o convidou para participar de suas instituições sociológicas¹⁵⁴. Suas conferências deram origem a artigos que, reunidos, foram publicados tanto na coleção *Bibliothèque Sociologique Internationale*, de René Worms, quanto na coleção *Bibliothèque des Sciences Sociales*, de Dick May. Théodule Ribot teve uma participação fundamental na carreira de Tarde. Em sua candidatura ao *Collège de France*, conseguiu o apoio de Liard, de Boutroux e de Levêque; leitor de seu memorial no *Collège de France*, ele corrigiu inclusive expressões que julgava

¹⁵² Lacassagne escreve para Tarde em 1893: “Meu cunhado voltou antes de ontem de Paris (...). Seu cunhado (...) lhe deu notícias interessantes sobre seus negócios. Ele falou do senhor na semana passada com Bourgeois e Ferry: o ministro disse que o conhecia bem e que eles o nomearão. Jules Ferry prometeu (...) falar com Bourgeois e de lhe dizer o quanto ele considera o senhor. Deambrais também está ocupado com sua causa”, CHEVS, GTA 89.

¹⁵³ Cf. o Anexo 11 – G. Le Bon – Publicações em revistas, e o Anexo 12 – G. Tarde – Publicações em revistas.

¹⁵⁴ SALMON, Louise, “Gabriel Tarde et la société parisienne à la fin du XIX^e Siècle: ‘rapides moments de vie sociale’, 1894-1897”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, nº 13, 2005, pp. 127-40.

desabonadoras ao candidato, tais como “intra-espiritual” e “extra-espiritual”¹⁵⁵. Émile Boutmy deu o apoio do pólo profissional à eleição de Tarde para a Académie des Sciences Morales et Politiques; Dick May tornou seu nome prestigiado junto ao Ministério da Instrução Pública usando de sua influência sobre Croiset e, através dele, Lavissee e Liard e, finalmente, Alfred Fouillée articulou minuciosamente sua eleição para a Académie des Sciences Morales et Politiques¹⁵⁶.

Lacassagne afirmou que Tarde preferia os autores antigos aos modernos, Montaigne a Taine, e o próprio Tarde costumava dizer que foi influenciado por Maine de Biran, Cournot e Tocqueville. Além disso, ele declarou que todo seu sistema havia sido elaborado quando tinha entre 25 e 30 anos, no mundo isolado de Sarlat. Ora, isso pode dar uma falsa idéia de que seus textos teriam uma lógica interna rigorosa e seriam imunes às “influências parisienses” posteriores. Quando se considera a maneira como Tarde (re)trabalhou seus manuscritos, é possível colocar a hipótese de que, apesar de sua “doutrina” ter sido construída nos anos 60, ela era flexível o suficiente para adequar-se a várias outras teorias e, além disso, para incorporar exemplos contemporâneos, principalmente dos jornais, que deviam ilustrar a veracidade de suas teses.

A aproximação entre Tarde e Alfred Fouillée no fim da década de 90 é bastante significativa nesse sentido, pois revela que a agenda temática e de referências teóricas de Tarde resultou em parte da necessidade de acumular capital social no pólo pedagógico. Quando, a partir de 1897, passou a manter contato com a administração educacional, em particular com Ferdinand Buisson, escreveu um artigo em que afirmava que a criminalidade juvenil não estava relacionada à legislação ou à política e sim à imprensa¹⁵⁷. Nesse mesmo período, aproximou-se de Fouillée e da ala pedagógica e passou enfatizar o otimismo e o patriotismo, a defender o ensino clássico¹⁵⁸ e o papel do intelectual como guardião da cultura francesa, o que era confluyente com a visão de Fouillée¹⁵⁹. A “era da opinião” era uma evolução em relação à “era das multidões” porque indivíduos menos socializados tinham condições de raciocinar melhor do que em coletividade. Uma citação simboliza a

¹⁵⁵ CHEVS, GTA 90. Cartas de Ribot a Tarde.

¹⁵⁶ Fouillée enviou, no ano da eleição, em torno de 12 cartas a Tarde, com explicações de como agir, a quem visitar, bem como a contabilidade dos votos.

¹⁵⁷ KALIFA, Dominique, *L'Encre et le sang*, op. cit., p. 231. O poder dos jornalistas foi colocado em questão na formação da opinião francesa, dada a extensão em que propagava idéias e imagens inadequadas (anti-dreyfusards, nacionalistas, xenófobas, anti-semitas, anarquistas e socialistas), motivo pelo qual sua responsabilidade penal deveria ser maior.

¹⁵⁸ Em 1899, Fouillée escreve a Tarde: “(...) os jornais continuam a me representar como hostil à ‘escola moderna’ e o senhor como um vingador de nosso infalível sistema de educação”, CHEVS, GTA 90.

¹⁵⁹ Cf. TARDE, Gabriel, “Les publiques et les foules”, *Revue de Paris*, n.º 4, juil.-aôut, 1898; e “L’Opinion et la conversation”, *Revue de Paris*, juil.-aôut, 1899.

aproximação entre os dois autores: o artigo sobre o público e as multidões, de 1898, quando republicado na obra *L'Opinion et les foules*, em 1901, incorporou uma citação favorável à teoria das idéias-força de Fouillée que não constava do artigo original - algo inusitado quando se considera que, em 1890, Tarde havia criticado veementemente sua teoria das idéias-força¹⁶⁰. Em 1901, já no Collège de France e na Académie des Sciences Morales et Politiques, passou a defender a especificidade do “caráter francês”, ou seja, sua vocação mais cultural, artesanal e literária, por oposição ao “caráter inglês”, caracterizado pelo industrialismo, pelo maquinismo e pela divisão do trabalho¹⁶¹. Nessa mesma época, Fouillée publicava suas psicologias do povo francês com o mesmo discurso. O corolário dessa posição no campo, sujeita a constrangimentos, é a disposição “moderada”, o que se revela pela assinatura de Tarde do manifesto Apelo à União no caso Dreyfus.

O apoio da ala psicológica era justificado. Do ponto de vista disciplinar, Tarde defendia a psicologia como disciplina hegemônica contra a biologia, a economia política e a sociologia durkheimiana. Se, por um lado, ele defendeu a autonomia da sociologia em relação à biologia e à economia, por outro lado, lutou por uma autonomia restrita dado que o fundamento teórico da sociologia deveria ser a psicologia social ou a “interpsicologia”, termo que preferiu após 1898. Essas tomadas de posição representavam a defesa do domínio tradicional da filosofia, mas também da psicologia, o que a ala filosófico-psicológica rapidamente reconheceu e soube usar contra os durkheimianos na passagem do século.

A visão do intelectual como guardião da “cultura francesa”, que é correlata ao medo do nivelamento intelectual e à valorização da criação solitária, leva a concluir que a psicologia social de Tarde é uma representação do trabalho intelectual inversa à situação de dependência extrema das ciências sociais “livres” e, em particular, de sua própria posição no campo. A psicologia social de Tarde resulta do ímpeto, de um lado, de construir uma nova disciplina em detrimento da filosofia e da história e, de outro lado, do necessário apoio institucional desses mesmos grupos tradicionais. Daí as ambigüidades teóricas e a tentativa de reunir ciências em vias de separação — fisiologia, antropologia, psicologia, sociologia etc. —, abertura que a prática intelectual multifacetada impunha como condição de participação no campo.

¹⁶⁰ Na *Philosophie pénale*, de 1890, Tarde criticou em vários momentos a “babel eclética” de Fouillée e o caráter ilusório de sua teoria das “idéias-força”. Em 1901, insere a seguinte citação no seu texto: “O pensamento não é a força social por excelência? Pense-se nas idéias-força do senhor Fouillée”, TARDE, G., *L'Opinion et la foule*, op. cit., p. 12.

PSICOLOGIA SOCIAL VERSUS SOCIOLOGIA: REVISITANDO O DEBATE ENTRE TARDE E DURKHEIM.

O debate entre Tarde e Durkheim já foi extensamente estudado, mas retomo alguns aspectos ainda não debatidos que podem esclarecer o uso da expressão “psicologia social” por Tarde. É significativo o fato de Tarde ter intitulado uma de suas obras com essa expressão, não por acaso uma obra editada por Worms, em 1898, em que um dos principais alvos é Durkheim. Os estudos sobre o surgimento da psicologia social e da sociologia costumam inexoravelmente passar pelo debate “Tarde *versus* Durkheim”, mas freqüentemente a discussão está referida a tomadas de posição dentro do campo intelectual francês atual¹⁶². Os autores neo-tardeanos dão preferência à psicologia ou ao suposto “individualismo psicológico” de Tarde, enquanto os neo-durkheimianos defendem a sociologia de Durkheim. Jean Milet é tardeano e segue a argumentação do próprio Tarde contra Durkheim, ou seja, para ele Durkheim é um metafísico e Tarde alguém que construiu uma teoria científica com base na experiência, o que permite sua comprovação¹⁶³. Apfelbaum e Lubek, no ímpeto de fazer a história da psicologia social, creditam o esquecimento da obra de Tarde a uma suposta dominação institucional dos durkheimianos¹⁶⁴. Colocando-se no pólo oposto a essas interpretações, Mucchielli procura mostrar que, de fato, Durkheim “venceu” a luta contra Tarde e contra Worms, mas não por qualquer “dominação institucional” e sim no terreno próprio das idéias¹⁶⁵. Com base nas declarações de autores próximos a Tarde — Worms, Kowalewski, Grasserie, Espinas, Roberty e Richard — ele afirma que, depois do Congrès des

¹⁶¹ TARDE, G., “L’avenir latin”, *Revue Politique et Littéraire/Revue Bleue*, nº 18, juin, 1904; e TARDE, G., “Sur la prétendue décadence des peuples latins”, Conferência de Bordeaux, de 31 de maio de 1901.

¹⁶² BESNARD, Philippe, “Durkheim critique de Tarde. Des Règles au Suicide”, in BORLANDI, Massimo – MUCCHIELLI, Laurent (dir.), *La sociologie et sa méthode: les Règles de Durkheim un siècle après*, Paris, L’Harmattan, 1995; BORLANDI, Massimo, “Informations sur la rédaction du *Suicide* et sur l’état du conflit entre Durkheim et Tarde de 1895 à 1897”, *Études Durkheimiennes/Durkheimian Studies*, nº 6, 1994; BESNARD, P. – BORLANDI, M., “Contre Durkheim à propos de son *Suicide*”, in *Le Suicide de Durkheim un siècle après*, Paris, P.U.F., 2000; MILET, Jean, *Gabriel Tarde et la philosophie de l’histoire*, Paris, J. Vrin, 1970; LUKES, Stephen, *Émile Durkheim, His Life and Work*, London, Allen Lane, 1973.

¹⁶³ “É a experiência dos fatos sociais que funda a superioridade de Tarde sobre Durkheim, que frequentemente trabalhou apenas com dados de segunda mão”, MILET, Jean – ROCHEBLAVE-SPENLÉ, Anne-Marie, *Écrits de psychologie sociale*, Toulouse, Privat Éditeur, 1973. Favre e Mucchielli já haviam mostrado essa adesão idealista às idéias de Tarde contra Durkheim. Cf. FAVRE, P., “Gabriel Tarde et la mauvaise fortune d’un ‘baptême sociologique’ de la science politique”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIV, nº 1, jan.-mars, 1983, e MUCCHIELLI, L., “Tardomania? Réflexions sur les usages contemporains de Tarde”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 2000, nº 3, pp. 167-9.

¹⁶⁴ APFELBAUM, E., “Origines de la psychologie sociale en France: développements souterrains et discipline méconnue”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, nº 4, 1981, e LUBEK, I., “Histoire de psychologies sociales perdues: le cas de Gabriel Tarde”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, nº 3, juil.-sept., 1981.

¹⁶⁵ MUCCHIELLI, Laurent, *La découverte du social: naissance de la sociologie en France (1870-1914)*, Paris, La Découverte, 1998, pp. 335-41.

Sociétés Savantes, de 1898, e do congresso organizado pelo Institut International de Sociologie, em 1903, todos eles teriam deixado de concordar com Tarde e passado para o lado de Durkheim. O problema da visão de Mucchielli é que ele faz algumas citações sem, contudo, contextualizar as relações e os interesses envolvidos, o que resulta numa interpretação equivocada da suposta perda de hegemonia de Tarde. Se as críticas à obra de Tarde são intensas, elas não partem desses autores que, muito pelo contrário, o sustentaram contra Durkheim. Dos seis autores citados por Mucchielli, o único medianamente durkheimiano era Richard, mas na realidade ele pretendia fazer uma síntese entre as teorias de Tarde e de Durkheim, como ele declarou ao próprio Tarde¹⁶⁶. Além disso, todos os autores mencionados por Mucchielli, com exceção de Richard, eram organicistas, e suas críticas a Tarde não resultavam de uma suposta adesão às teses de Durkheim, mas sim a uma teoria contrária à de Tarde e à de Durkheim. O ano de 1897 foi um marco nesse sentido, pois Tarde atacou intensamente o organicismo no 3º Congresso do Institut International de Sociologie, Durkheim no *Suicídio* e Célestin Bouglé na *Revue de Métaphysique et de Morale*¹⁶⁷. O único autor que, como vimos, passou para o lado de Durkheim, foi Worms, mas ainda assim isso ocorreu apenas após a morte de Tarde.

Apesar das possíveis divergências teóricas entre Tarde e os autores de seu meio intelectual, os grupos ligados a ele, ou seja, às ciências sociais “livres”, à psicologia universitária e à filosofia pedagógica, jamais o abandonaram, teórica ou institucionalmente, até porque Tarde defendia o domínio da psicologia em ciências sociais, o que era do seu interesse. Ao mesmo tempo, Tarde parece ter articulado uma espécie de tropa de choque contra Durkheim em todas as instituições às quais pertenceu, inclusive nas dirigidas por Worms, mas principalmente na Académie des Sciences Morales et Politiques e no Collège de France, um dos prováveis motivos pelos quais Durkheim jamais foi aceito nessas instituições. Um exemplo da progressiva adesão a Tarde por parte desses grupos, em detrimento de Durkheim, é Alfred Fouillée. Até 1897 ele ainda tratava a obra de Durkheim e de Tarde de maneira equivalente; após sua aproximação com Tarde os ataques a Durkheim se intensificaram e o último passou a ser cunhado como um “materialista moral”¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Carta de G. Richard a Tarde, de 1902: “Eu me esforçarei, mais ainda do que no passado, em mostrar que um acordo é possível e mesmo necessário entre as suas doutrinas psicossociais e o método inaugurado por Durkheim”. Em relação à *Psychologie Économique* (Paris, F. Alcan, 1902) ele afirma: “Estou no geral em total acordo com o senhor, salvo no que diz respeito ao caráter accidental da invenção”, CHEVS, GTA 90. Cf. RICHARD, G., “Psychologie économique”, *Revue Philosophique*, 1902.

¹⁶⁷ BOUGLE, C., “Anthropologie et démocratie”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1897. Cf também os artigos de Bouglé, Espinas e Tarde na *Revue Philosophique*, de 1901, sobre o organicismo.

¹⁶⁸ Em 1896, Fouillée dizia: “Para citar apenas as obras mais recentes e devidas aos mais jovens, não se deve desconhecer a originalidade e a força dos trabalhos de Gabriel Tarde e de Durkheim (...)”, FOUILLÉE, A. “Les

As cartas trocadas entre Tarde e Durkheim podem dar uma idéia equivocada da relação entre eles, pois mostram que Durkheim aparentemente reconhecia em Tarde um aliado na luta contra a vulgarização em ciências sociais¹⁶⁹. Em 1893, Durkheim mostra reverência e afirma que as teorias de ambos eram da mesma família; em 1895, apesar de reconhecer diferenças importantes, declara deferência pela obra e pela pessoa de Tarde. Neste mesmo ano, outra carta revela preocupação com a presença do que Durkheim denominou “falsários (*faiseurs*) na sociologia”: “Eu creio que o único meio de barrá-lo [esse processo] é não mostrar nenhuma complacência pelos sociólogos improvisados que comprometem uma ciência já muito fácil de comprometer. O azar é que, numa matéria como essa, todo mundo se crê competente, o que permite aos hábeis enganar o público. Estou feliz ao ver que o senhor sente igualmente o perigo.”¹⁷⁰ Contudo, nesse mesmo ano, Durkheim chamava Tarde de dileitante e de *faiseur* numa carta a Lévy-Bruhl¹⁷¹. A resposta para essa ambigüidade talvez esteja, como sugeriu Borlandi, no fato de que Durkheim precisava, para escrever o *Suicídio*, consultar os arquivos do departamento de estatística do Ministério da Justiça, que estavam sob a responsabilidade de Tarde. O fim da correspondência entre eles data de 1897, quando Durkheim publica o *Suicídio* com críticas devastadoras à teoria da imitação de Tarde¹⁷².

No *Suicídio*, Durkheim buscava separar metodicamente fatos sociais, interpretados erroneamente, segundo ele, à luz de teorias equivocadas, tais como a de Tarde. Ao reduzir a imitação a um processo mecânico, uma “macaquice” (*singerie*), Durkheim pretendia desqualificar a psicologia social de Tarde e preparar o terreno em que seria elaborado o conceito de “representações coletivas” contra o de “mentalidade” ou “caráter do povo”. Como resposta, Tarde publicou os artigos sobre a multidão e o público, em 1898 e 1899, e outro artigo, na obra *Études de psychologie sociale* (1898), que podem ser lidos como manifestos contra o *Suicídio* e o famoso artigo sobre as representações coletivas. Tratava-se, em todos esses textos, de defender, basicamente, a psicologia individual, o intelectual generalista, o idealismo sociológico e a limitação da ação social do Estado. Nesses artigos, Tarde afirmava, em primeiro lugar, que uma multidão ou povo se homogeneíza através de identificações

études récents de sociologie”, *Revue des Séances et Travaux de l’Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1896, pp. 304-5. Dez anos depois: “(...) com uma caneta, ele [Durkheim] exclui da história toda ação individual e não deixa subsistir senão uma inexplicável ação coletiva”, FOULLÉE, A., “La science des mœurs remplacera-t-elle la morale?”, *Revue des Deux Mondes*, 1905.

¹⁶⁹ CHEVS, GTA 86. Das seis cartas enviadas por Durkheim a G. Tarde, cinco já foram publicadas em BORLANDI, Massimo, “Informations sur la rédaction du *Suicide* et sur l’état du conflit entre Durkheim et Tarde de 1895 à 1897”, *Études Durkheimiennes/Durkheim Studies*, nº 6, 1994; e a sexta carta será proximamente publicada pelo mesmo autor. Entre 1893 e 1901, Borlandi compila 12 textos contra Tarde e 14 contra Durkheim.

¹⁷⁰ CHEVS, GTA 90.

¹⁷¹ BORLANDI, M., art. cit.

¹⁷² Cf. carta de Tarde a Lavissee, pedindo sua inclusão na lista, BN – NAF; e SALMON, L., art. cit.

culturais e, em particular, pelas “crenças” comuns a uma nação.¹⁷³ Em segundo lugar, que o progresso da civilização teria produzido uma nova “divisão social de idéias” em que as divergências seriam baseadas na “opinião”, mais fluidas e espontâneas, e não no conflito de interesses como no caso da “divisão social do trabalho”¹⁷⁴. Finalmente, que a preservação da evolução estaria condicionada à manutenção de “elites” intelectuais clássicas, ou seja, generalistas, porque eram as únicas portadoras da “genialidade” que, por sua vez, a especialização intelectual pretendia anular. Essas teses serviram a dois propósitos fundamentais, um de ordem intelectual e outro de ordem política. Do ponto de vista disciplinar, tratava-se de defender a psicologia (idéias) e não a sociologia (interesses) como disciplina dominante em ciências sociais. A teoria de Durkheim seria equivocada, além de metafísica, pois cindia fatos individuais e sociais, além de supor o caráter “coercitivo” da ação social sobre os indivíduos. Para Tarde, ao contrário, os fatos sociais são de ordem vital ou psíquica; não existem “coisas sociais” que agem sobre os indivíduos fora das consciências individuais, mas sim consciências individuais que agem umas sobre as outras. Além disso, os indivíduos não são “coagidos” a cumprir regras sociais; eles aderem a elas por afeto, dado que entre os grupos primários e as sociedades modernas não haveria solução de continuidade. As nações modernas se baseiam em vínculos fisiológicos e psíquicos profundos e isso não muda com a organização política e industrial. Desse modo, o idealismo sociológico tardeano se aliava ao naturalismo tradicionalista¹⁷⁵. Em segundo lugar, esse novo tipo de conflito social, mais civilizado, prescindiria da mediação estatal: segundo ele, a doutrina Solidarista¹⁷⁶ deveria ser substituída por uma simples “justiça compensatória” ou “caridade”. O Solidarismo, ao ampliar as funções sociais do Estado, arriscava produzir o nivelamento social

¹⁷³ Segundo Tarde, “(...) na composição de uma multidão os indivíduos não entram senão por suas similitudes étnicas, que se adicionam e formam uma massa, não por suas diferenças próprias, que se neutralizam; na circulação de uma multidão, os ângulos da individualidade se enfraquecem mutuamente em benefício do tipo nacional que se libera”, TARDE, G., *L'opinion et la foule*, op. cit., p. 296.

¹⁷⁴ “É a divisão social por grupos de idéias teóricas, de aspirações ideais, de sentimentos, que recebe da imprensa uma ênfase e uma preponderância visíveis. Os interesses apenas se exprimem por ela — o que é uma honra — desviados ou sublimados em teorias e paixões; mesmo ao lhes impregnar de paixão, ela os espiritualiza e idealiza. (...) É notável que o grupo profissional, fundado sobre a mútua exploração e adaptação de desejos e interesses, seja o mais prejudicado por essa transformação civilizadora. (...) O vínculo entre os indivíduos (...) consiste não a se harmonizar por suas diversidades, por suas especialidades úteis, mas a se inter-refletir, a se confundir por suas semelhanças inatas ou adquiridas (...)”, TARDE, G., *L'opinion et la foule*, op. cit., pp. 303 e 306.

¹⁷⁵ “Em uma palavra, o vínculo fisiológico, que constituía o fundamento principal das pequenas sociedades domésticas do outrora, posteriormente de tribos, de cidades antigas, é ainda o fundamento essencial das grandes sociedades nacionais de hoje”, TARDE, G., “La Sociologie”, in *Études de psychologie sociale*, Paris, Giard et Brière, 1898, p. 90.

¹⁷⁶ O Solidarismo era o programa social do Partido Radical, ou seja, dos republicanos de esquerda, e foi idealizado, em 1896, por Léon Bourgeois. Pregava o dever de uns em relação aos outros por um “quase-contrato” social. No fim do século, houve duas interpretações da doutrina, uma de vocação liberal e outra estatista.

ao anular as desigualdades sociais naturais e deveria, portanto, ser substituído por programas tópicos que minimizassem apenas as dificuldades do doente, do idoso e da criança¹⁷⁷. Apesar de afirmar o caráter “espontâneo” do processo de purificação do conflito social pelas idéias, a principal garantia de sua continuidade seria a preservação das “individualidades dirigentes” e da “alta cultura” contra o nivelamento intelectual e o fascínio jornalístico pela agitação popular. Contra a teoria das “massas criadoras”, ele afirmava que a elevação das elites aumentaria, por contágio ou imitação, o nível das massas que, por definição, eram acéfalas. Seria, portanto, um escândalo teórico considerar as “representações coletivas” mais complexas do que as “representações individuais”, visto que a psicologia do “social” era inferior à do indivíduo; ao reconhecer o contrário abria-se espaço para que os movimentos populares reivindicassem “com razão” novos direitos.

Tarde, portanto, longe de ser considerado um teórico da diferença no sentido democrático do termo, deve ser compreendido como um autor aristocrático, o que era amplamente reconhecido pelos contemporâneos.¹⁷⁸ Por outro lado, o estudo de sua trajetória e de sua obra a partir das relações estabelecidas no campo intelectual é fundamental para se compreender o seu significado específico. A posição de Tarde ilumina, efetivamente, uma série de tensões e oposições estruturais ao campo intelectual: a que se dá entre o Collège de France e a Nouvelle Sorbonne; entre a psicologia e a sociologia; entre os intelectuais “livres” e os universitários; entre a literatura/moral e a ciência e, finalmente, entre a tradição e o modernismo intelectual.

¹⁷⁷ “Segundo os antropólogos, a elevação das raças humanas deve ser julgada menos pelo nível médio [dos indivíduos] do que pelas mais altas individualidades. Aquelas [raças] em que a diferença entre os mais altos gênios e os mais baixos cérebros é maior é a mais nobre. (...) É necessário para o progresso que as chances sejam desiguais; essa desigualdade de chances, de fortunas, de condições iniciais se justifica, em grande parte, seja porque ela é a continuação e a consequência da desigualdade salutar das aptidões, seja porque ela favorece o desenvolvimento das aptidões as mais altas, ou seja, as descobertas e as invenções”, TARDE, G. “La solidarité sociale comme principe des lois”, *Revue des Séances et Travaux de l'Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1903.

¹⁷⁸ “O Sr. Tarde formulou uma concepção aristocrática e idealista da história. A humanidade, segundo ele, caminha para o futuro guiada, senão exclusivamente pelos heróis caros a Carlyle, ao menos por uma elite religiosa, econômica, política, estética, científica que lhe abre novas vias.” BOURDEAU, Jean, *Socialistes et sociologues*, Paris, F. Alcan, 1907, p. 32.

CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho é possível indicar algumas conclusões e fazer sugestões para a continuidade da pesquisa. A primeira delas, de ordem teórico-metodológica, é que a compreensão do discurso intelectual se beneficia com o uso da teoria do campo e a análise das posições e dos conflitos que lhe dão sentido. Não é raro encontrar interpretações equivocadas das obras de psicologia social, principalmente as que pretendem atualizar os autores ou enobrecê-los, com prejuízo de seu significado — um problema que se agrava quando se trata de autores distantes historicamente e que escreveram sobre vários temas sem se preocupar com a construção de um sistema. Vários aspectos da psicologia social permaneceriam inexplicáveis se não se levasse em consideração, de um lado, as transformações do campo intelectual e a autonomia universitária e, de outro lado, as redes extra-universitárias mobilizadas pelos psicólogos para ocupar espaços institucionais e de visibilidade.

Nesse sentido, não é de se estranhar o desconforto sentido por Tarde e o mau jeito de Le Bon nos meios universitários parisienses mais modernistas, o que a recepção crítica de suas idéias e os depoimentos de universitários sugerem. Eram figuras um tanto exóticas, que cultivavam relações de reverência e de distinção em bases tradicionalistas e, principalmente, davam um tom personalista aos seus textos, práticas e estilos de vida. Sua trajetória demonstra o deslocamento intelectual num campo em progressivo processo de profissionalização.

Segundo Charle, há uma alteração no perfil do recrutamento universitário nesse momento da história do campo, pois à medida que ele se homogeneíza sociologicamente, ocorre uma crescente diferenciação disciplinar na universidade. No pólo não universitário Charle identifica o processo inverso, pois nesse caso a base sociológica de recrutamento é mais heterogênea e o comportamento disciplinar mais homogêneo. Pode-se dizer que essa tendência também ocorre no campo específico das ciências sociais: quanto mais nos aproximamos do pólo técnico-profissional, maior a diversidade sociológica do recrutamento, o que significa que essas posições são ocupadas por autores de origem social diversa, freqüentemente vindos da província ou de países estrangeiros, bem como carentes de capital familiar. Além disso, muitos não têm formação superior e, quando têm, freqüentemente ela foi realizada em áreas cada vez mais distantes das

ciências sociais universitárias, que recrutavam basicamente filósofos e normalistas. Do ponto de vista disciplinar, a tendência também confirma as teses de Charle: as disciplinas “livres” tenderam a um comportamento indiferenciado, ou seja, é difícil identificar, por exemplo, os limites entre a psicologia social e a ciência política, ambas as matérias vocacionadas ao ecletismo.

Após esse percurso, é possível concluir que a psicologia social foi, de um lado, uma temática estratégica de parte dos “intelectuais livres” para sobreviver no campo e, de outro lado, que foi ao encontro de interesses de grupos e instituições que mantinham poder de credenciamento intelectual. Daí vem a ambigüidade da psicologia social, pois de certo modo ela foi apoiada por gente legítima no pólo científico. Os estudos sobre os fundadores da psicologia científica francesa, tais como Ribot e Binet, freqüentemente os consideram figuras do lado da inovação e da especialização disciplinar, imagem que não combina com aquela que deriva do estudo que fizemos, com base na qual eles se mostram mais ecléticos e tradicionalistas. Daí a aproximação entre a ciência mental e a psicologia social ser possível. Nesse sentido, foi fundamental rever as posições desses autores e entender que, ao contrário do que se projeta, eles se tornaram, nos anos 90, representantes da tradição intelectual.

A partir da teoria do campo foi possível equacionar três pólos fundamentais em ciências sociais que permitem entender as oposições e as tomadas de posição: o pólo universitário, o técnico-profissional e o pedagógico. Do ponto de vista dos debates, pode-se afirmar que o pólo pedagógico está do lado do pólo técnico na luta da psicologia social contra a sociologia durkheimiana. Por outro lado, na questão do ensino público ou privado, o pólo pedagógico se aproxima do universitário contra o pólo técnico-profissional, essencialmente privatista nessa questão. Finalmente, mesmo o pólo profissional podia se unir ao universitário contra as veleidades estéticas do pólo pedagógico, entre elas a defesa do ensino clássico no secundário. Isso significa que esse campo de forças não é rígido em termos de tomadas de posição e algumas posições podem se unir ou se diferenciar de acordo com os interesses num determinado momento. No que diz respeito à psicologia social, ela teve como referência primordial os combates contra o campo universitário, mas também interferiu nos combates próprios ao campo das ciências sociais “livres”. Nesse sentido, a psicologia das multidões e a psicologia dos povos representam os interesses das duas posições nesse campo: a psicologia das multidões de Le Bon e a psicologia dos povos de Boutmy lutaram pelos interesses e valores do pólo profissional,

enquanto a psicologia social de Tarde e a psicologia dos povos de Fouillée incorporaram o espírito do pólo pedagógico. Veja-se, por exemplo, a defesa da escola pública por Tarde e Fouillée contra a defesa da escola privada por Boutmy e Le Bon. Do ponto de vista editorial, isso é patente através do ressentimento de Le Bon contra a “psicologia retórica” de Fouillée e contra os autores de “manuais escolares”, ofício de Fouillée¹. Pode-se dizer, nesse sentido, que Tarde herdou a posição de Fouillée enquanto Le Bon perpetuou a de Boutmy, ainda que ele não tenha fundado uma escola privada. Na verdade, Le Bon pertence ao pólo da edição comercial, uma posição dominada em relação à de Boutmy, mas que preservou os mesmos interesses e valores. Outra forma de compreender a posição de Le Bon é perceber que o discurso o mais dominado é também o mais sensível em relação à luta de posições no campo, o que se observa pelo pessimismo, mas também pelo “terrorismo” de Le Bon em relação à “proletarização” dos intelectuais, descrição que inverte o movimento real de aumento da qualificação universitária por projeção da própria situação de desvalorização no campo.

Esse movimento de aproximação e de oposição pode ser descrito a partir da interferência de outras esferas da vida social no campo intelectual. Quando o campo intelectual passa a ser dominado por critérios políticos há uma tendência de aproximação entre o pólo científico/universitário e o pólo ético/pedagógico em defesa da escola pública contra o pólo profissional e privatista. Por sua vez, quando o campo passa a ser dominado por critérios científicos, o pólo pedagógico e o profissional tendem a se unir em nome de algum valor ético contra o pólo universitário, que reclama regras e métodos científicos; finalmente, quando o campo intelectual passa a ser dominado por critérios culturais, em especial a erudição, o pólo universitário e o técnico-profissional tendem a se aproximar contra o pólo pedagógico, que se legitima pelas disciplinas clássicas e tradicionais. O movimento dos debates mostra, portanto, que a aproximação entre os pólos “livres” tem a ver com os momentos de despolitização do campo, o que produz a defesa da psicologia social contra as ameaças modernistas.

Os psicólogos sociais precisavam de um público, mesmo o público o menos prestigiado de não especialistas, o que por outro lado sua trajetória intelectual os predispunha. No caso de Le Bon e de Boutmy, sua formação em ciências sociais se deu ao longo da própria prática no campo intelectual, à medida que oportunidades de trabalho orientavam seu interesse temático e

¹ Carta de Le Bon a Chevrillon, Bibliothèque Littéraire Jacques Doucet, Fundo André Chevrillon, 1904-1905.

científico, o que os predispôs a um estilo acessível ao público não especialista. No caso de Fouillée e de Tarde, a solidão de uma vida intelectual isolada dos meios parisienses deve ter contribuído para a liberdade com que idealizaram uma *ciência* nova sob a égide da *filosofia* num momento em que elas se diferenciavam.

Fundada nos imperativos da sobrevivência, como é o caso de Le Bon, ou no uso do tempo livre, como é o caso de Tarde, a tentativa de formular uma psicologia social esbarrou na falta de capital intelectual e econômico, restando principalmente a possibilidade de investir em capital de relações sociais para apoiar sua ambição. O sucesso de Tarde e o de Le Bon, mas também o de Boutmy e de Fouillée, dependeu em larga medida de suas redes de relações pessoais, uma tarefa árdua tendo em vista que para três desses autores faltava uma marca distintiva nos meios da tradição intelectual francesa, a origem parisiense, bem como todos eles careciam do prestígio de um normalista, sinal de distinção nos meios universitários.

O liberalismo econômico de Le Bon e o idealismo culturalista de Tarde podem ser considerados, de certa maneira, como a projeção de suas trajetórias sobre as relações sociais, ou seja, exprimem a maneira como cada um vivenciou sua própria carreira. As afinidades ideológicas de Le Bon com a economia liberal e o darwinismo social tinham a ver com a vivência de uma carreira que sobreviveu da própria pena, enquanto o idealismo tardeano não pode deixar de ser relacionado à profissão de magistrado. Apesar das disputas entre filósofos, historiadores, psicólogos e economistas, no fim dos anos 90 eles se encontraram amigavelmente em instituições tradicionais e de prestígio intelectual, como é o caso do Instituto. O ressentimento de Le Bon, o único a não conseguir ingressar no Instituto, não era fora de propósito em razão de sua formação escolar, já que muitos na Academia não tinham curso superior completo. Por outro lado, esse sentimento era despropositado quando se considera seu capital de relações sociais, moeda valiosíssima e que ele perdeu ao longo do tempo. Se Le Bon conseguiu prejudicar sua carreira por causa de rompimentos indevidos, a capacidade de Tarde de costurar apoios nas mais diversas instituições é surpreendente. As cartas revelam diferenças grandes de estilo e de personalidade, mais combativa no caso de Le Bon e extremamente gentil no caso de Tarde. Ambos fizeram concessões aos seus projetos iniciais, mas também tiveram sucesso ao sobreviver e, mais do que isso, ao subir alguns degraus em relação às posições que ocupavam originalmente. Desprestigiados pela ala científica, conquistaram posições de poder nos outros dois pólos do campo: o do poder intelectual, no caso de Tarde, e o do poder econômico, no caso de Le Bon.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PRINCIPAIS BIBLIOTECAS FRANCESAS CONSULTADAS

Archives Nationales de France.
 Bibliothèque d'École Libre des Sciences Politiques / Centre d'Archives Contemporains (CHEVS).
 Bibliothèque de la Cité Universitaire Internationale de Paris.
 Bibliothèque de la Maison des Sciences de l'Homme.
 Bibliothèque de l'Institut – Académie de Sciences Morales et Politiques.
 Bibliothèque de l'Université de Paris I – Sorbonne.
 Bibliothèque Historique de la Ville de Paris.
 Bibliothèque Littéraire Jacques Doucet.
 Bibliothèque du Musée d'Histoire du Judaïsme.
 Bibliothèque National de France – François Mitterrand.
 Bibliothèque Nationale de France – Richelieu (Manuscritos Occidentais).
 Bibliothèque Sainte Génévieve.
 Bibliothèque Serpente – Université de Paris IV – Sorbonne.
 L'Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (IMEC) – Caen.

2. FONTES DOCUMENTAIS PRIMÁRIAS

2.1. REVISTAS DA ÉPOCA

Annales de la Société d'Anthropologie (1890-1900).
Annales de l'Institut International de Sociologie. Dir. por René Worms (1894-1912).
L'Année Sociologique. Dir. por Émile Durkheim; 1ª série, 12 vols., 1896/97-1912. Paris, F. Alcan (1898-1906).
Archives d'Anthropologie Criminelle et des Sciences Pénales (1886-1892). Continuados como *Archives d'Anthropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie normale et Pathologique* (1893-1907). Dir. por Alexandre Laccassagne (1886-1900).
Revue de Métaphysique et de Morale. Fundada e dir. por Xavier Léon (1893-1897) e a Société Française de Philosophie; a partir desta última data, dir. por Daniel Halévy e Léon Brunschvicg.
Revue de Psychologie Sociale (1907).
Revue des Deux Mondes. Fundada em 1829; dir. por François Buloz (1880-1905).
Revue des Séances et Travaux de l'Académie des Sciences Morales et Politiques (1890-1910).
Revue de Synthèse Historique (1900-05). Dir. por Henri Berr. Paris, Léopold Cerf.
Revue Internationale de Sociologie. Dir. por René Worms (1893-1914). Paris, M. Giard et É. Brière.
Revue Philosophique (de la France et de l'Étranger). Fundada por Théodule Ribot, em 1876, e por ele dirigida (1880-1905). Paris, G. Baillière / F. Alcan.

Revue Politique et Littéraire – Revue Bleue. Fundada em 1871; dir. por Paul Gautier (com a colaboração de Paul Janet, Alfred Fouillée, Jean Bayet, Célestin Bouglé) (1890-1900).
Revue Scientifique – Revue Rose. Fundada em 1871; dir. por Charles R. Richet e Cl. Bernard; 4ª Série (1894-1903).
La Science Sociale. Publicação da Société Internationale de Science Sociale (1890-1910).

2.2. LIVROS – EDIÇÕES DA ÉPOCA E TRADUÇÕES¹

BELOT, Gustave (Strasbourg, 1859 – 1929).

Questions de morale, Paris, 1900, 332 p.

Études de morale positive, Paris, F. Alcan, 1907, VIII-523 p.

Conscience française et la guerre, Paris, 1921.

BERENGER, Henri

Les prolétaires intellectuels en France, Paris, Édit. de la Revue, 1898.

BERGERON, J.

Le Collège Libre des Sciences Sociales, Paris, Giard et Brière, 1899.

BERGSON, Henri (1849-1941)

“Préface”, in *Gabriel Tarde, Pages choisies*, par A. et G. Tarde, Paris, Louis Michaud, 1909.

BERNHEIM, Hyppolite (1840 – 1919).

De la suggestion en état hypnotique et dans l'état de veille, Paris, O. Doin, 1885.

De la suggestion et de ses applications à la thérapeutique, Paris, O. Doin, ²1888, 596 p.; ³1891.

De la suggestion, Paris, A. Michel, 1911.

Automatisme et suggestion, Paris, F. Alcan, 1917, XVI-167 p.

BERR, Henri (Lunnéville, 1863 – Paris, 1954).

Vie et science. Lettres d'un vieux philosophe strasbourgeois et d'un étudiant parisien, Paris, A. Colin, 1894, 232 p.

L'Avenir de la philosophie: esquisse d'une synthèse des connaissances fondée sur l'histoire, Paris, Hachette, 1899, 511 p.

Peut-on refaire l'unité morale de la France? Paris, A. Colin, 1901, 146 p.

BINET, Alfred (Nice, 1857 – 1911).

La suggestibilité, Paris, Schleicher Frères, 1900.

BOUGLE, Célestin [Charles Alfred] (Saint-Brieuc, 1870 – 1940).

Les sciences sociales en Allemagne: les méthodes actuelles, Paris, F. Alcan, 1896, 172 p.

Choix de moralistes français des XVII^e, XVIII^e et XIX^e siècles, Paris, C. Delagrave, 1897, 369 p.

Les idées égalitaires: étude sociologique, Paris, F. Alcan, 1899, 251 p.

¹ Indicamos aqui, além dos livros utilizados, uma lista de fontes pertinentes à investigação, no intuito de orientar o leitor brasileiro.

Pour la démocratie française. Conférences populaires. Avec une préf. de Gabriel Séailles, Paris, E. Cornély, 1900, x-157 p.

Ligue des droits de l'homme et du citoyen. Section de Bordeaux. Le Bilan des ligues, le 3 avril 1903.

La démocratie devant la science: Études critiques sur l'hérédité, la concurrence et la différenciation, Paris, F. Alcan, 1904, 312 p.; ³1923.

Le solidarisme, Paris, Giard et Brière, 1907.

BOURGEOIS, Léon (Paris, 1851 – 1925).

Solidarité, Paris, Armand Colin, 1896; ³1902, vi-253 p.

Pour la société des nations, Paris/Londres, G. Crès et Cie./J.M. Dent & Sons, s. d. [1910], xiv-266 p.

BOURGET, Paul (Amiens, 1852 – 1925)

Le disciple, Paris, A. Lemerre, 1889.

BOUTMY, Émile [Gaston] (Paris, 1835 – 1906)

Quelques idées sur la création d'une faculté libre d'enseignement supérieur, Paris, Imprimerie Laîné, 25 février 1871.

Taine, Scherer, Laboulaye, Paris, chez l'auteur, 1901, 125 p.

Essai d'une psychologie politique du peuple anglais au XIX^e siècle, Paris, A. Colin, 1902; ²1916, 455 p.

Éléments d'une psychologie politique du peuple américain: la nation, la patrie, l'État, la religion, Paris, A. Colin, 1902, xi-366 p.

Études politiques, Paris, A. Colin, 1907, 289 p.

École Libre des Sciences Politiques: organisation et programme des cours, Paris, Libr. Wibert, 1933.

COUSIN, Victor (Paris, 1792 – Cannes, 1867)

Cours de l'histoire de la philosophie, Paris, Fayard, 1991.

DELBET, Pierre [Louis Ernst] (1865 – 1921)

Le Monument Henry, Paris, P.-V. Stock, 1899.

DURKHEIM, [David] Émile (Épinal, 1858 – 1917).

De la division du travail social [1893], Paris, P.U.F., 1930.

Les règles de la méthode sociologique [1894]. Paris, P.U.F., 1987.

Le suicide: étude de sociologie [1897], Paris, P.U.F., 1986.

Les formes élémentaires de la vie religieuse [1912], Paris, P.U.F., 1985.

Leçons de sociologie: physique des moeurs et du droit, Paris, P.U.F., 1950.

Lettres à Marcel Mauss, Paris, P.U.F., 1998.

A divisão do trabalho social, São Paulo, Martins Fontes, 2000 (col. Tópicos).

O suicídio: estudo de sociologia, São Paulo, Martins Fontes, 2000, 470 p. (col. Tópicos).

As regras do método sociológico, São Paulo, Abril Cultural, ²1978.

ESPINAS, Alfred [Victor] (Saint-Florentin, Yvonne, 1844 – Bordeaux, 1922).

Des sociétés animales, Paris, 1877 (Thèse); Paris, G. Baillière, ²1878, 588 p. (com uma introdução “Sobre a história da sociologia em geral”); F. Alcan, ⁴1935.

Histoires des doctrines économiques, Paris, A. Colin, 1891, 359 p.
Du sommeil provoqué chez les hystériques, Paris, F. Alcan, 1896.
Philosophie sociale du XVIII^e siècle et la Révolution, Paris, F. Alcan, 1898, 412 p.
Notice sur la vie et les œuvres de M. Gabriel de Tarde, Paris, F. Didot, 1910, 131 p.

FLAMMARION, Ernest (Haute-Marne, 1846 – 1926).

Les déjeuners hebdomadaires de Gustave Le Bon, Paris, Flammarion, 1928.

FOUILLEE, Alfred (La Puëze, Maine-et-Loire, 1838 – 1912).

La science sociale contemporaine, Paris, Hachette, 1880; ²1885, XIV-424 p.; ⁵1910, XXII-424 p.; ⁶1929.

Critique des systèmes de morale contemporaine, Paris, G. Baillière, 1883, XVI-412 p.; ²1887; F. Alcan, ⁴1899; ⁵1906.

La propriété sociale et la démocratie, Paris, Hachette, 1884, X-294 p.; F. Alcan ²1904, X-206 p.; 1906.

L'Avenir de la morale, de l'art et de la religion, Paris, F. Alcan, 1887.

L'Évolutionnisme des idées-forces, Paris, F. Alcan, 1890.

Morale des idées-forces, Paris, F. Alcan, 1890; 1908.

La psychologie des idées-forces, Paris, F. Alcan, 1893, 2 vols.

Tempérament et caractère selon les individus, les sexes et les races, F. Alcan, 1895.

Le mouvement positiviste et la conception sociologique du monde, Paris, F. Alcan, 1896, XVI-379 p.

Le mouvement idéaliste et la réaction contre la science positive, Paris, F. Alcan, 1896, LXVIII-331 p.; ³1913.

Psychologie du peuple français, Paris, F. Alcan, 1898; ⁸1927, IV-388 p.

La France au point de vue moral, Paris, F. Alcan, 1900, 416 p.; ⁵1911.

Esquisses psychologiques des peuples européens, Paris, F. Alcan, 1902.

La conception morale et civique de l'enseignement, Paris, F. Alcan, 1902.

Les éléments sociologiques de la morale, Paris, F. Alcan, 1905, XII-379 p.

Le socialisme et la sociologie réformiste, Paris, F. Alcan, 1909; ⁴1930, VIII-418 p.

La démocratie politique et sociale de France, Paris, F. Alcan, 1910.

La pensée et les nouvelles écoles antiintellectualistes, Paris, F. Alcan, 1911.

FOURNIAL, Henry (Lyon, 1866 – 1932).

Essai sur la psychologie des foules: Considérations médico-judiciaires sur les responsabilités collectives, Lyon/Paris, A. Storck/G. Masson, 1892.

GIDE, Charles (Uzès, 1847 – 1932).

Principes d'économie politique, 1884; Paris, L. Larose et Forcel, ³1891, VIII-636 p.; Librairie du Recueil Sirey, ²⁶1931, VIII-682 p.

Morale sociale, 1899.

Les sociétés coopératives de consommation, Paris, A. Colin, 1904, VIII-192 p.; 1910.

GOBLOT, Edmond (Mamers, Sarthe, 1858 – 1935)

La barrière et le niveau: étude sociologique sur la bourgeoisie française moderne, Paris, F. Alcan, 1925.

A barreira e o nível: retrato da burguesia francesa na passagem do século, Campinas, SP, Papirus, 1996.

GRASSERIE, Raoul [R. M. G.] de la (1839 – 1914).

Des principes sociologiques de la criminologie, Paris, M. Giard et É. Brière, 1901.

HAMON, Augustin Frédéric (Nantes, 1862 – Port-Bla-Penvénan, 1945).

Psychologie du militaire professionnelle.

Psychologie de l'anarchiste-socialiste, Paris, Storck, 1895.

Déterminisme et responsabilité, Paris, Schleicher, 1898, XVI-240 p.

Determinismo e responsabilidade, trad. de Bel Adam, Lisboa, Bertrand, 1910, 229 p.

HAUSER, Henri (Oran, 1866 – 1956).

L'Enseignement des sciences sociales, Paris.

JANET, Paul (Paris, 1823 – 1899).

La morale, Paris, Delagrave, ⁸1873, 613 p.

Les causes finales, Paris, G. Baillière, 1876; ⁴1901, 755 p.

Principes de métaphysique et de psychologie: leçons professées à la Faculté des Lettres de Paris 1888-1894, Paris, Delagrave, 1897, 2 vols.

JOLY, Henri [Jules Charles] (Auxerre, 1839 – Seignelay, 1925).

L'Instinct, ses rapports avec la vie et l'intelligence: essai de psychologie comparée, Paris, Thorin, 1869; ¹⁰1873, 555 p.

L'Imagination: étude psychologique, Paris, Hachette, 1877; 1883, II-264 p.

Psychologie des grands hommes, Paris, Hachette, 1885; 1891.

La France criminelle, Paris, Léopold Cerf, 1889, X-431 p.

Dieu et la famille, conférence, 1898.

La philosophie sociale et politique au XVIII^e siècle, 1900.

Problèmes de science criminelle. Paris, Hachette, 1910, 291 p.

Souvenirs universitaires, Paris, Bloud et Gay, 1922, 261 p.

LAVISSE, Ernest (Nouvion, Aisne, 1842 – 1922).

La première année d'instruction civique, Paris, 1881.

Première Année d'Histoire de France, Paris, Armand Colin, 1884.

La Deuxième Année d'Histoire de France, Paris, Armand Colin, ²⁶1901.

LE BON, Gustave (Nogent-le-Retrou, 1841 – Marnes-la-Coquette, 1931).

La vie: physiologie humaine appliquée à l'hygiène et à la médecine, Paris, J. Rothschild, 1872, XVI-920 p.

L'Homme et les sociétés. Leurs origines et leur histoire, Tome I: *Développement physique et intellectuel de l'homme*, Tome II: *Développement des sociétés*, Paris, J. Rothschild, 1879, 2 vols.; 1881.

Les lois psychologiques de l'évolution des peuples, Paris, F. Alcan, 1894, 176 p.; ³1898, 186 p.; 1902; ⁷1906; ⁸1907; ¹¹1913; 1909; ¹⁵1920, 200 p.

La psychologie des foules, Paris, F. Alcan, 1895, VIII-200 p.; ⁴1909; ¹⁵1910; ²⁸1921; ³²1925, 187 p.; reedição Paris, P.U.F., 1995 (coll. Quadrige).

La psychologie du socialisme, Paris, F. Alcan, 1895; ²1898, VIII-496 p.; ⁷1912; ³1920, XII-489 p.; 1926.

Psychologie de l'éducation, Paris, E. Flammarion, 1902, 308 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique); 1909; 1914, 342 p.; 1927.

La psychologie politique et la défense sociale, Paris, E. Flammarion, 1910, 379 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique); 1912; 1919; 1921; 1926.

Les opinions et les croyances (genèse, évolution), Paris, E. Flammarion, 1911, 332 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique); 1913, 340 p.; 1921.

La Révolution Française et la psychologie des révolutions, Paris, E. Flammarion, 1912, 328 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique); ²1913, VIII-328 p. (com novo prefácio); 1918; 1929.

Aphorismes du temps présent, Paris, E. Flammarion, 1913, 197 p.; 1919.

La vie des vérités, Paris, E. Flammarion, 1914, 277 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique); 1917; 1925.

Enseignements psychologiques de la guerre européenne, Paris, E. Flammarion, 1916, 364 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique).

Le déséquilibre du monde, Paris, E. Flammarion, 1923, 295 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique).

Bases scientifiques d'une philosophie de l'histoire, Paris, E. Flammarion, 1931, 325 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique).

The Crowd: A Study of the Popular Mind, Marietta (Georgia, USA), Cherokee Publishing Co., ²s. d. [ca. 1970], XXII-219 p.

A psychologia das massas, Lisboa, Francisco Luis Goncalves, 1886, 179 p.

Psychologia das multidões, trad. de Agostinho Fortes, Lisboa, Abel d'Almeida / Almanach Encyclopedico Ilustrado, 1908, 182 p.

Psychologia política, Rio de Janeiro/Paris, Garnier, 1910.

As leis psicológicas da evolução dos povos, trad. de Domingos Guimarães, Porto, Magalhães e Muniz, 1911, 236 p.

Revolução franceza e a psychologia das revoluções, Rio de Janeiro/Paris, Garnier, 1922, XVI-331 p. (Bibliotheca de philosophia scientifica).

As opiniões e as crenças, São Paulo, Companhia Brasil Editora, 1956, 241 p.

As opiniões e as crenças, trad. de Antonio Roberto Bertelli, São Paulo, Ícone, 2002, 359 p. (col. Fundamentos do direito).

LE PLAY, [Pierre Guillaume] Frédéric (Rivière-Saint-Sauver, Calvados, 1806 – 1882).

La réforme sociale en France: déduite de l'observation comparée des peuples européens, Paris, H. Plon, 1864, 2 vols., 480, 440 p.; nova ed. Tours/Paris, Alfred Mame/Dentu, ³1872, 3 vols., LVI-485, 480, 604 p.

L'Organisation du travail selon la coutume des ateliers et la loi du décalogue, Tours, Alfred Mame, 1870; ³1871, XVI-564 p.

LUYS, Jules Bernard (1828 – 1897).

Études de physiologie et de pathologie cérébrales, Paris, Baillière, 1874.

MARION, [François-Marie-] Henri (1846 – 1896).

De la solidarité morale, essai de psychologie appliquée, Paris, G. Baillière et Cie., 1880, 336 p.; F. Alcan, ⁴1896, VIII-356 p.

Leçons de psychologie appliquée à l'éducation, Paris, A. Colin, 1882, 538 p.

L'Éducation dans l'Université, Paris, A. Colin, 1892, XXXIV-400 p.

Études de psychologie féminine. Psychologie de la femme, publié par M. A. Darlu, Paris, A. Colin, 1900, 307 p.; 1921.

MAUDSLEY, Henry (Inglaterra, 1835 – 1918).

Le crime et la folie, Paris, Germer Baillière, 1874; ²1876; ³1877, 297 p.; ⁴1880; ⁵1885; 1891; 1901.

La pathologie de l'esprit, trad. de l'anglais par M. Germont, Paris, Germer Baillière, F. Alcan, 1883, VIII-599 p.; 1892.

MAY, Dick (pseudônimo de Jeanne WEILL).

L'Enseignement social à Paris, Paris, Arthur Rousseau, 1896.

Le Collège Libre des Sciences Sociales, Paris, Giard et Brière, 1910.

(org.), *Le Premier Congrès de l'Enseignement en Sciences Sociales*, Paris, F. Alcan, 1901.

NORDAU, Max Simon (Pest, Hungria, 1849 – Paris, 1923).

Les paradoxes sociologiques, Paris, F. Alcan, 1887.

Dégénérescence, traduit de l'allemand par Auguste Dietrich, Paris, F. Alcan, 1894; ⁷1909, 2 vols.

Le sens de l'histoire, traduit de l'allemand par S. Jankélévitch, Paris, F. Alcan, 1910, 428 p.

Regeneração (psychologia do misticismo), trad. de M. C. da Rocha, Rio de Janeiro, Laemmert, 1892, 3 vols.

As mentiras convencionaes de nossa civilização, trad. de M. C. da Rocha, Rio de Janeiro, Laemmert, 1899, XII-303 p.

Paradoxos, São Paulo, Cultura Moderna, 1885, 318 p.

Mentiras convencionais da nossa civilização, São Paulo, Edições e Publicações Brasil, ³1960, 305 p.

Paradoxos, São Paulo, Edições e Publicações Brasil, ²1960, 272 p.

PAULHAN, Frédéric Guillaume (Nîmes, 1856 – 1931).

L'Activité mentale et les éléments de l'esprit, Paris, F. Alcan, 1889; ²1913, 586 p.

Les transformations sociales des sentiments, Paris, F. Alcan, 1889; Flammarion, 1920, 288 p. (Bibliothèque de philosophie scientifique).

Les phénomènes affectives et les lois de leur apparition: essai de psychologie générale, Paris, F. Alcan, 1892; ²1901, 164 p.

Les caractères, Paris, F. Alcan, 1894, 240 p.; ²1902, 247 p.; ³1909, XXXVI-247 p.

Les mensonges du caractère, Paris, F. Alcan, 1905.

PICARD, Edmond (Bruxelles, 1836 – Dave (Namur) 1924).

Gustave Le Bon et son œuvre, Paris, Mercure de France, 1910.

PROAL, Louis (1843 –).

La criminalité politique, Paris, F. Alcan, 1895, VIII-307 p.

RIBOT, Théodule [Armand] (Guingamp, Bretanha, 1839 – Paris, 1916).

La psychologie anglaise contemporaine, Paris, G. Baillière, 1870, IV-378 p.; F. Alcan, ³1891, 432 p.; ⁵1914.

L'Hérédité: étude psychologique sur ses phénomènes, ses lois, ses causes, ses conséquences, Paris, Libr. Philosophique de Lachange, 1873; nova ed. *L'Hérédité psychologique*, Paris, G. Baillière, 1882; F. Alcan, ⁴1890, 418 p.; ⁵1894; ⁹1910; ¹¹1925, 420 p.

La psychologie allemande contemporaine (école expérimentale), Paris, G. Baillière, 1879, xxxiv-368 p.; F. Alcan, ⁷1909, 380 p.
Les maladies de la mémoire, Paris, G. Baillière, 1881; F. Alcan, ⁴1886, vi-169 p.; ⁵1888; 1914; ²⁶1920; 1936.
Les maladies de la volonté, Paris, G. Baillière, 1883, 180 p.; F. Alcan, ³⁴1922, 184 p.
Les maladies de la personnalité, Paris, G. Baillière, 1883; ²1888, 172 p.; F. Alcan, ⁵1911, viii-172 p.; ¹⁸1921.
Psychologie de l'attention, Paris, G. Baillière, 1889; F. Alcan, ⁷1903; ¹¹1910, vi-180 p.
La psychologie des sentiments, Paris, F. Alcan, ⁸1896, xii-443 p.; ⁶1906; 1914.
L'Évolution des idées générales, Paris, F. Alcan, 1897, 260 p.; 1909.
Essai sur l'imagination créatrice, Paris, F. Alcan, 1900, 304 p.; ⁴1904, viii-304 p.; 1921; 1926.
Psychologie du sentiment, Paris, 1904, x-200 p.

RICHET, Charles Robert (Paris, 1850 – 1935).

Homme et l'intelligence: fragments de physiologie et de psychologie, Paris, G. Baillière, 1884, 570 p.
L'Intelligence et l'homme: études de psychologie et de physiologie, Paris, F. Alcan, 1927, x-376 p.

SIGHELE, Scipio (Itália, 1868 – 1913).

Crime à deux: essai de psychologie morbide, trad. par V. Palmet, Lyon/Paris, A. Storck/A. Maloine, 1893, viii-284 p.
La foule criminelle. Essai de psychologie collective, Paris, F. Alcan, 1892; ²1901, 300 p.
Psychologie des sectes, trad. française par L. Brandin, Paris, V. Giard et É. Brière, 1898, ii-231 p.

Multidão criminosa, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1907.

Literatura trágica, Lisboa, 1911.

Multidão criminosa: ensaio de psicologia coletiva, Lisboa, José Bastos, 1914, 175 p.; 1932.

SOREL, Georges (Cherbourg, Manche, Normandie, 1847 – Boulogne-sur-Seine, 1922).

Introduction à l'économie moderne, Paris, G. Jacques, 1903, 385 p.; Paris, M. Rivière, ²1922, xvi-430 p.

Réflexions sur la violence, Paris, M. Rivière, 1908; ⁴1919, 458 p. (coll. Études sur le devenir social, 4); ⁸1936; ¹¹1950, 458 p.

Les illusions du progrès, Paris, M. Rivière, 1908; ³1921, 390 p.; ⁴1927; ⁵1947.

La révolution dreyfusienne, Paris, M. Rivière, 1911; ²1911, 72 p. (Bibliothèque du mouvement prolétarien, VIII).

Futuro socialista dos sindicatos, trad. de Lívio Xavier, Rio de Janeiro, Athena, 1921.

Reflexões sobre a violência, trad. de Paulo Neves, São Paulo, Martins Fontes, 1992, 382 p. (col. Tópicos).

Reflexões sobre a violência, Petrópolis, Vozes, 1993, 287 p. (col. Clássicos do pensamento político).

SPENCER, Herbert (Derby, Inglaterra, 1820 – Brighton, 1903)

Introduction à la science sociale, Paris, G. Baillière, 1874; F. Alcan, ¹¹1894.

Principes de psychologie, trad. par Th. Ribot et A. Espinas, Paris, G. Baillière, 1875, 2 vols.; ²1875, XVI-741 p.

Principes de sociologie, trad. de l'anglais par M. Émile Cazelles et J. Gerschel, Paris, G. Baillière, 1876-79, 4 vols.; F. Alcan, ⁴1886-91, 4 vols.

Principes de biologie, trad. par M. Émile Cazelles, Paris, Paris, G. Baillière, 1878, 2 vols.; F. Alcan, ⁴1893-97, 2 vols., 600, 672 p.

L'Individu contre l'État, trad. de l'anglais par J. Gerschel, Paris, Baillière, 1885, [4]-II-166 p.; F. Alcan, ⁴1895.

Classificação das ciencias, trad. de M. C. da Rocha, Rio de Janeiro, Laemmert, 1889, 118 p.; ²1900, 111 p.; São Paulo, Cultura Moderna, 1938, 120 p.

Lei e causa do progresso; A utilidade do antropomorfismo, trad. de M. C. da Rocha, Rio de Janeiro, Laemmert, 1889, 101 p.; São Paulo, Cultura Moderna, 1938, 112 p.

Educação intelectual, moral e physica, Rio de Janeiro/São Paulo/Recife, Laemmert & Cia., 1901, 273 p. (Bibliotheca philosophica).

O indivíduo contra o Estado, São Paulo, Edições e Publicações Brasil, s. d. [ca. 1933].

O indivíduo e o Estado, trad. de P. de Aguiar, Salvador, Livraria Progresso, 1947, 157 p.

TAINÉ, Hippolyte [Adolphe] (Vouziers, Ardennes, 1828 – Paris, 1893).

Les philosophes classiques du XIX^e siècle en France, Paris, Hachette, 1857; ²1861; ⁷1895; ⁸1901, x-377 p.

Histoire de la littérature anglaise, Paris, Hachette, 1863, 5 vols.; ⁴1877-78; ¹¹1889-1903; ¹⁴1916-18.

Le positivisme anglais: étude sur John Stuart Mill, Paris, 1864; G. Baillière, 1878, 160 p.

De l'intelligence, Paris, Hachette, 1870; ⁶1892, 2 vols.; ¹⁴1920.

Les origines de la France contemporaine, Paris, Hachette, 1875-93, 5 vols. em 6 tomos. Vol. I: *L'Ancien Régime*, 1875.

Vol. II: *La révolution; L'Anarchie*, 1878.

Vol. III: *La conquête jacobine*, 1881.

Vol. IV: *Le gouvernement révolutionnaire*, 1884.

Vol. V, 1-2: *Le régime moderne*, 1891-93, 2 vols.

Sa vie et sa correspondance, Paris, Hachette, 1913, 4 vols.

Les origines de la France contemporaine, Paris, Robert Laffont, 1986, 2 vols. (coll. Bouquins).

TARDE, [Jean] Gabriel [de] (Sarlat, 1843 – Paris, 1904).

La criminalité comparée, Paris, F. Alcan, 1886; ²1890, 215 p.; ⁷1910, 211 p.

La philosophie pénale, Lyon, A. Storck, 1890, 566 p.; ³1892, 578 p.; Paris, A. Maloine, ⁴1895, 578 p.

Les lois de l'imitation: étude sociologique, Paris, F. Alcan, 1890; ²1895; ³1900; ⁶1911, XXIV-428 p.; 1921.

Essais et mélanges sociologiques, Lyon/Paris, A. Storck/G. Maloine, 1892; ⁴1895, 495 p.; ²1900.

Études pénales et sociales, Lyon, A. Storck, 1892, 466 p.

Les transformations du droit: étude sociologique, Paris, F. Alcan, 1893; ²1894, VIII-205 p.; ⁵1906, 208 p.; ⁷1912.

La logique sociale, Paris, F. Alcan, 1894; ²1898; ³1904, XVI-466 p.; 1919.

L'Idée de l'organisme social, Paris, 1896.
Fragments d'histoire future, Paris, 1896.
La criminalité professionnelle, Paris, 1897.
L'Opposition universelle: essai d'une théorie des contraires, Paris, F. Alcan, 1897, 460 p.
Études de psychologie sociale, Paris, M. Giard et É. Brière, 1898, 326 p. (Bibliothèque Sociologique Internationale).
Les lois sociales: esquisse d'une sociologie, Paris, F. Alcan, 1898; ⁴1905, 165 p.; ⁵1907; 1911; ⁸1921.
La sociologie, Paris, 1898.
Sociologie élémentaire, Paris, 1898.
Les transformations du pouvoir, Paris, F. Alcan, 1899, x-266 p.
L'Opinion et la foule, Paris, F. Alcan, 1901, VIII-226 p.; ²1902; ⁴1922, VIII-226 p.
Psychologie économique, Paris, F. Alcan, 1902, 2 vols.
La psychologie et la sociologie, Paris, 1903.
Gabriel Tarde. Pages choisies, par A. et G. Tarde, préf. d'Henri Bergson, Paris, Rasmussen, 1910.

A criminalidade comparada, pref. de R. Lyra; trad. de L. Veloso, Rio de Janeiro, Editôra Nacional de Direito, 1957, 271 p.
A opinião e a multidão, Mem Martins (Portugal), Publicações Europa-América, 1994 (coleção Biblioteca universitária, 60).
A opinião e as massas, São Paulo, Martins Fontes, 1997, 209 p. (col. Tópicos).
Monadologia e sociologia, Petrópolis: Vozes, 2003, 112 p.
Monadologia e sociologia, São Paulo, Cosacnaify, 2007, 285 p.

WORMS, René (Rennes, 1869 – 1926).

Organisme et société, Paris, M. Giard et É. Brière, 1896, 412 p. 9Bibliothèque Internationale de Sociologie, 1).
La philosophie des sciences sociales, Paris, M. Giard et É. Brière, 1903-04, 3 vols.
La philosophie des sciences sociales; Vol. I: Objects des sciences sociales, Paris, M. Giard et É. Brière, ²1913.
La sociologie: sa nature, ses contenus, ses attaches, Paris, M. Giard et É. Brière, 1893; 1921, 170 p.

WUNDT, Wilhelm (Neckarau, Baden, Alemanha, 1832 – 1920).

Hypnotisme et suggestion: étude critique, trad. de l'allemand par E. Keller, Paris, F. Alcan, ³1905, 168 p.

2.3. ARTIGOS E RESENHAS

ANDLER, Charles (1866-1933), "Sociologie et démocratie", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1896.

[ANONIMO]. "Quelques opinions sur l'œuvre de Taine", *Revue Blanche*, 1897.

[ANONIMO] Un docteur en droit, "La Sociologie et les Facultés de Droit", *Revue Internationale de Sociologie*, 1903.

- BELOT, Gustave, "L'utilitarisme et ses nouveaux critiques", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1894.
- _____., "La logique sociale" [compte rendu de Gabriel Tarde], *Revue Philosophique*, n° 1, 1896, pp. 182-97.
- _____., "Gustave Le Bon: Psychologie du socialisme", *Revue Philosophique*, n° 48, juil.-déc., 1899.
- _____., "Les transformations du pouvoir", *Revue Philosophique*, 1901.
- BELUGOU, Léon, *Revue Blanche*, 1897.
- BENOIST, Charles (1861-1936), "De l'organisation du suffrage universel", *Revue des Deux Mondes*, 1895.
- BERNES, Maurice (1865-1946), *Revue Philosophique*, 1895.
- _____., "L'enseignement moral-social dans l'enseignement secondaire en France", *Congrès Internationale de l'Enseignement des Sciences Sociales*, 1900.
- BERGSON, Henri (1849-1941), "Gabriel Tarde. Discours prononcés le 12 septembre 1909 à Sarlat à l'inauguration de son monument, 1909", in AA.VV., *Discours de Sarlat*, 1909.
- BERR, Henri, "La méthode statistique et la question des grands hommes", *Nouvelle Revue*, 1890.
- _____., "L'enseignement des sciences sociales, à propos d'un livre récent", *Revue de Synthèse Historique*, 1903.
- BERTHELOT, René (1872-1960), "Gabriel Tarde: Les transformations du droit", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n° 1, 1893, pp. 507-18; e 1894.
- _____., "L'imitation et la logique sociale", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n° 6, 1894.
- BINET, Alfred, "Review of Le Bon, Psychologie des foules", *Psychological Review*, n° 3, jan., 1896-97.
- _____., "Avant-propos", *L'Année Psychologique*, 1908.
- _____., "Le bilan de la psychologie en 1908", *L'Année Psychologique*, 1909.
- BOUGLE, Célestin, "Sociologie et démocratie", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1896.
- _____., "Sociologie, psychologie et histoire", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1896.
- _____., "Anthropologie et démocratie", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1897.
- _____., "Boutmy: 'La psychologie du peuple anglais'", *L'Année Sociologique*, 1901.
- _____., "L'évolution du solidarisme", *Revue Politique et Parlementaire*, 1903.
- _____., "Un sociologue individualiste: Gabriel Tarde", *Revue de Paris*, mai-juin, 1905.
- BOUTMY, Émile, "Hippolyte Taine", *Annales des Sciences Politiques*, n° 8, 1893.
- _____., *Revue de Paris*, 1894.
- BRIAND, Aristide (1861-1932), "Chambre des députés", *Journal Officiel*, 11/nov., 1908, pp. 2.215-6.
- BRUGEILLES, Raoul, "L'essence du phénomène social: la suggestion", *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1913.
- BRUNETIERE, Ferdinand (1849-1906), "Le roman réaliste contemporain", *Revue des Deux Mondes*, avril, 1875.
- _____., "Après une visite au Vatican", *Revue des Deux Mondes*, 1895.
- _____., "Après le procès", *Revue des Deux Mondes*, mars, 1898.
- CHEVRILLON, André (1864-1957), "Foules anglaises", *Revue de Paris*, n° 9, nov.-déc., 1902.
- CHEYSSON, Émile, "La psychologie du socialisme", *Revue des Séances et Travaux de l'Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1895, pp. 461-5.
- CONWAY, Martin, "Is parliament a mere crowd?", *Nineteenth Century*, n° LVII, june, 1905, pp. 898-911.
- CORRE, Armand (1841-1908), *Archives d'Anthropologie Criminelle*, 1891, 1893.

- DARLU, A., "De M. Brunetière et de l'individualisme: à propos de l'article 'Après de procès'", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1898.
- DELBOEUF, Joseph, "Gustave Le Bon: L'homme et les sociétés, leurs origines et leur histoire", *Revue Philosophique*, n° 12, 1881.
- DE ROBERTY MOURET, G., "L'idée d'évolution et l'hypothèse du psychisme social", *Revue Philosophique*, année 23, n° 7-12-46, juil.-déc., 1898.
- DEVILLE, Gabriel, "Historique du Premier Mai", *Le Devenir Social*, n° 4, avr., 1896.
- DOUMIC, René (1860-1937), "Les derniers travaux de la psychologie collective", *Revue des Deux Mondes*, n° 71, juil., 1901.
- DUGAS, Ludovic (1857-), "A. Fouillée: Psychologie du peuple français", *Revue Philosophique*, année 23^e, n° 7-12-46, juil.-déc., 1898.
- DUMAS, Georges (1866-1946), "Contagion mentale: épidémies mentales, folies collectives, folies grégaires", *Revue Philosophique*, mars, 1911.
- DURKHEIM, Émile, "Le rôle des grands hommes", 1883.
- _____, "Alfred Fouillée: la propriété sociale et la démocratie", *Revue Philosophique*, 1885.
- _____, "Les études de science sociale", *Revue Philosophique*, n° XXII, 1886.
- _____, "Cours de science sociale. Leçon d'ouverture", *Revue Internationale de l'Enseignement*, n° XV, 1888.
- _____, "Crime et santé sociale", *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1895.
- _____, "L'empirisme rationaliste de Taine et les sciences morales", *Revue Blanche*, 1897.
- _____, "L'individualisme et les intellectuels", *Revue Bleue*, 1898.
- _____, "Les intellectuels et la démocratie", *Revue Bleue*, 1904.
- DURKHEIM, É. – FAUCONNET, P., "Sociologie et sciences sociales", *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1903.
- FAGUET, Émile (1847-1916), "Psychologie du socialisme", *La Revue Latine. Journal de Littérature Comparée*, juin, 1902.
- FAUCONNET, Paul (1874-), "Le Bon: Psychologie du socialisme", *L'Année Sociologique*, 1902.
- _____, "Pasquale Rossi: Psychologie coletiva morbosa; Scipio Sighele: La foule criminelle; Tarde: L'opinion et la foule", *L'Année Sociologique*, 1901.
- FAURE, F., "Discours", in AA.VV., *Discours de Sarlat*, 1909.
- FERRI, Enrico, "La théorie sociologique de M. Tarde", *Le Devenir Social*, n° 1-9, 1895.
- FOUILLEE, Alfred, "La psychologie des peuples et l'anthropologie", *Revue des Deux Mondes*, 1895.
- _____, "Les études récents de sociologie", *Bulletin de l'Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1896.
- _____, "Progrès social en France", *Revue des Deux Mondes*, 1899.
- _____, "Races latines", *Revue des Deux Mondes*, 1899.
- _____, "La science des mœurs remplacera-t-elle la morale?", *Revue des Deux Mondes*, 1905.
- GIRARD, Paul-Frédéric, "G. Tarde: les transformations du droit", *Revue Philosophique*, 1893.
- GOBLOT, Edmond, "G. Tarde: Les lois sociales, esquisse d'une sociologie", *Revue Philosophique*, année 23^e, n° 46, juil.-déc., 1898.
- HARTENBERG, Paul (1871-), "Les émotions de bourse. Note de psychologie collective", *Revue Philosophique*, vol. 58, n° 8, juil.-déc., 1904.

- HARIOU, Maurice, “Réponse à un docteur en droit sur la sociologie”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1903.
- HAUSER, Henri, “Essai d’une définition et d’une classification des sciences sociales”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1902.
- JAMES, William (1842-1910), “Le Bon’s crowd”, *Psychological Review*, 4, n° 3, 1897, pp. 313-5.
- JANET, Paul, “La philosophie de la révolution”, *Revue des Deux Mondes*, jan.-fév., 1872.
 _____, “Les théoriciens de l’idée révolutionnaire”, *Revue des Deux Mondes*, jan.-fév., 1872.
- JANET, Pierre (1859-1947), “Les actes inconscients et la mémoire”, *Revue Philosophique*, 1888.
- JANKELEVITCH, S. (1869-), “Du rôle des idées dans l’évolution des sociétés”, *Revue Philosophique*, sept., 1908.
- JOLY, Henri, “La genèse des grands hommes”, *Revue Philosophique*, 1896.
 _____, “Psychologie des grands hommes”, *Revue Philosophique*, 1896.
- LACASSAGNE, Alexandre (1843-1924), “Gabriel Tarde – 1843-1904”, *Archives d’Anthropologie Criminelle*, 1904.
- LAPIE, Paul (1869-1927), “A. Fouillée: La psychologie du peuple français”, *L’Année Sociologique*, 1898.
 _____, “Études critiques”, 1902.
- LE BON, Gustave, “Notes sur l’étude du caractère”, *Revue Philosophique*, n° 4, 1877.
 _____, “Problèmes anthropologiques”, *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1881.
 _____, “Applications de la psychologie à la classification des races”, *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1886.
 _____, “Le rôle des idées dans l’évolution des peuples”, *Revue Scientifique*, mai-juin, 1894.
 _____, “Les bases psychologiques du dressage”, *Revue Philosophique*, n° 38, 1894.
 _____, “Psychologie du socialisme”, *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1896.
 _____, “Les projets de réforme de l’enseignement”, *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1901.
- LEVASSEUR, Émile, “Discours”, in AA.VV., *Discours de Sarlat*, 1909.
- LUYS, Jules Bernard, “Études de psychologie sociale – La foule criminelle”, *Annales de Psychiatrie et d’Hypnologie*, n° 4, 1892, pp. 289-97.
 _____, “Études de psychologie sociale”, *Annales de Psychiatrie et d’Hypnologie*, n° 6, 1894.
- MAGNAUD, Paul (1848-1926), “Chambre des députés”, *Journal Officiel*, 07/déc., 1908, p. 2.781.
- MAUXION, Marcel, “Dr. G. Le Bon: Psychologie de l’éducation”, *Revue Philosophique*, n° 54, juil.-déc., 1902.
- MAZEL, Henri, “À propos de M. Gabriel Tarde” (article nécrologique), *Mercure de France*, n° 51, 1904, pp. 89-102.
- MICELI, Vincenzo (1858-1932), “La psicologia della folla”, *Rivista Italiana di Sociologia*, n° 3, 1899.
- OLIVETTI, M. A. O., “Il problema della folla”, *Nuova Antologia*, n° 107, 16 set., 1906.
- PALANTE, Georges (1862-1925), “G. Tarde: Fragment d’histoire future”, *Revue Philosophique*, année 23^e, n° 46, juil.-déc., 1898.
- PARODI, Dominique (1870-1955), “Pasquale Rossi: Psychologie collective”, *L’Année Sociologique*, 1899.

- PAULHAN, Frédéric, "Gabriel Tarde: Les lois de l'imitation" [compte rendu], *Revue Philosophique*, n° 2, 1890, pp. 170-82.
- _____., "Le Bon: Les lois psychologiques de l'évolution des peuples", *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1894.
- _____., "G. Le Bon: Psychologie des foules", *Revue Philosophique*, jan.-juil., 1896.
- _____., "Albert Lévy: Psychologie du caractère", *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1897.
- PENJON, A., "Dr. G. Le Bon: La vie des vérités", *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1914.
- RESTA DE ROBERTIS, Raffaele (1876-), "L'anima delle folle", *Rivista Italiana di Sociologia*, 1905.
- REUSS, R., "Révolution", *Revue Philosophique*, jan.-avr., 1913.
- RIBOT, Théodule, "Taine et sa psychologie", *Revue Philosophique*, n° IV, 1877, pp. 17-46.
- _____., "Dr. G. Le Bon: La civilisation des Arabes", *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1884.
- _____., "Dr. G. Le Bon: Les civilisations de l'Inde", *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1887.
- _____., "La psychologie de 1896 à 1900", in *IV Congrès de Psychologie*, Paris, Félix Alcan, 1901.
- _____., "'La psychologie des foules' par le Dr. Gustave Le Bon", *Revue des Séances et Travaux de l'Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1902.
- RICHARD, Gaston (1860-), "La notion d'arrêt de développement en psychologie sociale", *Revue de Synthèse Historique*, 1902.
- _____., "Psychologie économique", *Revue Philosophique*, 1902.
- RODRIGUES, Nina Raymundo (1862-1906), "La folie des foules, nouvelle contribution à l'études des folies épisodiques au Brésil", *Annales Médico-Psychologiques*, vols. XIII e XIV, 1901.
- SEIGNOBOS, Charles (1854-1942), "G. Le Bon: Les premières civilisations", *Revue Philosophique*, n° 28, juil.-déc., 1889.
- SIGHELE, Scipio, "Psychologie féminine", *Revue des Revues*, n° 13, 1895.
- _____., "Un pays de criminels-nés", *Archives d'Anthropologie Criminelle*, 1895, pp. 570 ss.
- SIMIAND, François, *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1897.
- _____., "Levasseur, É.: 'Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France avant 1789'", *L'Année Sociologique*, 1902.
- SIMMEL, George (1858-1918), "Le problème de la sociologie", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1894.
- SOREL, Georges, "G. Le Bon: Psychologie des foules", *Le Devenir Social*, n° 8, nov., 1895.
- _____., "A. Hamon: Psychologie de l'anarchiste-socialiste", *Revue Philosophique*, année 21^e, n° 41, jan.-juin, 1896.
- _____., "E. Ferri: Socialisme et science positive", *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1897.
- _____., "S. Sighele: Psychologie des sectes", *Revue Philosophique*, année 23^e, n° 46, juil.-déc., 1898.
- SOURIAU, Paul (1852-1926), "Fr. Paulhan: Les types intellectuels. Esprits logiques et esprits faux", *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1897.
- TAINE, Hippolyte, "Psychologie du Jacobin", *Revue des Deux Mondes*, livraison du 1^{er} avril, 1881.
- _____., "Psychologie des chefs Jacobins", *Revue des Deux Mondes*, 1884.
- TARDE, Gabriel, "La psychologie en économie politique", *Revue Philosophique*, n° 12, juil.-déc., 1881.
- _____., "Quelques criminalistes italiens de la nouvelle école: R. Turati, E. Ferri et R. Garofalo", *Revue Philosophique*, n° 15, 1883.

- _____., “Qu’est-ce qu’une société?”, *Revue Philosophique*, n° 18, 1884.
- _____., “Études sur le socialisme contemporain”, *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1884.
- _____., “Darwinisme naturel et darwinisme social”, *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1884.
- _____., “Le type criminel”, *Revue Philosophique*, n° 19, 1885.
- _____., “Avenir de la moralité”, *Revue Philosophique*, n° 22, juil.-déc., 1886.
- _____., “Le crime et l’épilepsie”, *Revue Philosophique*, n° 28, juil.-déc., 1889.
- _____., “Th. Ferneuil: Les principes de 1789 et la science sociale”, *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1889.
- _____., “L’affaire Chambige”, *Archives d’Anthropologie Criminelle*, 1889.
- _____., “Catégories logiques et institutions sociales”, *Revue Philosophique*, n° 28, juil.-déc., 1889, pp. 113-36.
- _____., “Études criminelles et pénales”, *Revue Philosophique*, juil.-déc., 1891.
- _____., “Foules et sectes au point de vue criminel”, *Revue des Deux Mondes*, n° 120, 15/nov., 1893.
- _____., “Criminalité et santé sociale”, *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1895.
- _____., “L’idée de ‘l’organisme social’”, *Revue Philosophique*, année 21, n° 41, jan.-juin, 1896.
- _____., “L’idée d’opposition”, *Revue Philosophique*, jan.-juin, 1897.
- _____., “Sur l’œuvre de Taine”, *Revue Blanche*, 1897, pp. 284-6.
- _____., “Les publiques et les foules”, *Revue de Paris*, n° 4, juil.-août, 1898.
- _____., “Qu’est-ce que le crime?”, *Revue Philosophique*, année 23^e, n° 46, juil.-déc., 1898.
- _____., “L’opinion et la conversation”, *Revue de Paris*, juil.-août, 1899.
- _____., “Sur la prétendue décadence des peuples latins”, Conférence faite à l’Athenée de Bordeaux, le 31 mai 1901.
- _____., “La solidarité sociale comme principe des lois”, *Revue des Séances et Travaux de l’Académie des Sciences Morales et Politiques*, 1903.
- _____., “La philosophie social de Cournot”, *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 1903; também in *Annales de l’Institut International de Sociologie*, n° IX, 1904.
- _____., “L’avenir latin”, *Revue Politique et Littéraire/Revue Bleue*, n° 18, juin, 1904.
- TUFTS, James H., “Recent sociological tendencies in France”, *American Journal of Sociology*, vol. 1, n° 4, jan., 1896.
- VALBERT, Georges, “La théorie d’un positiviste italien”, *Revue des Deux Mondes*, n° 114, nov., 1892.
- VASHIDE, Nicolas, *Archives d’Anthropologie Criminelle*, 1904.
- WORMS, René, “La Sociologie”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1893.
- _____., “Psychologie collective”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1899.
- _____., “La sociologie dans l’enseignement secondaire”, *Revue Internationale de Sociologie*, oct.-déc., 1899; jan.-mars, 1900.
- _____., “La philosophie sociale de G. Tarde”, *Revue Philosophique*, n° 60, 1905.
- _____., “Une Faculté des Sciences Sociales”, *Revue Internationale de Sociologie*, 1905.
- ZERBOGLIO, Adolfo (1886-), “L’alcoolisme: causes et remèdes”, *Le Devenir Social*, n° 2, mai, 1895.
- _____., “La lutte de classe dans la législation pénale”, *Le Devenir Social*, n° 3, 1896.

2.4. CORRESPONDÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS

I. BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (abreviatura BNF).

Correspondência de Charles Andler, Henri Bergson, Celestin Bouglé, Jean Bourdeau, Émile Boutmy, Ferdinand Brunnetière, Émile Cheysson, Edmond Demolins, Émile Durkheim, Alfred Espinas, Alfred Fouillée, Ernest Lavissee, Gustave Le Bon, Max Nordau, Frederic Paulhan, Joseph Reinach, Théodule Ribot, Georges Sorel e René Worms nos seguintes fundos:

Fundo Ferdinand Brunetière: correspondência.

Fundo Ernest Lavissee: correspondência.

Fundo Ernest Havet: correspondência.

Fundo Gustave Le Bon: correspondência, artigos, jornais e documentos pessoais.

Fundo Ossip-Lourié: correspondência.

Fundo Salomon Reinach: correspondência.

II. FUNDO VICTOR COUSIN – Bibliothèque de l'Université de Paris I – Sorbonne.

Papéis de Xavier Léon: cartas de Émile Durkheim, Alfred Espinas e Gabriel Tarde.

Papéis de Lionel Dauriac: cartas de Alfred Fouillée, Alfred Espinas, Émile Durkheim e Gabriel Tarde.

III. FUNDO GABRIEL TARDE – Bibliothèque d'École Libre des Sciences Politiques / Centre d'Archives Contemporaines (abreviatura CHEVS).

Os documentos de Tarde foram doados por sua família há dois anos e o arquivo é bastante extenso, incluindo correspondência, manuscritos, jornais, artigos (de e sobre Tarde) e um diário pessoal. O fundo conta com aproximadamente 100 caixas de documentos.

1. Notas de trabalho / classificadas cronologicamente: GTA 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 31, 32.

2. Artigos na imprensa: GTA 79, 80, 81, 83, 84.

3. Correspondência: GTA 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92.

IV. BIBLIOTHEQUE DE L'INSTITUT – ACADEMIE DE SCIENCES MORALES ET POLITIQUES.

Fundo Ludovic Halévy: cartas de Gabriel Tarde.

Fundo Charles Levêque: cartas de Alfred Fouillée e de Gabriel Tarde.

V. L'INSTITUT MEMOIRES DE L'ÉDITION CONTEMPORAINE (IMEC) – CAEN.

Fundo Flammarion: cartas de Gustave Le Bon a Ernest Flammarion e a autores da coleção “Bibliothèque de Philosophie Scientifique”.

Fundo Marcel Mauss: cartas de Celestin Bouglé e de Alfred Espinas.

VI. BIBLIOTHEQUE LITTERAIRE JACQUES DOUCET.

Fundo André Chevrillon: cartas de Gustave Le Bon a Chevrillon.

Fundo Augustin Hamon: cartas de Gustave Le Bon, Émile Zola, Georges Sorel entre outros.

Fundo Georges Renard: cartas de Gustave Le Bon e de Gabriel Tarde.

VII. ARQUIVOS DA “LEGION D’HONNEUR” – ARCHIVES NATIONALES DE FRANCE.

Dossiers de autores condecorados: Gustave Le Bon, Gabriel Tarde, Alfred Fouillée e Émile Boutmy.

2.6. DICIONARIOS E ENCICLOPEDIAS DA EPOCA

BERTHELOT, M. et alli (dir.), *La Grande Encyclopédie: Inventaire raisonné des sciences, des lettres et des arts par une société de savants et de gens de lettres*, Paris, Société Anonyme de La Grande Encyclopédie, 1885-1902.

COSTON, Henry (dir.), *Dictionnaire de la politique française*, Paris, La Librairie Française, 1910.

CURINIER, C.-E. (dir.), *Dictionnaire national des contemporains*, Paris, Office Générale de l'Édition, 1899-1906.

JORDEL, D., *Catalogue général de la librairie française*, Paris, Nilsson per Lamm, 1908-09 (continuação do *Dictionnaire Lorenz*).

LAROUSSE, P., *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle*, Paris, Administration du Grand Dictionnaire Universel, 1866, 17 vols.

LITRE, Émile. *Dictionnaire de la langue française*, Paris, Hachette, 1863-69, 4 vols.

VAPEREU, Gustave, *Dictionnaire universel des contemporains: contenant toutes les personnes notables de la France et des pays étrangers*, Paris, Hachette, 1858; 1880.

3. FONTES SECUNDÁRIAS: LIVROS, TESES E ARTIGOS

- ADORNO, Theodor W. – HORKHEIMER, Max, *Dialética do esclarecimento* [1947], trad. de Guido Antônio de Almeida, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor W. – HORKHEIMER, Max (orgs.), *Temas básicos da sociologia*, trad. de Álvaro Cabral, São Paulo, Cultrix/Edit. da Universidade de São Paulo, 1973.
- AGULHON, Maurice, *Marianne au pouvoir: l'imagérie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914*, Paris, Flammarion, 1989.
- _____. *La République. L'Élan fondateur et la grande blessure (1880-1932)*, Paris, Hachette, 1990 (coll. Pluriel).
- _____. *1848 – O aprendizado da República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- _____. *Marianne, les visages de la République*, Paris, Gallimard, 1992.
- _____. *La République*, Paris, Hachette, 1996.
- ALLIEZ, Éric, “Présentation”, in TARDE, Gabriel, *L'Opposition universelle*, Paris, Institut Synthélabo, 1999.
- _____. “Présentation”, in TARDE, Gabriel, *Monadologie et sociologie*, Paris, Institut Synthélabo, 1999.
- ALLPORT, Gordon W., “The historical background of modern social psychology”, in LINDZEY, Gardner – ARONSO, Elliot (eds.), *The Handbook of Social Psychology*, Menlo Park, Addison-Wesley Publishing, 1954.
- ANTOINE, Jean-Phillippe, “Statistique et métaphore – Note sur la méthode sociologique de Tarde”, in TARDE, Gabriel, *Les lois de l'imitation*, Paris, Seuil, 2001.
- APFELBAUM, Erika, “Origines de la psychologie sociale: le cas d'Alfred Binet”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, n° 3, juil.-sept., 1981.
- _____. “Origines de la psychologie sociale en France: développements souterrains et discipline méconnue”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, n° 4, 1981, pp. 397-407.
- _____. “Models of suggestive influence and the disqualification of the social crowd”, GRAUMANN, C. F. – MOSCOVICI, S. (orgs.), *Changing Conceptions of Crowd Mind and Behavior*, New York, Springer Verlag, 1985.
- _____. “Les enjeux d'une histoire de la psychologie sociale”, *Revue de Synthèse*, vol. 4, n° 3-4, 1988.
- _____. “Quelques leçons d'une histoire de la psychologie sociale”, *Sociétés Contemporaines*, n° 13, 1993.
- APFELBAUM, Erika – LUBEK, Ian. “Les ‘Études de psychologie sociale’ d'Augustin Hamon”, *Hermès*, n° 5-6, 1989.
- ARENDT, Hannah, *Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo* [1951], trad. de Roberto Raposo, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- AZEMA, Jean-Pierre – WINOCK, Michel (dir.), “Les générations”, *Vingtième Siècle*, n° 22, avril, 1989.
- BARJOT, D. – CHALINE, J.-P. – ENCREVE, A., *La France au XIX^e siècle*, Paris, P.U.F., 1995.
- BARRAL, Pierre, *Les fondateurs de la Troisième République*, Paris, A. Colin, 1968.
- BARROWS, Susanna, *Les miroirs déformants. Réflexions sur la foule en France à la fin du XIX^e Siècle*, trad. par Suzanne Le Foll, Paris, Aubier, 1990.
- BARRUCAND, *Histoire de l'hypnose em France*, Paris, 1967.
- BAUDRILLARD, Jean, *À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas*, São Paulo, Brasiliense, 1978.
- BECQUEMONT, D. – MUCCHIELLI, Laurent, *Le cas Spencer*, Paris, P.U.F., 1998.

- BEJIN, André, “Le sang, le sens et le travail: Georges Vacher de Lapouge, darwiniste social, fondateur de l’anthroposociologie”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXIII, juil.-déc., 1982.
- _____. “Néo-malthusianisme, populationnisme et eugénisme en France de 1870 à 1914”, in DUPAQUIER, Jacques (dir.), *Histoire de la population française*, Paris, P.U.F., 1988, vol. 3, pp. 481-501.
- _____. “Darwinisme social: de l’optimisme libéral au fatalisme aristo-socialiste”, *Krisis* (Paris), n° 2, avril, 1989.
- _____. “Les trois phases de l’évolution du darwinisme social en France”, in TORT, Patrick (dir.), *Darwinisme et société*, Paris, P.U.F., 1992, pp. 353-60.
- BELLESSERT, A., *Les intellectuels et l’avènement de la Troisième République*, Paris, 1931.
- BENDA, Julien, *La trahison des clercs*, Paris, Grasset, 1927.
- BESNARD, Philippe, “Lettres d’É. Durkheim à C. Bouglé”, *Revue Française de Sociologie*, 1976.
- _____. “Durkheim critique de Tarde. Des Règles au *Suicide*”, in BORLANDI, Massimo – MUCCHIELLI, Laurent (dir.), *La sociologie et sa méthode: les Règles de Durkheim un siècle après*, Paris, L’Harmattan, 1995.
- _____. “L’impérialisme sociologique face à l’histoire”, in AA.VV. *Historiens et sociologues aujourd’hui. Journées d’études annuelles de la Société Française de Sociologie, Université de Lille 1, 14-15 juin 1984*, Paris, Édit. du C.N.R.S., 1986.
- _____. *Études durkheimiennes*, Paris/Genève, Droz, 2003.
- BESNARD, Philippe (org.), “Lettres de C. Bouglé à D. Parodi”, *Revue Française de Sociologie*, 1979.
- BESNARD, P. – BORLANDI, M., “Contre Durkheim à propos de son *Suicide*”, in *Le Suicide de Durkheim un siècle après*, Paris, P.U.F., 2000.
- BERLANSTEIN, Lenard R., “Cultural Change and The Acting Conservatory in Late Nineteenth Century France”, *The Historical Journal*, vol. 46, n° 03, sept., 2003, pp. 583-97.
- BERNARDINI, Jean-Marc, *Le darwinisme social en France (1859-1918)*, Paris, C.N.R.S., 1997.
- BIRNBAUM, Pierre, *L’Affaire Dreyfus. La République en péril*, Paris, Gallimard, 1994.
- _____. *La France de l’affaire Dreyfus*, Paris, Gallimard, 1994.
- BLUMER, Herbert, “The mass, the public, and public opinion”, in BERELSON, Bernard R. – JANOWITZ, Morris (eds.), *Public Opinion and Communication*, Illinois, The Free Press, 1953.
- BORLANDI, Massimo, “Informations sur la rédaction du *Suicide* et sur l’état du conflit entre Durkheim et Tarde de 1895 à 1897”, *Études Durkheimiennes/Durkheim Studies*, n° 6, 1994.
- BORLANDI, Massimo – MUCCHIELLI, Laurent (dir.), *La sociologie et sa méthode: les Règles de Durkheim un siècle après*, Paris, L’Harmattan, 1995.
- BORLANDI, Massimo et alli, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines – Gabriel Tarde et la criminologie au tournant du siècle*, Villeneuve D’Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2000.
- BOSC, Olivier, “La foule en Italie”, *Laboratoire Italien – Politique et Société*, n° 4, 2003.
- BOTTOMORE, T. B., *As elites e a sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- BOUDON, Raymond, *Tratado de sociologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.
- _____. *Études sur les sociologues classiques II*, Paris, P.U.F., 2000 (coll. Quadrige).
- BOURDIEU, Pierre, “L’ontologie politique de Martin Heidegger”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 5-6, nov., 1975.
- _____. *Sociologia*, São Paulo, Ática, 1983 (col. Grandes cientistas sociais).
- _____. *Razões práticas*, Campinas, Papyrus, 1996.

- _____. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*, trad. de Maria Lúcia Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- BOURGIN, Georges, *La Troisième République, 1870-1914*, Paris, A. Colin, 1967.
- BREDIN, Jean-Denis, *O caso Dreyfus*, trad. de Maria Alice Araripe de Sampaio Dória, Renata Maria Parreira Cordeiro, São Paulo, Scritta, 1995.
- BRESCIANI, Maria Stella, “Da perplexidade política à certeza científica: uma história em quatro atos”, *Revista Brasileira de História*, vol. 12, nº 23/24, set., 1991 / ago. 1992.
- BRINGHURST, Robert, *Elementos do estilo tipográfico*, São Paulo, Cosacnaify, 2005.
- BYRNES, Robert F., “The french publishing industry and its crisis in the 1890’s”, *Journal of Modern History*, vol. 23, sept., 1951, pp. 232-42.
- CANETTI, Elias, *Massa e poder*, trad. de Sérgio Tellarolli, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- CARROY, Jacqueline, *Hypnose, suggestion et psychologie*, Paris, P.U.F., 1991.
- _____. *Les personnalités doubles et multiples*, Paris, P.U.F., 1993.
- _____. “L’effet Delboeuf, ou les jeux et les mots de l’hypnotisme”, *Corpus. Revue de Philosophie*, nº 32, 1997.
- _____. “Mon cerveau est comme dans un crâne de verre: Émile Zola sujet d’Édouard Toulouse”, *Revue d’Histoire du XIX^e Siècle*, nº 20-21, 2000.
- CARROY, Jacqueline – PLAS, Régine, “La méthode pathologique et les origines de la psychologie française au XIX^e siècle”, *Revue Internationale de Psychopathologie*, nº 12, 1993.
- CARROY, Jacqueline – OHAYON, A. – PLAS, Régine, *Histoire de la psychologie en France*, Paris, La Découverte, 2006.
- CASTEL, Pierre-Henri, *La querelle de l’hystérie: la formation du discours psychopathologique en France (1881-1913)*, Paris, P.U.F., 1998.
- CAZETO, Sidnei José, *A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX*, São Paulo, Escuta/Fapesp, 2001.
- CHAMBELLAND, Colette (dir.), *Le Musée Social en son temps*, Paris, Presses de l’École Normale Supérieure, 1998.
- CHARLE, Christophe, “Champ littéraire et champ du pouvoir: les écrivains et l’affaire Dreyfus”, *Annales de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales*, nº 2, mars-avril, 1977.
- _____. “Situation spatiale et position sociale, essai de géographie sociale du champ littéraire à la fin du dix-neuvième siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, fév., 1977.
- _____. *La crise littéraire à l’époque du naturalisme. Roman, théâtre, politique*, Paris, Presses de l’École Normale, 1979.
- _____. “Le champ universitaire parisien à la fin du 19^e siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 47/48, 1983.
- _____. *Les élites de la République 1880-1900*, Paris, Fayard, 1987.
- _____. *Naissance des “intellectuels”: 1800-1900*, Paris, Minuit, 1990.
- _____. “Sciences-Po, entre l’élite et le pouvoir”, *Le Débat*, nº 64, mars-avril, 1991.
- _____. *Histoire sociale de la France au XIX^e siècle*, Paris, Seuil, 1991.
- _____. *La République des universitaires*, Paris, Seuil, 1994.
- _____. *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle*, Paris, Seuil, 1996.
- _____. “Le Collège de France”, in NORA, Pierre (dir.), *Les lieux de la mémoire*, Quarto/Gallimard, Paris, 1997.
- _____. *Paris fin-de-siècle: culture et politique*, Paris, Seuil, 1998.
- _____. *La France démocratique: combats, mentalités, symboles*, Paris, Sorbonne, 1998.

- _____. *Le siècle de la presse – 1830-1939*, Paris, Seuil, 2004.
- CHARLE, Christophe (dir.), *Histoire sociale, histoire globale? Actes du Colloque des 27-28 Janvier 1989*, Paris, Édit. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993.
- CHARLE, Christophe – VERGER, Jacques, *Histoire des universités*, Paris, P.U.F., 1994.
- CHARLTON, D. G., *Positivist Thought in France during the Seconde Empire, 1952-1870*, Oxford, Clarendon Press, 1959.
- CHARTIER, Roger, “Histoire intellectuelle et histoire des mentalités. Trajectoires et questions”, *Revue de Synthèse*, n° 111-112, juil.-déc., 1983.
- _____. *Pratiques de la lecture*, Paris, Payot, 1993.
- CHARTIER, Roger – MARTIN, Jean-Henri (éd.), *Histoire de l'édition française*, Paris, Promodi, 1985.
- CHASTENET, Jacques, *Histoire de la Troisième République*, Paris, Hachette, 1962.
- CHEVALIER, Louis, *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e siècle*, Paris, Hachette, 1984.
- CHEVALLIER, J. – COCHART, D. et alli, *La solidarité – un sentiment républicain?*, Paris, P.U.F., 1992.
- CITRON, S., “Enseignement secondaire et idéologie élitiste entre 1880-1914”, *Le Mouvement Social*, vol. 96, juil.-sept., 1976.
- CLARET, Philippe, “Psychologie collective, psychologie des peuples et sciences politiques en France depuis 1870”, in GENEVIEVE, V. – MICHEL, K. (dir.), *La psychologie des peuples et ses désires*, Paris, Centre National de Documentation Pédagogique – C.N.D.P., 1999.
- CLARK, L., “Le darwinisme social en France”, *La Recherche*, n° 19, 1988.
- CLARK, Terry N., *Prophets and Patrons: the French University and the Emergency of the Social Sciences*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1965.
- _____. “Marginality, eclectisme and innovation: René Worms and the Revue Internationale de Sociologie from 1893 to 1914”, *Revue International de Sociologie*, vol. 3, dec., 1967.
- _____. artigos “Gabriel Tarde” e “René Worms”, in *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, Madrid, Aguilar, 1968.
- CLARK, Terry (org.), “Introduction”, in *Gabriel Tarde: on Communication and Social Influence – Selected Papers*, Chicago, The University of Chicago Press, 1969.
- COCHART, Dominique, “As multidões e a comuna: Análise dos primeiros escritos sobre psicologia das multidões”, *Revista Brasileira de História*, vol. 10, n° 10, mar., 1990.
- COHN, Gabriel, *Sociologia da comunicação. Teoria e ideologia*, São Paulo, Pioneira, 1973.
- COLLINS, Randall, *The Sociology of Philosophies. A Global Theory of Intellectual Change*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1998.
- COMPAGNON, Antoine, *La Troisième République des lettres, de Flaubert à Proust*, Paris, Seuil, 1983.
- CONRY, Yvette, *L'Introduction du darwinisme en France au XIX^e siècle*, Paris, J. Vrin, 1974.
- CORBIN, Alain, *Le miasme et la jonquille*, Paris, Aubier, 1982.
- _____. *Le temps, le désir et l'horreur*, Paris, Aubier, 1991.
- CRUBELLIER, Maurice, *Histoire culturelle de la France (XIX^e-XX^e siècles)*, Paris, Armand Colin, 1974.
- CURTIS, Michael, *Three Against the Third Republic: Sorel, Barrès, and Maurras*, Princeton, N.J., Princeton University Press, 1959.
- DAMMAME, Dominique, “Genèse sociale d'une institution scolaire: L'École Libre des Sciences Politiques”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 70, nov., 1987.

- DARMON, Pierre, *Médicos e assassinos na Belle Époque*, trad. de Regina Grisse de Agostino, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- DELOYE, Yves, *École et citoyenneté: l'individualisme républicain de Jules Ferry à Vichy, controverses*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.
- DEVARIEUX, Anne, "Préface", in TARDE, Gabriel, *Maine de Biran et l'évolutionisme en psychologie*, Paris, Institut Synthélabo, 2000.
- DIGEON, Claude, *La crise allemande de la pensée française (1870-1914)*, Paris, P.U.F., 1959.
- DOSSE, François, *La marche des idées. Histoire des intellectuels – histoire intellectuelle*, Paris, La Découverte, 2003.
- DOWBIGGIN, Ian R., *Inheriting Madness*, Los Angeles, University of California Press, 1991.
- DREYFUS, F. M.-D., *Le métier d'éducateur. Les instituteurs de 1900*, Paris, Minuit, 1983 (coll. Le sens commun).
- DUBOIS, J., *Le vocabulaire politique et sociale en France de 1869 à 1872 (à travers les œuvres des écrivains, les revues et les journaux)*, Paris, Larousse, 1962.
- DUVEAU, Georges, *La pensée ouvrière sur l'éducation pendant la Seconde République et le Second Empire*, Paris, Domat-Montchrestien, 1948.
- EDELMAN, Bernard, *L'Homme des foules*, Paris, Payot, 1981.
- ELIAS, Norbert, *Os alemães – A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- ELLENBERGER, Henri, *El descubrimiento del inconsciente – la historia de la psiquiatria dinámica*, Madrid, Gredos, 1996.
- ELWITT, Sanford, "Social Reform and Social Order in Late Nineteenth-Century France: The Musée Social and Its Friends", *French Historical Studies*, vol. 11, n° 3, 1980.
- EROS, John, "The positivist generation of french republicanism", *The Sociological Review*, dec., 1955 [Keele, The University College of North Staffordshire].
- FABER, D. P., "Théodule Ribot and the reception of evolutionary ideas in France", *History of Psychiatry*, n° 8, 1997.
- FABIANI, Jean-Louis, *Les philosophes de la République*, Paris, Minuit, 1988.
- _____, "Métaphysique, morale, sociologie: Durkheim et le retour à la philosophie", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n° 98, 1993.
- FAVRE, Pierre, "Émile Boutmy et l'École libre des sciences politiques", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXI, n° 3, juil.-sept., 1981.
- _____, "Les Sciences d'État entre le déterminisme et le libéralisme", *Revue Française de Sociologie*, 1981.
- _____, "Gabriel Tarde et la mauvaise fortune d'un 'baptême sociologique' de la science politique", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIV, n° 1, jan.-mars, 1983.
- _____, *Naissance de la science politique en France, 1870-1914*, Paris, Fayard, 1989.
- _____, *La manifestation*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.
- FINLEY, Moses I., *Democracia antiga e moderna*, Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- FOX, R. – WEISZ, G. (eds.), *The Organization of Science and Technology in France 1808-1914*, London/Paris, Cambridge University Press / Maison des Sciences de l'Homme, 1980.
- FREIDSON, Eliot, "Communications research and the concept of the mass", *American Sociological Review*, n° 1, febr., 1953.
- GALLINI, Clara, "Scipio Sighele et la foule délinquante", in REYNIE, D., (org.), *Masses et Politique*, in *Hermès*, n° 2, 1988.

- GARBARI, Maria, "Il pensiero politico di Scipio Sighele", *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. LXI, n° 3-4, giul.-ott., 1974, pp. 391-426, 523-61.
- GARRIGOU, Alain, *Les élites contre la République*, Paris, La Découverte, 2001.
- _____. *Histoire sociale du suffrage universel en France*, Paris, Seuil, 2002.
- GARRIGUES, Jean, *Les grands discours parlementaires de la Troisième République, de Victor Hugo à Clemenceau*, Paris, Armand Colin/Assemblée Nationale, 1995.
- GAUCHET, Marcel, *L'Inconscient cérébral*, Paris, Seuil, 1992.
- GAULMIER, Jean, "Tout est féconde, excepté le bon sens – Sur le positivisme de Renan", *Revue de la Société des Études Romantiques*, 21/22, 1978.
- GEIGER, Roger, *The Development of French Sociology, 1870-1905*, PhD. Dissertation in Sociology, Michigan, 1972.
- _____. "Democracy and the crowd: the social history of an idea in France and Italy, 1890-1914", *Societas* 7, n° 1, 1977.
- _____. "René Worms et l'organisation de la sociologie", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, n° 3, juil.-sept., 1981.
- GEREMEK, Bronislaw, verbete "Massas", in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, IN-CM, 2000, vol. 39, pp. 452-83.
- GINER, Salvador, *Sociedad masa: crítica del pensamiento conservador*, Barcelona, Península, 1979.
- GINNEKEN, Jaap van, *Crowds, Psychology, & Politics, 1871-1899*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- GIRARDET, Raoul, *Le nationalisme français, 1871-1914*, Paris, A. Colin, 1966.
- _____. *Le nationalisme français: anthologie 1871-1914*, Paris, Seuil, 1983.
- _____. *La société militaire dans la France contemporaine*. Paris, 1988.
- GOGUEL, François, *Politique des partis sous la III^e République*, Paris, Seuil, 1946.
- GOLDSTEIN, Jan, *Consoler et classifier: l'essor de la psychiatrie française*, Paris, Institut Synthélabo, 1997.
- GRAY, T. S., "Herbert Spencer: individualist or organicist?", *Political Studies*, vol. 33, 1985.
- GRIFFOE, Maurizio – QUAGLIARIELO, Gaetano, *Élie Halevy et l'École Libre des Sciences Politiques*, Paris, Ed. Soveria Manelli, Rubettino, 2001.
- GUETTARD, Hervé, *Émile Boutmy: un réformiste libéral (1835-1906)*, Tese de História, dir. Raoul Girardet, Paris, Institut d'Études Politiques, 1990.
- GUGELOT, Frédéric, *La conversion des intellectuels au catholicisme en France 1885-1935*, Paris, C.N.R.S., 1998.
- GUTNOV, Dmitri, "L'École Russe des Hautes Études Sociales de Paris", *Cahier du Monde Russe*, vol. 43, n° 2-3, avril-sept., 2002, pp. 375-410.
- HAUSE, Steve C., *Women's Suffrage and Social Politics in the French Third Republic*, Princeton, Princeton University Press, 1984.
- HAYES, Carlton J. H., "The novelty of totalitarianism in the history of western civilisation", in *Symposium on the Totalitarian State, Proceedings of the American Philosophical Society*, 1939.
- _____. *A Generation of Materialism, 1841-1900*, New York, Harper and Row, 1941.
- HAYWARD, J. E. S., "Solidarity: the social history of an idea in nineteenth-century France", *International Review of Social History*, n° 4, 1959, pp. 261-84.
- _____. "The official social philosophy of the French Third Republic", *International Review of Social History*, n° 6, 1961.
- _____. "Educational pressure groups and the indoctrination of the radical ideology of solidarism, 1895-1914", *International Review of Social History*, n° 8, 1963.
- HEILBRON, Johan, *Naissance de la sociologie*, Paris, Agone, 2006.

- HIRSCHMAN, Albert O., *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, trad. de Tomás Rosa Bueno, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric, *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HORNE, Janet, “Le Musée social à l’origine: les métamorphoses d’une idée”, *Le Mouvement Social*, vol. 171, 1995.
- _____, “L’antichambre de la Chambre: le Musée Social et ses réseaux reformatrices, 1894-1914”, in TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.
- HUARD, R., *Le suffrage universel en France (1848-1946)*, Paris, Aubier, 1987.
- HUGUES, H. Stuart, *Consciousness and Society: the Reorientation of European Social Thought*, New York, A. Knopf, 1958.
- JEFFREY, Herf, *O modernismo reacionário. Tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich*, São Paulo, Ensaio, 1993.
- JOSEPH, Isaac, “Préface”, in TARDE, Gabriel, *Les lois sociales*, Paris, Institut Synthélabo, 1999.
- JULLIARD, Jacques, “La C.G.T. devant la guerre (1900-1914)”, *Le Mouvement Social*, n° 49, 1964, pp. 47-61.
- _____, “Théorie syndicaliste révolutionnaire et pratique gréviste”, *Le Mouvement Social*, n° 65, 1968, pp. 55-69.
- _____, *Crise et avenir de la classe ouvrière*, Paris, Seuil, 1979 (coll. Points).
- KALAORA, B. – SAVOYE, Antoine, *Les inventeurs oubliés*, Paris, Éditions Champ Vallon, 1989.
- KALIFA, Dominique, *L’Encre et le sang: récits de crimes et société à la Belle Époque*, Paris, Fayard, 1995.
- _____, “Prisons à treize sous. Représentations de l’enfermement et imprimés de masse à la fin du XIX^e siècle”, *Revue d’Histoire du XIX^e Siècle*, n° 20-21, 2000.
- KALUSZYNSKI, Martine, “Identités professionnelles, identités politiques: médecins et juristes face au crime”, in MUCCHIELLI, Laurent (dir.), *Histoire de la criminologie française*, Paris, L’Harmattan, 1994.
- _____, *La République à l’épreuve du crime: la construction du crime comme objet politique 1880-1920*, Paris, Maison des Sciences de l’Homme / Réseau Européen Droit et Société, 2002.
- KARADY, Victor, “Normaliens et autres enseignants de la Belle Époque”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XIII, n° 1, 1972.
- _____, “L’expansion universitaire et l’évolution des inégalités devant la carrière d’enseignant au début de la III^e République”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XIV, n° 4, 1973.
- _____, “Recherches sur la morphologie du corps universitaire littéraire sous la Troisième République”, *Le Mouvement Social*, n° 96, 1976.
- _____, “Durkheim, les sciences sociales et l’université: bilan d’un semi-échec”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XVII, n° 2, avr.-juin, 1976.
- _____, “Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XX, n° 1, 1979.
- _____, “Les professeurs de la république: le marché scolaire, les réformes universitaires et les transformations de la fonction professorale à la fin du 19^e siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 47/48, 1983.
- KARADY, Victor (éd.), *É. Durkheim: Textes*, Paris, Minuit, 1975.

- KARSENTI, B., “L’imitation. Retour sur le débat entre Durkheim et Tarde”, in CHAUVIER, Ch. – OGIEN, A. (éds.), *La régularité: habitude, dispositio et savoir-faire*, Paris, E.H.E.S.S., 2003.
- KELLY, George Armstrong, “Parnassian liberalism in nineteenth-century France: Tocqueville, Renan, Flaubert”, *History of Political Thought*, vol. VIII, n° 3, 1987.
- KORNHAUSER, William, *Aspectos políticos de la sociedad de masas*, Buenos Aires, Amorrortu, 1967.
- KURZMAN, Charles – OWENS, Lynn, “The sociology of intellectuals”, *Annual Review of Sociology*, vol. 28, 2002.
- LAMONT, Michèle – MOLNÁR, Virág, “The study of boundaries in the social sciences”, *Annual Review of Sociology*, n° 28, 2002.
- LAMONT, Michèle – WUTHNOW, Robert, “Betwixt and between: recent cultural sociology in Europe and the United States”, in RITZER, George (ed.), *Frontiers of Social Theory: The New Syntheses*, Nova York, Columbia University Press, 1990.
- LARAT, P., *Les historiens du XIX^e siècle*, Paris, Foucher, 1946.
- LASSERE, Pierre, *Georges Sorel, théoricien de l’impérialisme*, Paris, L’Artisan du Livre, 1928.
- LAZZARATO, Maurizio, “Postface”, in TARDE, Gabriel, *Monadologie et sociologie*, Paris, Institut Synthélabo, 1999.
- _____, *Puissances de l’invention: la psychologie économique de Gabriel Tarde contre l’économie politique*, Paris, Seuil, 2002.
- LEFEBVRE, Georges, “Revolutionary crowds”, in KAPLOW, Jeffrey (ed.), *New Perspectives on the French Revolution: Readings in Historical Sociology*, New York, John Wiley & Sons, 1965.
- LEGUE, W., *From Philosophy to Sociology: the Evolution of French Liberalism 1870-1914*, 1983.
- LENOIR, Raymond, “Lettres de Théodule Ribot à Alfred Espinas” (diversas partes), *Revue Philosophique*, 1962, 1964, 1970 e 1975.
- LEPENIES, Wolf, *As três culturas*, trad. de Maria Clara Cescato, São Paulo, Edusp, 1996.
- LEVY, Carl, “Fascism, national socialism and conservatives in Europe, 1914-1945: Issues for comparativistes”, *Contemporary European History*, vol. 8, n° 01, march, 1999, pp. 97-126.
- LOGUE, William, *From Philosophy to Sociology: the Evolution of French Liberalism, 1870-1914*, DeKalb, Northern Illinois University Press, 1983.
- LOUE, Thomas, “Les fils de Taine entre science et morale: à propos du disciple de Paul Bourget (1889)”, *Cahiers d’Histoire. Revue d’Histoire Critique*, n° 65, 1996.
- _____, *La Revue des Deux Mondes: de Buloz à Brunnetière*. Tese de doutorado sob a direção do Prof. Dr. Alain Courbin, defendida na Universidade de Paris, 1998.
- LUBEK, Ian, “Histoire de psychologies sociales perdues: le cas de Gabriel Tarde”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, n° 3, juil.-sept., 1981.
- LUKÁCS, Georg, *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*, trad. de Wenceslao Roces, Barcelona, Grijalbo, 1972.
- LUKES, Stephen, *Émile Durkheim, His Life and Work*, London, Allen Lane, 1973.
- MACKAY, Charles, *Ilusões populares e a loucura das massas*, trad. de Fidelity Translations, Rio de Janeiro, Ediouro, 2001.
- MANNHEIM, Karl, “Conservative Thought”, in *Essays on Sociology and Social Psychology*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1953.
- _____, *Ideologia e utopia*, trad. de Sérgio M. Santeiro, Rio de Janeiro, Guanabara, 4^a 1992.

- MARPEAU, Benoît, “Les stratégies de Gustave Le Bon”, *Cahiers Georges Sorel – Mil Neuf Cent*, n° 9, 1991.
- _____., *Parcours et stratégies d’un lettré au tournant du siècle: Gustave Le Bon (1841-1931)*, thèse de doctorat, Université de Lyon II, 1997.
- _____., *Gustave Le Bon. Parcours d’un intellectuel (1841-1931)*, Paris, C.N.R.S., 2000.
- _____., “Capitalisme et ‘psychologie de l’éducation’: Gustave Le Bon et les milieux d’affaires au début du XX^e siècle”, *Le Mouvement Social*, n° 191, avril-juin, 2000. (Les Éditions de l’Atelier/Éditions Ouvrières).
- _____., “Gustave Le Bon et le monde des revues au tournant du siècle”, *La Revue des Revues*, n° 29, 2000.
- _____., “Gustave Le Bon et les universitaires: fragments de correspondances”, *Cahiers Georges Sorel – Mil Neuf Cent*, n° 16-17, 2000.
- MARTIN, Thierry, “Préface”, in TARDE, Gabriel, *Philosophie de l’histoire*, Paris, Seuil, 2005.
- MAYER, Arno J., *Dinâmica da contra-revolução na Europa, 1870-1956*, trad. de M. Gonçalves, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____., *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*, trad. de Denise Bottmann, consultoria de Francisco Foot Hardman, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- MAYEUR, Jean-Marie, *Les débuts de la III^e République, 1871-1898*, Paris, Seuil, 1973.
- _____., “Le positivisme et l’école républicaine”, *Revue de la Société des Études Romantiques*, n° 21-22, 1978.
- MCDOUGALL, William, *The Group Mind*, New York, Putnam, 1920; New York, Arno Press, 1973.
- MCGUIRE, G., “Pathological subconscious and irrational determinism in the social psychology of the crowd – The legacy of Gustave Le Bon”, in BAKER, W. J. – HYLAND, M. V. – RAPPARD, H. van – STAATS, A. W. et alii, *Current Issues in Theoretical Psychology*, Amsterdam, North Holland, 1986.
- MERLLIE, Dominique, “Les rapports entre la Revue de Métaphysique et la Revue Philosophique: Xavier Léon, Théodule Ribot, Lucien Lévy-Bruhl”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, n° 98, 1993.
- MICHELS, Robert, *Les partis politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, Paris, Flammarion, 1971.
- MILET, Jean, *Gabriel Tarde et la philosophie de l’histoire*, Paris, J. Vrin, 1970.
- MILET, Jean – ROCHEBLAVE-SPENLE, Anne-Marie, *Écrits de psychologie sociale*, Toulouse, Privat Éditeur, 1973.
- MILLS, C. Wright, *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- MIROGLIO, Abel, *Psychologie des peuples*, Paris, P.U.F., 1971.
- MOLLIER, Jean-Yves, *L’Argent et les lettres: histoire du capitalisme d’édition, 1880-1920*, Paris, Fayard, 1988.
- _____., *Le camelot et la rue: politique et démocratie au tournant des XIX^e et XX^e siècles*, Paris, Fayard, 2004.
- MOLLIER, Jean-Yves (org.), “Les foules au XIX^e siècle”, *Revue d’Histoire du XIX^e Siècle*, vol. 17, n° 2, 1998.
- _____., (org.), “Foules”, *Revue d’Histoire du XIX^e Siècle*, n° 22, 2001.
- MOLLIER, Jean-Yves – MICHAUD, Stéphane (dir.), *Usages de l’image au XIX^e siècle*, Paris, Creaphis, 1992.
- MOPIN, Michel, *Les grands débats parlementaires: de 1875 à nos jours*, Paris, La Documentation Française, 1988.
- MOSCOVICI, Serge, *L’Âge des foules: un traité historique de psychologie des masses*, Paris, Fayard, 1981.
- _____., “Les thèmes d’une psychologie politique”, *Hermès*, n° 3, 1989.

- MUCCHIELLI, Laurent, “Psychologie et sociologie en France: l’appel à un territoire commun. Vers la psychologie collective (1890-1940)”, *Revue de Synthèse*, n° 3-4, 1994.
- _____., “Aux origines de la Nouvelle Histoire en France: l’évolution intellectuelle et la formation du champ des sciences sociales (1880-1930)”, *Revue de Synthèse*, n° 1, jan.-mars, 1995.
- _____., “Psychologie des peuples, région, race et milieu social. Problèmes scientifiques et enjeux disciplinaires d’une théorie de l’histoire autour d’Henri Berr et de la Revue de Synthèse Historique (1890-1925)”, in BIARD, A. – BOUREL, D. – BRIAN, E. (éds.), *Henri Berr et la culture du XX^{ème} siècle*, Paris, Albin Michel, 1997.
- _____., “Aux origines de la psychologie universitaire en France (1870-1900): enjeux intellectuels, contexte politique, réseaux et stratégies d’alliance autour de la *Revue Philosophique* de Théodule Ribot”, *Annals of Science*, n° 55, 1998.
- _____., *La découverte du social: naissance de la sociologie en France (1870-1914)*, Paris, La Découverte, 1998.
- _____., “Tardomanie? Réflexions sur les usages contemporains de Tarde”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n° 3, 2000, pp. 161-84.
- _____., “Criminologie, hygiénisme et eugénisme en France (1870-1914): débats médicaux sur l’élimination des criminels réputés ‘incorrigibles’”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n° 2, 2000.
- MUCCHIELLI, Laurent (dir.), *Histoire de la criminologie française*, Paris, L’Harmattan, 1994.
- NGUYEN, V., *Aux origines de l’Action Française*, Paris, Fayard, 1991.
- NICOLAS, Serge, “La psychologie au XIX^e siècle”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n° 2, 2000.
- _____., *Histoire de la psychologie française*, Paris, In Press Éditions, 2002.
- NICOLET, Claude, “Littré et la République”, in *Actes du Colloque Littré. Paris, 7-9 octobre 1981*, *Revue de Synthèse*, 1981.
- _____., *L’Idée républicaine en France (1789-1924)*, Paris, Gallimard, 1982.
- NISBET, Robert, *La formación del pensamiento sociológico*, Buenos Aires, Amorrortu, 1966.
- _____., *O conservadorismo*, Lisboa, Estampa, 1987.
- NOIRIEL, Gerard, *Introduction à la socio-histoire*, Paris, La Découverte, 2006.
- NORA, Pierre, “Ernest Lavisse: son rôle dans la formation du sentiment national”, *Revue Historique*, n° 227, 1962.
- NORD, P., *The Republican Moment. Struggles for Democracy in Nineteenth-Century France*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1998.
- NYE, Robert Allen, “Heredity or milieu: the foundation of modern european criminological theory”, *Isis*, vol. 67, sept., 1967.
- _____., *An Intellectual Portrait of Gustave Le Bon: A Study of the Development and Impact of Social Scientist in Historical Setting*, PhD. Dissertation in Sociology, Maddison, University of Wisconsin, 1969.
- _____., “Two paths to a psychology of social action: Gustave Le Bon and Georges Sorel”, *Journal of Modern History*, vol. 45, n° 3, sept., 1973, pp. 411-38.
- _____., *The Origins of Crowd Psychology: Gustave Le Bon and The Crisis of Mass Democracy in the Third Republic*, London, Sage Publications, 1975 (Sage Studies in 20th Century History, vol. 2).
- _____., *Crime, Madness, & Politics in Modern France*, Princeton, Princeton University Press, 1984.
- ORTEGA Y GASSET, José, *A rebelião das massas*, São Paulo, Martins Fontes, 1987.

- ORY, Pascal, “Le centenaire de la Revolution Française”, in NORA, Pierre (dir.), *Les lieux de la mémoire*, t. 1: *La République*, Paris, Gallimard, 1984.
- ORY, Pascal (dir.), *Nouvelle histoire des idées politiques*, Paris, Hachette, 1989 (coll. Pluriel).
- OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic, “La monographie de ‘pays’: le conflit entre science leplaysienne et géographie autour d’un monopole (1890-1910)”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 2003.
- PALMER, Michael B., *Des petits journaux aux grandes agences: naissance du journalisme moderne (1863-1914)*, Paris, Aubier, 1983.
- PALSKI, Gilles, “Pierre Émile Levasseur: à l’interface des sciences sociales”, *Revue Modulad*, 2006.
- PANKOKE, E., verbete “Mass”, in RITTER, Joachim (dir.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Basel, B. Schwabe, 1971 segs., vol. 8, pp. 826-32.
- PANZA, Marco – PONT, Jean-Claude (orgs.), *Les savants et l’épistémologie vers la fin du XIX^e siècle*, Paris, Librairie Scientifique et Technique, 1995.
- PARINET, Élisabeth, *La Librairie Flammarion – 1875-1914*, Paris, Imec, 1992.
- PEREIRA, Andréa Regina Sampaio, *A influência da psicologia das massas sobre o Movimento Operário Brasileiro (1917-1922)*. Dissertação de mestrado em sociologia, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1997.
- PERROT, Michelle, *Les ouvriers en grève. France 1871-1890*, Paris/La Haye, Mouton, 1974.
- _____, *Jeunesse de la grève – France 1871-1890*, Paris, Seuil, 1984.
- PICK, Daniel, *Faces of Degeneration. A European Disorder, 1848-1918*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- PINTO, Louis, “La vocation de l’universel: la formation de la représentation de l’intellectuel vers 1900”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o 51, 1984.
- _____, “Une science des intellectuels est-elle possible?”, *Revue de Synthèse*, n^o 107, 1986.
- _____, “Le détail et la nuance: la sociologie vue par les philosophes dans la Revue de Métaphysique et de Morale – 1893-1899”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, n^o 98, 1993.
- PLAS, Régine, *Naissance d’une science humaine: la psychologie, les psychologues et le ‘merveilleux psychique’*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2000.
- POCOCK, J. G. A., *Vertu, commerce et histoire*, Paris, P.U.F., 1985.
- _____, *Linguagens do ideário político*, São Paulo, Edusp, 2003.
- PONTON, Remy, “Naissance du roman psychologique: capital culturel, capital social et stratégie littéraire à la fin du 19^e Siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o 4, 1975.
- PROCHASSON, Christophe, “Sur l’environnement intellectuel de Georges Sorel: l’École des Hautes Études Sociales (1899-1911)”, *Cahiers Georges Sorel – Mil Neuf Cent*, 1985.
- _____, “Sur la reception du marxisme en France: les cas de Andler (1890-1920)”, *Revue de Synthèse*, n^o 1, jan.-mars, 1989.
- _____, *Les années électriques (1880-1910)*, Paris, La Découverte, 1991.
- _____, “Histoire intellectuelle, histoire des intellectuels: le socialisme français au début du XX^{ème} siècle”, *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. 39, n^o 3, juil.-sept., 1992.
- _____, “Philosopher au XX^e Siècle: Xavier Léon et l’invention du ‘système R2M’ (1891-1902)”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, n^o 98, 1993.
- _____, “Dick May et le social”, in CHAMBELLAND, Colette (dir.), *Le Musée Social en son temps*, Paris, Presses de l’École Normale Supérieure, 1998.
- PROST, Antoine, *Histoire de l’enseignement en France 1800-1967*, Paris, A. Colin, 1968.

- REBERIOUX, Madeleine, “Tendances hostiles à l’État dans la S.F.I.O. (1905-1914)”, *Le Mouvement Social*, n^o 65, 1968.
- _____. *La république radicale*, Paris, Seuil, 1975.
- RECOULY, Raymond, *La Troisième République*, Paris, Hachette, 1927.
- REMOND, René, *Les droites en France*, Paris, Aubier, 1982.
- RENAUDEAU, Pierre-Marc, *La III^e République*, Paris, Seuil, 1998.
- RENNEVILLE, Marc, “L’anthropologie du criminel en France”, *Criminologie*, vol. XXVII, 1994.
- _____. *La médecine du crime. Essai sur l’émergence d’un regard médical sur la criminalité en France (1785-1885)*, Villeneuve d’Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 1996.
- _____. “Alexandre Lacassagne. Un médecin anthropologue face à la criminalité”, *Gradhiva*, n^o 17, 1996.
- _____. “Préface” et “Postface”, in TARDE, Gabriel, *La criminalité comparée*, Paris, Seuil, 2004.
- REYNAUD-PALIGOT, Carole, “La psychologie du peuple”, *Sociétés et Représentations*, oct., 2005.
- _____. *La République raciale, 1860-1930*, Paris, P.U.F., 2006.
- REYNIE, Dominique, “Opinion du nombre et irrationalité: la science sociale française et la question des masses (1871-1914)”, in MANIN, B. – PARQUINO, P. – REYNIE, D. (dir.), *Opinion publique et démocratie*, Paris, Édit. de l’E.N.S./C.N.R.S., 1987.
- REYNIE, Dominique (coord.), *Masses et Politique*, in *Hermès*, n^o 2, 1988.
- RIEFF, Philip, “The origins of Freud’s political psychology”, *Journal of the History of Ideas*, vol. 17, n^o 2, avril, 1956.
- RIESMAN, David, *A multidão solitária*, trad. de Rosa Krausz e Jacob Guinsburg, São Paulo, Perspectiva, 1995.
- RINGER, Fritz, *Fields of Knowledge. French Academic Culture in Comparative Perspective, 1890-1920*, Paris/Cambridge, Édit. Maison des Sciences de l’Homme/Cambridge University Press, 1992.
- _____. *O declínio dos mandarins alemães. A comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*, trad. de Dinah de Abreu Azevedo, São Paulo, Edusp, 2000.
- RIoux, J.-P., *Nationalisme et conservatisme: La Ligue de la Patrie française*, Paris, Beauchesne, 1977.
- ROLLET, Laurent, “Liste des signataires Appel à l’Union”, *Bulletin de la Société Internationale d’Histoire de l’Affaire Dreyfus*, n^o 6, 1998-1999.
- ROSANVALLON, Pierre, *Le moment Guizot*, Paris, Gallimard, 1985.
- _____. *L’État en France: de 1879 à nos jours*, Paris, Seuil, 1990.
- _____. *Le sacré du citoyen. Histoire du suffrage universel en France*, Paris, Gallimard, 1992.
- ROUVIER, Catherine, *Les idées politiques de Gustave Le Bon*, Paris, P.U.F., 1986.
- RUDÉ, George, *The Crowd in History 1730-1848*, London, Lawrence & Wishart, 1985.
- SALMON, Louise, “Gabriel Tarde et la société parisienne à la fin du XIX^e siècle: ‘rapides moments de vie sociale’, 1894-1897”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n^o 13, 2005, pp. 127-40.
- _____. “Cahier 19 – 1894”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n^o 13, 2005, pp. 141-82.
- SAND, Schlomo, “Lettres de Bergson à Sorel”, *Cahiers Georges Sorel – Mil Neuf Cent*, n^o 1-3, 1986.
- _____. “Psychologie des classes et psychologie des foules”, *Cahiers de l’Herne*, 1986.

- SAPIRO, Gisele, *La guerre des écrivains*, Paris, Fayard, 1999.
- _____., “Elementos para uma história do processo de autonomização”, *Tempo Social*, vol. 16, 2004.
- _____., “Réseaux, institutions et champ”, in DENIS, B. (éd.), *Les réseaux littéraires*, Lecri/Ciel, 2006.
- _____., “Les formes de l’engagement dans le champ littéraire”, *Mouvement Sociale*, 2007.
- SAVOYE, Antoine, “Les continuateurs de Le Play”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, n° 3, juil.-sept. (1981).
- _____., “Paul de Rousiers, sociologue et praticien du syndicalisme”, *Cahiers Georges Sorel – Mil Neuf Cent*, 1988.
- _____., *Les débuts de la sociologie empirique*, Paris, Meridiens-Klincksieck, 1994.
- _____., “Les Paroles et les Actes”, in TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.
- SCHERER, René, “Préface”, in TARDE, Gabriel, *La logique sociale*, Paris, Institut Synthélabo, 1999.
- SCHLESINGER, Philip, “In search of the intellectuals: some comments on recent theory”, *Media, Culture, and Society*, n° 4, 1982.
- SCHORSKE, Carl, *Viena, fin-de-siècle: política e cultura*, trad. de Denise Bottmann, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- SEGUIN, Jean-Pierre, *Nouvelles à sensation. Canards du XIX^e siècle*, Paris, Armand Colin, 1959 (coll. Kiosque).
- SHAPIRO, D., *The Right in France, 1890-1919*, Londres, Chatto and Windus, 1962.
- SIMON, W. M., “The ‘two cultures’ in nineteenth-century France: Victor Cousin and Auguste Comte”, *Journal of the History of Ideas*, vol. XXVI, jan.-mar., 1965.
- SIRINELLI, Jean-François, *Histoire des droites en France*, Paris, Gallimard, 1992.
- _____., *École Normale Supérieure – Le Livre du Centenaire*, Paris, P.U.F., 1994.
- SIRINELLI, Jean-François – ORY, Pascal, *Les intellectuels en France de l’affaire Dreyfus à nos jours*, Paris, Armand Colin, 2^e 1992.
- SMITH, Robert J., *The École Normale Supérieure and the Third Republic*, Albany, State University of New York Press, 1982.
- SOFFER, R. N., “New elitism: social psychology in prewar England”, *The Journal of British Studies*, vol. 8, n° 2, may, 1969.
- SPENGLER, Oswald, *A decadência do Ocidente*, ed. condensada por H. Werner, trad. de Herbert Caro, Brasília, Edit. da Universidade de Brasília, 1997.
- STERNHELL, Zeev, *La droite révolutionnaire, 1885-1914. Les origines françaises du fascisme*, Paris, Seuil, 1978.
- STERNHELL, Zeev (org.), *O eterno retorno contra a democracia. A ideologia da decadência*, trad. de Maria Carvalho, Lisboa, Bizâncio, 1999.
- STOETZEL, Jean, “Les comportements dans les foules”, in REYNIE, Dominique (coord.), *Masses et Politique*, in *Hermès*, n° 2, 1988.
- SUMLER, David E., “Domestic influences on the nationalist revival in France, 1909-1914”, *French Historical Studies*, vol. 6, n° 4, 1970.
- SWIDLER, A., “Culture in action: symbols and strategies”, *American Sociological Review*, vol. 51, 1986.
- TESNIERE, Valérie, *Le Quadrige: un siècle d’édition universitaire, 1860-1968*, Paris, P.U.F., 2001.
- THIEC, Yvon J., “Gustave Le Bon, prophète de l’irrationalisme de masse”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, n° 3, juil.-sept., 1981.

- _____., *Gustave Le Bon, la psychologie des foules. Les fondations de la psychologie collective et sa propagation dans les sciences sociales et politiques à la fin du XIX^e siècle*, Thèse de doctorat en Sociologie, Florence, L'Institut Universitaire Européen, 1982.
- THIEC, Yvon J. – TREANTON, Jean-René, “La foule comme objet de ‘science’”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIV, n^o 1, jan.-mars, 1983.
- THOMPSON, E. P., *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*, trad. de Rosa Eichemberg, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, Charles, *From Mobilization to Revolution*, Reading, MA, Addison-Wesley, 1995.
- TOPALOV, Christian (éd.), *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.
- TRILLAT, Étienne, *Histoire de l'hystérie*, Paris, Seghers, 1986.
- _____., *História da histeria*, São Paulo, Escuta, 1991.
- TRILLAT, Étienne (éd.), *L'Hystérie: textes choisis*, Toulouse, Privat, 1971.
- VARGAS, Eduardo Viana, *Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*, Belo Horizonte, Contra Capa, 2000.
- _____., “Introdução”, in TARDE, G., *Sociologia e monadologia*, São Paulo, Cosacnaify, 2007.
- VERMES, Geneviève, *La psychologie des peuples et ses dérives*, Paris, Centre National de Documentation Pédagogique, 1999.
- VIGARELLO, Georges, *Le prope et le sale*, Paris, Éditions du Seuil, 1985.
- VLACH, Claire, *Sociologie et lecture de l'histoire chez Gustave Le Bon*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1981-82.
- WEBER, Eugen, “Le renouveau nationaliste en France et le glissement vers la droite, 1905-1914”, *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. V, avr.-juin, 1958, pp. 114-28.
- _____., “Un demi-siècle de glissement à droite”, *International Review of Social History*, vol. 2, 1960, pp. 166-201.
- WEBER, Max, *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1996.
- WEILL, Georges, *Histoire du mouvement social en France (1852-1924)*, Paris, F. Alcan, 1924.
- WEISZ, Georges, “L'idéologie républicaine et les sciences sociales. Les durkheimiens et la chaire d'histoire d'économie sociale à la Sorbonne”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XX, n^o 1, 1979.
- _____., *The Emergence of Modern Universities in France*, Princeton, Princeton University Press, 1983.
- WILLIAMS, Raymond, *Culture & Society*, London, The Hogarth Press, 1992.
- WINOCK, Michel (éd.), *L'Affaire Dreyfus. L'Histoire*, Paris, Seuil, 1994.
- _____., “L'écrivain en tant qu'intellectuel”, *Cahiers George Sorel – Mil Neuf Cent*, 2002.
- WINOCK, Michel – AZEMA, Jean-Pierre, *La Troisième République*, Paris, Calmann-Lévy, 1976.
- WORMSER, Georges Marcel, *La République de Clemenceau*, Paris, P.U.F., 1961.
- WUTHNOW, Robert, *Communities of Discourse*, Los Angeles/Berkeley, California University Press, 1989.
- ZEVAES, Alexandre, *Histoire de la Troisième République (1870-1926)*, Paris, Anquetil, 1926.

ZOURABICHVILICH, François, “Préface”, in TARDE, Gabriel, *Les transformations du pouvoir*, Paris, Seuil, 2003.

4. ENCICLOPÉDIAS E DICIONÁRIOS CONTEMPORÂNEOS

International Biographic Information System – Base de dados informatizada que inclui vários dicionários franceses e estrangeiros (Bibliothèque Sainte Geneviève, Paris).

BALTEAU, J. – PREVOST, M. (dir.), *Dictionnaire de biographie française*, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1933-2001.

BORLANDI, M., BOUDON, R. et alli, *Dictionnaire de la pensée sociologique*, Paris, P.U.F., 2005.

HUISMAN, Denis (dir.), *Dictionnaire des philosophes*, Paris, P.U.F., 1984, 2 vols.

JULLIARD, Jacques – WINOCK, Michel (éds.), *Dictionnaire des intellectuels français*, Paris, Seuil, 1996.

PIERRARD, Pierre, *Dictionnaire de la Troisième République*, Paris, Larousse, 1968.

SILS, David L. (ed.), *International Encyclopaedia of Social Sciences*, New York, Macmillan, 1968-91, 18 vols.

SILVA, Francisco C. T. et alli, *Dicionário crítico do pensamento da direita – Idéias, instituições e personagens*, Rio de Janeiro, Mauad, 2000.

International Encyclopaedia of Social and Behavioral Sciences.

5. PERIODICOS CONTEMPORANEOS

Actes de la Recherche en Sciences Sociales (Paris).

American Journal of Sociology (Chicago).

American Sociological Review (Menasha, EUA).

Annales de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris).

Annual Review of Sociology (Palo Alto, Calif., EUA).

Cahiers George Sorel – Mil Neuf Cents (Revue d'Histoire Intellectuel) (Paris, E.H.E.S.S., C.N.R.S.).

French Historical Studies.

Frontiers of Social Theory.

Hermès (Cognition, Communication, Politique) (Paris, C.N.R.S.)

History of European Ideas.

History of Political Thought (Exeter).

History of the Human Sciences (London).

Le Mouvement Social (Paris).

Revue d'Histoire des Sciences Humaines (Paris).

Revue d'Histoire du XIX^e Siècle (Paris).

Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine (Paris).

Revue de Synthèse (Paris).

Revue Française de Sociologie (Paris).

ANEXOS

ANEXO 1

- Lei de 12/07/1875, relativa à liberdade do ensino superior (extrato).
- Lei de 18/03/1880, *Journal Officiel de la République Française*, sobre o mesmo assunto.
- Lei de 27/02/1880, *Journal Officiel de la République Française*, relativa ao Conselho Superior de Instrução Pública e aos Conselhos Acadêmicos.

Loi du 12 juillet 1875

relative à la liberté de l'enseignement supérieur

[La loi Falloux du 15 mars 1850 avait mis fin au monopole de l'État pour les enseignements primaire et secondaire. Une proposition de loi sur la liberté de l'enseignement supérieur est présentée le 31 juillet 1871 par le comte Jaubert afin de mettre fin au monopole de l'État dans le supérieur. Rapport de Laboulaye le 25 juillet 1873. Première délibération à l'Assemblée nationale les 3, 4 et 5 décembre 1874. Deuxième délibération en juin 1875 et troisième délibération du 8 au 12 juillet. Adoption le 12 juillet 1875 par 316 voix contre 266. Plusieurs dispositions avaient été vivement critiquées, notamment le jury mixte. Les républicains, à l'initiative de Paul Bert et de Jules Ferry, les modifièrent par la loi du 18 mars 1880 rétablissant le monopole de la collation des grades universitaires.]

Titre premier

Des cours et des établissements libres d'enseignement supérieur

Article premier

L'enseignement supérieur est libre.

Article 2

Tout Français âgé de vingt-cinq ans, n'ayant encouru aucune des incapacités prévues par l'article 8 de la présente loi, les associations formées légalement dans un dessein d'enseignement supérieur, pourront ouvrir librement des cours et des établissements d'enseignement supérieur, aux seules conditions prescrites par les articles suivants.

Toutefois, pour l'enseignement de la médecine et de la pharmacie, il faudra justifier, en outre, des conditions requises pour l'exercice des professions de médecin ou de pharmacien.

Les cours isolés dont la publicité ne sera pas restreinte aux auditeurs régulièrement inscrits resteront soumis aux prescriptions des lois sur les réunions publiques.

Un règlement d'administration publique déterminera les formes et les délais des inscriptions exigées par le paragraphe précédent.

Article 5

Les établissements d'enseignement supérieur, ouverts conformément à l'article précédent, et comprenant au moins le même nombre de professeurs pourvus du grade de docteur que les facultés de l'État qui comptent le moins de chaires, pourront prendre le nom de faculté libre des lettres, des sciences, de droit, de médecine, etc., s'ils appartiennent à des particuliers ou à des associations.

Quand ils réuniront trois facultés, ils pourront prendre le nom d'universités libres.

Article 8

Sont incapables d'ouvrir un cours et de remplir les fonctions d'administrateur ou de professeur dans un établissement libre d'enseignement supérieur :

- 1° Les individus qui ne jouissent pas de leurs droits civils ;
- 2° Ceux qui ont subi une condamnation pour crime ou pour un délit contraire à la probité ou aux mœurs ;
- 3° Ceux qui, par suite de jugement, se trouveront privés de tout ou partie des droits civils, civiques et de famille indiqués dans les numéros 1, 2, 3, 5, 6, 7 et 8 du Code pénal ;
- 4° Ceux contre lesquels l'incapacité aura été prononcée en vertu de l'article 16 de la présente loi.

Article 9

Les étrangers pourront être autorisés à ouvrir des cours ou à diriger des établissements libres d'enseignement supérieur dans les conditions prescrites par l'article 78 de la loi du 15 mars 1850.

Titre II

Des associations formées dans un dessein d'enseignement supérieur

Article 11

Les établissements d'enseignement supérieur fondés, ou les associations formées en vertu de la présente loi, pourront, sur leur demande, être déclarés établissements d'utilité publique, dans les formes voulues par la loi, après avis du *conseil supérieur de l'instruction publique*.

Une fois reconnus, ils pourront acquérir et contracter à titre onéreux ; ils pourront également recevoir des dons et des legs dans les conditions prévues par la loi.

La déclaration d'utilité publique ne pourra être révoquée que par une loi.

Titre III

De la collation des grades

Article 13

Les élèves des facultés libres pourront se présenter, pour l'obtention des grades, dans les facultés de l'État, en justifiant qu'ils ont pris, dans la Faculté dont ils ont suivi les cours, le nombre d'inscriptions voulu par les règlements. Les élèves des Universités libres pourront se présenter, s'ils le préfèrent, devant un jury spécial formé dans les conditions déterminées par l'article 14.

Toutefois, le candidat ajourné devant une Faculté de l'État ne pourra se présenter ensuite devant le jury spécial, et réciproquement, sans en avoir obtenu l'autorisation du ministre de l'instruction publique. L'infraction à cette disposition entraînerait la nullité du diplôme ou du certificat obtenu.

Le baccalauréat ès lettres et le baccalauréat ès sciences resteront exclusivement conférés par les Facultés de l'État.

Article 14

Le jury spécial sera formé de professeurs ou agrégés des Facultés de l'État et de professeurs des universités libres, pourvus du diplôme de docteur. Ils seront désignés, pour chaque session, par le ministre de l'instruction publique, et si le nombre des membres de la commission d'examen est pair, ils seront pris en nombre égal dans les Facultés de l'État et dans l'université libre à laquelle appartiendront les candidats à examiner. Dans le cas où le nombre est impair, la majorité sera du côté des membres de l'enseignement public.

La présidence, pour chaque commission, appartiendra à un membre de l'enseignement public.

Le lieu et les époques des sessions d'examen seront fixés chaque année par un arrêté du ministre, après avis du conseil supérieur de l'instruction publique.

Article 15

Les élèves des universités libres seront soumis aux mêmes règles que ceux des Facultés de l'État, notamment en ce qui concerne les conditions préalables d'âge, de grades, d'inscriptions, de stage dans les hôpitaux, le nombre des épreuves à subir devant le jury spécial pour l'obtention de chaque grade, les délais obligatoires entre chaque grade et les droits à percevoir.

Un règlement délibéré en conseil supérieur de l'instruction publique déterminera les conditions auxquelles un étudiant pourra passer d'une Faculté dans une autre.

JOURNAL OFFICIEL

DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Un an, 40 fr. — Six mois, 20 fr. — Trois mois, 10 fr.

Paris et Départements — Envoyer un mandat sur la poste — Affranchir

Les abonnements partent des 1^{er} et 16 de chaque mois

Joindre aux renouvellements et réclamations la dernière bande — Affranchir

LES MANUSCRITS NON INSÉRÉS
ne sont pas rendus.

DIRECTION, RÉDACTION ET ADMINISTRATION
A PARIS, QUAI VOLTAIRE, N° 31

ABONNEMENTS ET RÉCLAMATIONS
S'adresser au Chef de service.

Les demandes d'abonnement sont reçues : 1° directement à l'Administration ; 2° par lettres affranchies adressées au Chef de service du Journal officiel. — Les abonnements (de trois mois, six mois ou un an) doivent ressortir, pour la Caisse du Journal officiel, au prix net de 10, 20 ou 40 francs. — Les abonnements en timbres-poste sont rigoureusement refusés. — Chaque demande de changement d'adresse doit être accompagnée d'une bande imprimée et de la somme de soixante centimes pour frais de réimpression.

Loi du 18 mars 1880 relative à la liberté de l'enseignement supérieur.

Le Sénat et la Chambre des députés ont adopté,

Le président de la République promulgue la loi dont la teneur suit :

Art. 1^{er}.— Les examens et épreuves pratiques qui déterminent la collation des grades ne peuvent être subis que devant les facultés de l'Etat. Les examens et épreuves pratiques qui déterminent la collation des titres d'officiers de santé, pharmaciens, sages-femmes et herboristes ne peuvent être subis que devant les facultés de l'Etat, les écoles supérieures de pharmacie de l'Etat et les écoles secondaires de médecine de l'Etat.

Art. 2.— Tous les candidats sont soumis aux mêmes règles en ce qui concerne les programmes, les conditions d'âge, de grades, d'inscriptions, de travaux pratiques, de stage dans les hôpitaux et les officines, les délais obligatoires entre chaque examen et les droits à percevoir au profit du Trésor public.

Art. 3.— Les inscriptions prises dans les facultés de l'Etat sont gratuites.

Art. 4.— Les établissements libres d'enseignement supérieur ne pourront, en aucun cas, prendre le titre d'universités.

Les certificats d'étude qu'on y jugera à propos de décerner aux élèves ne pourront porter les titres de baccalauréat, de licence ou de doctorat.

Art. 5.— Les titres ou grades universitaires ne peuvent être attribués qu'aux personnes qui les ont obtenus après les examens ou les concours réglementaires subis devant les professeurs ou les jurys de l'Etat.

Art. 6.— L'ouverture des cours isolés est soumise, sans autre réserve, aux formalités prévues par l'article 3 de la loi du 12 juillet 1875.

Art. 7.— Aucun établissement d'enseignement libre, aucune association fondée en vue de l'enseignement supérieur ne peut être reconnue d'utilité publique qu'en vertu d'une loi.

Art. 8.— Toute infraction aux dispositions des articles 4 et 5 de la présente loi sera punie d'une amende

de 100 à 1.000 francs et de 1.000 à 3.000 francs en cas de récidive.

Art. 9.— Sont abrogées les dispositions des lois, décrets, ordonnances et règlements contraires à la présente loi, notamment l'avant-dernier paragraphe de l'article 2, le paragraphe 2 de l'article 5 et les articles 11, 13, 14 et 15 de la loi du 12 juillet 1875.

La présente loi, délibérée et adoptée par le Sénat et par la Chambre des députés, sera exécutée comme loi de l'Etat.

Fait à Paris, le 18 mars 1880.

JULES GREVY.

Par le Président de la République :

Le ministre de l'instruction publique et des beaux-arts,

JULES FERRY.

Fac-similé du Journal officiel du 19 mars 1880

JOURNAL OFFICIEL

DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Un an, 40 fr. — Six mois, 20 fr. — Trois mois, 10 fr.

Les abonnements partent des 1^{er} et 16 de chaque mois

Paris et Départements — Envoyer un mandat sur la poste — Affranchir

Joindre aux renouvellements et réclamations la dernière bande — Affranchir

LES MANUSCRITS NON INSÉRÉS
ne sont pas rendus.

DIRECTION, RÉDACTION ET ADMINISTRATION
A PARIS, QUAI VOLTAIRE, N° 31

ABONNEMENTS ET RÉCLAMATIONS
S'adresser au Chef de service.

Les demandes d'abonnement sont reçues : 1^o directement à l'Administration ; 2^o par lettres affranchies adressées au Chef de service du Journal officiel. — Les abonnements (de trois mois, six mois ou un an) doivent ressortir, pour la Caisse du Journal officiel, au prix net de 10, 20 ou 40 francs. — Les abonnements en timbres-poste sont rigoureusement refusés. — Chaque demande de changement d'adresse doit être accompagnée d'une bande imprimée et de la somme de soixante centimes pour frais de réimpression.

Loi du 27 février 1880 relative au conseil supérieur de l'instruction publique et aux conseils académiques.

Le Sénat et la Chambre des députés ont adopté,

Le Président de la République promulgue la loi dont la teneur suit :

TITRE I^{er} DU CONSEIL SUPÉRIEUR DE L'INSTRUCTION PUBLIQUE

Art. 1^{er}.— Le conseil supérieur de l'instruction publique est composé comme il suit :

Le ministre, président ;

Cinq membres de l'Institut, élus par l'Institut en assemblée générale et choisis dans chacune des cinq classes ;

Neuf conseillers, nommés par décret du Président de la République en conseil des ministres, sur la présentation du ministre de l'instruction publique, et choisis parmi les directeurs et anciens directeurs du ministère de l'instruction publique, les inspecteurs généraux et anciens inspecteurs généraux, les recteurs et anciens recteurs, les inspecteurs et anciens inspecteurs d'académie, les professeurs en exercice et anciens professeurs de l'enseignement public ;

Deux professeurs du Collège de France, élus par leurs collègues ;

Un professeur du Muséum, élu par ses collègues ;

Un professeur titulaire des facultés de théologie catholique, élu par l'ensemble des professeurs, des suppléants et des chargés de cours desdites facultés ;

Un professeur titulaire des facultés de théologie protestante, élu par les professeurs, les chargés de cours et les maîtres de conférences ; deux professeurs titulaires des facultés de droit, élus au scrutin de liste par les

professeurs, les agrégés et les chargés de cours ;

Deux professeurs titulaires des facultés de médecine ou des facultés mixtes, élus au scrutin de liste par les professeurs, les agrégés en exercice, les chargés de cours et maîtres de conférences pourvus du grade de docteur ;

Un professeur titulaire des écoles supérieures de pharmacie ou des facultés mixtes, élu dans les mêmes conditions.

Dans les facultés mixtes, les professeurs de l'enseignement médical voteront pour les deux professeurs de médecine, et les professeurs de l'enseignement de la pharmacie voteront pour le professeur de pharmacie.

Deux professeurs titulaires des facultés des sciences, élus au scrutin de liste par les professeurs, les suppléants, les chargés de cours et les maîtres de conférences pourvus du grade de docteur ;

Deux professeurs titulaires des facultés de lettres, élus dans les mêmes conditions ;

Deux délégués de l'école normale supérieure, un pour les lettres, l'autre pour les sciences, élus par le directeur, le sous-directeur et les maîtres de conférences de l'école, et choisis parmi eux ;

Un délégué de l'école normale d'enseignement spécial, élu par le directeur, le sous-directeur et les professeurs de l'école, et choisi parmi eux ;

Un délégué de l'école nationale des Chartes, élu par les membres du conseil de perfectionnement et les professeurs, et choisi parmi eux ;

Un professeur titulaire de l'école des langues orientales vivantes élu par ses collègues ;

Un délégué de l'école polytechnique, élu par le commandant, le

commandant en second, les membres du conseil de perfectionnement, le directeur des études, les examinateurs, professeurs et répétiteurs de l'école, et choisi parmi eux ;

Un délégué de l'école des beaux-arts, élu par le directeur et les professeurs de l'école et choisi parmi eux ;

Un délégué du Conservatoire des arts et métiers, élu par le directeur, le sous-directeur et les professeurs et choisi parmi eux ;

Un délégué de l'école centrale des arts et manufactures, élu par le directeur et les professeurs de l'école et choisi parmi eux ;

Un délégué de l'Institut agronomique, élu par le directeur et les professeurs de cet établissement et choisi parmi eux ;

Huit agrégés en exercice de chacun des ordres d'agrégation (Grammaire, Lettres, Philosophie, Histoire, Mathématiques, Sciences physiques ou naturelles, Langues vivantes, Enseignement spécial), élus par l'ensemble des agrégés du même ordre, qui sont professeurs ou fonctionnaires en exercice dans les lycées ;

Deux délégués des collèges communaux, élus, l'un dans l'ordre des lettres, l'autre dans l'ordre des sciences, par les principaux et professeurs en exercice dans ces collèges, pourvu du grade de licencié dans le même ordre ;

Six membres de l'enseignement primaire élus au scrutin de liste par les inspecteurs généraux de l'instruction primaire, par le directeur de l'enseignement primaire de la Seine, les inspecteurs d'académie des départements, les inspecteurs primaires, les directeurs et directrices des écoles normales primaires, la directrice de l'école Pape-Carpentier, les inspectrices générales et les déléguées spéciales chargées de l'inspection des salles d'asile ;

Quatre membres de l'enseignement libre, nommés par le Président de la

République, sur la proposition du ministre.

Art. 2.- Tous les membres du conseil sont nommés pour quatre ans. Leurs pouvoirs peuvent être indéfiniment renouvelés.

Art. 3.- Les neuf membres nommés conseillers par décret du Président de la République, et six conseillers que le ministre désigne parmi ceux qui procèdent de l'élection, constituent une section permanente.

Art. 4.- La section permanente a pour fonction :

D'étudier les programmes et règlements avant qu'ils ne soient soumis à l'avis du conseil supérieur.

Elle donne son avis :

Sur les créations de facultés, lycées, collèges, écoles normales primaires ;

Sur les créations, transformations ou suppressions de chaires ;

Sur les livres de classe, de bibliothèque et de prix qui doivent être interdits dans les écoles publiques ;

Et enfin sur toutes les questions d'études, d'administration, de discipline ou de scolarité qui lui sont renvoyées par le ministre.

En cas de vacance d'une chaire dans une faculté, la section permanente présente deux candidats, concurremment avec la faculté dans laquelle la vacance existe.

En ce qui concerne les facultés de théologie, la section permanente donne son avis sur la présentation faite au ministre selon les lois et règlements auxquels d'ailleurs il n'est rien innové.

Art. 5.- Le conseil donne son avis :

Sur les programmes, méthodes d'enseignement, modes d'examens, règlements administratifs et disciplinaires relatifs aux écoles publiques, déjà étudiés par la section permanente ;

Sur les règlements relatifs aux examens et à la collation des grades ;

Sur les règlements relatifs à la surveillance des écoles libres ;

Sur les livres d'enseignement, de lecture et de prix qui doivent être interdits dans les écoles libres comme contraires à la morale, à la Constitution et aux lois ;

Sur les règlements relatifs aux demandes formées par les étrangers pour être autorisés à enseigner, à ouvrir ou à diriger une école.

Art. 6.- Un décret, rendu en la forme des règlements d'administration publique, après avis du conseil supérieur

de l'instruction publique, détermine le tarif des droits d'inscription, d'examen et de diplôme à percevoir dans les établissements d'enseignement supérieur, chargés de la collation des grades, ainsi que les conditions d'âge pour l'admission aux grades.

L'article 14 de la loi du 14 juin 1854 est abrogé.

Art. 7.- Le conseil statue en appel et en dernier ressort sur les jugements rendus par les conseils académiques en matière contentieuse ou disciplinaire.

Il statue également en appel et en dernier ressort sur les jugements rendus par les conseils départementaux, lorsque ces jugements prononcent l'interdiction absolue d'enseigner contre un instituteur primaire, public ou libre.

Lorsqu'il s'agit : 1° de la révocation, du retrait d'emploi, de la suspension des professeurs titulaires de l'enseignement public, supérieur ou secondaire, ou de la mutation pour emploi inférieur des professeurs titulaires de l'enseignement public supérieur ; 2° de l'interdiction du droit d'enseigner ou de diriger un établissement d'enseignement prononcée contre un membre de l'enseignement, public ou libre ; 3° de l'exclusion des étudiants de l'enseignement public ou libre de toutes les académies, la décision du conseil supérieur de l'instruction publique doit être prise aux deux tiers des suffrages.

Art. 8.- Le conseil se réunit en assemblée générale deux fois par an. Le ministre peut le convoquer en session extraordinaire.

TITRE II DES CONSEILS ACADEMIQUES

Art. 9.- Il est institué au chef-lieu de chaque académie un conseil académique composé :

1° Du recteur, président ;

2° Des inspecteurs d'académie ;

3° Des doyens des facultés de théologie catholique ou protestante, de droit, de médecine, des sciences et des lettres, des directeurs des écoles supérieures de pharmacie de l'Etat, des directeurs des écoles de plein exercice et préparatoires de médecine et de pharmacie et des directeurs des écoles préparatoires à l'enseignement supérieur des sciences et des lettres du ressort ;

4° D'un professeur titulaire de chacune de ces facultés ou écoles supérieures de pharmacie du ressort,

élu dans chacune d'elles par les professeurs, les suppléants, les agrégés en exercice, les chargés de cours et les maîtres de conférences ;

5° D'un professeur titulaire des écoles préparatoires de médecine et de pharmacie du ressort, élu par l'ensemble des professeurs chargés de cours ou suppléants de ces écoles, pourvus du grade de docteur ou de pharmacien de première classe ;

6° D'un professeur titulaire des écoles préparatoires à l'enseignement supérieur des sciences et des lettres du ressort, élu par l'ensemble des professeurs et chargés de cours ;

7° D'un proviseur et d'un principal d'un des lycées et collèges communaux de plein exercice du ressort, désignés par le ministre ;

8° De deux professeurs de l'ordre des sciences, agrégés ou docteurs, élus au scrutin de liste par les professeurs du même ordre, agrégés ou docteurs, en exercice dans les lycées du ressort ;

9° De deux professeurs de l'ordre des lettres, agrégés ou docteurs, élus dans les mêmes conditions ;

10° De deux professeurs des collèges communaux du ressort, pourvus du grade de licencié, l'un pour l'ordre des lettres, l'autre pour l'ordre des sciences, élus par l'ensemble des professeurs de ces établissements, pourvus des mêmes grades et appartenant au même ordre ;

11° De deux membres choisis par le ministre dans les conseils généraux, et deux dans les conseils municipaux, qui concourent aux dépenses de l'enseignement supérieur ou secondaire du ressort.

Art. 10.- Les membres du conseil académique, nommés par le ministre ou élus, le sont pour quatre ans. Leurs pouvoirs peuvent être renouvelés. Les pouvoirs des conseillers généraux et des conseillers municipaux cessent avec leur qualité de conseillers généraux et de conseillers municipaux.

Art. 11.- Le conseil académique donne son avis sur les règlements relatifs aux collèges communaux, aux lycées et aux établissements d'enseignement supérieur public ; sur les budgets et comptes d'administration de ces établissements ; sur toutes les questions d'administration et de discipline concernant ces mêmes établissements, qui lui sont renvoyées par le ministre.

Il adresse, chaque année, au ministre un rapport sur la situation des établissements d'enseignement public, secondaire et supérieur, et sur les améliorations qui peuvent y être introduites.

Il est saisi par le ministre ou le recteur des affaires contentieuses ou disciplinaires qui sont relatives à l'enseignement secondaire ou supérieur, public ou libre ; il les instruit, et il prononce, sauf recours au conseil supérieur, les décisions et les peines à appliquer.

L'appel au conseil supérieur d'une décision du conseil académique doit être fait dans le délai de quinze jours à partir de la notification qui en est donnée en la forme administrative. Cet appel est suspensif ; toutefois le conseil académique pourra, dans tous les cas, ordonner l'exécution provisoire de ses décisions, nonobstant appel.

Les membres de l'enseignement public ou libre, traduits devant le conseil académique ou le conseil supérieur, ont le droit de prendre connaissance du dossier, de se défendre ou de se faire défendre de vive voix, ou au moyen de mémoires écrits.

Pour les affaires contentieuses ou disciplinaires intéressant les membres de l'enseignement libre, supérieur ou secondaire, deux membres de l'enseignement libre, nommés par le ministre, sont adjoints au conseil académique.

Art. 12.- Le conseil académique se réunit deux fois par an en session ordinaire. Il peut être convoqué extraordinairement par le ministre.

Art. 13.- Indépendamment du pouvoir disciplinaire réglé par les articles 7 et 11 de la présente loi, le ministre de l'instruction publique peut prononcer contre tout membre de l'enseignement public, la réprimande devant le conseil académique, et la censure devant le conseil supérieur. Ces décisions ne sont susceptibles d'aucun recours.

Art. 14.- Il peut également prononcer la mutation pour emploi inférieur, en ce qui concerne un professeur de l'enseignement supérieur, sur l'avis conforme du conseil supérieur, et en ce qui concerne un professeur de l'enseignement secondaire, après avoir pris l'avis de la section permanente.

Art. 15.- Le ministre de l'instruction publique peut prononcer la suspension pour un temps qui n'excédera pas un an, sans privation de traitement. La suspension pour un temps plus long,

avec privation totale ou partielle de traitement, ne pourra être prononcée que par le conseil académique, ou en appel par le conseil supérieur.

Art. 16.- Sont et demeurent abrogées les dispositions des lois, décrets, ordonnances et règlements contraires à la présente loi.

La présente loi, délibérée et adoptée par le Sénat et par la Chambre des députés, sera exécutée comme loi de l'Etat.

Fait à Paris, le 27 février 1880.

JULES GREVY

Par le Président de la République :

Le ministre de l'instruction publique et des beaux-arts,

JULES FERRY.

Fac-similé du Journal officiel du 28 février 1880

ANEXO 2

Extrato do currículo de Raoul de la Grasserie (18/01/1901).

De la recherche et des effets de la paternité naturelle, Pedone, éd.

Projet de constitution, Giard et Brière, éd.

Du jury, de ses origines, de son évolution et de son avenir, Giard et Brière, éd.

Etude sur la dépopulation en France (*Revue du Droit moderne*).

Du repos hebdomadaire (*Comité des travaux historiques et scientifiques*).

Etude critique sur l'instruction publique en France (*Revue de la réforme judiciaire*).

De la réforme hypothécaire, Pedone, éd.

De l'extension de la quotité disponible (*Bulletin du Comité des travaux historiques*).

De la liberté d'association (id.).

Une solution de la question d'Orient (*Coopération des idées*).

Une solution de la question d'Alsace-Lorraine (id.).

Projet de loi sur la publicité (chez l'auteur).

De l'interprétation judiciaire et législative des lois, Marescq, éd.

De l'assurance sur la vie et contre les accidents (*France judiciaire*).

De la fusion du droit commercial et du droit civil (*Revue du Commerce*).

Des valeurs assimilables aux immeubles (*Bulletin du Comité des travaux historiques*).

Du passif des successions, Giard et Brière.

De la dévolution de la succession chez les peuples germaniques (*Bulletin de l'Académie de législation de Toulouse*).

De la dévolution de la succession chez les peuples néo-latins (id.).

De l'effet rétroactif du partage (*Revue critique*).

De la solidarité (id.).

Réforme de l'assistance judiciaire (*Revue du droit moderne*).

De l'institution du registre de commerce (*Revue du Commerce*).

Du contrat de mariage des commerçants (id.).

Du droit des femmes (*Revue politique et parlementaire*).

Des cours de commerce (id.).

De la restriction de l'appel (*Revue du droit moderne*).

Du règlement et des règles de compétence (*Revue générale de droit*).

Etude sur les peines préventives (*Revue critique*).

De la nécessité de la plainte de la partie lésée (id.).

Du domicile forcé (*Revue de la Société allemande de droit comparé*).

Des aliénés dits criminels (id.).

Réforme du droit successoral français (*Revue du droit moderne*).

Des principes du droit de succession (*Revue générale de droit*).

De la définition et de la classification de la statistique (*Revue de statistique*).

DROIT ÉTRANGER ET COMPARÉ

Etude sur les justices de paix (*Revue de la réforme judiciaire*).

Etude sur la procédure civile d'exécution (id.).

Du nouveau code pénal bulgare (*Revue pénitentiaire*).

Du projet de code pénal russe (*Bulletin de la Société de législation comparée*).

Du projet de code pénal suisse (*Revue des lois nouvelles*).

Du projet de code civil suisse (id.).

Du projet de code civil allemand, Pedone, éd.

Du projet de loi allemand sur les livres foncier et l'exécution, Challamel, éd.

Traduction du code civil des Grisons, Pedone, éd.

Traduction du code de commerce hongrois (id.).

Traduction des codes suédois (id.).

Traduction du code civil allemand de 1896.

Analyse du code civil mexicain, Giard et Brière, éd.

Analyse du code civil péruvien (id.).

Analyse du code civil chilien (id.).

Analyse du code civil du Venezuela et des lois du Brésil (id.).

Commentaire de la loi sur les femmes témoins (les lois nouvelles).

Commentaire de la loi contre les outrages aux bonnes mœurs (id.).

Commentaire de la loi sur les sociétés de secours mutuel (id.).

LINGUISTIQUE ET GRAMMAIRE COMPARÉE

De la langue banivz, Leroux, éd.

De la langue puquina, Kœhler, éd.

De la famille linguistique Pano, Maisonneuve, éd.

Grammaire et vocabulaire de la langue timucua, Maisonneuve, éd.

De la langue tarasque (id.).

De la langue auca (id.).

De la psychologie du langage (id.).

De la classification des langues, Vieweg, éd.

Du verbe substantif, Maisonneuve, éd.

De la conjugaison objective (*Mémoires de la Société de linguistique*).

De la catégorie du nombre, Maisonneuve, éd.

De la catégorie du temps (id.).

De la véritable nature du pronom, Lefebver, Louvain, éd.

De la catégorie des modes (id.).

De la catégorie des cas (id.).

De la parenté entre le Chamitique, le Sémitique et l'Indo-Européen, Lefebver, Louvain, éd.

Des recherches de la linguistique, relatives aux langues de l'Extrême-Orient (*Mémoires de la Société de Linguistique*).

De l'article (id.).

Essai de phonétique générale, Maisonneuve, éd.

Essai de phonétique comparée (id.).

De la possibilité d'une langue internationale (id.).

De l'inclusif et de l'exclusif (id.).

De l'infixation (id.).

Essai de syntaxe générale, Lefebver, Louvain, éd.

De la fonction concrète du pronom, Maisonneuve, éd.

De l'origine et de l'évolution première des racines des langues (id.).

Du syncrétisme pronominal (id.).

Textes timucua traduits et analysés (id.).

Nouvelle explication du décasyllabe roman (id.).

Des verbes prépositionnels (id.).

De la langue Zoque et de la langue Mixe, Maisonneuve. (Ouvrage couronné par l'Institut).

De la catégorie des voix (id.).

Des cas contraires (id.).

Du verbe concret (*Revue de Linguistique*).

De la conjugaison négative (*Museum*).

de la recherche et des effets de la paternité naturelle
de la réforme hypothécaire
de l'extension de la quotité disponible
de la liberté d'association
de la solidarité
de la nécessité de la plainte de la partie lésée
de la définition et de la classification de la statistique
de la fonction concrète du pronom
de l'origine et de l'évolution première des racines des langues
de la catégorie des voix
de la catégorie des cas
de la parenté entre le Chamitique, le Sémitique et l'Indo-Européen
de la possibilité d'une langue internationale
de l'inclusif et de l'exclusif
de l'infixation
de la véritable nature du pronom
de la catégorie du temps
de la catégorie du nombre
de la classification des langues
de la psychologie du langage
de la langue auca
de la langue tarasque
de la langue timucua
de la famille linguistique Pano
de la langue puquina
de la langue banivz

ANEXO 3

Grade curricular do *Collège Libre des Sciences Sociales* (1895).

par la retraite de ces deux professeurs (1) et par la difficulté de pourvoir, dans les conditions actuelles de la science, à l'enseignement général de la méthode et de l'histoire sociales. — Le nombre des cours est doublé.

PREMIÈRE SECTION

ENQUÊTE, STATISTIQUE ET HISTOIRE

1. Statistique du travail et de la richesse :
M. Arthur FONTAINE, ingénieur des mines ;
M. le Dr Jacques BESTILLOU, chef des travaux statistiques de la Ville de Paris ;
2. Démographie :
M. Pierre du MAROUSSEM, docteur en droit ;
3. Procédés monographiques d'enquête :
M. Louis MARIN, secrétaire à la Société de géographie commerciale ;
5. Méthode historique appliquée aux sciences sociales :
M. SIZONOS, maître de conférences à la Faculté des Lettres ;
M. TARBOURISCH, docteur en droit ;
6. Histoire du droit moderne :
M. Francis DE PASSEMÉ, rédacteur au journal *Le Temps* ;
7. Histoire des doctrines et de la législation sociales depuis la Révolution :

(1) MM. Th. et Frantz Funck-Brentano ont quitté le Collège libre des Sciences sociales après une année de professorat. Il n'est que juste, à l'occasion de cette retraite, de rappeler ce concours de la première heure, et de même l'active et utile participation de MM. Funck-Brentano à la fondation du Collège.

8. Histoire des doctrines révolutionnaires :
M. Albert MÉTRIN, agrégé d'histoire ;
M. Jean BRUNHES, professeur à l'Université de Fribourg ;
9. Méthode géographique : application à quelques problèmes d'économie sociale :

DEUXIÈME SECTION

DOCTRINES ET APPLICATIONS SOCIALES.

10. Doctrine de Comte :
M. le Dr DUBASSET, député de Seine-et-Marne ;
11. Doctrine de Le Play :
M. A. DELAURE, secrétaire général de la Société d'économie sociale ;
12. Doctrine de Marx :
M. RAVELIN, professeur au collège Sainte-Barbe ;
13. Doctrines sociales allemandes :
M. ANDRÉ, maître de conférences à l'École normale supérieure ;
M. N... ;
14. Doctrines sociales anglaises :
M. Yves GUYOT, ancien ministre ;
15. Economie politique :
M. Gustave ROUANET, député de Paris ;
17. Sociologie catholique :
M. l'abbé de PASCAL, docteur en théologie ;
18. L'action sociale de l'art :
I. Les arts du dessin :
M. Eugène MUNTZ, de l'Institut ;
M. Lionel DAUBIAC, professeur à l'Université de Montpellier ;
- II. L'art musical :

19. Hygiène sociale :
M. le Dr du MESNIL, médecin de l'Asile de Vincennes ;
20. L'assistance et la prévoyance sociale :
M. Paul STRAUSS, membre du Conseil municipal de Paris ;
21. Principes de la colonisation :
M. DE LAUSSAN, ancien gouverneur général de l'Indo-Chine ;
22. Les Bourses :
M. TRALLER, professeur à la Faculté de droit ;
23. Législation ouvrière et industrielle comparée :
M. DEFOURMANTZELAK, avocat à la Cour d'appel ;
24. Questions ouvrières :
I. De l'organisation ouvrière en France :
M. KAUFR, ouvrier typographe membre du Conseil supérieur du travail ;
M. VILA, ouvrier papetier secrétaire général de la Chambre consultative des Associations de production ;

Conférences sur les ASSURANCES SOCIALES et la *Lecture des Budgets*, par MM. Weber et Prunget, de l'Office du Travail.

Visites industrielles et sociales, dirigées par MM. du Mesnil, du Maroussem et Barrat.

ANEXO 4

Grade curricular do *Collège Libre des Sciences Sociales* (1905).

INFORMATIONS

Le Collège Libré des Sciences Sociales va entrer dans sa onzième année d'existence. Il ouvrira ses cours le lundi 6 novembre prochain, à l'Hôtel des Sociétés Savantes. On sait qu'il a comme directeur M. le Dr E. Delbet, ancien président de la Société de Sociologie de Paris. Les cours qu'il annonce pour cette année scolaire sont les suiv. 118 :

I. — *Études historiques et descriptives.*

M. Jean Brunhes : Études de géographie humaine (quelques types de grande culture).

M. le Dr E. Delbet : la Sociologie d'après Auguste Comte (l'éducation et l'enseignement).

M. E. Tardieu : la Révision du Code civil (suite).

M. Blancheville : Code du travail et de la prévoyance sociale (1^{re} année).

M. B. Reynard : le Droit international ouvrier.

M. Edouard Dolléans : de l'individualisme au Socialisme.

M. Hubert Legardelle : l'Association internationale des travailleurs.

M. F. Lepelletier : la Politique économique de l'Angleterre au XIX^e siècle.

M. Georges Blondel : la Question sociale en Allemagne (le mouvement ouvrier).

M. Maxime Kovalevsky : la Crise moderne en Russie.

M. A. Debédour : l'Église catholique et l'État en France sous la troisième République (1^{re} partie, de 1870 à 1899).

M. Louis Madelin : la Politique internationale et la Question sociale (la conférence internationale de la paix de 1899).

M. Charles Brun : Action sociale de la littérature (la littérature et l'évolution de la femme française au XIX^e siècle, suite).

M. l'abbé P. Naudé : Études sociales catholiques (les origines de la société chrétienne, Jésus, sa vie et son œuvre).

M. Maurice Vernes : les Religions et leur rôle social (le catholicisme romain).

II. — *Théorie et méthode.*

M^{lle} Ch. Philoche : Biologie appliquée à la Sociologie (hérédité et évolution).

M. Louis Marin : Études ethniques et sociales (la famille dans la civilisation occidentale).

M. le Dr Marie : la Psychobiologie dans ses rapports avec la Psycho-Physiologie et les sciences sociales.

M. Paul Ghio : Économie politique.

M. D. Alf. Agache : Histoire sociale des beaux-arts.

M^{mes} Souley-Darqué et Odette Laguerre : le Bonheur social.

M. A. Durand : Questions coloniales.

III. — *Technologie.*

M. G. Coupau : Évolution scientifique de l'agriculture, industries agricoles.

M. Léon Guillet : le Rôle de la science dans l'industrie, son influence.

M. Chavies-Barrat : les Habitations à bon marché.

M. H. Bonnet : les Institutions d'assistance publique à Paris (l'assistance à domicile).

M. A. Barriot : les principales applications du calcul en économie sociale.

IV. — *Cours et conférences supplémentaires.*

M. L. Mabiljean : la Prévoyance sociale en Amérique.

M. Selsilles : les Rapports du droit et de la science sociale étudiés dans leur utilisation pratique; méthodes d'interprétation.

M. André Melloni : les Rapports de l'Art et de l'État depuis 1870.

M^{me} Louise Georges-Bernard : le Féminisme en 1849.

M. le Dr Félix Regnault : Psychologie des castes.

V. — *Fields industrielles et sociales*

Sous la direction de MM. Charles Barrat (habitations à bon marché; port du Havre), G. Coupau (industries agricoles), Ed. Demolins (l'école des Roches), le Dr Marie (laboratoires de psychologie expérimentale).

ANEXO 5

Grade curricular da *École des Hautes Études Sociales* (1905).

L'École des Hautes Etudes Sociales ouvre également ses cours le 6 novembre prochain, 46, rue de la Sorbonne. Elle a comme président d'honneur et président MM. Emile Boutroux et Alfred Croiset, de l'Institut; comme vice-présidents: MM. les professeurs Fernand Faure et Charles Gide; comme secrétaire-général: M^{lle} Dick May. Elle groupe les quatre écoles suivantes:

I. — École de Morale et de Pédagogie.

Les problèmes moraux du temps présent: les Lois et la Morale; série de conférences suivies de discussions ouvertes, sous la présidence de M. A. Dario.

Etude de la religion dans ses rapports avec la société, série de conférences sous la présidence de M. Théodore Reinach.

L'Individualisme anarchiste, cours de M. Victor Basch.

L'Éducation de la démocratie (suite): l'Enseignement laïque de la morale; série de conférences suivies de discussions ouvertes, sous la présidence de M. Alfred Croiset.

II. — École sociale.

1^o Exposé et histoire des doctrines:

La Méthode d'observation monographique, par M. F. Bureau.

Le Socialisme révolutionnaire: le Marxisme et l'Anarchie, par M. E. Fournière.

Le Socialisme municipal ou Municipalisme, par M. André Mator.

2^o Etude géographique, historique et critique de faits sociaux; série de conférences sous la direction de M. P. Vidal de la Blache.

3^o Questions pratiques:

Le mode industriel de l'Etat, par M. Pierre Bandin;

Les principales Bourses de monde, par M. André Sayon.

On remarquera que cette École se continue pas cette année la série des conférences sociologiques, instituées les deux années précédentes sous la direction de M. E. Derkheim.

III. — École d'art.

Arts plastiques: Histoire du paysage en France, série de conférences.

Musique: cours et conférences, accompagnés d'additions et de concerts, sous la présidence de M. Romain Rolland; laboratoire d'études musicales.

Critéature: la Poésie française de 1870 à 1900, cours de M. Egdi-
mand Hérold; le Roman français de 1870 à 1900, cours de M. Marcel
Collière.

Théâtre: conférences, sous la présidence de M. Gabriel Trarieux.

IV. — École de journalisme.

Direction d'exercices: Comptes-rendus des séances des Chambres, par MM. Fournière et Schillet.

Cours professionnels, par MM. Harduin (causeries sur le journalisme), Maurice Sarraut (le journalisme moderne), Alexandre Hepp (la presse d'aujourd'hui), le comte de Saint-Maurice (questions coloniales et diplomatiques), G. Timmoty (questions de critique dramatique), P. Landoriny (critique musicale).

Histoire: Journalisme politique, par M. Seignobos.

Législation de la presse, par M. Antonin Bergougnan.

Presse étrangère, série de conférences sous la direction de M. Victor Friedel.

ANEXO 6

Capas das coleções.

BIBLIOTHÈQUE DE PHILOSOPHIE CONTEMPORAINE

**PSYCHOLOGIE
DE
L'INVENTION**

PAR

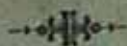
FR. PAULHAN

QUATRIÈME ÉDITION

LIBRAIRIE FÉLIX ALCAN

PARIS

BIBLIOTHÈQUE
DE PHILOSOPHIE CONTEMPORAINE



PSYCHOLOGIE
DES FOULES

PAR
GUSTAVE LE BON

TRENTE-SIXIÈME ÉDITION

PARIS
LIBRAIRIE FÉLIX ALCAN
108, BOULEVARD SAINT-GERMAIN, VI^e

BIBLIOTHÈQUE
DE PHILOSOPHIE CONTEMPORAINE

ESSAI D'UNE PSYCHOLOGIE
DE L'ANGLETERRE CONTEMPORAINE

LES CRISES POLITIQUES
PROTECTIONNISME ET RADICALISME

PAR
JACQUES BARDOUX

PARIS
FÉLIX ALCAN, ÉDITEUR
LIBRAIRIES FÉLIX ALCAN ET GUILLAUMIN RÉUNIES
108, BOULEVARD SAINT-GERMAIN, 108

1907

Bibliothèque générale des Sciences sociales

Belot, Bernès, Brunschvicg, F. Buisson, Darlu,

Dauriac, Delbet, Gide, Kovalevsky,

Malapert, R. P. Maunus, de Roberty, Sorel, Wagner

Morale Sociale

Préface d'Emile Boutroux

LIBRAIRIE FÉLIX ALCAN

Bibliothèque Sociologique Internationale
publiée sous la direction de M. René Wozms

René Wozms

Philosophie
des
Sciences Sociales
1
Objet des Sciences Sociales

M. Giard & E. Brière

LIBRAIRES ÉDITEURS PARIS

Bibliothèque de Philosophie Scientifique

D' GUSTAVE LE BON

La Révolution Française

et la Psychologie
des Révolutions

Explicables seulement par la psychologie moderne, beaucoup d'événements historiques sont restés sans intelligibilité de leurs auteurs que de leurs historiens.

ERNEST FLAMMARION, EDITEUR

26, RUE RACINE, PARIS

Dix-septième mille

ANEXO 7

Catálogos das coleções.

DE PHILOSOPHIE CONTEMPORAINE

SECTION SOCIOLOGIQUE

BARDOUX (J.), — Essai d'une psychologie de l'Angleterre contemporaine. Les crises politiques. Protectionnisme et libéralisme. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 HAYET (A.), — La morale scientifique. Essai sur les applications morales des sciences sociologiques. 2^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 SOULET (C.), chargé de cours à la Sorbonne. — Les sciences sociales en Allemagne. Les méthodes actuelles. 2^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Les idées égalitaires. 2^e éd. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 — Essais sur le régime de L. mile Durkheim. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 — sous la direction de L. mile Durkheim. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 QUÉSTECQ (J.), correspondant de l'Institut. — Socialistes et sociologues. 2^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Pragmatisme et modernisme. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 BRUGHIÈRES (R.), juge suppléant au tribunal civil de Bordeaux. Le droit et la sociologie. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 COSENTINI (F.), professeur à l'Université nouvelle de Bruxelles, directeur de la Scuola sociale. — La sociologie génétique. Essai sur la primauté et la vie sociale préhistorique. Trad. de M. le prof. KOWALSKY. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 COSTE (Aloïpe). — Les principes d'une sociologie objective. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 — L'expérience des peuples et les prévisions qu'elle autorise. 1 vol. in-8. 10 fr. »
 DELVAILLE (J.), agrégé de philosophie. — La vie sociale et l'éducation. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 DRAGHICESCO (D.), professeur à l'Université de Bucarest. — Du rôle de l'individu dans le déterminisme social. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 DUGUIT (L.), prof. à la Faculté de droit de Bordeaux. — Le droit social, le droit individuel et la transformation de l'État. 2^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 DURKHEIM (E.), professeur à la Sorbonne. — De la division du travail social. 2^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Les règles de la méthode sociologique. 2^e éd. 1 vol. in-16. 3 fr. 50
 — Le suicide. Étude sociologique. 2^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — L'année sociologique. 11 années parues : les cinq premières, chacune 40 fr. ; les cinq suivantes, 12 fr. 50 ; la onzième 15 fr. »
 MICHHAL (E. d'), de l'Institut. — Les problèmes sociaux et le socialisme. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Pages sociales. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 ESPINAS (A.), de l'Institut, professeur à la Sorbonne. — La philosophie sociale au XVIII^e siècle et la Révolution. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 FERRI (E.), professeur à l'Université de Rome. — La sociologie criminelle. Trad. L. Tenen. 1 vol. in-8. 10 fr. »
 FINOT (J.), — Le préjugé des races. 2^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 FOUILLEÉ (A.), de l'Institut. — La propriété sociale et la démocratie. 4^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Les éléments sociologiques de la morale. 2^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Le socialisme et la sociologie réformiste. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — La démocratie politique et sociale en France. 2^e éd. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 FOURNIÈRE (Eugène), professeur au Conservatoire des arts et métiers. — Essai sur l'individualisme. 2^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Les théories socialistes au XIX^e siècle. De Babeuf à Proudhon. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 GAROFALO, président de chambre à la cour d'appel de Naples. — La superstition socialiste. Trad. A. Durmon. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 — La criminologie. 5^e édition refondue. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 GIROD (J.), professeur agrégé de philosophie au lycée de Clermont-Ferrand. — Démocratie, patrie et humanité. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 GORIOT (E.), professeur à l'Université de Lyon. — Justice et Liberté. 2^e édition. 1 vol. in-8. 2 fr. 50
 GREEF (de), professeur à la Nouvelle Université de Bruxelles. — Les lois sociologiques. 4^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Le Transformisme social. Essai sur le progrès et le progrès des sociétés. 2^e éd. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 — La sociologie économique. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 GUYAU (M.), — L'art au point de vue sociologique. 8^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — L'irraligion de l'avenir. Étude de sociologie. 1^{re} éd. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 — Éducation et Hérité. Étude sociologique. 1^{re} éd. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 ISAMBERT (G.), — Les idées socialistes en France de 1815 à 1848. Le socialisme fondé sur la fraternité et l'union des classes. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 IZOLET, professeur au collège de France. — La cité moderne. 7^e éd. 1 vol. in-8. 10 fr. »

JANKLEWITCH (D.), — Métiers et sociétés. Essai d'une application au point de vue des sciences aux phénomènes sociaux. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 LAMPERIERE (Mme A.), — Le rôle social de la femme. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 LAPIE (P.), maître de conférences à l'Université de Bordeaux. — La Justice par l'État. Étude de morale sociale. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 LAYEYRE (E. de), — La propriété et ses formes primitives. 2^e éd. 1 vol. in-8. 10 fr. »
 — Le gouvernement dans la démocratie. 3^e éd. 2 vol. in-8. 15 fr. »
 LE BOY (Dr Gustave). — Psychologie du socialisme. 7^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 LEVY-BRUHL (L.), — Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures. (Travaux de l'Année sociologique, publiés sous la direction de M. E. Durkheim). 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 LOMEROSI, prof. à l'Univ. de Turin. — L'homme criminel. 2^e éd. française, traduite sur la 5^e édition italienne refondue. 2 vol. in-8 accompagnés d'un atlas de 64 planches. 36 fr. »
 LOMEROSI et G. FERRERO. — La femme criminelle et la prostituée. 1 vol. in-8 avec planches hors texte. 15 fr. »
 LOMBRUSO et LASCCHI. — Le crime politique et les révolutions. 2 vol. in-8. 15 fr. »
 MARION, professeur à la Sorbonne. — La solidarité morale. 6^e éd. in-8. 5 fr. »
 MATAGRIN (A.), — La psychologie sociale de G. Tarde. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 MOHDAU (M.), — Paradoxes sociologiques, trad. Durmon. 2^e éd. in-16. 2 fr. 50
 — Les mensonges conventionnels de notre civilisation, trad. Durmon. 1^{re} éd. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 NOVICOW (J.), — Les luttes entre sociétés humaines. 2^e éd. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 — Les gaspillages des sociétés modernes. 2^e éd. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 — Les justes et l'expansion de la vie. Essai sur le bonheur / les sociétés humaines. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 PALANTE (G.), agrégé de philosophie. — Précis de sociologie. 3^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Combat pour l'individu. 1 vol. in-8. 3 fr. 75
 RENARD (G.), professeur au Collège de France. — Le régime socialiste. Principes de son organisation politique et économique. 2^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 RICHARD, professeur à l'Université de Bordeaux. — Le socialisme et la science sociale. 2^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 ROBERTY (E. de). Nouveau programme de sociologie. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 — La sociologie de l'action. La genèse sociale de la raison et les origines rationnelles. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 SANZ Y ESCARTIN (E.), membre de l'Académie royale de Madrid. — L'individu et la réforme sociale, trad. A. Durmon. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 SPENCER (Herbert). — Principes de sociologie, traduits par MM. CAZELLES, GENÈS et H. de VAUGHN. 5 vol. in-8. 43 fr. 75
 — On vend séparément : Tome I. Données de la sociologie. 7^e éd. 1 vol. in-8. 10 fr. »
 — Tome II. Inductions de la sociologie. Relations domestiques. 5^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Tome III. Institutions cérémonielles et politiques. 5^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Tome IV. Institutions économico-sociales. 3^e éd. 1 vol. in-8. 3 fr. 75, Tome V. Institutions professionnelles. 3^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Justice. Trad. CAZELLES. 3^e édition. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Le rôle moral de la bienfaisance, trad. CASTELLOT et MARTIN SAINT-LEON. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — La morale des différents peuples, trad. CASTELLOT et MARTIN SAINT-LEON. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Essais politiques, trad. par M. A. BUNNAT. 5^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Essais sur le progrès, trad. par M. A. BUNNAT. 5^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — L'individu contre l'État, trad. par M. GENÈS. 5^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Problèmes de morale et de sociologie, trad. H. de VAUGHN. Nouv. éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 STEIN (L.), professeur de philosophie à l'Université de Berne. — La question sociale au point de vue philosophique. 1 vol. in-8. 10 fr. »
 STUART MILL (J.). — L'utilitarisme, trad. L. BENOIST. 7^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 SULLY-PRUDHOMME, de l'Académie française. — Le lien social. 1 vol. in-8. 2 fr. 75
 TANON (L.). — L'évolution du droit et la Conscience sociale. 3^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Les transformations du droit. 7^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — Les lois de l'imitation. Étude sociologique. 5^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — La logique sociale. 3^e éd. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — Les lois sociales. Esquisses d'une sociologie. 6^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — L'opposition universelle. Essai d'une théorie des contrastes. 1 vol. in-8. 7 fr. 50
 — La criminalité comparée. 7^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50
 — L'opinion et la foule. 2^e éd. 1 vol. in-8. 5 fr. »
 ZIEGLER, professeur à l'Université de Strasbourg. — La question sociale est une question morale, traduit de l'allemand par M. PALANTE. 2^e éd. 1 vol. in-16. 2 fr. 50

BIBLIOTHÈQUE SOCIOLOGIQUE INTERNATIONALE

Honoré de souscriptions du Ministère de l'Instruction publique

PUBLIÉE SOUS LA DIRECTION DE René Worms

Les volumes I à XXX de la Collection peuvent aussi être achetés reliés avec une augmentation de 2 fr. et XXXI et suite avec une augmentation de 1 fr. seulement

SÉRIE IN-8 :

- WORMS (René). — Organisme et société. 1896. 1 vol. in-8 (i) . . . 6 fr. »
- LILJENFELD (Paul de). — La pathologie sociale. 1896. 1 volume in-8 (ii) . . . 6 fr. »
- NITTI (Francesco S.). — La population et le système social. 1897. 1 vol. in-8 (iii) . . . 5 fr. »
- POSADA (A.). — Théories modernes sur les origines de la Famille, de la Société et de l'Etat. 1896. 1 vol. in-8 (iv) . . . 4 fr. »
- BALICKI (S.). — L'Etat comme organisation coercitive de la société politique. 1896. 1 vol. in-8 (v) . . . (Epuisé).
- NOVICOW (J.). — Conscience et volonté sociales. 1897. 1 volume in-8 (vi) . . . 6 fr. »
- GIDDINGS (Franklin H.). — Principes de sociologie. 1897. 1 volume in-8 (vii) . . . 6 fr. »
- LORIA (A.). — Problèmes sociaux contemporains. 1897. 1 vol. in-8 (viii) . . . 4 fr. »
- VIGNES (M.). — La science sociale d'après les principes de Le Play et de ses continuateurs. 1897. 2 vol. in-8 (ix-x) . . . 16 fr. »
- VACCARO (M.-A.). — Les bases sociologiques du droit et de l'Etat. 1898. 1 vol. in-8 (xi) . . . 8 fr. »
- GUMPOWICZ (L.). — Sociologie et politique. 1898. 1 volume in-8 (xii) . . . 6 fr. »
- SIGHELE (Scipio). — Psychologie des sectes. 1898. 1 vol. in-8 (xiii) . . . 5 fr. »
- TARDE (G.). — Études de psychologie sociale. 1898. Un volume in-8 (xiv) . . . 7 fr. »
- KOVALEWSKY (M.). — Le régime économique de la Russie. 1898. 1 vol. in-8 (xv) . . . 7 fr. »
- STARCKE (C.). — La famille dans les diverses sociétés. 1899. 1 vol. in-8 (xvi) . . . 5 fr. »
- LA GRASSERIE (Raoul de). — Des religions comparées au point de vue sociologique. 1899. 1 vol. in-8 (xvii) . . . 7 fr. »
- BALDWIN (J.-M.). — Interprétation sociale et morale des principes du développement mental. 1899. 1 vol. in-8 (xviii) . . . 10 fr. »
- DUPRAT (G.-L.). — Science sociale et démocratie. 1900. 1 volume in-8 (xix) . . . 6 fr. »
- LAPLAIGNE (H.). — La morale d'un égoïste ; essai de morale sociale. 1 vol. in-8 (xx) . . . 5 fr. »
- LOURBET (Jacques). — Le problème des sexes. 1900. Un volume in-8 (xxi) . . . 5 fr. »
- BOMBARD (E.). — La marche de l'humanité et les grands hommes d'après la doctrine positive. 1900. 1 vol. in-8 (xxii) . . . 6 fr. »
- LA GRASSERIE (Raoul de). — Les principes sociologiques de la criminologie. 1901. 1 vol. in-8 (xxiii) . . . 8 fr. »

16, RUE SOUFFLOT ET 42, RUE TOULIER, PARIS

- POUZOL (Abel). — La recherche de la paternité. 1902. 1 volume in-8 (xxiv) . . . 10 fr. »
- BAUER (A.). — Les classes sociales. 1902. 1 vol. in-8 (xxv) . . . 7 fr. »
- LETOURNEAU (Ch.). — La condition de la femme dans les diverses races et civilisations. 1903. 1 vol. in-8 (xxvi) . . . 9 fr. »
- WORMS (René). — Philosophie des sciences sociales. 3 vol. in-8 :
- Tome I. Objet des sciences sociales. 1903. 1 vol. (xxvii) . . . 4 fr. »
- Tome II. Méthode des sciences sociales. 1903. 1 vol. (xxviii) . . . 4 fr. »
- Tome III. Conclusion des sciences sociales. 1907. 1 vol. (xxix) . . . 4 fr. »
- RIGNANO (E.). — Un socialisme en harmonie avec la doctrine économique libérale. 1904. 1 vol. in-8 (xxx) . . . 7 fr. »
- NICEFORO (A.). — Les classes pauvres. Recherches anthropologiques et sociales. 1905. 1 vol. in-8 (xxxi) . . . 8 fr. »
- LESTER-WARD (F.). — Sociologie pure. 1906. 2 vol. in-8 (xxxii-iii) . . . 16 fr. »
- LA GRASSERIE (R. de). — Les principes sociologiques du droit civil. 1906. 1 vol. in-8 (xxxiv) . . . 10 fr. »
- CAIRD (Edw.). — Philosophie sociale et religion d'Auguste Comte. 1907. 1 vol. in-8 (xxxv) . . . 4 fr. »
- BAUER (A.). — Essai sur les révolutions. 1908. 1 vol. in-8 (xxxvi) . . . 6 fr. »
- SIGHELE (S.). — Littérature et criminalité. 1908. 1 vol. in-8 (xxxvii) . . . 4 fr. »
- LACOMBE (P.). — Taine historien et sociologue. 1909. Un volume in-8 (xxxviii) . . . 5 fr. »
- KOVALEWSKY (M.). — La France économique et sociale à la veille de la Révolution :
- " Les Campagnes. 1909. 1 vol. in-8 (xxxix) . . . 8 fr. »
- " Les Villes. 1911. 1 vol. in-8 (xl) . . . 7 fr. »
- STEIN. — Le sens de l'existence. 1909. 1 vol. in-8 (xli) . . . 12 fr. »
- MAUNIER (R.). — L'origine et la fonction économique des Villes. 1910. 1 vol. in-8 (xlii) . . . 6 fr. »
- BOCHARD (A.). — L'évolution de la fortune de l'Etat. 1910. 1 vol. in-8 (xliiii) . . . 6 fr. »
- SIGHELE (S.). — Le crime à deux. 1909. 1 vol. in-8 (xliv) . . . 4 fr. »

- CORNEJO. — Sociologie générale. 1911. 2 vol. in-8 (xlv-xlvi) . . . 20 fr. »
- LA GRASSERIE (R. de). — Les principes sociologiques du droit public. 1 vol. in-8 (xlvii) . . . 10 fr. »

SÉRIE IN-18 (volumes brochés) :

- WORMS (René). — Principes biologiques de l'évolution sociale. 1910. 1 vol. in-18 (i) . . . 2 fr. »
- BALDWIN (J.-Mark). — Psychologie et Sociologie. 1 vol. in-18 (ii) . . . 2 fr. »
- MAUNIER (R.). — L'économie politique et la sociologie. 1910. 1 vol. in-18 (iii) . . . 2 fr. 50
- OSTWALD (W.). — Les Fondements énergétiques de la Science et de la Civilisation. 1910. 1 vol. in-18 (iv) . . . 2 fr. »

SOUS PRESSE :

- COMTE (A.). — Système de politique positive ou traité de Sociologie d'Auguste Comte, Condensé par Christian Charfilis. 1 vol.

FÉLIX ALCAN, ÉDITEUR

BIBLIOTHÈQUE GÉNÉRALE DES SCIENCES SOCIALES

SECRÉTAIRE DE LA RÉDACTION : DICK MAY, Secrétaire général de l'École des Hautes Études sociales.
Chaque volume in-8 de 300 pages environ, cartonné à l'anglaise, 6 fr.

1. **L'Individualisation de la peine**, par R. SALEILLES, professeur à la Faculté de droit de l'Univ. de Paris. 2^e édition revue par G. MORIN, docteur en droit.
2. **L'Idéalisme social**, par Eugène FOURNIÈRE, professeur au Conservatoire des Arts et Métiers. 2^e édition.
3. **Ouvriers du temps passé (xv^e et xvi^e siècles)**, par H. HAUSER, professeur à l'Université de Dijon. 3^e édit.
4. **Les Transformations du pouvoir**, par G. TARDE, de l'Institut.
5. **Morale sociale**, par MM. G. BELOT, MARCEL BERNÈS, BRUNSCHVIGG, F. BUISSON, DARLU, DAURIAC, DELBET, CH. GIDE, M. KOVALEVSKY, MALAPERT, le R. P. MAUMUS, DE ROBERTY, G. SOREL, le PASTEUR WAGNER. Préface de M. E. BOUTROUX, de l'Institut. 2^e édition.
6. **Les Enquêtes**, pratique et théorie, par P. DU MAROUSSEM. (*Ouvrage couronné par l'Institut.*)
7. **Questions de Morale**, par MM. BELOT, BERNÈS, F. BUISSON, A. CROISSET, DARLU, DELBOS, FOURNIÈRE, MALAPERT, MOCH, PARODI, G. SOREL (*Éc. de morale*). 2^e éd.
8. **Le développement du Catholicisme social depuis l'encyclique *Rerum novarum***, par MAX TURMANN, 2^e édit.
9. **Le Socialisme sans doctrines. La Question ouvrière et la Question agraire en Australie et en Nouvelle-Zélande**, par ALBERT MÉTIN, agrégé de l'Université, professeur à l'École Coloniale.
10. **Assistance sociale. Pauvres et mendiants**, par PAUL STRAUSS, sénateur.
11. **L'Éducation morale dans l'Université. (Enseignement secondaire.)** Par MM. LÉVY-BRUHL, DARLU, M. BERNÈS, KORTZ, CLAIRIN, ROCAFORT, BIOCHE, PH. GIDEL, MALAPERT, BELOT (*École des Hautes Études sociales, 1900-1901*).
12. **La Méthode historique appliquée aux Sciences sociales**, par Charles SEIGNOBOS, professeur à l'Université de Paris.
13. **L'Hygiène sociale**, par E. DUCLAUX, de l'Institut, directeur de l'inst. Pasteur.
14. **Le Contrat de travail. Le rôle des syndicats professionnels**, par P. BUREAU, prof. à la Faculté libre de droit de Paris.
15. **Essai d'une philosophie de la solidarité**, par MM. DARLU, RAUH, F. BUISSON, GIDE, X. LÉON, LA FONTAINE, E. BOUTROUX (*École des Hautes Études sociales*). 2^e édit.
16. **L'exode rural et le retour aux champs**, par E. VANDERVELDE.
17. **L'Éducation de la démocratie**, par MM. E. LAVISSE, A. CROISSET, Ch. SEIGNOBOS, P. MALAPERT, G. LANSON, J. HADAMARD (*École des Hautes Études soc.*) 2^e éd.
18. **La lutte pour l'existence et l'évolution des sociétés**, par J.-L. DE LANESSAN, député, prof. agr. à la Fac. de méd. de Paris.
19. **La Concurrence sociale et les devoirs sociaux**, par le MÊME.
20. **L'Individualisme anarchiste, Max Stirner**, par V. BASCH, chargé de cours à la Sorbonne.
21. **La démocratie devant la science**, par C. BOUGLE, chargé de cours à la Sorbonne (*Récompensé par l'Institut.*)
22. **Les Applications sociales de la solidarité**, par MM. P. BUDIN, CH. GIDE, H. MONOD, PAULET, ROBIN, SIEGFRIED, BROUARDEL. Préface de M. LÉON BOURGEOIS (*École des Hautes Études soc.*, 1902-1903).
23. **La Paix et l'enseignement pacifiste**, par MM. FR. PASSY, CH. RICHTER, d'ESTOURNELLES DE CONSTANT, E. BOURGEOIS, A. WEISS, H. LA FONTAINE, G. LYON (*École des Hautes Études soc.*, 1902-1903).
24. **Études sur la philosophie morale au XIX^e siècle**, par MM. BELOT, A. DARLU, M. BERNÈS, A. LANDRY, CH. GIDE, E. ROBERTY, R. ALLIER, H. LICHTENBERGER, L. BRUNSCHVIGG (*École des Hautes Études soc.*, 1902-1903).
25. **Enseignement et démocratie**, par MM. APPELL, J. BOITEL, A. CROISSET, A. DEVINAT, CH. -V. LANGLOIS, G. LANSON, A. MILLERAND, CH. SEIGNOBOS (*École des Hautes Études soc.*, 1903-1904).
26. **Religions et Sociétés**, par MM. TH. REINACH, A. PUECH, R. ALLIER, A. LEROY-BEAULIEU, le baron CARRA DE VAUX, H. DREYFUS (*École des Hautes Études soc.*, 1903-1904).
27. **Essais socialistes. La religion, l'art, l'alcool**, par E. VANDERVELDE.
28. **Le surpeuplement et les habitations à bon marché**, par H. TUROT, conseiller municipal de Paris, et H. BELLAMY.
29. **L'individu, l'association et l'état**, par E. FOURNIÈRE.
30. **Les Trusts et les syndicats de producteurs**, par J. CHASTIN, prof. au lycée Voltaire (*Récompensé par l'Institut.*)
31. **Le Droit de grève**, par MM. CH. GIDE, H. BARTHÉLEMY, P. BUREAU, A. KEUFER, C. PERREAU, CH. PICQUENARD, A.-E. SAYOUS, F. FAGNOT, E. VANDERVELDE (*Éc. des Hautes Études soc. 1906-1907*).
32. **Morales et religions**, par MM. G. BELOT, L. DORISON, Ad. LODS, A. CROISSET, W. MONOD, E. de FAYE, A. PUECH, le baron CARRA DE VAUX, E. EHRHARDT, R. ALLIER, F. CHALLAYE.

SCIENCES PHYSIQUES ET NATURELLES

- BACHELIER** (Louis), Docteur en sciences. *La Vie, la Dynamie et le Hasard* (7^e mille).
- BENNET** (A.), professeur à l'Institut, océanographe. *La Vie et la Mort du Globe* (5^e mille).
- BERTIN** (L.-E.), de l'Institut. *La Marine moderne* (54 figures) (5^e mille).
- BROUHAHA**, de l'Institut. *L'Astronomie* (50 figures) (5^e mille).
- BLANCHARD** (L.). *Les Transformations brusques des êtres vivants* (49 figures) (5^e mille).
- BONNET** (O.), prof. de Clinique médicale. *Les Doctrines médicales* (6^e mille).
- BONNIER** (Gustave), de l'Institut. *Le Monde végétal* (230 figures) (8^e mille).
- BOUTY** (E.), de l'Institut, prof. à la Sorbonne. *La Vérité scientifique, sa poursuite* (5^e mille).
- BRUNES** (E.), professeur de physique. *La Dégradation de l'énergie* (7^e mille).
- BURNET** (Dr Etienne), de l'Institut Pasteur. *Microbes et Toxines* (71 fig.) (5^e mille).
- CANUARY** (Marcel), professeur à la Sorbonne. *Les Problèmes de la Sexualité*.
- COLSON** (Albert), p. à l'École Polytechnique. *L'Essor de la Chimie appliquée* (5^e m.).
- DONDARÉ** (J.), chargé de cours au collège de France. *La Musique* (10^e mille).
- DASTRE** (Dr J.), de l'Institut, professeur à la Sorbonne. *La Vie et la Mort* (19^e mille).
- GELNOE** (V.), de l'Institut et GOLDSMITH (E.). *Les Théories de l'Évolution* (7^e mille).
- DELAGE** (Y.), de l'Institut et GOLDSMITH (E.). *La Parthénogénèse*.
- DELBEY** (Pierre), p. à la Faculté de Médecine de Paris. *La Science et la Réalité*.
- DÉPÉRET** (G.), de l'Institut. *Les Transformations du Monde animal* (7^e mille).
- ENRIQUES** (Fédérico). *Les Concepts fondamentaux de la Science*.
- QUARTI** (Dr). *Les Parasites inoculateurs de maladies* (107 figures) (5^e mille).
- HÉROLDAT** (Dr J.). *Les Frontières de la Médecine* (6^e mille).
- HEROUART** (Dr J.). *L'Hygiène moderne* (40^e mille).
- HOUSSEY** (F.), professeur à la Sorbonne. *Nature et Sciences naturelles* (7^e mille).
- JOUBIN** (Dr L.), professeur au Muséum. *La Vie dans les Océans* (45 figures) (5^e mille).
- LAUNAY** (L. de), de l'Institut. *L'Histoire de la Terre* (40^e mille).
- LAUNAY** (L. de). *La Conquête minérale*.
- LE BON** (Dr Gustave). *L'Évolution de la Matière, avec 63 figures* (24^e mille).
- LE BON** (Dr Gustave). *L'Évolution des Forces* (42 figures) (13^e mille).
- LEBLERC DU SABLON** (M.). *Les Incertitudes de la Biologie* (24 figures).
- LE DANTEC** (F.). *Les influences Anodines* (12^e mille).
- LE DANTEC** (F.). *La Lutte universelle* (10^e mille).
- LE DANTEC** (F.-J.). *De l'Homme à la Science* (8^e mille).
- MARTEL**, directeur de *La Nature*. *L'Évolution souterraine* (80 figures) (5^e mille).
- REUNIER** (S.), professeur au Muséum. *Les Conclusions de la Terre*. (35 fig.) (5^e mille).
- STEWART** (W.). *L'Évolution d'une Science, la Chimie* (8^e mille).
- PICARD** (Émile), de l'Institut, professeur à la Sorbonne. *La Science moderne* (11^e mille).
- POINCARÉ** (H.), de l'Institut, prof. à la Sorbonne. *La Science et l'Hypothèse* (22^e mille).
- POINCARÉ** (H.). *La Valeur de la Science* (18^e mille).
- POINCARÉ** (H.). *Science et Méthode* (11^e mille).
- POINCARÉ** (H.). *Dernières Pensées* (8^e mille).
- POINCARÉ** (Lucien), dr au M^e de l'Instruction publique. *La Physique moderne* (15^e m.).
- POINCARÉ** (Lucien). *L'Électricité* (11^e mille).
- RENARD** (Dr). *L'Aéronautique* (68 figures) (6^e mille).
- RENNER** (Dr). *Le Vol mécanique. Les Aéroplanes* (124 figures).
- ZILLA** (Danis), professeur à l'École de Génie. *L'Agriculture moderne*.

PSYCHOLOGIE, PHILOSOPHIE ET HISTOIRE

Voir la liste des ouvrages page 3 de la couverture.

PSYCHOLOGIE ET PHILOSOPHIE

- AVENEL** (Vicente Georges d'). *Le Niveaulement des Joissances*.
- BAUDENSBERGER** (F.). Chargé de cours à la Sorbonne. *La Littérature*.
- BERSSON, POINCARÉ, Ch. GIDE, Etc.**. *Le Matérialisme actuel* (5^e mille).
- BINET** (A.), directeur de Laboratoire à la Sorbonne. *L'Âme et le Corps* (9^e mille).
- BINET** (A.). *Les Idées modernes sur les enfants* (13^e mille).
- BONHUR** (Dr G.). *La Naissance de l'intelligence* (40 figures) (5^e mille).
- SOUTROUX** (E.), de l'Institut. *Science et Religion* (14^e mille).
- COLSON** (G.), de l'Institut. *Organisme économique et Désordre social*.
- CRUET** (J.), avocat à la c^o d'appel. *La Vie du Droit et l'Impuissance des Lois* (5^e m.).
- DAUZAT** (Albert), docteur en lettres. *La Philosophie du Langage*.
- DONDARÉ** (Dr G.). *Le Rêve et l'Action*.
- DONDARÉ** (G.). chargé de cours à la Sorbonne. *L'Évolution des Dogmes* (6^e m.).
- HACHET-SOUPLET** (P.), directeur de l'Institut de Psychologie. *La Genèse des Instincts*.
- HANSTOUX** (Gabriel), de l'Académie française. *La Démocratie et le Travail*.
- JAMES** (William), de l'Institut. *Philosophie de l'Expérience* (6^e mille).
- JAMES** (William). *Le Pragmatisme* (5^e m.).
- JANET** (Dr Pierre), professeur au Collège de France. *Les Névroses* (5^e mille).
- LE BON** (Dr Gustave). *Psychologie de l'Éducation* (15^e mille).
- LE BON** (Dr Gustave). *La Psychologie politique* (9^e mille).
- LE BON** (Dr Gustave). *Les Opinions et les croyances* (9^e mille).
- LE BON** (Dr Gustave). *La Vie des Verités* (7^e m.).
- LE DANTEC**. *L'Athlisme* (12^e mille).
- LE DANTEC**. *Science et Conscience* (6^e m.).
- LE DANTEC**. *L'Égoïsme* (8^e mille).
- LE DANTEC**. *La Science de la Vie*.
- LEONARD** (Dr M.-A.). *La Longévité*.
- LOMBROSO**. *Hypnotisme et Spiritisme* (6^e mille).
- MACH** (E.). *La Connaissance et l'Erreur* (5^e mille).
- MAXWELL** (Dr J.). *Le Crime et la Société* (5^e mille).
- PICARD** (Edmond). *Le Droit pur* (6^e mille).
- PIERON** (H.). *3^e de Comb. à l'École des Hautes Études*. *L'Évolution de la Mémoire* (4^e mil.).
- REY** (Abel), professeur agrégé de Philosophie. *La Philosophie moderne* (8^e mille).
- VASCHIDE** (Dr). *Le Sommeil et les Réves* (5^e mille).
- VILLEY** (Pierre), professeur agrégé de l'Université. *Le Monde des Aveugles*.

HISTOIRE

- ALEXINSKY** (Géorgie), ancien député à la Douma. *La Russie moderne*.
- AURIAC** (Jules d'). *La Nationalité française, sa formation*.
- AVENEL** (Vicente Georges d'). *Découvertes d'histoire sociale* (5^e mille).
- BLOTOT** (Calme). *Les Grands Inspirés devant la Science*. Jeanne d'Arc.
- BLOCH** (G.), professeur à la Sorbonne. *La République romaine*.
- SORBIÈSE** (Prince G.). *L'Italie moderne*.
- SOUQUÉ-LECLERCQ** (A.), de l'Institut. *L'Intelligence religieuse et la politique*.
- BRUNSEL** (E. van), consul général de Belgique. *La Vie sociale* (6^e mille).
- GAZIANI** (Louis), m^e de Conférences à la Sorbonne. *L'Angleterre moderne* (5^e m.).
- CHARBAUT** (H.). *La Belgique moderne* (6^e mille).
- COLIN** (J.). Lt-Colonel. *Les Transformations de la Guerre* (6^e mille).
- GRUSET** (A.), membre de l'Institut. *Les Démocraties antiques* (7^e mille).
- GARCIA CALDERON** (F.). *Les Démocraties latines de l'Amérique* (5^e mille).
- GENKOP**. *Formation des Légendes* (5^e m.).
- HANMARD** (J.). ambassadeur. *Domination et Colonisation*.
- HILL**, ancien ambassadeur. *L'Etat moderne*.
- LE BON** (Dr Gustave). *La Révolution française et la Psychologie des Révolutions* (9^e mille).
- LICHTENBERGER** (H.), professeur adjoint à la Sorbonne. *L'Allemagne moderne* (11^e m.).
- MEYNER** (Commandant G.). p. à l'École militaire de Saint-Lyr. *L'Afrique noire* (5^e mille).
- MAUDEAU** (Ludovic). *Le Japon moderne, son Évolution* (8^e mille).
- OLLIVIER** (E.), de l'Académie française. *Philosophie d'une Guerre* (1870) (6^e mille).
- OSTWALD** (W.), professeur à l'Université de Leipzig. *Les Grands Hommes*.
- PIRENE** (H.). p. à l'Université de Gaud. *Les Démocraties des Pays-Bas*.
- ROZ** (Frimh). *L'Énergie américaine* (7^e m.).

ANEXO 8

Tabelas de ocupação e profissão dos autores, por coleção.

Bibliothèque Sociologique Internationale
Catálogo 1913

Autores	Formação	Ocupação
René Worms	Direito, Letras	Advogado, Auditor do Conselho de Estado, Consultor do Ministério da Agricultura
Jacques Novicow		Carreira Industrial
Raoul de la Grasserie	Direito	Juiz em Rennes e em Nantes
Ludwig Gumplowicz	Direito	Jurista, Professor de Direito Administrativo e Constitucional em Graz
Gabriel Tarde	Direito	Juiz de Direito, Diretor no Ministério da Justiça e Professor do "Collège de France"
Maxime Kovalewski	Direito	Professor de Direito da Universidade de Moscou e Membro da Academia de São Petesburgo
Paul de Lilienfeld		Senador na Rússia
Guillaume Léonce Duprat	Letras	Professor de Sociologia e de Economia na Universidade de Genebra
Charles Letourneau	Medecina	Professor da Escola de Antropologia de Paris
Maurice Vernés	História	Professor e Diretor de Estudos da Faculdade de Teologia Protestante
Scipio Sighèle	Direito	Jurista e membro da École d'Anthropologie criminelle
Achille Loria	Economia	Professor de Economia Política da Universidade de Siena, de Turim e de Padova
Adolfo Posada	História	Professor de Direito Político
James Mark Baldwin	Psicologia	Instrutor da Princeton, Professor da "Lake Forrest College" e da Universidade de Toronto
Edmond Seligman	Direito	Juiz no Tribunal de Laon
Adolph Wagner	Economia	Professor de Economia da Universidade de Vienna, de Dorpat (atual Estonia) e de Berlim

Bibliothèque Générale des Sciences Sociales

Catálogo 1909

Autores	Formação	Ocupação
Charles Gide	Letras, Direito	Professor da Faculdade de Direito de Bordeaux, de Montpellier e de Paris
Émile Boutroux	Filosofia	Professor de Filosofia do Lycée de Caen, da Faculdade de Letras de Nancy e de Paris
Marcel Bernès	Filosofia	Professor de Filosofia em Montpellier, do Lycée Louis-le-Grand e de Hypokhâgne
Henri Hauser	História	Professor de História da Universidade de Dijon e da Sorbonne
Charles Seignobos	História	Mestre de Conferências da Universidade de Dijon e da Sorbonne
Célestin Bouglé	Filosofia	Diretor da École Normale Supérieure
Victor Basch	Filosofia	Professor de Alemão e Estética na Universidade de Nancy e de Filosofia em Rennes
Gabriel Tarde	Direito	Juiz de Instrução, Professor de Sociologia da École Libre des Sciences Politiques
Raymond Saleilles	Direito	Jurista, Professor de Direito Penal e Civil da Faculdade de Direito de Paris
Eugène Fournière	Sem formação	Deputado de Aisne e Professor do Conservatoire des Arts et Métiers
Paul Bureau	Direito	Professor da Faculdade de Direito de Paris
P. du Maroussem	Direito	Professor da Faculdade de Direito e da École des Hautes Études Sociales
Pierre Delbet	Medicina	Deputado, Fundador e Diretor do Collège Libre des Sciences Sociales
Émile Duclaux	Física, Biologia e Química	Diretor do Instituto Pasteur
Frédéric Passy	Direito	Ministro de Louis-Philippe e de Napoleão Bonaparte, Deputado
J.-L. de Lanessan	Medicina	Deputado

Bibliothèque de Philosophie Scientifique
Catálogo 1914

Seção Psicologia e Filosofia

Autores	Formação	Ocupação
Gustave Le Bon	Medecina	Publicista, Diretor da "Bibliothèque de Philosophie Scientifique"
Biottot	Militar	Coronel
Octave Meynier	Militar	Comandante Militar e General
J. Colin	Militar	Coronel e General
Jules Harmand	Medecina	Diplomata
David Jayne Hill	História	Diplomata
Gabriel Honataux	História	Diplomata, Ministro e Deputado de Aisne
Pierre Janet	Filosofia, Letras	Professor de Filosofia da Sorbonne, da Faculdade de Strasbourg
Alfred Binet	Direito	Diretor do Laboratório de pesquisas da Sorbonne
Henri Lichtenberger	Letras	Professor Adjunto da Sorbonne
Alfred Croiset	História	Maestro de Conferências na Faculdade de Letras de Paris
Charles Guignebert	História	Professor de História do Cristianismo da Sorbonne
Louis Cazamian	Letras	Professor de Literatura Inglesa, Crítico literário
Henri Bergson	Letras	Professor do Collège de France
Cesare Lombroso	Medecina	Professor de Medecina Legal da Universidade de Turim

Seção História

Autores	Formação	Ocupação
Henri Poincaré	Matemático	Professor de Física Matemática da Sorbonne
William James	Medecina	Professor de Fisiologia e Psicologia de Harvard
Le Dantec	Engenharia	Diretor da Escola de Arquitetura de Paris - La Villette
Edmond Picard	Direito	Advogado, Senador, e Professor de Direito em Bruxelas
Albert Rey	Filosofia	Professor de Filosofia
Jame Maxwell	Físico	Professor em Aberdeen, Diretor do Laboratório Cavendish
Henri Piéron	Psicologia	Professor do "Collège de France"
Albert Dastre	Letras	Professor de Fisiologia da Sorbonne

ANEXO 9

Tabelas de editoras, por autor.

ALFRED FOUILÉE (1838-1912)

	1868	1869	1872	1874	1875	1876	1877	1878	1880	1882	1883	1884	1887	1889	1890	1891	1893	1895	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1908	1909	1910	
Félix Alcan														2	1*				1	1			1	1		2	1	1	1	13
Germer-Bailière										1		1																		2
Armand Colin																		1*	1		1									3
Hechette								1	1							1	1							1						7
Delagrave	1*				1*		1			1							1			1*										6
Ladrangé		1	2	1																										4
Belin			1*		1*	1*	1*																							4
C. Lévy	1	1	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	2	2	2	1	2	1	1	1	2	1	2	1	40

* Introduções e Notas

MARCEL BERNÈS (1865-1946)

	1896	1899	1900	1901
Félix Alcan		1*		2
Giard et Brière	1			1
Belin Frères			1	2
	1	1	2	1
				5

GABRIEL TARDE (1843-1904)

	1876	1879	1886	1890	1892	1893	1895	1897	1898	1899	1901	1902
Félix Alcan			1	1		1	1	1	1	1	1	1
Storck et Masson				1	1		1					9
Giard et Brière					1							3
Calman-Lévy									1			1
Cassard Frères	1											1
	1	1	1	2	1	1	2	2	1	2	1	1
												15

* Obras Coletivas/Manuais Escolares

ÉMILE LEVASSEUR (1828-1911)

	1854	1858	1865	1867	1868	1871	1872	1873	1875	1876	1878	1879	1885	1886	1887	1889	1891	1892	1893	1894	1897	1898	1900	1902	1904	1907	1909	1910		
Félix Alcan																													1	
Hachette				1*						1*									1*										5	
Delagrave					1*	1*	1*	1*						1*															8	
Guillaumin	1	1																							1	1			2	
A. Rousseau													1								1								6	
Veuve Berger-Levrault																													2	
Impr. Nationale									1*																				1	
A. Durand			1																										1	
Émile Martinet												1																	1	
A. Picard																													1	
Héritiers Botta																													1	
G. Chameroif																1													2	
P. Renouard																							1						1	
O. Doin																										1			1	
	2	1	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	33

* Manuels Escolares

HENRI HAUSER (1866-1946)

	1892	1899	1900	1901	1903	1905	1906	1907	1909	1910	1911	1912	1915	1916	1918	1920	1923	1924	1927	1929	1930	1933	1935	1937	1938	1939	1940	1944		
Félix Alcan / PUF	1							1*	1*	1*	1*	1*				1			1	1						1	1	1	13	
Armand Colin													1										1						2	
Hachette	1																												1	
F. Nathan																	1												1	
Nary			1	1	1*																								3	
A. Picard													1	1	1														6	
A. Marescq																													1	
Pages Libres																													1	
Dadimot Frères																													1	
Champion												1																	1	
B. Grasset															1														1	
E. Plon																	1												1	
Librairie Vuibert																													1	
Leroux																											1		1	
	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	3	2	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	34

* Obras Coletivas/Manuais Escolares

ÉMILE BOUTMY (1835-1906)

	1870	1885	1887	1889	1895	1896	1897	1898	1899	1901	1902	1903
Germer Baillière	1											1
Armand Colin					1	1	1	1	1	3		9
Firmin-Didot				1							1	2
E. Plon		1	1									2
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	14

RENÉ WORMS (1869-1926)

	1882	1891	1892	1896	1899	1900	1906	1910	1911	1912	1917	1921
Hachette	1	1	1			1			1			5
Giard et Brière		1		1			1	1		1		6
Impr. Nationale					1*							1
Payot											1	1
	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13

* Obra Coletiva/Manual Escolar

ÉMILE CHEYSSON (1836-1910)

	1877	1884	1886	1889	1890	1893	1902	1905	1907
Masson			1			1			2
Guillaumin				1	1			1	3
Firmin-Didot							1		2
A. Rousseau								1	1
Slatkine		1							1
Dentu	1								1
	1	1	1	1	1	1	1	2	10

EDMOND DEMOLINS (1852-1907)

	1875	1876	1877	1884	1884	1894	1895	1897	1898	1901	1903	1904	1905	1906	1907
Firmin-Didot						1	1	1	1	1	1		1		7
Société Bibliographique		1	1												2
Science Sociale												1	1	1	4
Réforme Sociale				1											1
Didier	1														1
	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	15

CHARLES GIDE (1847-1932)

	1872	1884	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1907	1909	1911	1913	1916	1917	1918	1920	1921	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1931	1932	
Félix Alcan / PUF				1*						1*															1*	1	4
Armand Colin							1																				1
Delagrave														1													1
Giard et Brière																1											1
Flammarion													1			1*					1*						3
L. Larose		1	1					1	1	1*	1	1															7
Impr. Nationale					1	1																					2
Sirey										1					1			1									3
Albin Michel																	1						1				2
E. Donnaud	1																										1
Association ¹																			1*	1*	1*	1*	1*	1*			6
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2	1	1	31

¹ Association pour l'enseignement de la coopération

* Aulas do Collège de France

* Obras Coletivas

ANATOLE LEROY-BEAULIEU (1842-1912)

	1879	1881	1882	1884	1885	1888	1890	1892	1893	1895	1897	1902	1905	1907	1910	1911	
Félix Alcan													1*	1*	1	1*	4
Hachette		1	1	1													4
Guillaumin										1							1
Calman-Lévy						1	1	1			2	1					6
E. Plon					1												1
G. Charpentier	1																1
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	17

* Obras Coletivas

ANEXO 10

Origem Social e Formação Escolar – Pólos do Poder Social e Intelectual.

ORIGEM SOCIAL E FORMAÇÃO ESCOLAR

PÓLOS DO PODER SOCIAL E INTELECTUAL

Autores	Local de Nascimento	Profissão do Pai	Secundário	Faculdade
Polo do Poder Social				
L.-Beaulieu	Lisieux	Prefeito de Lisieux e Deputado de "Calvados"		
Gide	Uzès	Jurista e Presidente do Tribunal, em Uzès	Collège Communal d' Uzès	Faculdade de Direito de Paris
Worms	Rennes	Professor da Faculdade de Direito de Rennes	Lycées de Rennes e Charlemagne	École Normale Supérieure
Cheysson	Nîmes	Juiz do Tribunal de Comércio, em Seine		Escola Politécnica
Demolins	Marseille	Médico, em Marseille	Collège des Jésuites de Mongré	École des Chartes
Levasseur	Paris		Lycée Condorcet	École Normale Supérieure
Psicólogos Sociais: Poder Social e Pedagógico				
Boutmy	Paris	Um dos Fundadores de "La Presse de Paris"	Lycée Louis-le-Grand	Sem curso superior
Fouillée	Pouzeu	Diretor das "Ardoisières"	Lycée de Laval	Sem curso superior
Tarde	Sarlat	Juiz suplente e Juiz de instrução, em Sarlat	Collège des Jésuites de Sarlat	Fac. Direito de Toulouse/Paris
Le Bon	Nogent-le-Retrou	Agente de Hipotecas	Lycée de Tours	Faculdade de Medicina de Paris
Polo do Poder Intelectual				
Ribot	Guingamp	Farmacêutico	Lycée de Saint-Brieuc	École Normale Supérieure
Espinas	Saint-Florentin	Farmacêutico	Lycées des Sens e Louis-le-Grand	École Normale Supérieure
Bernès	Paris	Normalista, em Paris		École Normale Supérieure
Durkheim	Épinal	Rabino, em Épinal	Collège d'Épinal	École Normale Supérieure
Hauser	Oran			

ANEXO 11

G. Le Bon – Publicações em revistas.

GUSTAVE LE BON (1841-1931)

PARTE I

	1862	1863	1865	1866	1868	1875	1877	1878	1879	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1894	1895	1896
Les Annales politiques et littéraires																								
Revue Scientifique										3	2	1		1	1	2	2	1	1	4	2	5	2	1
Revue Philosophique							1	1		1					1							1		1
Revue Politique et Littéraire																								
Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris								3	2	1		1												
Les Curiosités scientifiques de l'année, 1867					4																			
Le Courrier Médical			1	3																				
Bulletin de la Société de Médecine Pratique						1						2												
Annales de l'agriculture française	3																							
La Science Pittoresque		1	1																					
L'Indépendance																								
Revue d'Anthropologie									1															
Bulletin de la Société de Géographie										1														
Le Tour du Monde															1									
Revue Économique Internationale																								
La Revue Hebdomadaire																								
	3	1	2	3	4	1	1	1	3	6	2	3	1	1	3	2	2	2	1	1	4	2	6	2

GUSTAVE LE BON (1841-1931)

PARTIE 2

	1897	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1906	1907	1908	1911	1912	1913	1914	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929		
Les Annales politiques et littéraires																									
Revue Scientifique	1	2	3	1	3	3	4	4	2	1						3	8	13	12	23	7	7	1	74	
Revue Philosophique	1			1																					24
Revue Politique et Littéraire					1			1				1	1	1	1	1									7
Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris																									0
Les Curiosités scientifiques de l'année, 1867																									0
Le Courrier Médical																									0
Bulletin de la Société de Médecine Pratique																									0
Annales de l'agriculture française																									0
La Science Pittoresque																									0
L'Indépendance												1	1												2
Revue d'Anthropologie																									0
Bulletin de la Société de Géographie																									0
Le Tour du Monde																									0
Revue Économique Internationale								1																	1
La Revue Hebdomadaire	2	2	3	2	4	3	4	6	2	1	1	1	2	1	1	4	8	13	12	23	7	7	2	112	

ANEXO 12

G. Tarde – Publicações em revistas.

GABRIEL TARDE (1843-1904)

	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903		
Revue Philosophique	1	1	1	3	3	2	3	1	2	2	1	2		3		2	1	1	1			1			31	
Archives d'Anthropologie Criminelle							2	2	2	2		3	3	1	2		1	2	2	1	2	2			1	26
Revue Pénitenciaire														1	1	1	1	1	1	3					1	10
Revue Internationale de Sociologie													1	1	1					1		1	1			5
Revue Politique et Littéraire															1			1								3
Revue de Métaphysique et de Morale																				3						3
Revue des Deux Mondes												1	1													2
Annales de l'Institut International																1			1							3
Bulletin de l'Union Internationale de Droit Pénal																							1	1	1	2
Revue d'Anthropologie									1																	1
Revue d'Économie Politique									1																	1
Revue Scientifique											1															1
Revue de Paris																				1						1
Revue Française d'Edimbourg	1	1	1	3	3	2	3	3	6	4	4	2	6	3	7	4	4	3	6	7	6	2	6	2	4	90

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)